

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens

Leilane Tolentino Stauffer

A VOZ DA PRESIDENTA:

a construção de ethé discursivos em pronunciamentos políticos de Dilma Rousseff

Leilane Tolentino Stauffer

A VOZ DA PRESIDENTA:

a construção de ethé discursivos em pronunciamentos políticos de Dilma Rousseff

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens.

Área de concentração: Tecnologia e Processos Discursivos

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa

Stauffer, Leilane Tolentino.

S798v A voz da presidenta : a construção de ethé discursivos em

pronunciamentos políticos de Dilma Rousseff / Leilane Tolentino Stauffer. - 2019.

196, [28] f.: il.

Orientador: Cláudio Humberto Lessa.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Belo Horizonte, 2019. Bibliografia.

1. Análise do discurso. 2. Ethos. 3. Discurso político. 4. Esfera pública. 5. Mulheres – atividades políticas. 6. Rousseff, Dilma,1947-I. Lessa, Cláudio Humberto. II. Título.

CDD: 401.41



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM ESTUDOS DE LINGUAGENS.

No dia 20 de maio de 2019, às 14 horas, na sala 329, Campus I, av. Amazonas 5253, Nova Suíça, Belo Horizonte - MG, reuniu-se a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens—CEFET-MG, constituída pelos Membros: Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa (orientador), do CEFET-MG; Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa (Orientador), do CEFET-MG; Prof. Dr. Hugo Mari, da PUC-Minas; Prof. Dr. William Augusto Menezes, da UFOP e Profa. Dra. Giani David Silva, (Suplente) do CEFET-MG, para examinar o trabalho da mestranda "A LEILANE TOLENTINO STAUFFER, sob o título VOZ presidenta: a construção de ethé discursivos em pronunciamentos políticos de Dilma Rousseff". O Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa, Presidente da sessão pública de apresentação e defesa de dissertação, declarou aberta a sessão, passando a palavra à mestranda LEILANE TOLENTINO STAUFFER, para que expusesse sua Dissertação. Terminada a exposição, o Presidente passou a palavra aos membros da Banca Examinadora, que iniciaram a arguição. Terminada a arguição, retirou-se a Banca Examinadora para deliberação. De volta ao recinto, o Presidente deu conhecimento à candidata de que sua Dissertação foi aprovada e, no prazo de 60 dias, deverá incluir as sugestões da Banca. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a sessão. Para constar, foi lavrada esta ata que será assinada pelo Presidente e demais membros da Banca Examinadora.

> Prof. Cláudio Humberto Lessa, Dr. - Orientador Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

> > WILSD Prof. William Augusto Meneze, Dr. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Prof. Hugo Mari, Dr. Pontifícia Universidade Católica (PUC-Minas)

À memória de meu pai, Leinad. Ao escolher o meu nome, ele já me mostrava que a linguagem é, antes de tudo, um sentimento.

Com amor e saudade.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Vim até aqui, mas não sozinha. Por isso, ouso afirmar que esta é a parte mais relevante deste trabalho. Agradeço a Deus, pela vida, pela graça e pela provisão. "Porque tu és a minha rocha e a minha fortaleza; por causa do teu nome, tu me conduzirás e me guiarás." (Salmo 31:3).

À minha mãe, Lóide, ancoradouro, ponto de chegada e partida, e o combustível que aquece o meu coração. Obrigada por ser me ensinar a cuidar das palavras, por me apresentar a fé e a força que nos movem e o amor que existe no mundo por meio de nós. Que segurança atravessar, de mãos dadas com você, as alegrias e as angústias dos dias.

Ao meu pai, Leinad, para sempre o meu leitor número 1 e o meu maior camarada. Sou imensamente grata por ter tido a oportunidade de sonharmos este e tantos outros sonhos juntos; por termos compartilhado a chegada do mestrado. Concluir este trabalho, em meio às tristezas da sua ausência, é uma das formas que encontro de honrar a nossa história. Você vive em mim e eu vivo em você.

Aos meus irmãos, cunhados, sobrinhos, tios e primos, pelo apoio e por me fazerem sentir pertencida ao mundo de afetos que construímos.

Ao querido Cláudio, orientador amigo, presente e incansável, por dividir comigo cada passo deste caminho. Nem nas minhas melhores projeções, eu conseguiria mensurar quão maravilhoso seria conviver com sua potência intelectual, dedicação, parceria e tanta humildade. O meio acadêmico e todos nós temos muito a aprender com você!

À Letícia, pelo sentido da amizade generosa e presente em todo este percurso, da capa ao ponto final. Aos queridos Adélia, Daniele e Edmundo, pelas leituras preciosas, quando este sonho estava em dez páginas de um pré-projeto, no começo de tudo. Ao Luís, que me ajudou a chegar até Dilma Rousseff. Ao Jonathan, pelos empréstimos de livros e pela escuta solidária. À Rejane, pela revisão cuidadosa do Abstract.

Aos professores e funcionários do programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens. A todos os colegas com os quais convivi nas disciplinas e àqueles com os quais dividi apresentações de trabalhos e grandes responsabilidades: Aline, Andrey, Gisela, Leila, Magali,

Ricardo. Aos orientandos do Cláudio que vieram antes de mim, Jéssica e Marco Túlio, pelo carinho e pela acolhida. A cada companheiro de comissões organizadoras das quais participei nos congressos no CEFET.

Ao grupo de pesquisa Narrar-se e à turma de graduação em Letras Tecnologias da Edição, na disciplina Análise Discursiva de Textos Midiáticos na qual fui estagiária de docência, agradeço por tantas construções.

Aos professores Hugo e William, pelas contribuições valiosas na banca de qualificação e, agora, junto à professora Giani, pela participação na banca de defesa. Obrigada a cada um de vocês pelos retornos ricos e cheios de humanidade, adjetivos que só a educação com sentido possibilita.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que viabilizou a dedicação a esta pesquisa.

Aos meus amigos da Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A cada um dos amigos que escolheu ficar. Aos que permaneceram comigo nos mais ternos e brutos momentos. Muito obrigada é pouco diante do grande presente que é ter vocês comigo nesta travessia!

Filhos da época

Somos filhos da época e a época é política.

Todas as tuas, nossas, vossas coisas diurnas e noturnas, são coisas políticas.

Querendo ou não querendo, teus genes têm um passado político, tua pele, um matiz político, teus olhos, um aspecto político.

O que você diz tem ressonância, o que silencia tem um eco de um jeito ou de outro político.

Até caminhando e cantando a canção você dá passos políticos sobre um solo político.

Versos apolíticos também são políticos, e no alto a lua ilumina com um brilho já pouco lunar. Ser ou não ser, eis a questão.

Qual questão, me dirão. Uma questão política.

Não precisa nem mesmo ser gente para ter um significado político. Basta ser petróleo bruto, ração concentrada ou material reciclável. Ou mesa de conferência cuja forma se discutia por meses a fio: deve-se arbitrar sobre a vida e a morte numa mesa redonda ou quadrada.

Enquanto isso matavam-se os homens, morriam os animais, ardiam as casas, ficavam ermos os campos, como em épocas passadas e menos políticas.

/ Wislawa Szymborska /

RESUMO

Esta pesquisa tem como proposta analisar os ethé discursivos presentes em pronunciamentos políticos de Dilma Rousseff. A partir da seleção de três pronunciamentos, que representam e pertencem a momentos específicos e distintos entre si do governo da ex-presidenta brasileira, buscamos identificar as estratégias do discurso político e investigar de que forma elas foram mobilizadas para construir ethé discursivos. O tema se aproxima das discussões sobre discurso político, gênero feminino e imaginários sociodiscursivos. A análise dos pronunciamentos é conduzida a partir da coleta do corpus na mídia audiovisual. A decisão leva em conta aspectos polissêmicos importantes, como gestos, entonação e apresentação visual, que podem ser observados a partir da riqueza de detalhes que o audiovisual oferece. No percurso teórico, ancoramo-nos, inicialmente, em reflexões a respeito da democracia com Bobbio (1986) e Santos (2016), da esfera pública em Arendt (2014), Habermas (1984, 2011), Fraser (1990), Benhabib (1992), e do apagamento da mulher enquanto figura pública e política com Wollstonecraft (2016), Pateman (1993), Teles (1999) e Moraes (2003). Na sequência, discutimos as estratégias do discurso político a partir de Charaudeau (2006), Piovezani (2009) e Courtine (2006) e as relacionamos a algumas estruturas da argumentação estudadas por Amossy (2007, 2011, 2018), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), Ferreira (2010), Abreu (2009) e Maingueneau (2001, 2005, 2008). Olhamos também para a construção dos enunciados com Benveniste (1995) e da dimensão biográfica em discursos políticos com Arfuch (2010), Butler (2017) e Machado (2011, 2012, 2013). Na metodologia, conjugamos contribuições da Análise do Discurso de orientação francesa e da Argumentação para elencar categorias de análise. As análises apontam a existência de ethé comuns aos três pronunciamentos, bem como de ethé próprios a cada uma das situações comunicativas, responsáveis pela criação da imagem da personagem política. Vemos que a construção do ethos passa necessariamente por um meio interdiscursivo e se faz por recursos linguísticos, como imaginários coletivos a respeito do Brasil e da gestão pública, valores e antivalores, momentos biográficos. Todos eles convergem para a busca da legitimidade da presidenta. Observamos que a imagem de si de Dilma Rousseff é mobilizada, nos três pronunciamentos, de forma indissociada à defesa da democracia.

Palavras-chave: Análise do Discurso; *ethos* discursivo; discurso político; esfera pública; gênero feminino.

ABSTRACT

This research intends to analyze the discursive ethé present in Dilma Rousseff's political pronouncements. Starting from the selection of three pronouncements, which belong to and represent specific and distinct moments of the government of the Brazilian ex-president, we seek to identify the strategies of political discourse and investigate how they were carried out to construct discursive ethé. The theme addresses discussions about political discourse, feminine gender and sociodiscursive imaginaries. Such analysis has been performed through the collection of the *corpus* in audiovisual media. Decisions made consider important polysemic aspects, such as gestures, intonation and visual presentation, which can be observed in details within the audiovisual contents. With regard to the theoretical scope, we initially cling to reflections on democracy with Bobbio (1986) and Santos (2016), on public sphere with Arendt (2014), Habermas (1984, 2011), Fraser (1990), Benhabib (1992), and on the obliteration of woman as public and political figure with Wollstonecraft (2016), Pateman (1993), Teles (1999) and Moraes (2003). Subsequently, we discuss the strategies of political discourse through Charaudeau (2006), Piovezani (2009) and Courtine (2006), and relate them to some argument sctructures studied by Amossy (2007, 2011, 2018), Perelman and Olbrechts-Tyteca (1996), Ferreira (2010), Abreu (2009) and Maingueneau (2001, 2005, 2008). We also observe the construction of enunciation with Benveniste (1995) and the biographical dimension in political discourses with Arfuch (2010), Butler (2017) and Machado (2011, 2012, 2013). Concerning methodology, we combined contributions in the field of Discourse Analysis of French orientation and Argumentation to list categories of analyses. The analyses results point to the existence of similiar ethé in the three pronouncements, and specific ethé to each one of the communicative situations, responsible for creating the image of the politician. We see that the construction of *ethos* necessarily goes through an interdiscursive medium and is done by linguistic resources, such as collective imaginaries about Brazil and public management, values and anti-values, as well as biographical moments. All of them converge to seeking the president's legitimacy. We observe that Dilma Rousseff's self-image is mobilized, in all three pronouncements, in an inseparable way to the defense of democracy.

Keywords: Discourse Analysis; discursive ethos; political speech; public sphere; feminine gender.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1 – Coleta de dados
Esquema 2 – A inserção do discurso político
Esquema 3 – Formação dos argumentos fundamentados na estrutura do real
Esquema 4 – As provas retóricas e seus domínios
Esquema 5 – Proposta metodológica
Esquema 6 – Valores e antivalores em disjunção
Esquema 7 – <i>Ethé</i> produzidos a partir dos valores e antivalores
Esquema 8 – Formação do <i>ethos</i> de credibilidade
Figura 1 – Distribuição por regiões das 77 deputadas federais eleitas em 2018
$Figura\ 2-M\'edia\ de\ horas\ dedicadas\ aos\ cuidados\ de\ pessoas\ e/ou\ afazeres\ dom\'esticos\ por$
pessoas ocupadas, por sexo (horas semanais)
Figura 3 – Frames com sequência da apresentação visual de Dilma Rousseff 115
Figura $4-Frames$ com sequência das posturas corporais de Dilma Rousseff 121
Figura 5 – <i>Ethos</i> de seriedade: semblantes de Dilma Rousseff

SUMÁRIO

1 O CENÁRIO E SEUS DESAFIOS	12
1.1 Justificativa	14
1.2 Problema de pesquisa e objetivos	17
1.2.1 Objetivo geral	17
1.2.2 Objetivos específicos	17
1.3 A construção do corpus	18
1.3.1 Coleta de dados	19
1.4 Roteiro de capítulos	20
2 DEMOCRACIA, PODER E LEGITIMIDADE	23
2.1 Contornos da democracia	23
2.2 A esfera pública e seus desdobramentos	28
2.3 A resistência é feminina: a luta contra o apagamento da mulher com	o figura pública
e política	37
2.3.1 Marcas de enfrentamentos políticos das mulheres brasileiras	41
2.3.2 Sobre invisibilidades e sub-representação	44
2.3.3 Quando o apagamento passa pelo discurso	51
2.4 O discurso político e os percursos de suas qualificações	56
3 ESTRATÉGIAS DO DISCURSO POLÍTICO	67
3.1 A força dos argumentos tecendo as pautas públicas	67
3.1.1 Ethos discursivo, logos e pathos	77
3.2 Enunciação e as instâncias do discurso: entradas para a construção	ίο de sentidos e
para a projeção de <i>ethé</i>	87
3.3 O espaço biográfico e as narrativas de vida	
4 A VOZ DA PRESIDENTA	103
4.1 Proposta metodológica como fio reflexivo	103
4.1.1 As condições enunciativas	104
4.1.2 Os imaginários sociodiscursivos	105
4.1.3 A disposição do discurso retórico	106
4.1.4 Valores argumentativos	108
4.2 Circunscrevendo os dizeres	110
4.2.1 Matizes políticos da representação visual	113
4.2.2 A quem se destinam?	123

4.3 Direcionando pautas e argumentos	137
4.4 Imaginários no espaço de poder	146
4.5 Momentos biográficos e demarcações do gênero feminino	152
4.6 Entre defesas e antagonismos	163
4.7 Ethé discursivos localizados	174
4.8 Da ascensão à queda: os <i>ethé</i> da personagem Dilma Rousseff	179
5 EM FRENTE: OLHARES E CAMINHOS POSSÍVEIS	182
5.1 E a democracia?	185
REFERÊNCIAS	189
ANEXOS	196

1 O CENÁRIO E SEUS DESAFIOS

O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. | Djamila Ribeiro |

Como fios, as palavras tecem o texto e seus sentidos, alinhavam posicionamentos, arrematam discussões. E, como nos lembra a filósofa brasileira Djamila Ribeiro, nossa fala é a marcação da nossa existência. Dessa forma, tomamos como ponto de partida a função que a linguagem exerce ao viabilizar e regular as relações entre os indivíduos em uma coletividade. Pela linguagem, as representações se constroem, o convencimento se sustenta, as narrativas e os testemunhos chegam e partem.

Do ponto de vista político, especificamente, vemos, de acordo com a análise do linguista francês Patrick Charaudeau (2006), que linguagem e ação são dois integrantes da troca social e que conjugam autonomia e interdependência recíprocas. Paralelamente, devemos lembrar que a ação política determina a vida social. O discurso político se configura, então, como ferramenta fundamental para efetividade da ação política. Essa indicação pode ainda ser reforçada, se observarmos as estruturas de um regime democrático, em que a discussão é parte dos processos de decisões públicas de impacto coletivo.

Ao examinar discursos, temos a oportunidade de interrogar a história, compreender as transformações sociais e abrir novos caminhos; ações que tentamos realizar nesta pesquisa. O interesse pelos *ethé* discursivos e pelos sentidos presentes nos pronunciamentos políticos de Dilma Rousseff veio, além de outros motivos que detalhamos a seguir, pelo ineditismo da situação: Dilma Rousseff foi a primeira figura pública feminina a ocupar o mais alto cargo do país. O fato, por si só, já pode nos dizer muito sobre os níveis de representatividade feminina na democracia brasileira. Se a eleição de Dilma Rousseff representou uma vitória da democracia ao afirmar, por meio do voto, que mulheres também são líderes políticas, as conduções do processo de *impeachment* (2 de dezembro de 2015 – 31 de agosto de 2016) ao qual foi submetida, julgada por parlamentares com processos na justiça e afastada em definitivo do cargo nos mostram as fragilidades de um sistema que ainda engatinha quando o assunto é representatividade e equidade.

Para caracterizar a democracia, o filósofo político italiano Norberto Bobbio (1986) entende ser fundamental incorporá-la ao conjunto de regras que estabelece quem autoriza as tomadas de decisões coletivas e por meio de quais procedimentos. O autor chama atenção para a figura do indivíduo, já que todas as decisões – coletivas e de grupo – são tomadas por indivíduos. Uma decisão só é aceita como decisão coletiva depois de se considerar os indivíduos que são "autorizados a tomar as decisões vinculatórias para todos os membros do grupo" (BOBBIO, 1986, p. 18). Podemos aproximar essa ideia de legitimidade das narrativas de vida. Cada vez mais percebemos as histórias de si sendo exploradas como estratégias de legitimação de figuras públicas.

Dilma Rousseff, durante as campanhas eleitorais pela presidência e durante seus dois mandatos, posicionava-se a partir de alguns lugares: o lugar da primeira mulher a presidir o Brasil, o lugar da militante política que ainda muito jovem resistiu à ditadura, tendo sido presa e torturada, e o lugar da cidadã brasileira engajada, politicamente, pela luta a favor da democracia. Esses são alguns pontos de sua história que foram enfatizados frequentemente em seus pronunciamentos políticos. São lugares enunciativos que, imbricados aos pronunciamentos, parecem já projetar alguns *ethé* discursivos – conceito central para condução de nosso estudo.

É curioso, inclusive, observar como cada um desses pontos repercutiu na forma como ela foi tratada pela elite econômica do país, pela mídia e pelos colegas homens políticos, especialmente durante o processo de *impeachment*. A própria votação do processo, na Câmara dos Deputados e no Senado, evidenciou e colocou em pauta a biografia da ex-presidenta¹. A respeito desse processo, para caracterizá-lo, posicionamo-nos com a seguinte afirmação do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2016), no livro *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*:

[...] quanto mais significativas forem as vitórias democráticas — quanto mais eficazes forem as forças socialistas na luta pela maior redistribuição social e pela inclusão intercultural —, maior é a probabilidade de o bloco capitalista recorrer a meios não democráticos, isto é, fascistas, para recuperar o controle do poder de Estado. (SANTOS, 2016, p. 127).

¹ Adotamos o substantivo no feminino, da mesma maneira como Dilma Rousseff se autointitulava em seus pronunciamentos políticos. A escolha pela expressão evidencia que, pela primeira vez na história da democracia brasileira, uma mulher foi eleita para governar o Brasil.

A figura pública de Dilma Rousseff foi alvo de discursos machistas e misóginos, construídos por meio da linguagem e disseminados pelos meios de comunicação. Partilhamos, aqui também, do parecer de Santos (2016), quando o autor afirma que

[...] na América Latina, a grande mídia, controlada por famílias oligárquicas e pelo grande capital, é a que mais clama pela liberdade de expressão sem limites para insultar os governos progressistas e ocultar tudo o que de bom esses governos têm feito pelo bem-estar dos mais pobres. (SANTOS, 2016, p. 110).

Nossa proposta é, assim, observar, por meio da Análise do Discurso francesa e de estudos da Argumentação, de que maneira as relações entre democracia, poder e imaginários se instauram e dialogam com a projeção de *ethé* discursivos e, consequentemente, com os processos de construção de identidade no discurso político. Paralelamente, a trajetória de vida de Dilma Rousseff, aliada a momentos históricos da República dos quais Dilma fez parte ou foi a protagonista, oferece-nos um rico contexto de estudo.

Para responder à problematização que move esta pesquisa, dialogamos com conceitos que envolvem processos políticos e sociais de legitimidade e as narrativas de si. A partir deles, buscamos procedimentos de análise, que detalhamos no quarto capítulo, a fim de abarcar a complexidade do assunto.

1.1 Justificativa

A relevância e o desafio deste estudo encontram-se, primeiramente, em compreender as relações instauradas entre os espaços da linguagem e da política. O professor e pesquisador Carlos Piovezani Filho (2009), ao dialogar com os estudos desenvolvidos pelo linguista Jean-Jacques Courtine, reforça que o discurso político é concebido e organizado a partir de uma prática semiológica e histórica que se firma em diferentes esferas da instância pública. Para analisar as estratégias discursivas e as construções de sentido em discursos políticos, é necessário considerarmos o peso histórico que regimes de governo carregam. No caso do Brasil, a democracia representativa, por meio do direito ao voto, legitima a voz do governante a representar todos os cidadãos. Por democracia representativa, compreendemos o regime político no qual o poder democrático se circunscreve na eleição de representantes.

Ao estudar os modelos de democracia, Santos (2016) constata que a autonomia dos representantes é paradoxal. Apesar de ser necessária a existência dessas figuras para o funcionamento da democracia representativa, há também o que o autor denomina de patologia da representação, o problema de a maioria dos representados não se reconhecer nos representantes. Nesse sentido, a análise dos discursos de Dilma Rousseff, eleita em 2010 a primeira mulher a governar o Brasil, faz parte de um contexto importante da história da democracia brasileira e das relações de poder, representação e legitimidade instauradas a partir da linguagem.

Piovezani (2009) observa que, na contemporaneidade, a legitimação não se direciona apenas às instituições políticas, mas, sobretudo, a quem desempenha as funções políticas do governo, conferindo ao que é público certa personalização. "Tudo se passa como se o âmbito privado e pessoal tivesse que se equiparar ou se sobrepor ao público e político" (PIOVEZANI, 2009, p. 134). Por essa perspectiva, a pesquisadora argentina Leonor Arfuch (2010)² acredita que a interação discursiva proporcionada pelos meios de comunicação de massa, relacionada à ascensão do âmbito privado para a configuração da esfera do público, marcou a derivação ao íntimo. "Algumas das maiores consequências disso são a personalização da política, o peso decisivo que adquire a vida privada, a dimensão subjetiva e o carisma na construção da imagem e da representação pública dos candidatos" (ARFUCH, 2010, p. 89, grifo da autora). A respeito do carisma, Santos (2016) observa que essa habilidade, fortemente vinculada à persuasão, cria uma relação mobilizadora entre governantes e governados, "porque junta à legitimidade democrática uma identidade de pertença e uma partilha de objetivos que estão muito além da representação política" (SANTOS, 2016, p. 91). Todas as compreensões citadas se imbricam nesta pesquisa e, juntas, demonstram a importância de investigar a presença de tais noções no discurso político.

Outro cenário que aponta para a relevância do estudo diz respeito aos lugares ocupados e aos valores sociais atribuídos aos gêneros feminino e masculino. O conceito de gênero não se

_

² Entre as investigações desenvolvidas pela pesquisadora argentina, Leonor Arfuch propõe estudos sobre o dialogismo no gênero entrevista, sobre as dicotomias e proximidades entre o público e o privado e sobre a dimensão da (auto)biografia na contemporaneidade. Como veremos adiante, nesta pesquisa exploraremos as contribuições da autora a respeito do espaço biográfico.

construiu de forma coerente e coesa. Interseções da representação do feminino e do masculino mesclaram aspectos classistas, étnicos, sexuais, regionais. Todos esses elementos ofereceram identidades discursivamente construídas, como salienta a filósofa estadunidense Judith Butler (2010). Tornou-se "impossível separar a noção de 'gênero' das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida" (BUTLER, 2010, p. 20).

Vemos, ainda, que a aquisição dos direitos das mulheres, historicamente marcados por exclusões e descompassos, em todas as instâncias da vida social, pode ser concebida como uma marcação política. Os registros passados e as constantes lutas por condições igualitárias nas esferas profissional, do lar, da educação e em todas as instâncias civis explicam esse lugar político de questionamento e de confronto aos valores e hierarquias encontrados no Brasil.

Acreditamos que todas essas reflexões, por meio das interferências sociais, históricas e culturais pelas quais perpassam o discurso, podem contribuir para o estudo do discurso político e, mais além, para a dimensão do espaço biográfico³ a partir da mídia audiovisual. A respeito dos registros audiovisuais, pontuamos que um dos fatores que constituem o discurso político diz respeito aos modos de transmissão e de alcance. Para que uma escuta pública se efetive, espera-se grande espalhamento do discurso. Imagens e sons se integram como dispositivos da fala pública contemporânea. Os vídeos de pronunciamentos políticos, por exemplo, reúnem técnicas e instrumentos sociais e históricos. Piovezani (2009) observa que a intensificação do registro em áudio e vídeo das práticas de fazer política viabilizou o olhar e a escuta de si e, consequentemente, uma forma de controle e autocorreção. Analisar pronunciamentos a partir da mídia audiovisual significa compreender que os discursos são construídos também por práticas não verbais,

[...] em que o verbo não pode mais ser dissociado do corpo e do gesto, em que a expressão pela linguagem se conjuga com a expressão do rosto, em que o texto torna-se indecifrável fora de seu contexto, em que não se pode mais separar linguagem e imagem (COURTINE, 2006, p. 57).

⁻

³ Arfuch (2010) defende como espaço biográfico uma confluência que abarca várias formas e gêneros, entre eles, a autobiografia, as histórias de vida, a entrevista biográfica. Todas essas formas de narrativa buscam dar conta do que foi vivido e que é resgatado pelo eu-personagem.

Por esses motivos, enxergamos a riqueza de signos no material audiovisual e justificamos o nosso interesse nele para conduzir nossas análises. Compreendemos a dimensão semiótica deste trabalho a partir do vínculo entre as expressões verbais e não verbais.

1.2 Problema de pesquisa e objetivos

Diante do cenário das relações linguísticas e políticas, nosso problema de pesquisa se concentra em responder à questão: quais *ethé* discursivos são mobilizados em pronunciamentos políticos de Dilma Rousseff?

Para tanto, definimos como objetivos geral e específicos algumas ações. Elas são responsáveis por guiar as abordagens teóricas e analíticas desta pesquisa.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a construção de possíveis *ethé* discursivos presentes em pronunciamentos de Dilma Rousseff.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar os recursos narrativos explorados em pronunciamentos políticos de Dilma Rousseff para representar papéis sociais;
- Refletir sobre o espaço que a figura da mulher brasileira e as discussões de gênero ocupam nos pronunciamentos de Dilma Rousseff;
- Verificar como os imaginários sociodiscursivos e o espaço biográfico se apresentam no corpus;
- Observar as condições enunciativas dos discursos do corpus a partir de contextos políticos e socioculturais;
- Investigar de que forma os discursos da presidenta Dilma Rousseff põem em ordem defesas, acusações e argumentos em diferentes momentos de sua gestão, e se estruturam do ponto de vista persuasivo.

1.3 A construção do corpus

Analisamos a construção dos possíveis *ethé* discursivos presentes em três pronunciamentos políticos de Dilma Rousseff. A seleção do material levou em conta momentos expressivos e simbólicos entre os seis anos de mandato da ex-presidenta, que dividimos em três períodos: o primeiro mandato; a reeleição; o afastamento em definitivo do cargo de chefe de Estado e de Governo, mais de dois anos antes do fim do segundo mandato, por meio do processo de *impeachment*. Como informamos anteriormente, ressaltamos que todas as análises foram feitas a partir do registro audiovisual dos pronunciamentos.

Do primeiro mandato, selecionamos o primeiro discurso de Dilma Rousseff como primeira presidenta eleita do Brasil. O discurso foi lido em 31 de outubro de 2010, em hotel em Brasília, reunindo a liderança do Partido dos Trabalhadores (PT) e políticos eleitos do partido, após o resultado do segundo turno da eleição presidencial.

O segundo mandato é representado no *corpus* pelo discurso de Dilma Rousseff durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional, em 1º de janeiro de 2015. O discurso fez parte dos atos de posse presidencial.

O terceiro e último discurso escolhido também se localiza no segundo mandato, mas corresponde ao terceiro momento da divisão proposta nesta dissertação. Trata-se do primeiro discurso de Dilma Rousseff após a decisão do Senado Federal em dar fim a seu segundo mandato, depois de um ano e oito meses de exercício. O discurso foi lido em 31 de agosto de 2016, em um púlpito instalado no Palácio da Alvorada.

Como podemos observar, o *corpus* é construído a partir de diferentes e relevantes momentos da carreira e do governo de Dilma Rousseff. Os contextos de produção e de direcionamento desses discursos possuem aproximações e contrastes convidativos para análises. Tais aspectos apresentam-se como critérios que justificam as escolhas feitas. Consideramos viável e satisfatória a quantidade de discursos e de material para a elaboração da dissertação.

1.3.1 Coleta de dados

A coleta de dados se deu por meio da captação dos três vídeos selecionados e disponíveis no canal *YouTube*. Em levantamento realizado em busca do material, constatamos que nem todos os três pronunciamentos estavam disponíveis em canais institucionais. Apesar de dois discursos da mostra terem sido resgatados nos canais do *YouTube* "Dilma Rousseff" e "TV NBR", um discurso, que estava subdividido em dois vídeos, foi extraído do canal "VotePlínio50". O canal retransmite a cobertura realizada pela TV Bandeirantes do primeiro discurso da presidenta eleita em 2010.

Dessa forma, a seleção do material audiovisual levou em consideração a disponibilidade dos discursos na íntegra. Por isso, é necessário esclarecer que, devido à diversidade de coberturas, não abordaremos, nas análises, os enquadramentos das câmeras, apesar de reconhecermos o fato de que as câmeras são sujeitos argumentantes. Ao compreendermos que o domínio da argumentação vai além dos grandes gêneros retóricos tradicionais (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016), podemos afirmar que os enquadramentos e movimentos de câmera conduzem o olhar e marcam pontos de vista, possuindo, assim, força argumentativa.

No esquema a seguir, apresentamos a relação dos vídeos, ilustrando os três momentos e a duração de cada um dos três pronunciamentos:

PRIMEIRO MANDATO



Primeiro discurso após resultado da eleição -201024m31s

SEGUNDO MANDATO



Discurso da reeleição Compromisso Constitucional no Congresso Nacional – 2015 44m27s

IMPEACHMENT



Primeiro discurso após aprovação do processo de impeachment - 201611m20s

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

1.4 Roteiro de capítulos

Pensar sobre o estudo do discurso político nos remete à Análise do Discurso enquanto disciplina questionadora a partir de uma ótica de racionalidade política e de regulação de fatos políticos (CHARAUDEAU, 2006). Cientes dessa relação, apresentamos o roteiro de reflexões ao qual chegamos, responsável por guiar a leitura deste trabalho.

Em nosso primeiro capítulo teórico, registramos algumas inquietações a fim de tentar compreender, ou ao menos mapear, os contextos social e político nos quais os

pronunciamentos de Dilma Rousseff se localizam. Para tanto, debruçamos em caracterizações e problemáticas levantadas por Norberto Bobbio (1986) e Boaventura de Sousa Santos (2016) acerca da democracia. Na sequência, propomos breve resgate a respeito das esferas pública e privada a partir das formulações de Hannah Arendt (2014) e de Jürgen Habermas (1984, 2011). Refletimos também a respeito da incompletude do conceito de esfera pública, especialmente no que diz respeito às sociedades multiculturais e marcadas por desigualdades, a partir do trabalho de Nancy Fraser (1990) e de Seyla Benhabib (1992). Tais proposições nos levam a discutir sobre a luta contra o apagamento da mulher enquanto figura pública e política. Ancoramo-nos em trabalhos de Mary Wollstonecraft (2016), Carole Pateman (1993), Maria Amélia de Almeida Teles (1999) e Maria Lygia Quartim de Moraes (2003). Ainda nesse capítulo, apresentamos alguns dados e estudos que expõem e analisam a subrepresentação da mulher em cargos políticos institucionais no Brasil e refletimos, a partir das observações de Djamila Ribeiro (2017b), como o apagamento feminino nas instâncias de poder é, muitas vezes, legitimado pela linguagem. Ao final desse capítulo, pontuamos algumas caracterizações sobre o discurso e o discurso político. Trabalhamos com as contribuições de Dominique Maingueneau (2005b), Carlos Piovezani Filho (2009), Jean-Jacques Courtine (2006) e Patrick Charaudeau (2006).

Adentramos a fundo nas questões enunciativas e da Análise do Discurso propriamente, no segundo capítulo teórico. Nele, olhamos para as estratégias do discurso político a partir das contribuições da Argumentação com os trabalhos de Ruth Amossy (2007, 2011a, 2018), Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (1996), Luiz Antonio Ferreira (2010), Antônio Suárez Abreu (2009). Mais especificamente, discutimos a evolução das noções das três provas retóricas, o *ethos* discursivo, o *logos* e o *pathos*, com trabalhos de Maingueneau (2001, 2005a, 2008) e Amossy (2001b) e as aplicações práticas ao discurso político com Charaudeau (2006). Discutimos também a construção dos enunciados por meio das contribuições de Émile Benveniste (1995). Finalizamos o capítulo dedicando espaço à dimensão biográfica e ao estudo das narrativas de vida em discursos políticos. Para isso, dialogamos com Leonor Arfuch (2010), Judith Butler (2017), Ida Lucia Machado (2011, 2012, 2013).

Todas as abordagens e conceitos participaram da construção do capítulo seguinte. No capítulo 4, dedicamo-nos à análise dos pronunciamentos. Optamos por agregar as delimitações da

metodologia a esse capítulo. Nele, então, apresentamos as categorias de análise, concentradas nas condições enunciativas, nos imaginários sociodiscursivos, na disposição do discurso retórico, nos valores argumentativos. Todas as categorias foram mobilizadas com o objetivo de identificar *ethé* discursivos.

Por fim, em nosso último capítulo, discutimos sobre os *ethé* encontrados em cada um dos três pronunciamentos de Dilma Rousseff. Apontamos, também, possíveis desdobramentos do trabalho pela ótica da memória discursiva e retomamos a discussão a respeito da democracia e seus desafios no contexto brasileiro.

2 DEMOCRACIA, PODER E LEGITIMIDADE

Fomos educadas para respeitar mais ao medo do que a nossa necessidade de linguagem e definição, mas se esperarmos em silêncio que chegue a coragem, o peso do silêncio vai nos afogar. | Audre Lorde |

2.1 Contornos da democracia

Refletir a respeito dos discursos políticos nos encaminha para os contextos sociais nos quais eles são produzidos. Começamos este capítulo refletindo sobre alguns enfoques e contextualizações a respeito do sistema de governo, estruturado ao longo de anos, que parte do princípio da igualdade dos cidadãos por meio do voto. Respaldamos, inicialmente, nossas observações sobre a democracia a partir de produções da Filosofia Política e da Sociologia. Ao olharmos para trabalhos de críticos dessas duas áreas, como Bobbio (1986), Santos (2016), Arendt (2014), Habermas (1984), Benhabib (1992) e Pateman (1993), encaramos as estruturas da democracia, da esfera pública e as desigualdades – entre elas, as de gênero – presentes no espaço público.

Iniciamos, então, as discussões pela democracia. Por democracia representativa, compreendemos o regime político no qual converge o poder democrático na eleição de representantes. O filósofo político italiano Norberto Bobbio (1986) situa o Estado democrático, quando o caracteriza como ideal do ponto de vista do direito, ao contrário do Estado despótico, ideal para "quem se coloca do ponto de vista do poder" (p. 13). O autor pontua que, pelo governo, vinculamo-nos às leis fundamentais e, pela noção de lei, os legisladores devem ser submetidos. O governo das leis – e, consequentemente, a democracia – "apenas é possível se aqueles que exercem poderes em todos os níveis puderem ser controlados em última instância pelos possuidores originários do poder fundamental, os indivíduos singulares" (BOBBIO, 1986, p. 13).

A democracia corresponde a um método de governo como conjunto de regras para tomar decisões coletivas. Por isso, a concepção da sociedade, mesmo a partir das óticas individualistas, considera o homem como ser social, que não vive isolado. Diante dessa

premissa, o autor esclarece como as relações do indivíduo com a sociedade são vistas pelo liberalismo⁴ e pela democracia:

[...] o primeiro [liberalismo] põe em evidência sobretudo a capacidade de autoformar-se; a segunda [democracia] exalta sobretudo a capacidade de superar o isolamento com vários expedientes que permitam a instituição de um poder finalmente não tirânico. Trata-se no fundo de dois indivíduos potencialmente diversos: como microcosmo ou totalidade em si perfeita, ou como partícula indivisível mas componível e re-componível com outras partículas semelhantes numa unidade superior. (BOBBIO, 1986, p. 14).

O autor oferece a definição de democracia calcada em três pilares: i) o direito dos cidadãos em participar, direta ou indiretamente, da tomada de decisões coletivas; ii) as regras de procedimento – como a tomada de decisão pelo voto da maioria; iii) o oferecimento de alternativas reais e poder de escolha aos que são chamados a decidir ou a eleger os representantes que irão decidir sobre determinada situação.

O desejo de organização social a partir do regime político democrático fomentou a elaboração de conceitos e modelos de democracia. As concepções consideradas hegemônicas no ocidente a respeito da teoria têm suas bases no século XX. Como traços responsáveis por formar essas concepções, encontramos a ideia de que a viabilidade da democracia moderna depende da organização política por meio de sistemas representativos. Outro ponto concentra-se na mudança da noção de povo enquanto unidade para povo como pluralidade, valorizando a noção de pluralidade de interesses e comprometendo o valor da vontade geral.

Em postura crítica a respeito das concepções hegemônicas da democracia, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2016) as caracteriza também a partir de alguns elementos, como a valorização da apatia política, o fomento da noção do pluralismo como sinônimo de incorporação partidária e disputa entre elites. Tais características, para o autor, constituem impasses para a efetivação de uma democracia que promova a igualdade a partir da diversidade. Como resposta aos discursos dominantes, desenvolveram-se, ao longo do

destaque como regulador das relações econômicas.

24

⁴ Partimos, aqui, do entendimento do liberalismo como orientação político-econômica em que o Estado Mínimo é entendido como meio adequado de garantia dos direitos do ser humano. Teóricos, entre eles, o próprio Bobbio, abordam as características do liberalismo político e do liberalismo econômico. No liberalismo político, encontramos, no centro das discussões, a função do Estado como protetor do indivíduo, preservando, fundamentalmente, as liberdades individuais do cidadão. O liberalismo econômico defende a livre-iniciativa, o câmbio-livre por meio da não intervenção do Estado na economia. Por essa corrente, o mercado acaba possuindo

século XX, as concepções contra-hegemônicas de democracia. Santos (2016) destaca como característica dessas concepções a representação política em sociedades desiguais e culturalmente diversas:

[...] se a representação resolve bem o problema da escala, resolve muito mal o da prestação de contas e o das identidades coletivas; assim, para certos grupos sociais (por exemplo, povos indígenas, populações afrodescendentes), a inclusão democrática pressupõe o questionamento da identidade que lhes foi atribuída externamente por um Estado colonial ou por um Estado autoritário e discriminatório (SANTOS, 2016, p. 18).

Além das desigualdades apontadas pelo autor, destacamos aquela que constitui o eixo no qual esta pesquisa se insere: a baixa representatividade feminina na política. No Brasil, percebemos o desequilíbrio de gênero nas funções públicas. De acordo com os dados divulgados pela Inter-Parliamentary Union⁵ em 2017, a média mundial de participação feminina no legislativo é de 22,1% e o Brasil até as últimas eleições de 2018 estava abaixo dela. No Senado, apenas 13% das cadeiras eram preenchidas por mulheres e na Câmara dos Deputados, 9,9%. Essa porcentagem mudou com o aumento de mulheres eleitas, em 2018, na Câmara, de 51 para 77 deputadas. O salto representa um avanço de 51% em relação às eleições de 2014 e a representatividade feminina passa a ser de 15% na Câmara. No Senado, a porcentagem permanece a mesma. Vemos que ainda há muito para alcançar. Bobbio (1986) acredita que "apenas a democracia permite a formação e a expansão das revoluções silenciosas, como foi por exemplo nestas últimas décadas a transformação das relações entre os sexos — que talvez seja a maior revolução dos nossos tempos." (p. 39). Com auxílio dos discursos feministas e democráticos, a sociedade pode romper com o imaginário cultural e, mais além, com situações enraizadas em espaços de poder que impedem que mulheres ocupem cargos públicos de liderança.

Ao observar o desenvolvimento do projeto político democrático, Bobbio (1986) indica três transformações que alteraram a sociedade civil. A primeira consiste na estrutura econômica da sociedade, que passou da economia familiar e da economia de mercado para uma economia

_

⁵ Organização global dos parlamentos dos Estados soberanos que trabalha com mediação de contatos multilaterais entre países em colaboração com a Organização das Nações Unidas (ONU). Entre os princípios, a organização internacional defende a importância de um parlamento forte e eficiente para a democracia representativa, a manutenção da paz internacional e da segurança, a promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável, e a equidade de gêneros nas funções públicas por meio da presença de mulheres na política.

protegida, regulada e com problemas políticos que requeriam competências técnicas. Entram em choque, aqui, a democracia e a tecnocracia. Enquanto a democracia parte do princípio de que todos podem decidir a respeito de tudo, pelo formato da tecnocracia entende-se que apenas os que detêm conhecimentos específicos devem ser chamados a decidir. A segunda transformação se concentra no aparecimento e no crescimento do aparato burocrático, aparato de poder ordenado hierarquicamente. O terceiro obstáculo é a chamada ingovernabilidade da democracia. O autor explica que, com a emancipação da sociedade civil do sistema político, o governo passou a receber várias demandas da sociedade e passou a ter a obrigação de dar respostas adequadas. "A quantidade e a rapidez destas demandas, no entanto, são de tal ordem que nenhum sistema político, por mais eficiente que seja, pode a elas responder adequadamente." (BOBBIO, 1986, p. 36). Dessa forma, existe uma defasagem entre o ritmo de demandas e o ritmo de respostas. Observamos, contudo, a necessidade do movimento de ampliação de demandas, pois, por via dessa dinâmica, a solução para as reivindicações pode ser buscada efetivamente.

Na mesma vertente de reflexões, a obra de Santos (2016) traz, como problematização central, o futuro da democracia no mundo dominado pelo capitalismo financeiro, pelo colonialismo e pelo patriarcado presente nas relações sociais. Na ótica do autor, "vivemos em sociedades politicamente democráticas e socialmente fascistas" (SANTOS, 2016, p. 13). Um dos debates pós-Segunda Guerra Mundial para o qual Santos (2016) chama atenção diz respeito às condições estruturais da democracia. Haveria compatibilidade entre democracia e capitalismo? O autor destaca a discussão inaugurada por Barrington Moore⁶, em 1960, que indicava países com e sem propensão democrática. Santos (2016) pontua que, para Moore, o papel do Estado diante da modernização e a relação com as classes agrárias explicariam por que poucas nações possuíam regimes democráticos no início da segunda metade do século XX.

Como Santos (2016) analisa, pela visão marxista, é incompatível democratizar a relação entre o capital e o trabalho nas sociedades capitalistas. Entendemos, pela leitura do autor, que o centro da divergência esteja no fato de que o capitalismo só se sustenta se for governado pela

_

⁶ MOORE, Barrington. **Social Origins of Dictatorship and Democracy**: Lord and Peasant in the Making of the Modern World. Boston: Beacon, 1996.

parcela que possui o capital, instaurando um conflito estrutural de classes. Esse conflito de classes se sustenta pelo que o autor denomina de conflito distributivo: de um lado, encontramos a pulsão pela concentração de riquezas pelos capitalistas e, de outro, a manifestação pela redistribuição da riqueza que é produzida pelos trabalhadores. A partir dessa divergência, Santos (2016) propõe uma reflexão acerca de modelos de democracia alternativos ao liberal, como a democracia participativa, a democracia popular e a democracia desenvolvimentista⁷.

O autor analisa também que as sociedades capitalistas são fortemente marcadas por sistemas de relações desiguais de poder, entre eles o racismo, o sexismo, a homofobia, a xenofobia. Tais relações atuam em rede. Cidadãos, classes e grupos são vítimas de mais de uma forma de opressão. Por isso, a luta contra as formas de dominação deve também ser promovida em rede. "Democratizar significa transformar relações desiguais de poder em relações de autoridade partilhada" (SANTOS, 2016, p. 80). O autor elenca seis subcampos de relações sociais nos quais a democratização exerce papel importante: os espaços-tempo doméstico, da produção, da comunidade, do mercado, da cidadania e das relações entre Estados.

Para Santos (2016), o entendimento da democracia não pode ser reduzido a procedimentalismo, igualdades formais ou direitos cívicos e políticos, "pois por via deles nunca foi possível estender as potencialidades distributivas, tanto simbólicas como materiais, da democracia às classes populares que mais poderiam beneficiar-se delas" (p. 18). Por isso, o autor assegura a necessidade de entender a democracia como "uma nova gramática social que rompa com o autoritarismo, o patrimonialismo, o monolitismo cultural, o não reconhecimento

-

⁷ Em linhas gerais, é possível mapear os traços que caracterizam esses modelos alternativos. A democracia participativa parte do princípio do envolvimento maior e direto da sociedade civil organizada nos espaços políticos institucionais. Ela se situa entre a democracia direta e a representativa e é responsável por viabilizar canais de discussão e de ação relacionados às decisões políticas, como referendos, plebiscitos, conselhos municipais, audiências públicas. Já as primeiras experiências da democracia popular surgiram depois da Segunda Guerra Mundial em países da Europa e da Ásia. Buscaram aproximar o sentido do poder do povo, e o papel dirigente era voltado para a classe operária. Objetivavam, desde sua formação, consolidar a estrutura socialista. A democracia desenvolvimentista, por sua vez, está voltada para o desenvolvimento do indivíduo. O argumento desse modelo encontra-se na necessidade de a sociedade valorizar e incentivar a capacidade dos cidadãos, em resposta divergente ao modelo proposto de democracia protetora, cuja participação política da população era restrita. Observamos que o ponto comum entre esses três modelos está no fortalecimento da formação política e autônoma do cidadão.

da diferença" (SANTOS, 2016, p. 18). Para tanto, é preciso investir em direitos econômicos, sociais e culturais.

Santos (2016) aplica a noção de contra-hegemonia quando afirma: "temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza" (p. 18). Dessa forma, nas sociedades contemporâneas estruturadas por três dominações – capitalismo, colonialismo e patriarcado –, Santos (2016) acredita que a resposta da democracia contra-hegemônica deve ter motivação anticapitalista, anticolonialista e antipatriarcal. O autor defende a expansão do sistema político, alcançando sistema econômico, relações familiares, raciais, sexuais, regionais, religiosas, de vizinhança, comunitárias.

[...] a igualdade tem muitas dimensões e só pode ser plenamente realizada se, a par da igualdade, se lutar pelo reconhecimento das diferenças, ou seja, pela transformação das diferenças desiguais (que criam hierarquias sociais) em diferenças iguais (que celebram a diversidade social como forma de eliminar as hierarquias). (SANTOS, 2016, p. 80).

Observar alguns aspectos das características, das evoluções históricas a respeito dos conceitos da democracia, suas aplicações e implicações no Brasil nos ajudará a compreender o contexto no qual os pronunciamentos políticos de Dilma Rousseff foram produzidos e circularam. A concepção contra-hegemônica de democracia oferecida por Santos (2016) nos desperta para as ancoragens políticas presentes nos discursos da primeira mulher que presidiu o Brasil. A reflexão sobre o conceito de contra-hegemonia também se aproxima das estratégias que buscaram construir a imagem de figura pública de Dilma Rousseff por meio de discursos que defendiam suas políticas de governo. Antes de aprofundarmos nessas análises, contudo, passaremos por algumas intersecções que consideramos necessárias para olhar para nossos objeto e problema de pesquisa. Entre elas, as formulações sobre as esferas pública e privada.

2.2 A esfera pública e seus desdobramentos

Pensar sobre os espaços políticos, suas fronteiras, disputas, seus jogos de poder e de exclusão nos faz percorrer caminhos que retomam discussões sobre o espaço público e a esfera pública. A filósofa alemã Hannah Arendt (2014), em *A condição humana*, publicado pela primeira vez em 1958, parte da defesa de que "as coisas e os homens constituem o ambiente de cada uma

das atividades humanas [...]" (p. 26). A autora estabelece forte relação entre a existência do mundo e a atividade humana que o produz, reforçando o fato de que as organizações são construídas pelos indivíduos. Entre essas estruturas, está a política. Na obra *O que é política?*8, Arendt (2002), ao afirmar que o homem é a-político, explica que a política surge entre os homens e, por isso, está fora deles. Para a autora, a política permite a convivência entre diferentes.

É possível observar o surgimento da ideia de coletividade a partir da consideração de que todas as atividades humanas são condicionadas à vida em sociedade, ao fato de que os homens vivem juntos. A noção de espaço público desenvolvida por Arendt (2014) está intimamente vinculada à presença de outros indivíduos. Seria possível afirmar, então, que a concepção do espaço público parte do princípio da alteridade, da consciência do outro para a constituição de si. A relevância da projeção, de ser visto e ouvido por outros se fundamenta no fato da singularidade e das diferentes perspectivas pelas quais os indivíduos da comunidade são formados. Por essas perspectivas, ainda, os indivíduos observam e compreendem que os mesmos fenômenos podem carregar diferentes sentidos. Segundo a filósofa.

nas condições de um mundo comum, a realidade não é garantida primordialmente pela "natureza comum" de todos os homens que o constituem, mas antes pelo fato de que, a despeito de diferenças de posições e da resultante variedade de perspectivas, todos estão sempre interessados no mesmo objeto. (ARENDT, 2014, p. 70).

Para a filósofa alemã, a aparência constitui a realidade, e o entendimento do que é relevante para a formação do espaço público vai além das experiências íntimas e privadas. Para que essas experiências sejam acolhidas pelo espaço público, é preciso que elas sejam transformadas, desprivatizadas e desindividualizadas. De acordo com esse pensamento, podemos inferir que o irrelevante é projetado para o ambiente privado. Por essa perspectiva, é possível compreender também por que atividades da instância privada – como as atividades domésticas – são invisibilizadas. A jornada do trabalho doméstico e do cuidado do lar no Brasil, conferida majoritariamente a mulheres, pode ser explicada por essa ótica, por exemplo. Esse trabalho passa a não ser visto nem reconhecido socialmente. A filósofa Seyla Benhabib

2002.

29

⁸ ARENDT, Hannah. **O que é política?** Tradução de Reinaldo Guarany. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,

(1992), cujo trabalho discutiremos adiante, pontua que, apesar das conquistas dos movimentos feministas nos séculos XIX e XX, com a luta pelo direito ao voto e pela chegada ao mercado de trabalho, a teoria moral e política contemporânea ignora as transformações da esfera privada a partir das mudanças na vida de mulheres e homens. Uma das consequências marcada pela autora é que

> [...] as relações de poder na "esfera íntima" têm sido tratadas como se nem existissem. As lentes idealizadoras de conceitos como "intimidade" não permitem enxergar que o trabalho das mulheres na esfera privada, como cuidar dos mais novos e do funcionamento da casa, não tem sido remunerado. Consequentemente, as regras que regem a divisão sexual do trabalho na família foram colocadas além do escopo da justiça⁹ (BENHABIB, 1992, p. 109, tradução nossa).

O filósofo alemão Jürgen Habermas (1984), no livro Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa, cuja primeira edição é de 1962, explica que só é representado o que se configura como valor, o que é digno de notoriedade. Por isso também, é possível compreender por que "[...] a representatividade está sempre dependente de uma circunvizinhança em que ela se desenrole" (HABERMAS, 1984, p. 23). O autor analisa que a evolução da representatividade pública esteve ligada a atributos da pessoa. A apresentação formal e visual, por meio de roupas, os gestos, com as formas de saudação e o comportamento, a retórica, com a construção do discurso e com a busca do bem falar, todas essas características eram corporificadas em alguém para, então, viabilizar a representação. No próximo capítulo, refletiremos como tais condições são mobilizadas para a construção do ethos discursivo. Pela análise de Habermas (1984), com o surgimento do estado moderno, é possível perceber a mudança na concepção de valor do governante e, automaticamente, no entendimento da representatividade. Segundo o autor,

> [...] o atributo não se refere mais à "corte" representativa, como uma pessoa investida de autoridade, mas antes ao funcionamento regulamentado, de acordo com competências, de um aparelho munido do monopólio da utilização legítima da força (HABERMAS, 1984, p. 32).

O entendimento da esfera pública, no sentido moderno, tira de cena, então, a representatividade pública e redefine a noção de público para sinônimo de estado.

of justice (BENHABIB, 1992, p. 109).

⁹ Trecho na versão original: [...] power relations in the "intimate sphere" have been treated as though they did not even exist. The idealizing lens of concepts like "intimacy" does not allow one to see that women's work in the private sphere, like care for the young and the running of the household, has been unrenumerated. Consequently, the rules governing the sexual division of labor in the family have been placed beyond the scope

Antecessora a Habermas, Arendt (2014) propõe uma distinção entre os domínios público e privado. A autora acredita que o significado mais elementar dos dois domínios aponta que "há coisas que devem ser ocultadas e outras que necessitam ser expostas em público para que possam adquirir alguma forma de existência" (p. 90). Arendt (2014) organiza a distinção entre o privado e público a partir dos domínios da família e da política. Tais domínios se estruturavam como entidades distintas desde o surgimento da cidade-Estado. Contudo, a autora discute a possibilidade do surgimento da cidade-Estado e do domínio público mediante o domínio privado da família e do lar. "O traço distintivo da esfera do lar era o fato de que nela os homens viviam juntos por serem a isso compelidos por suas necessidades e carências." (ARENDT, 2014, p. 36).

A capacidade de organização política, segundo o pensamento grego e a ótica aristotélica, é oposta à organização que tem o lar e a família como centro. Arendt (2014) pontua que o surgimento da cidade-Estado fez com que o indivíduo recebesse uma segunda vida chamada por Aristóteles de *bios politikos*, além da vida privada que já possuía. Isso explica a lógica de a fundação da *pólis* preceder a destruição das unidades que tinham como base o vínculo familiar, o parentesco. A noção de autonomia da comunidade política presumia o rompimento com a organização ligada às famílias e clãs, e estabelecia as bases de um regime pela igualdade entre os cidadãos. Ao contrário dos gregos, o pensamento político romano desenvolveu as concepções de vida no lar e na família como espaço interior e privado. Pela compreensão romana, os domínios público e privado só poderiam se sustentar em forma de coexistência.

Ao abordarmos a expressão "privada" ou "privatividade", é bem provável que o primeiro sentido que nos venha à mente não seja privação. Arendt (2014) acredita que isso se deva "[...] ao enorme enriquecimento da esfera privada por meio do moderno individualismo" (p. 47). A noção de privatividade moderna corresponde ao ato de abrigar o que é íntimo. O primeiro autor que explorou o conceito da intimidade foi Jean-Jacques Rousseau. Dialogaremos com o trabalho de Rousseau em nosso segundo capítulo teórico.

Para explicar os sentidos do domínio público, Arendt (2014) apoia-se em duas premissas. A primeira delas é a afirmação de que tudo o que aparece em público presume a divulgação e o acesso coletivo. Como acredita a autora, "para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade" (ARENDT, 2014, p. 61). Essa lógica justifica por que as maiores forças da vida íntima só aparecem publicamente após serem transformadas.

Toda vez que falamos de coisas que só podem ser experimentadas na privatividade ou na intimidade, trazemo-las para uma esfera na qual assumirão uma espécie de realidade que, a despeito de sua intensidade, elas jamais poderiam ter tido antes. A presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos; [...] (ARENDT, 2014, p. 61).

A segunda premissa na qual a autora se respalda oferece a noção de público como o mundo compartilhado e comum a todos e, ao mesmo tempo, diferente do lugar privado que ocupamos nele. É importante esclarecer que o sentido desse mundo não corresponde exatamente à Terra ou à natureza enquanto espaços físicos e organização da vida. Está, antes, relacionado à produção social, ao trabalho e aos negócios realizados entre os habitantes. Na ótica da filósofa,

conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que o possuem em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois, como todo espaço-entre [in-between], o mundo ao mesmo tempo separa e relaciona os homens entre si (ARENDT, 2014, p. 64).

A respeito da temática, Habermas (1984, p. 14) enfatiza o fato de que "o âmbito do que é setor público contrapõe-se ao privado". A aplicação do termo "público" já aparecia aqui em contraponto ao "privado". O autor, assim como Arendt (2014), lembra que tais categorias são de origem grega e foram transmitidas pelos romanos. Na cidade-Estado grega, a esfera da *pólis*, habitada pelos cidadãos livres (*koiné*), é separada da esfera do *oikos*, casa em grego, própria a cada indivíduo (HABERMAS, 1984). A esfera pública simbolizava, para os gregos, um reino da liberdade e da continuidade. "Só à luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos" (HABERMAS, 1984, p. 16).

A organização da sociedade pressupõe certo tipo de comportamento de cada um de seus integrantes por meio de regras. Pela instituição das regras é possível compreender o objetivo de normalizar comportamentos, excluindo a possibilidade de ações espontâneas. O

surgimento da sociedade de massas aponta a absorção de vários grupos em uma única sociedade. A organização social indica também a predominância da perspectiva da igualdade no mundo moderno, pois por ela há "[...] o reconhecimento político e jurídico do fato de que a sociedade conquistou o domínio público, e que a distinção e a diferença tornaram-se assuntos privados do indivíduo" (ARENDT, 2014, p. 50). Em termos práticos, contudo, observamos que a perspectiva da igualdade não se concretiza em diversas instâncias de organização social. Como veremos a partir do item 2.3 deste capítulo, no Brasil, por exemplo, deparamo-nos com inúmeros obstáculos para alcançar a equidade de gênero em cargos públicos. Um aspecto interessante a ser observado e que é pontuado pela filósofa diz respeito ao fato de que, por meio da sociedade, as próprias condições da vida foram direcionadas ao domínio público. "A sociedade é a forma na qual o fato da dependência mútua em prol da vida, e de nada mais, adquire importância pública, e na qual se permite que as atividades relacionadas com a mera sobrevivência apareçam em público." (ARENDT, 2014, p. 56).

Relacionado a esse aspecto, Arendt (2014) acredita que o mundo moderno é marcado pela indistinção entre os domínios privado e político por meio da esfera social, na qual "[...] os interesses privados assumem importância pública" (p. 42). A política, a partir da visão moderna, é entendida como uma função da sociedade e, por consequência disso, necessidades que correspondem à esfera privada passam a ser de interesse coletivo. A esfera social é encarada, então, como uma esfera híbrida em que domínios público e privado se misturam. "No mundo moderno, os domínios social e político diferem muito menos entre si. [...] a administração doméstica de todas as questões antes pertinentes à esfera privada da família transformaram-se em preocupação 'coletiva'." (ARENDT, 2014, p. 39-40). A concepção da sociedade como chefe de família que administra o meio e preza pelo bem coletivo está presente no pensamento econômico, por exemplo.

Ao citar a frase de Tomás de Aquino, cuja tradução consagrada é "o homem é, por natureza, político, isto é, social", a autora critica a colocação dos termos *político* e *social* como sinônimos. Para Arendt (2014) essa substituição "revela até que ponto havia sido perdida a original compreensão grega da política" (p. 27). Para os gregos, por meio da *pólis*, a política, além de ser a única característica essencialmente humana, concretizava a liberdade e a igualdade dos cidadãos. Essa concepção se choca com a concepção romana de sociedade, que

se caracteriza por um espaço de domínio do império sobre os cidadãos. Outro ponto de incoerência entre o *político* e o *social*, na ótica da autora, aponta, como vimos, para a concepção moderna de sociedade que entende a política como espaço que dirige e orienta a esfera privada. A substituição do *político* pelo *social* se fortaleceu também pela noção de sociedade para os latinos. A expressão *societas* apresentava um significado político, indicando uma parceria entre pessoas para alcançar um fim específico.

Enquanto o trabalho de Arendt (2014) atenta para o apagamento das fronteiras entre o público e o privado, observamos, em Habermas (1984), a ênfase ao processo histórico no qual a esfera pública emergiu. É fundamental circunscrever que a esfera pública sobre a qual o autor trata está ligada a um público burguês reunido para debater obras literárias e praticar a argumentação no contexto de expansão capitalista.

O sujeito dessa esfera pública é o público enquanto portador da opinião pública; [...] No âmbito dos mídias, a "publicidade" certamente mudou de significado. De uma função da opinião pública tornou-se também um atributo de quem desperta a opinião pública (HABERMAS, 1984, p. 14).

É interessante observar como o sentido de representação foi atrelado à ideia do que é exposto publicamente. Observamos até aqui duas premissas acerca do trabalho de Habermas (1984). A primeira é que a construção da esfera pública habermasiana está intimamente ligada ao contexto alemão no século XVIII, não sendo possível deslocá-la para outras conjunturas. A segunda diz respeito à constatação de que só é possível integrar à esfera pública o sujeito formado por uma opinião pública. Esse sujeito corresponde aos cidadãos burgueses que liam e, a partir do desenvolvimento da imprensa, formavam e manifestavam sua opinião. A existência da opinião pública pode, então, ser relacionada a outras duas lógicas importantes: a da publicização de atos políticos, que viabiliza o conhecimento e a discussão de temas de interesse coletivo, e a capacidade do indivíduo de racionalizar e, assim, avaliar assuntos. Podemos ver, nesse ponto, o valor dado ao exercício do poder político por meio dos julgamentos, das críticas e da fiscalização dos indivíduos. Pela ótica do autor, a avaliação pública é um procedimento democrático.

Ao revisitar sua teoria, considerando esfera pública e espaço público como sinônimos, Habermas (2011), na obra *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, publicada,

primeiramente, em 1992, alerta que esse fenômeno social não deve ser associado a uma instituição ou a um sistema, já que "exteriormente ela [a esfera pública] se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis" (p. 92). Ainda de acordo com o autor, a esfera pública se consolida por uma rede de comunicação de conteúdo e por tomadas de posição. Habermas (2011) acredita que os indivíduos, a partir de experiências cotidianas e particulares, produzem opinião na esfera pública. Isso o faz considerar o entrelaçamento entre a vida pública do cidadão e a vida privada do indivíduo, criando um ambiente onde esfera pública e esfera privada são impactadas uma pela outra. O filósofo pontua que

os canais de comunicação da esfera pública engatam-se nas esferas da vida privada — as densas redes de interação da família e do círculo de amigos e os contatos mais superficiais com vizinhos, colegas de trabalho, conhecidos, etc. — de tal modo que as estruturas espaciais de interação simples podem ser ampliadas e abstraídas, porém não destruídas. De modo que a orientação pelo entendimento, que prevalece na prática cotidiana, continua valendo também para uma *comunicação entre estranhos*, que se desenvolve em esferas públicas complexas e ramificadas, envolvendo amplas distâncias. (HABERMAS, 2011, p. 99, grifo do autor).

Vinculada à Teoria Crítica, a filósofa estadunidense Nancy Fraser (1990) observa relevantes aspectos que o modelo original de esfera pública habermasiana não deu conta de alcançar. Entre seus apontamentos, a autora problematiza a não-aplicabilidade do conceito a realidades de sociedades multiculturais e compostas por públicos diversos. Para Fraser (1990), a esfera pública de Habermas foi constituída por uma série de exclusões. Ao olharmos para o tema de nosso trabalho, frisamos a observação da autora de que as construções do gênero masculino na esfera pública republicana excluíram a concepção da vida política das mulheres. Além de criticar o princípio da igualdade em uma esfera pública, marcada por estratificações e desigualdades sociais, Fraser (1990) chama atenção para as relações de dominação e de apagamento das discussões consideradas de âmbito privado. Pensemos, a partir daí, na consolidação do sexismo e na exclusão de outros grupos do debate público. A autora acredita que

esse processo de distinção [...] ajuda a explicar o nível exacerbado do sexismo característico da esfera pública liberal; novas normas de gênero que impõem a domesticidade feminina e uma forte separação entre as esferas pública e privada funcionaram como a chave que diferencia a burguesia tanto dos estratos sociais superiores quanto dos inferiores. ¹⁰ (FRASER, 1990, p. 60, tradução nossa).

_

¹⁰ Trecho na versão original: This process of distinction [...] helps explain the exacerbation of sexism characteristic of the liberal public sphere; new gender norms enjoining feminine domesticity and a sharp

Outra autora cujas críticas acompanham os pensamentos de Fraser (1990) é Seyla Benhabib (1992). Filósofa com estudos que dialogam com a Teoria Feminista, Benhabib (1992) entende que o caminho que buscou discernir os espaços público e privado

[...] serviu para confinar as mulheres e estabelecer esferas tipicamente femininas como trabalho doméstico, reprodução e o cuidado com os jovens, os doentes e os idosos ao domínio 'privado', mantendo-as fora da agenda no estado liberal.¹¹ (BENHABIB, 1992, p. 108, tradução nossa).

A autora acredita que o problema esteja em associar dimensões da vida ao espaço privado e, assim, não as considerar nos debates públicos. Isso, em certa medida, explica o fato de as mulheres e, consequentemente, os assuntos que diziam respeito a elas terem sido, ao longo de toda história, colocados na esfera privada e na esfera íntima. Por esses motivos, Benhabib (1992) defende ser necessário observar atentamente os limites entre o público e o privado, mobilizando processos mais inclusivos de participação política.

No Brasil, a partir dos anos 80, pesquisadores começam a considerar os aspectos e as singularidades de uma possível esfera pública brasileira. Apesar de nosso foco de investigação não contemplar as possíveis aplicações ou adaptações dos conceitos de esfera pública para o contexto brasileiro, acreditamos que as discussões conduzidas até aqui nos auxiliam na reflexão sobre a importância da esfera pública para o processo democrático, instaurado também pelo discurso, e para compreendermos o processo histórico do apagamento da mulher como figura pública.

Desde antes da era moderna, por exemplo, as concepções de trabalho já excluíam mulheres. "Mulheres e escravos pertenciam à mesma categoria e eram escondidos não somente porque eram propriedade de outrem, mas porque sua vida era 'trabalhosa' [*laborious*], dedicada a funções corporais." (ARENDT, 2014, p. 89, grifo da autora). Vemos até aqui como as observações a respeito da representatividade e do apagamento estão presentes nas definições

separation of public and private spheres functioned as key signifiers of bourgeois difference from both higher and lower social strata. (FRASER, 1990, p. 60).

¹¹ Trecho na versão original: the way in which the distinction between the public and the private spheres has been drawn has served to confine women and typically female spheres of activity like housework, reproduction, nurturance and care for the young, the sick and the elderly to the "private" domain, and to keep them off the public agenda in the liberal state. (BENHABIB, 1992, p. 108).

sobre a esfera pública. Trataremos, a seguir, sobre esse lugar da subalternidade direcionado à mulher, por meio da determinação e do cerceamento de espaços.

2.3 A resistência é feminina: a luta contra o apagamento da mulher como figura pública e política

Se nos propusermos o exercício de olhar para os registros da história do que chamamos de evolução, observaremos as disparidades entre os gêneros em diferentes instâncias sociais ao redor do mundo e ao longo de séculos. Perceberemos, ainda, como os poderes foram solidamente estruturados, perpetuando desigualdades, e como mulheres se articularam e se articulam para romper as lógicas da exploração, do machismo e do patriarcado¹². Refletir, então, sobre os sinais do apagamento da mulher nos espaços políticos institucionais requer de nós um retrospecto a respeito da invisibilidade da mulher como sujeito, como indivíduo, como valor.

Antes disso, é necessário pontuar que o percurso das lutas e das conquistas do feminismo¹³ varia de acordo com as circunstâncias enfrentadas por cada país¹⁴. O trabalho da filósofa e escritora inglesa Mary Wollstonecraft, escrito no final do século XVIII, publicado pela primeira vez em 1792, veio como resposta à Constituição Francesa recém-promulgada em 1791. Considerada uma das fundadoras do feminismo filosófico, Wollstonecraft questionava a exclusão das mulheres como cidadãs. As ideias iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade não tiraram as mulheres da posição inferior que ocupavam na sociedade, privadas do acesso a direitos básicos, especialmente à educação formal. Outro aspecto de destaque

_

¹² Partimos do ponto de vista do patriarcado como sistema cuja figura do homem prevalece e é privilegiada em várias instâncias, política, moral, econômica. Para Pateman (1993), cujo trabalho descreveremos à frente, "o patriarcado deixou de ser paternal há muito tempo. A sociedade civil moderna não está estruturada no parentesco e no poder dos pais; no mundo moderno, as mulheres são subordinadas aos homens *enquanto homens* [...]". (PATEMAN, 1993, p. 18, grifo da autora).

¹³ Além de perspectivas de movimentos ou de pensamentos exclusivos sobre direito das mulheres, apoiamo-nos na compreensão da pesquisadora e militante Cláudia Mayorga (ASSEMBLEIA..., 2018) a respeito do feminismo como interpretação e interpelação da sociedade a partir do lugar das mulheres. Entendemos o feminismo como luta e pensamento que nos ajuda a compreender as instituições da sociedade, os direitos, o Estado e suas dinâmicas de organização. Consideramos, também, que o feminismo abarca pensamentos múltiplos, vindo de diversos espaços, correntes e lugares sociais, sendo defendida a expressão feminismos, no plural.

¹⁴ A socióloga Maria Lygia Quartim de Moraes (2003, p. 96) analisa que o feminismo, desde a fundação enquanto movimento social, esteve organizado em pelo menos duas tendências, a liberal e a socialista. Apesar de ambas apontarem a opressão contra a mulher e a necessidade de combate, o feminismo liberal não olhava para a desigualdade de gênero por uma perspectiva anticapitalista. Já a corrente socialista indicava o desequilíbrio – e o enfrentamento – marcado por duas dimensões: a de classe e a de gênero.

presente no revolucionário texto *Reivindicação dos direitos da mulher* dizia respeito à época de produção, circunscrita no período em que a vida pública estava concentrada e se direcionava aos homens.

O documento tido como fundador do feminismo¹⁵ na Europa contestou o discurso dominante que negava o direito à cidadania das mulheres e as colocava como dependentes legais de figuras masculinas, por meio do casamento, da sujeição financeira e do vínculo exclusivo ao trabalho doméstico. O texto da autora já apontava que as condições do específico feminino, isto é, o de que cabe à mulher prover o cuidado, o carinho e as funções complementares nas quais o homem é o protagonista, foram construídas socialmente em uma história estruturante. Na introdução do documento, a autora faz severas críticas às formas como a sociedade da época desconsiderava a razão e as capacidades intelectuais das mulheres.

Espero que meu próprio sexo me desculpe caso eu trate as mulheres como criaturas racionais, em vez de adular suas graças *fascinantes* e considerá-las como se estivessem em um estado de perpétua infância, incapazes de ficar sozinhas. Sinceramente, desejo mostrar em que consistem as verdadeiras dignidade e felicidade humanas. Desejo persuadir as mulheres a se esforçarem para adquirir força tanto da mente quanto do corpo e convencê-las de que as frases suaves, a susceptibilidade do coração, a delicadeza dos sentimentos e o gosto refinado são quase sinônimos de epítetos de fraqueza, e de que os seres que são apenas objetos de piedade e daquela espécie de amor que, por definição, lhe é próxima logo se tornarão alvo de desprezo. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 27, grifo da autora).

Uma visão para a qual Wollstonecraft atentou – um dos aspectos de destaque da obra – diz respeito a abordagens feitas por autores homens, entre eles, Rousseau, que contribuíam com a interpretação que julgava inútil a presença das mulheres na sociedade. Wollstonecraft (2016) observa o fundamento da personagem Sofia, na obra *Emílio*, escrita por Rousseau (1762)¹⁶, relevante teórico para a história da Ciência Política. Ao abordar assuntos políticos que diziam respeito à relação do homem com a sociedade, e, por conseguinte, à formação do cidadão, o texto retrata a personagem Sofia a partir de orientações para que ela se tornasse a companheira ideal de Emílio, para que ele, cidadão, pudesse participar da sociedade e ocupar o espaço público. A autora condena a defesa de Rousseau a respeito da obediência e da

_

¹⁵ O segundo sexo, de Simone de Beauvoir, surgiu 157 anos depois. A obra foi publicada, originalmente, em 1949 e mostra como a mulher é projetada não a partir de si mesma, mas condicionada ao homem e pelo olhar masculino. Essa mesma ótica é responsável pelos signos de submissão, dominação e posturas hierarquizadas.

¹⁶ Título do original, em francês: Émile ou de l'éducation.

submissão, tidas como grandes lições ao caráter feminino. "Rousseau, bem como a maioria dos escritores que têm seguido seus passos, defende com ardor que a educação das mulheres seja dirigida inteiramente a um objetivo: fazê-las agradáveis" (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 48). À personagem Sofia caberia ser educada para ajudar Emílio, que romperia com a servidão dos sujeitos, mas enraizado na servidão das mulheres.

De acordo com trecho em *Emílio*, as mulheres possuem mais sagacidade, enquanto os homens, mais gênio. A aptidão de observar estaria reservada às mulheres e a de raciocinar, aos homens. Em outro trecho, o narrador personagem da obra de Rousseau (1762) afirma ser encantadora a ignorância de Sofia e que feliz era o homem destinado a instruí-la. Como resposta, Wollstonecraft (2016) defende:

[...] nego a existência de virtudes próprias de determinado sexo, sem excetuar a modéstia. A verdade, se entendo o significado da palavra, deve ser a mesma para o homem e para a mulher; no entanto, o criativo caráter feminino, tão bem descrito por poetas e romancistas, ao demandar o sacrifício da verdade e da sinceridade, converter a virtude em uma ideia relativa, que não tem outro fundamento a não ser a utilidade, e essa utilidade os homens fingem de modo arbitrário julgar, modelando-a para sua própria conveniência (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 75).

A autora explicita a lógica utilizada por Rousseau (1762) para descrever os princípios da educação, já que a obra se estrutura como romance que narra a educação de Emílio, desde o nascimento até o casamento. O argumento se elabora pela afirmação de que homem e mulher não possuem o mesmo caráter nem temperamento e, por essa constituição distinta, eles não devem ser educados da mesma maneira. O autor insiste, inclusive, que não há uma relação mútua simétrica entre homens e mulheres. Os homens estariam submetidos às mulheres somente por conta dos desejos, enquanto as mulheres estariam vinculadas aos homens tanto pelos desejos quanto pelas necessidades intelectuais. Rousseau (1762), nos trechos de *Emílio*, ressalta também que às mulheres caberia o comportamento dócil, já que elas se mantêm sob a sujeição aos homens e às opiniões da humanidade.

Por todo o contexto e por essas percepções, Wollstonecraft (2016) problematiza a educação das mulheres que, desde muito cedo, são ensinadas a valorizarem e adquirirem habilidades superficiais. "A força do corpo e da mente é sacrificada em nome de noções libertinas de beleza e do desejo de se estabelecer mediante o matrimônio – o único modo de as mulheres

ascenderem no mundo." (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 28). Pelo exemplo de suas mães, mulheres, ainda meninas, eram orientadas a desenvolverem temperamento suave, a serem obedientes e a darem atenção a um conceito pueril de decoro. É necessário pontuar, contudo, um aspecto para o qual Wollstonecraft (2016, p. 41) já atentava: "homens e mulheres devem ser educados, em grande medida, pelas opiniões e pelos modos da sociedade em que vivem". Isso significa afirmar que a educação privada, conduzida no lar, não era a única fonte de formação de opinião. Atrelada a essa defesa, a autora ressaltava que a educação deveria possibilitar ao indivíduo um exercício de entendimento, que promovesse sua independência. Defendia, ainda, a implantação de uma educação nas escolas públicas cujos gêneros não fossem fragmentados. Apesar de as compreensões estarem bastante arraigadas à ideia do matrimônio como base da sociedade, Wollstonecraft (2016, p. 214) afirmava: "para que ambos os sexos se aperfeiçoem, é necessário, não apenas na privacidade das famílias, mas também nas escolas públicas, que eles sejam educados juntos".

Ao questionar todos esses fatores, Wollstonecraft (2016) analisa que a vida da mulher do século VXIII se caracteriza como conflito permanente pelo próprio sistema que as educa e defende, assim, que "[...] até que as mulheres sejam educadas de forma mais racional, o progresso da virtude humana e o aperfeiçoamento do conhecimento encontrarão contínuos obstáculos" (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 63). Olhar para essa perspectiva histórica e para as correntes nas quais as mulheres estavam cercadas pode nos indicar a manutenção da lógica patriarcal e hegemônica em diferentes territórios e períodos.

Se compararmos à situação brasileira, observamos uma disparidade do contexto vivido pelas sufragistas europeias por uma série de motivos. Entre as pautas do movimento sufragista¹⁷, composto por mulheres na Europa e nos Estados Unidos, estava a luta pelo direito ao voto. As constituições latino-americanas do século XIX, por sua vez, sequer consideravam o voto

_

¹⁷ Uma das formas de contar a história do movimento feminista corresponde às chamadas ondas do feminismo, composta por três momentos. Resumidamente, a primeira onda se concentra no movimento sufragista, com a luta pelo direito ao voto e pela educação. A segunda onda compreende o movimento dos anos 60 e 70 que busca ampliar o debate sobre os direitos das mulheres, como o sexual, o trabalhista, problematizando o lugar que naturaliza a subordinação da mulher. A terceira onda, marcada no início da década de 90, questiona a desigualdade entre mulheres e a falta de acolhimento às diversidades, chamando atenção ao fato de que propor um movimento com uma perspectiva universal não acolhe todas. A crítica a respeito das ondas do feminismo se circunscreve nesse apontamento de existir uma visão dominante sobre o feminismo, dividindo-o em três ondas muito específicas. As estruturas universais, assim, acabam por categorizar a mulher e não abarcam as intersecções possíveis de raça, identidade de gênero, orientação sexual, etnias, entre outras.

feminino. Ainda no século XX, no Brasil, persistia a escravidão. O direito ao voto, durante a Primeira República (1889-1930), era exclusivo aos homens alfabetizados com boa renda. Nesse período, mulheres já eram duplamente exploradas, nas grandes jornadas de trabalho em fábricas e no trabalho doméstico. E as mulheres negras já sofriam tripla opressão, de raça, de gênero e de classe. Nas indústrias, a remuneração das mulheres era a mais baixa e a carga horária maior, em comparação aos homens. Não eram reconhecidas como cidadãs, como indivíduos com direitos. Somente depois da Revolução de 30, após enfrentarem diversas resistências, as mulheres passaram a votar. Em 1932, no código eleitoral provisório, a conquista ainda veio com restrições. O exercício só era permitido às mulheres casadas, com autorização dos maridos, e às viúvas e solteiras com renda própria. O voto feminino, sinônimo de emancipação política, foi incorporado à Constituição de 1934 com o apoio de Carlota Pereira de Queirós, a primeira constituinte brasileira, e a obrigatoriedade do voto para as mulheres só passou a valer em 1946. Antes disso, o dever era voltado apenas aos homens.

2.3.1 Marcas de enfrentamentos políticos das mulheres brasileiras

Alguns apontamentos históricos, necessários de serem pontuados aqui, revelam como mulheres brasileiras conduziram discussões políticas e ocuparam os espaços de resistência. Seria contrassenso projetar representações ligadas à passividade das mulheres diante das negações de direitos civis e políticos. Maria Amélia de Almeida Teles (1999), militante política brasileira, presa e torturada durante o regime militar, no livro *Breve história do feminismo no Brasil*, aborda o movimento feminista como mais amplo, se comparado à expressão "movimento de mulheres", voltado para ações em grupos que reivindicam direitos e condições dignas de vida e de trabalho. Por movimento feminista, a autora refere-se "[...] às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história" (TELES, 1999, p. 12).

No início do século XX, o Brasil dava início ao processo de industrialização. Paralelamente, as sufragistas, tecelãs, costureiras grevistas se organizavam para reivindicar direitos. No período da Primeira República, por exemplo, por meio de greves, as garantias legislativas para o trabalho feminino foram buscadas. A proteção às crianças, o tempo de licença-

maternidade, a redução da jornada de trabalho e a batalha pela igualdade política foram alguns exemplos das pautas presentes.

Apesar da conquista do voto, Teles (1999) pontua que o avanço das pautas que incluíam os direitos das mulheres sofreu grande retrocesso com o Golpe de 1964. Durante o regime militar, o mercado de trabalho, por exemplo, absorveu a mão de obra feminina de forma bastante inferiorizada. "Dócil, submissa, sem reclamar dos salários menores que os de seus colegas homens, a mulher foi exercendo as tarefas mais monótonas e repetitivas" (TELES, 1999, p. 57). Contudo, é interessante a constatação feita pela autora de que, durante esse período, a partir de 1975, especificamente, as mulheres conseguiram se organizar em grupo de forma mais sólida. Formavam, juntas, nos ambientes que ocupavam, a consciência política denunciando falta de escolas, custo de vida, salários baixos e as carências das crianças. Nesse mesmo ano, com apoio da ONU por meio do Ano Internacional da Mulher, a mulher brasileira passou a responder de forma mais expressiva às demandas da época – os direitos pelos quais lutavam se fundiam ao bem da coletividade. Foi a partir de 1975 também que novos jornais surgiram na imprensa, cujas pautas estavam direcionadas às questões de gênero. Os apelos e a formação feminista passavam a ser abordados nos editoriais de publicações como Brasil Mulher, Nós Mulheres, Mulherio. Grupos se integraram aos movimentos democráticos exigindo liberdade política. Entre as atividades de resistência, as mulheres

editaram jornais e outras publicações como cadernos e revistas. Denunciaram o conservadorismo das leis, dos costumes e casos concretos de violação de seus direitos ocorridos em suas próprias casas, nos locais de trabalho e nas ruas. [...] Abordaram em estudos e ações práticas temas como a sexualidade, o aborto, a violência sexual e doméstica, os direitos reprodutivos, a saúde da mulher, as relações trabalhistas e o trabalho doméstico. Indicaram às mulheres a necessidade de conhecer o próprio corpo e decidir sobre ele. (TELES, 1999, p. 14).

Muitas mulheres também fizeram parte de organizações políticas clandestinas para combater a ditadura militar. Para incontáveis delas – não é possível precisar a quantidade de mulheres violentadas –, a luta contra o regime ditatorial foi cercada de violências psicológicas, sexuais e físicas, desaparecimentos, exílios, torturas, estupros, suicídios, envenenamentos, ataques, prisões e mortes. Como pontua Moraes (2007), a presença das mulheres na luta armada, entre os anos de 60 e 70 no Brasil, marcou a transgressão ao que era determinado socialmente como característico ao feminino. A autora observa que,

mesmo sem formular uma proposta feminista deliberada, as militantes "comportaram-se como homens": pegaram em armas e assumiram um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento [...] (MORAES, 2007, p. 133).

Esse ponto nos permite avaliar que a transgressão de gênero, durante a repressão e a tortura do período militar, recebeu uma espécie de punição. A luta das mulheres lhes custou a liberdade e a dignidade. Custou-lhes a vida. Entre as mulheres que participaram da luta armada no Brasil está Dilma Rousseff. Em Belo Horizonte, durante a juventude, ainda aos 17 anos, Dilma dava os primeiros passos de sua educação política. Aos 19 anos, passou a militar na organização Revolucionária Marxista-Política Operária, mais conhecida como Polop. Sua função era auxiliar na impressão do jornal *O Piquete*, material considerado subversivo por formar e mobilizar a classe trabalhadora. O jornal circulava clandestinamente entre os operários de fábricas da Cidade Industrial, entre elas, a Mannesmann e a Belgo-Mineira. Dilma aproximou-se do movimento estudantil secundarista em março de 1964, duas semanas antes do golpe militar, quando passou a integrar o quadro de alunos do colégio Estadual Central. Participou do Comando de Libertação Nacional, o Colina, organização guerrilheira de extrema-esquerda, criada no começo de 1968, existente no Brasil durante a ditadura militar e composta por diversos estudantes universitários mineiros.

Dilma Rousseff era uma jovem militante intelectual que circulava em ambientes predominantemente masculinos¹⁸. Aos 21 anos, era procurada pelo regime militar. Escondeuse no Rio de Janeiro, foi presa e torturada em São Paulo. Foi nesse período que Dilma Rousseff cumpriu pena de quase três anos – dois anos e dez meses – no Presídio Tiradentes¹⁹, identificado como local que recebeu presos políticos durante a Era Vargas e o regime militar. Integrou e dirigiu a organização clandestina Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, VAR-Palmares (AMARAL, 2011).

_

¹⁸ Discussão introduzida no artigo "Pelas trajetórias políticas da vida: a representação de Dilma Rousseff no perfil As armas e os varões" (STAUFFER, 2018), apresentado no V Encontro Sudeste da História da Mídia – Alcar 2018

¹⁹ O prédio principal do presídio foi construído em 1851 e, antes de se tornar cadeia pública, era depósito de escravos. Em 1973, a estrutura física do cárcere foi condenada durante uma visita técnica, por risco de incêndio e desabamento.

Vimos, aqui, registros históricos da intensa participação das mulheres nas pautas e lutas políticas. Contudo, os reflexos da participação, do ativismo e da resistência feminina não chegam aos espaços políticos institucionais. Como mostraremos a seguir, as mulheres, apesar de serem maioria da população brasileira, são minoria na ocupação de cargos políticos. Tais incoerências nos despertam a investigar motivos pelos quais os espaços de poder não contemplam, com expressividade, a mulher enquanto representante da população em um governo democrático.

2.3.2 Sobre invisibilidades e sub-representação

As mulheres formam 51,6% da população brasileira. Entretanto, indicadores de gênero revelam que, em nossa democracia representativa, mulheres ocupam de 10% a 15% os parlamentos brasileiros, porcentagem inferior a de países do Oriente Médio, como Afeganistão, Arábia Saudita e Emirados Árabes.

A pesquisa *Estatísticas de gênero* – *indicadores sociais das mulheres no Brasil*²⁰, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em março de 2018, e atualizada em junho do mesmo ano, analisa a presença das mulheres brasileiras na vida pública, a partir de diversos indicadores sobre as estruturas sociais, como educação, acesso a recursos de saúde e participação em atividades produtivas. Ao ter como base a representação política do ano de 2017, dos 513 assentos da Câmara dos Deputados, somente 51 eram ocupados por mulheres. O resultado da pesquisa apontava que o Brasil era o último país da América do Sul em presença feminina na Câmara dos Deputados.

No *ranking* mundial de participação das mulheres na política, de acordo com levantamento divulgado pela União Interparlamentar (*Inter-Parliamentary Union*) em dezembro de 2017, o Brasil ocupa a 151ª posição entre os 193 países pesquisados²¹. A lista é liderada por Ruanda, Bolívia, Cuba, Nicarágua e Suécia.

²¹ Women in national parliaments: situation as of 1st December 2017. Geneva: Inter-Parliamentary Union - IPU, 2017. Disponível em: http://archive.ipu.org/wmn-e/arc/classif011217.htm. Acesso em: 29 set. 2018.

²⁰ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: 29 set. 2018.

Essa porcentagem na Câmara aumentou com as eleições de 2018, passando de 10,5% para 15% de mulheres. Foram eleitas 77 deputadas. O número, somado às 12 senadoras, expressa a maior representação feminina na história do Congresso Nacional.



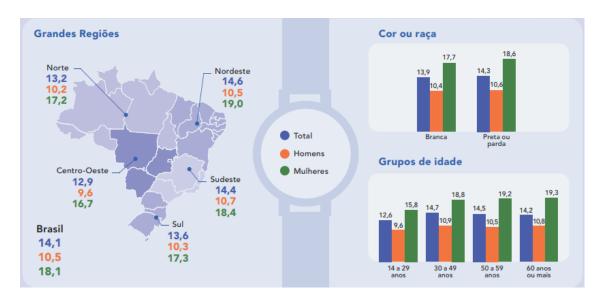
Figura 1 – Distribuição por regiões das 77 deputadas federais eleitas em 2018

Fonte: Perfil Agora é que são elas (@agoraequesaoelas_) no Instagram, 2019.

Apesar da melhoria, a proporção segue abaixo dos índices de gênero na população brasileira. De acordo com a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNAD Contínua) 2017, o número de mulheres no Brasil é maior do que o de homens. A população brasileira é formada por 48,4% de homens e 51,6% de mulheres. As mulheres são também maioria no eleitorado brasileiro, correspondendo a 52%.

A PNAD Contínua 2016, integrada ao estudo publicado pelo IBGE em 2018, indica que, em 2016, as mulheres no Brasil dedicaram aos cuidados do lar e/ou de pessoas cerca de 73% a mais de horas do que os homens. A desigualdade entre a distribuição de horas se concentra mais no Nordeste. Nessa região, as mulheres dedicam cerca de 80% a mais de horas em relação aos homens, o que corresponde a 19 horas semanais. Além da região, a cor e a raça também são aspectos que ainda determinam o envolvimento de mulheres nas atividades relacionadas ao cuidado.

Figura 2 – Média de horas dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoas ocupadas, por sexo (horas semanais)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016.

Esses dados apontam um relato da realidade, mesmo com o registro de transformações sociais sob a perspectiva de gênero. A pesquisa mostra, por exemplo, que o número de mulheres com o ensino superior completo é maior do que o de homens. Indica também a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, a redução da fecundidade e maior acesso à informação. A PNAD Contínua 2018, com divulgação especial em março de 2019 a respeito da presença das mulheres no mercado de trabalho, registrou que as mulheres ainda recebem, em média, 20,5% menos do que os homens no país.

A Lei nº 12.034, de 2009, torna obrigatório que, em eleições proporcionais, haja no mínimo 30% — e no máximo 70% — de candidaturas de cada sexo, por cada partido ou coligação partidária. Nas eleições de 2018, as mulheres tiveram uma cota financeira, por meio de decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O órgão determinou, em maio de 2018, que os partidos deveriam repassar 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para as candidaturas femininas. Ainda assim, os resultados das eleições de 2018, mesmo com aumento considerável de deputadas eleitas, registraram que somente 15% de cadeiras são ocupadas por mulheres em exercício no Congresso Nacional. No Senado, com

eleições majoritárias²², há 12 senadoras e na Câmara dos Deputados, com eleições proporcionais, 77 deputadas. Entre os motivos que podem explicar esses índices, estudos eleitorais elencam a falta de apoio às candidaturas femininas por parte dos partidos e o valor dado pelo eleitorado a candidatos que já eram parlamentares.

Consideramos importante apresentar também que o Congresso organiza e pauta trabalhos, internamente, por meio das comissões permanentes. Em 2019, das 13 comissões permanentes no Senado, apenas duas são presididas por mulheres. São elas: Simone Tebet na *Comissão de Constituição e Justiça*, e Soraya Thronicke na *Comissão de Agricultura e Reforma Agrária*. Na Câmara, das 25 comissões permanentes, somente quatro são presididas por mulheres: Benedita da Silva na *Cultura*, Luiza Canziani na *Defesa dos Direitos da Mulher*, Lídice da Mata na *Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa*, Professora Marcivânia na *Comissão de Trabalho*, *Administração e Serviço Público*.

Um indicador fornecido pela pesquisa *Estatísticas de gênero* diz respeito à participação de mulheres nos cargos ministeriais do governo. Em dezembro de 2017, dos 18 cargos de ministros de Estado, somente dois correspondiam a mulheres. Luislinda Valois ocupava a pasta do *Ministério dos Direitos Humanos* e Grace Mendonça na Advocacia-Geral da União, que possui *status* ministerial. A partir de 2019, as pastas ministeriais passaram a ser 22. Apenas duas comandadas por mulheres. Damares Alves ocupa a pasta *Mulher, Família e Direitos Humanos* – nome ao antigo *Ministério dos Direitos Humanos* – e Tereza Cristina é responsável pelo *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*.

Dados como esses endossam a crítica desenvolvida pela filósofa britânica que estuda as relações da teoria política e do feminismo Carole Pateman (1993). Na obra *Contrato sexual*, a autora nomeia a existência de um contrato social entre gêneros a partir de um acordo invisibilizado e já posto socialmente. A autora problematiza as premissas oferecidas por John Locke e autores associados à corrente de estudo a respeito do contrato como gênese do direito político e da defesa de que o poder político é distinto do poder paterno. Apesar de a teoria do

_

²² A lógica do sistema de eleição majoritária, que elege presidente, senadores, prefeitos e governadores, é a de que vence quem possuir a maioria absoluta dos votos. No sistema de eleição proporcional, utilizado para as eleições de deputados federais, estaduais e vereadores, por uma lista aberta, são contados todos os votos de cada partido. Cada partido recebe um número de vagas proporcional a ser preenchido pelos candidatos mais votados por partido.

contrato social ser apresentada por uma perspectiva de liberdade, em que supostamente todos os indivíduos desfrutam da mesma condição civil para usufruir da liberdade, a autora chama atenção para a existência de um contrato sexual, fundado e legitimado pelo direito político. A filósofa observa que

[...] essa história trata o direito político enquanto direito patriarcal ou instância do sexual – o poder que os homens exercem sobre as mulheres. [...] A nova sociedade civil criada através do contrato original é uma ordem social patriarcal (PATEMAN, 1993, p. 16).

Enquanto o contrato social se vincula a uma história de liberdade, o contrato sexual se caracteriza por uma história de sujeição. Isso leva Pateman (1993) a crer que o contrato original cria tanto a liberdade quanto a dominação e que "a liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal" (p. 17).

Outro dado significativo presente no levantamento do IBGE, divulgado na véspera do Dia Internacional da Mulher em 2018, mostra que as mulheres são minoria em cargos hierárquicos nos setores público e privado. Somente 37,8% ocupam cargos de chefia no Brasil. Essa informação pode estar associada ao fenômeno *teto de vidro*, abordado em pesquisas ligadas à área da Administração, a fim de compreender as estruturas do mercado de trabalho brasileiro. A expressão *teto de vidro* está associada à noção de barreiras invisíveis, mas que existem nas organizações. Mota-Santos, Tanure e Carvalho Neto (2014, p. 58) caracterizam o teto de vidro como "uma representação simbólica de uma barreira transparente e sutil, mas suficientemente forte para impossibilitar a ascensão de mulheres aos postos altos da hierarquia organizacional". O fenômeno também é conhecido como *segregação hierárquica* (ou *vertical*).

Apesar de o modo de recrutamento por meio do concurso ser uma premissa de acesso inicial mais igualitário²³ na Administração Pública, as carreiras do setor público enfrentam fatores de ordem social e cultural que também geram limitações. Como observa a pesquisa da cientista econômica Daniela Verzola Vaz (2013, p. 766), a situação pode ser verificada mesmo quando

-

²³ O acesso igualitário deve ser questionado, partindo do ponto de vista da meritocracia. Ao olharmos para os níveis desiguais de acesso à educação no Brasil, por exemplo, problematizamos a concepção de que a disputa em um concurso público se dê em patamar de igualdade.

as mulheres dispõem de características produtivas idênticas ou superiores às dos colegas do sexo masculino.

A pesquisa de Mota-Santos, Tanure e Carvalho Neto (2014) apresenta alguns levantamentos práticos e da literatura sobre o assunto. Além de lutarem contra a discriminação de gênero, é possível observar como as mulheres precisam mostrar continuamente que são muito competentes e competitivas, não sendo julgadas pelos mesmos padrões e níveis de excelência em comparação às exigências direcionadas aos colegas do sexo masculino. A elas também recai a necessidade constante de conciliar vida profissional e familiar, especialmente no tocante ao cuidado dos filhos, em uma tensão tênue e permanente entre o público e o privado.

De acordo com as observações feitas pela pesquisadora da Fundação João Pinheiro Letícia Godinho (2018)²⁴, as situações motivadoras do *teto de vidro* se relacionam a outro tipo de segregação, agora, horizontal, denominado *gaiola de vidro*. Os fatores que explicam a *gaiola de vidro* estão associados a representações sociais sobre a mulher e sobre o feminino por meio de supostas capacidades, habilidades, limitações e lugares sociais. Aqui, a ideia da divisão cultural do trabalho está presente, o que corresponde afirmar que mulheres e homens são direcionados a ocupar funções diferentes a partir de supostos lugares considerados naturais e próprios a cada um dos gêneros. Godinho (2018) explica a sustentação da *gaiola de vidro* pela noção de prolongamento de talentos naturais e biológicos e por um conjunto de crenças. É contra essa naturalização que o enfrentamento proposto pelo feminismo se localiza.

Enquanto a fertilidade das mulheres não é encarada com bons olhos pelas organizações, o casamento e a constituição de família representam marcas de estabilidade para o homem. Godinho (2018) pontua também que os encargos domésticos e da vida privada fazem com que as mulheres busquem por empregos que lhes garantam estabilidade. Já os homens buscam empregos voltados para a construção da carreira e progressão salarial, registrando, assim, menor permanência na mesma empresa por anos.

²⁴ Notas de aula em ciclo de palestras e debates promovido pela Assembleia Legislativa de Minas de Gerais (ALMG) com tema *Mulheres na política: história, lutas, conquistas e perspectivas*. A palestra intitulada *As mulheres, o país e o mundo: uma análise conjuntural e política* reúne os resultados de pesquisas desenvolvidas por Letícia Godinho na Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro. O conteúdo foi apresentado na ALMG em 12 de março de 2018.

Essa divisão cultural do trabalho levou a um processo de tipificação de gênero do emprego, na qual as mulheres são amplamente concentradas em trabalhos de secretariado, enfermagem e escola primária (HODSON; SULLIVAN, 2008), que tendem a ser ocupações menos bem pagas, parcialmente porque são predominantemente ocupadas por mulheres (CHARLES; GRUSKY, 2004). (GODINHO, 2018, n.p).

Por meio da perspectiva trabalhada pela doutora da Universidade de Michigan Rosabeth Moss Kanter já em 1977, Godinho (2018) defende que a ética da gestão e a cultura administrativa sênior são identificadas como masculinas. Pelas observações a respeito do histórico das pastas ministeriais ocupadas por mulheres no Brasil e no mundo, Godinho (2018) chama atenção para a existência de lugares pré-concebidos ocupados pelas mulheres relacionados ao cuidado, com as pastas da saúde, da assistência social e da educação, por exemplo. O não-lugar das mulheres é endossado, ainda, com o valor dado aos homens para ocuparem cargos considerados carros-chefes e estratégicos dos governos por meio das pautas que envolvem integração nacional, economia, planejamento, desenvolvimento e gestão. Observamos que esse não-lugar foi resgatado e esteve presente em diversas marcações discursivas, em matérias e reportagens da imprensa brasileira, direcionadas à trajetória política de Dilma Rousseff, por ter assumido, durante o governo Lula, o Ministério de Minas e Energia e, posteriormente, da Casa Civil.

Ao anunciar para a imprensa, em novembro de 2002, os nomes de cinco ministros que fariam parte do seu mandato, o presidente eleito Lula apresenta Dilma Rousseff como ministra de Minas e Energia com a frase: "havia quem pensasse que esse ministério era coisa de homem. Vamos provar que ele pode ser liderado por uma mulher".

Por outra leitura, observamos também, em pronunciamentos do ex-presidente Lula, o apelo à figura maternal, ao se referir à Dilma Rousseff como "mãe do PAC", que reforça, além de uma estratégia política, o estereótipo feminino ligado ao cuidado. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) era comandado por Dilma Rousseff enquanto ministra da Casa Civil durante o segundo mandato do governo Lula, iniciado em 2007. O PAC era um dos principais planos de investimento do governo, orçado em 500 bilhões de reais – que correspondia a um quarto de toda a riqueza do país – e voltado para projetos de infraestrutura social, como estradas, ferrovias, usinas, linhas de transmissão, portos, aeroportos, refinarias, gasodutos, saneamento e habitação. De acordo com a análise feita por Amaral (2011), naquela época,

"[...] o aquecimento da economia, a preservação da base política e o sucesso do PAC eram os ingredientes que poderiam levar à vitória nas eleições presidenciais de 2010, e Dilma Rousseff estava no centro da estratégia política de Lula" (p. 14).

Se voltarmos à noção do contrato social entre gêneros pautado pela sujeição feminina (PATEMAN, 1993) e para todas as estatísticas no campo político institucional que reforçam essa conjuntura, é possível compreender como a linguagem permeia e legitima as invisibilidades. Como sinalizam as falas do ex-presidente Lula, de maneira entrelaçada ao contexto social, as disparidades entre os gêneros operam e estão presentes na organização dos discursos. Abordaremos, no próximo item, esse assunto.

2.3.3 Quando o apagamento passa pelo discurso

Diante de todos esses dados, análises e, ao mesmo tempo, do resgate de alguns pontos históricos a respeito da efetiva participação das mulheres na história política do Brasil, questionamo-nos de que forma os aspectos discursivos atravessam a baixa representatividade da mulher nos espaços políticos institucionais. De que forma a mulher é discursivisada a partir de instâncias de poder? Ao considerar o feminismo como movimento político que se empenha para libertar mulheres e homens das relações de opressão e exploração sucedidas pela hegemonia da força e capacidade do masculino, Teles (1999) dedica-se a analisar a condição feminina brasileira, questionando o que é evidenciado e apagado nos discursos. "Começaríamos por uma apreciação crítica da visão estabelecida pelos nossos historiadores e observadores políticos, que se omitem quanto ao tema" (TELES, 1999, p. 11). A problematização vai ao encontro do que a pesquisadora Djamila Ribeiro (2017b) aborda no livro *O que é lugar de fala?*.

A autora parte da premissa introduzida por Foucault (2012) de que a linguagem é um mecanismo de manutenção de poder.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2012, p. 8-9).

Voltada para os estudos sobre o feminismo negro, Ribeiro (2017b) encara o discurso como sistema que estrutura imaginários sociais a partir de lógicas de controle e poder e o relaciona ao conceito de lugar de fala. Apesar de a origem do termo não ser precisa, a autora observa que ele é significado com frequência pelas discussões a respeito do feminismo, da diversidade, da teoria racial crítica e do pensamento decolonial²⁵. Há indicações também de que as raízes estejam no debate feminista americano, a partir dos anos de 1980.

As reflexões e trabalhos gerados nessas perspectivas, consequentemente, foram sendo moldados no seio dos movimentos sociais, muito marcadamente no debate virtual, como forma de ferramenta política e com o intuito de se colocar contra uma autorização discursiva. Porém, é extremamente possível pensá-lo a partir de certas referências que vem questionando quem pode falar (RIBEIRO, 2017b, p. 58).

O lugar de fala pode ser entendido como um mecanismo de dar voz a grupos silenciados em espaços de debate público. Ele emerge de um campo teórico que analisa o discurso a partir das contribuições de teorias enunciativas (BORGES, 2017)²⁶. Ribeiro (2017b) enfatiza a necessidade de nomear as opressões de raça, classe e gênero de modo que elas não sejam hierarquizadas. Trabalhar, por exemplo, as pautas do feminismo negro diz respeito a viabilizar, em uma sociedade desigual, novos marcos intelectuais e civilizatórios que permitam pensar em outro modelo de sociedade. A própria reflexão a respeito da linguagem, a partir da ótica de feministas negras e latinas, traz à tona a manutenção do poder com a existência de uma linguagem dominante que exclui indivíduos que não tiveram acesso, de forma igualitária e justa, a um sistema educacional. "A linguagem, a depender da forma como é utilizada, pode ser uma barreira ao entendimento e criar mais espaços de poder em vez de compartilhamento [...]" (RIBEIRO, 2017b, p. 26).

Diante desse e de outros cenários de desigualdades, o ato de nomeá-los pode ser encarado como uma das formas de resistência. "Se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível" (RIBEIRO, 2017b, p. 41). Para Borges

-

²⁵ A tese de Guimarães (2019) nos apresenta o termo como posicionamento contínuo de erguer-se e transgredir o momento colonial. A expressão decolonial é enfatizada pelo feminismo negro a partir da noção de interseccionalidade. A interseccionalidade, por sua vez, caracteriza-se como ferramenta teórica e metodológica para pensar o engendramento estrutural das opressões, como o racismo, o capitalismo e o patriarcado. Ela nos mostra como essas articulações de opressão atingem, de forma mais direta, as mulheres negras.

²⁶ Contribuições da pesquisadora Rosane Borges em entrevista ao jornal digital Nexo. Borges é ativista de relações de gênero, pós-doutora em Ciência da Comunicação e professora do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação da Universidade de São Paulo (USP).

(2017, *online*), "saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões da desigualdade, da pobreza, do racismo, sexismo". A chamada *standpoint theory*²⁷ – teoria do ponto de vista ou do ponto de partida – direciona-se não especificamente a experiências de indivíduos, mas a condições sociais de grupos que se formam por indivíduos que compartilham experiências semelhantes de acesso ou falta de acesso à cidadania. "Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades" (RIBEIRO, 2017b, p. 61). Diante dessas considerações, a autora localiza a importância de compreender as relações de poder por meio do gênero, da raça, da classe e da sexualidade como elementos estruturais que surgem como dispositivos para favorecer desigualdades. É possível compreender que todos têm direito aos lugares de fala na medida em que esses últimos estão vinculados à localização social.

Por esse mesmo argumento do direito ao lugar de fala e pela ótica da emancipação do sexo feminino, Wollstonecraft (2016, p. 226), de forma enfática e incisiva, já afirmava: "[...] a razão e a experiência me convencem de que o único método de levar as mulheres a cumprir seus deveres pertinentes é libertá-las de toda restrição, permitindo-lhes participar dos direitos inerentes à humanidade". Observamos, contudo, por meio do dito, a força dos sistemas de poder de uma época. Pelo verbo "permitir", observamos que, apesar de reivindicar a liberdade, a autora ainda condiciona a liberdade a um sistema, predominantemente masculino, que permite, condiciona e autoriza direitos civis. Os limites sociais, as negações de direitos civis e políticos, todos esses apagamentos reverberam nas instâncias políticas de poder e na linguagem.

O que refletimos anteriormente sobre o trabalho da autora nos permite afirmar que, apesar das distâncias contextuais da Europa para o Brasil, os argumentos e as condições reivindicadas por Wollstonecraft não são totalmente distantes das situações enfrentadas pelas mulheres no Brasil e não seria exagero afirmar que o protesto da autora segue atual.

_

²⁷ A teoria assume como crítica de base a noção de sujeito universal que ancora o conceito de racionalidade da ciência ocidental e, automaticamente, exclui as diversas concepções e situações sociais dos indivíduos. Pela construção e pelo direcionamento feminista dessa teoria, ressalta-se e acusa-se a existência de uma divisão entre saberes majoritários, solidificados nos interesses de uma classe dominante na sociedade, e de saberes minoritários, produzidos e circulantes entre os indivíduos que estão em posições subalternas na sociedade.

O modelo patriarcal dominante do século XVIII, em que a beleza se apresentava como principal característica para se referir às mulheres e o qual determinava que a grande virtude se concentrava na organização do lar, ainda gera grandes reflexos no comportamento contemporâneo. No campo da linguagem, por exemplo, observamos que os atos para desqualificar uma mulher que passam pela violência verbal estão relacionados a repressões a valores que subvertem a lógica patriarcal. E, como antigamente, as críticas são expressas verbalmente por caracterizações como "machonas" ou "mal-amadas".

Wollstonecrafrt (2016) problematizava, ainda, a noção da boa reputação. De acordo com a autora, a boa reputação como valor foi persistentemente, por meio de métodos, inculcada na educação feminina. Pela reputação, buscava-se garantir uma posição no mundo. Por essa lógica, compreendemos como o comportamento do indivíduo já era validado pelo olhar do outro. Observamos fortes rastros da concepção da boa reputação no imaginário coletivo a respeito do fazer político e do indivíduo político – seja candidato ou representante já eleito. E, de uma maneira bastante forte e presente, é possível notar a transferência da noção de boa reputação ao comportamento da mulher como figura pública. Se no século XVIII, Wollstonecraft (2016) atentava para o fato de que o índice de aprovação e reputação de uma mulher estava diretamente condicionado a um comportamento obediente e submisso à família, ao casamento e ao lar, em nosso cenário político, em que mulheres assumem cargos públicos, observamos os rastros dessa visão.

Estabelecemos, assim, um paralelo dessas abordagens com a fala de Dilma Rousseff em audiência pública²⁸ realizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em 11 de dezembro de 2017, na qual estivemos presentes. Com a discussão proposta da audiência pública a respeito da participação política das mulheres, a presidenta eleita Dilma Rousseff foi convidada e relatou experiências durante a presidência, especialmente durante a condução do processo de *impeachment*. Consideramos relevante pontuar algumas observações feitas por Dilma Rousseff que retomam a discussão proposta aqui a respeito da discursivização da mulher nos espaços políticos institucionais.

²⁸ Conteúdo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NtSbo5mVrbo. Acesso em: 3 out. 2018.

A enunciadora, ao reconstruir, pela linguagem, um percurso de vida que projeta o *ethos* – assunto que abordaremos no próximo capítulo –, destaca como opositores ao seu governo, durante a condução do processo de *impeachment*, lançaram mão de estratégias discursivas para deslegitimá-la, enquanto figura pública feminina. Pela ótica de Rousseff, o Golpe possui uma linguagem machista. Ao acreditar que, com um homem no poder, o projeto também seria executado, Dilma Rousseff afirma que, apesar de o Golpe não ter sido dado por motivações de gênero, ele foi dado com a linguagem contra a mulher.

39:33 - 41:22

Eles usavam a misoginia, o dado cultural machista da sociedade brasileira e enfatizavam esse dado para criar o ambiente, o ambiente de preconceito para ser um dos componentes do Golpe. Exemplo: eles sempre disseram que eu era uma pessoa dura. Se fosse um homem, ele seria sempre firme. Homem não é duro, é firme. Mulher não! Mulher é dura. Outra coisa, porque não tem lógica a construção e a manipulação de símbolos, não tem de ter lógica. Trabalham com outra questão que não é o racional, nem a lógica. Eles diziam que eu era frágil. Dura, mas frágil. O homem seria sensível. Sensível. Uma coisa absolutamente importante ser sensível. Eu era obsessiva, compulsiva com trabalho, botava todo mundo trabalhando, não deixava ninguém nem piscar. O homem seria empreendedor, trabalhador e criativo. Fora todos os componentes sexuais, né!?, que teve [sic] no Golpe, que teve [sic] em alguns cartazes. Esse lado foi um lado que trabalhou muito a questão da intolerância e essa intolerância ela tem a ver também com o surgimento de posições de extremadireita no Brasil. (ROUSSEFF, 2017, online).

Por essa narrativa, podemos perceber alguns pontos retomados pela enunciadora. Por meio de modalizações que explicitam antíteses, Rousseff (2017) ressalta a existência das estratégias machistas para minar a capacidade das mulheres de ascenderem aos lugares de poder e aponta os essencialismos de adjetivações e de lugares solidificados que precisam ser rompidos.

Por esse trecho, também observamos como as violências políticas no Brasil passam não apenas pela exclusão da figura feminina nos espaços políticos institucionais, onde mais da metade da população brasileira é excluída da democracia representativa, como vimos nos dados levantados anteriormente²⁹. As violências políticas no Brasil contra as mulheres passam também pela linguagem. De forma silenciada ou direta, os assédios políticos são direcionados às mulheres. Como percebemos em nossas reflexões teóricas, a deslegitimação da mulher, na instância política e em diversas instâncias profissionais e sociais, é constantemente validada pela linguagem. Pelo discurso, a subalternidade se inscreve, tomando forma e ganhando voz.

-

²⁹ E além da representação, é preciso lembrar que a necessidade de paridade política está relacionada também com a necessidade de que as mulheres na política promovam pautas e agendas contra os sistemas de opressão – patriarcado, racismo e capitalismo –, que operam em rede (SANTOS, 2016).

No próximo item, abordaremos o histórico de construções acerca do discurso político. Pelas lentes da Análise do Discurso, ateremo-nos aos procedimentos, às características e às relações do discurso com o fazer político no campo da democracia.

2.4 O discurso político e os percursos de suas qualificações

Nesta seção, repercutimos algumas proposições a respeito do discurso político. Mostramos o imbricamento entre as atividades das comunidades humanas e o discurso (ARENDT, 2014), e a formação da esfera pública a partir de contextos comunicacionais (HABERMAS, 2011). Pontuamos, também, o trajeto histórico da Análise do Discurso por meio do discurso político (COURTINE, 2006) e, com as contribuições de Charaudeau (2006) e Piovezani (2009), buscamos olhar para estratégias responsáveis por caracterizar o discurso político.

Antes de nos debruçarmos nesses diálogos, gostaríamos de sinalizar alguns pontos referentes à concepção do discurso. Chamamos atenção, nesse aspecto, para o que o linguista francês Dominique Maingueneau (2005b) chama de *regularidades enunciativas*, responsáveis por formar o discurso a partir da inscrição histórica de textos. A obra de Maingueneau, lançada na França em 1984, traduzida e publicada no Brasil em 2005 com o título *Gênero dos Discursos*, faz-nos considerar o discurso como uma parte acessível do dizível da língua que constrói e delimita a identidade. O autor afirma que, por isso, vemo-nos diante de objetos integralmente linguísticos e integralmente históricos.

As unidades do discurso constituem, com efeito, sistemas, sistemas significantes, enunciados, e, nesse sentido, têm a ver com uma semiótica textual; mas eles também têm a ver com a história que fornece a razão para as estruturas de sentido que elas manifestam. (MAINGUENEAU, 2005b, p. 16).

O discurso, na visão de Maingueneau (2005b), não equivale nem a um sistema de ideias nem a um conjunto passível de ser estratificado ou decomposto. O discurso corresponde a "[...] um sistema de regras que define a especificidade de uma enunciação" (p. 19). O autor postula e, ao mesmo tempo, apresenta algumas hipóteses a respeito do funcionamento dos discursos³⁰.

56

³⁰ Maingueneau (2005b) levanta sete hipóteses a respeito do funcionamento dos discursos. São elas: i) o interdiscurso antecede o discurso e, assim sendo, a unidade de análise corresponde ao espaço de trocas entre

Destacamos duas delas. A primeira diz respeito ao interdiscurso. Como o interdiscurso precede o discurso, a unidade de análise se relaciona com um espaço de trocas entre vários discursos. Isso equivale afirmar que os discursos nascem a partir de uma rede interdiscursiva.

Chamamos atenção para a hipótese de que a prática discursiva pode ser considerada intersemiótica. De acordo com Maingueneau (2005b), a prática não é responsável somente por definir a unidade de um conjunto de enunciados. É capaz também de integrar produções cujas origens vêm de outros domínios semióticos, como o pictórico, audiovisual. Para o autor,

se considerarmos essas diversas "hipóteses", parece que elas compartilham a vontade de articular instâncias entre as quais se tende freqüentemente a estabelecer descontinuidades que são facilmente justificadas pelas necessidades da pesquisa. O que estamos tentando mostrar, ao contrário, é que não é indispensável multiplicar as linhas de ruptura para pensar a discursividade, e que se pode pensar um sistema de articulações sem anular a identidade de cada instância. (MAINGUENEAU, 2005b, p. 24).

Sinalizamos a existência de desafios para compreender, na atualidade, a caracterização do discurso político, diante da pluralidade de vozes, da diversidade dos canais e das formas de transmissão. Entendemos, ainda, a existência da dimensão política em todos os discursos. Assim, olhamos de forma mais direcionada para a política enquanto conjunto de procedimentos administrativos do Estado com impacto imediato na organização social e enxergarmos como o discurso político estabelece uma troca simbólica entre sujeitos coletivos (PIOVEZANI, 2009). Especialmente em sistemas de governo cuja lógica se orienta pela representatividade, o discurso político nos convida a investigar diferentes formas de enunciação e a compreender as formas de legitimação institucional.

Em uma perspectiva histórica, Arendt (2014) resgata que de todas as atividades nas comunidades humanas, duas eram consideradas políticas e integravam o *bios politikos*: a ação (*praxis*) e o discurso (*lexis*). Essas duas capacidades, inclusive, parecem preceder a *pólis*, estando presente desde o pensamento pré-socrático.

vários discursos; ii) a relação interdiscursiva propicia a interação semântica entre os discursos como um processo de tradução; iii) há um sistema de restrições semânticas globais; iv) o sistema de restrições deve ser encarado como modelo de competência interdiscursiva; v) o discurso deve ser pensado como uma prática discursiva; vi) a prática discursiva corresponde a uma prática intersemiótica, integrando produções que pertencem a outros domínios semióticos; vii) o recurso ao sistema de restrições discursivas possibilita o estudo da inscrição histórica dos discursos, podendo a formação discursiva ser considerada um esquema de correspondência.

57

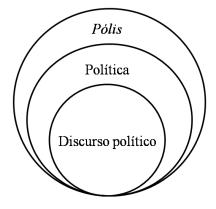
Na experiência da *pólis*, que tem sido considerada, não sem razão, o mais loquaz dos corpos políticos, e mais ainda na filosofia política que dela surgiu, a ação e o discurso separaram-se e tornaram-se atividades cada vez mais independentes. A ênfase passou da ação para o discurso, e para o discurso como meio de persuasão e não como a forma especificamente humana de responder, replicar e estar à altura do que aconteceu ou do que foi feito. Ser político, viver em uma *pólis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não força e violência (ARENDT, 2014, p. 31).

É possível perceber a importância assumida pela palavra na construção da política e do espaço público. É somente pela palavra que o fazer político se instaura como espaço de confronto, questionamento e defesa de argumentos. Atrelado à relevância da palavra, o conceito de liberdade configura-se como um dos pontos centrais da obra da autora. A importância da *pólis*, por exemplo, dava-se pela ideia do espaço dos livres. A origem da liberdade, para a autora, localiza-se no interespaço. A vida e a existência humana só poderiam ser livradas da fragilidade por meio da ação política, que proporcionava a companhia dos outros, as descobertas e a conexão com o mundo. A vida humana só ultrapassaria a condição animal por meio da política, já que a força se encontrava na condição política, e não na condição física.

A *pólis* diferenciava-se do lar pelo fato de somente conhecer "iguais", ao passo que o lar era o centro da mais severa desigualdade. Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar. (ARENDT, 2014, p. 38).

A fim de ilustrar as ideias da autora, demonstramos, no esquema a seguir, as conexões entre a *pólis*, a política e o discurso. Podemos perceber a *pólis* como espaço político e de inclusão do discurso político.

Esquema 2 – A inserção do discurso político



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos pensamentos de Arendt (2014), 2018.

Podemos estabelecer paralelo entre a construção do discurso político com a construção da esfera pública. Ao compreendermos o discurso político como marcação de disputas e conquistas por meio da linguagem, observamos que Habermas (2011) também refletia sobre o assunto, ao defender que a esfera pública devesse ser formada a partir de contextos comunicacionais (p. 97). Nessa esfera pública, encontra-se a luta por influência e o espaço no qual a luta é travada é o discurso.

A partir do momento em que o espaço público se estende para além do contexto das interações simples, entra em cena uma diferenciação que distingue entre organizadores, oradores e ouvintes, entre arena e galeria, entre palco e espaço reservado ao público espectador. (HABERMAS, 2011, p. 96).

Vemos, no trecho, a marcação de espaço como parte da formação das características da esfera pública e do lugar de instauração do discurso. O surgimento da disciplina da Análise do Discurso na França se deu a partir da investigação e do estudo de discursos políticos. O linguista Jean-Jaques Courtine, companheiro teórico de Michel Pêcheux nos estudos a respeito do campo da Análise do Discurso, afirma que a chegada da análise do discurso na França é contemporânea à conjuntura política entre os anos de 1968-1970. Em *Metamorfose do discurso político: derivas da fala pública* (2006), atentamo-nos para a simbiose entre os territórios políticos e de análise do discurso.

Maio de 68 produziu uma exasperação da circulação dos discursos, sobre as ondas, sobre os muros e na rua. Mas, também, no silêncio das escrivaninhas universitárias. Era o tempo da multiplicação das releituras, das grandes manobras discursivas; os conceitos se entrechocavam: a luta de classes reinava na teoria (COURTINE, 2006, p. 9).

O discurso político fez parte da história de desenvolvimento da AD na França. Foi com base em um *corpus* político que noções e categorias de análise foram pensadas para estudar a linguagem. A construção dos *corpora* se fixou, inicialmente, em escritos doutrinários, como os discursos políticos da França, em sua maioria, de partidos da esquerda, os discursos pedagógicos, os científicos e os de historiadores que se dedicaram ao estudo da Revolução Francesa. Todos eles em materialidade exclusivamente escrita. É preciso ressaltar também o caráter linguístico da AD enquanto disciplina para a época. Os métodos de análise dedicavamse às teorias sintáticas da frase e às questões relacionadas à enunciação.

No plano teórico, a AD se desenvolveu associando a análise linguística ao conceito do materialismo histórico, por meio de correntes que se dedicavam à articulação entre língua, discurso e ideologia. "A AD é, assim, um dos lugares onde a lingüística encontra manifestamente a política, ainda que as modalidades desse encontro sejam, às vezes, objeto de um silêncio um pouco embaraçado ou de numerosos desvios." (COURTINE, 2006, p. 13). Diante desses elementos, o autor defende que a análise do discurso não inaugura apenas uma aparelhagem técnica de estudo, mas também um modo de intervenção política.

[...] Essa política da AD é um *reformismo ancorado na pedagogia* que se inscreve na história da AD em uma longa duração; com efeito, o ressurgimento recente e técnico dessa política nas margens da lingüística – o aparecimento da AD como "acontecimento científico" – deve ser analisado a partir do que chamarei segundo M. Foucault, um *domínio de memória*, isto é, um conjunto de práticas discursivas, produzidas em lugares heterogêneos da prática social e que circulam entre esses lugares, práticas que fornecem à AD os elementos pré-construídos que dão forma e consistência a seu projeto (COURTINE, 2006, p. 15, grifos do autor).

A análise do discurso, na ótica de Courtine (2006), localiza-se como um contragolpe, seu projeto foi articulado com a defesa de fazer emergir as condições de uso da língua, aspecto relegado pela linguística formal. Até o final dos anos 1960, o cenário integrava estruturalismo, epistemologias da descontinuidade, política marxista das ciências humanas e teorias da psicanálise. Na obra *Discurso Político*, o linguista francês Patrick Charaudeau (2006) observa que a enunciação, os *corpora* de textos – e não mais exclusivamente frases –, os contextos e as condições de produção são exemplos de novos olhares para a época que propiciaram o estudo da linguagem não apenas pelos sistemas da língua, e sim pelo discurso, pelos "[...] atos de linguagem que circulam no mundo social e que testemunham, eles próprios, aquilo que são os universos do pensamento e de valores que se impõem em um tempo histórico dado" (CHARAUDEAU, 2006, p. 37).

Courtine (2006) considera, nessa perspectiva, que a AD se transformou em um lugar privilegiado pelo encontro da linguística e da história por duas formas.

Por um lado, ela participou de um exame histórico e crítico dos fundamentos do gesto inaugural de Saussure. Ela pretendia questionar a própria operação de "corte" e de delimitação do campo da lingüística, interpelando a centralidade da disciplina, a partir de sua periferia, lembrando-lhes seus limites e insuficiências, tudo o que ela teria inicialmente negligenciado. Por outro lado, ela pretendeu proceder à rearticulação do que havia sido cindido: o sistema lingüístico (então, concebido como um conjunto de regras sintáticas que determinam as frases, mas também os

funcionamentos que se inscrevem numa problemática da enunciação) com as condições históricas da língua em uso (por meio da determinação das "condições de produção" do discurso) (COURTINE, 2006, p. 40-41).

Um dos fatores que explica por que o discurso político se tornou o primeiro objeto de análise do discurso na França concentra-se no foco do trabalho linguístico da época. Buscavam-se respostas para questões como: o que é um discurso teórico, como um discurso ideológico pode ser reconhecido e como ele se contrasta com um discurso científico. A base do debate, iniciado por Louis Althusser³¹, concentrava-se em textos marxistas. A expectativa que cercou a linguística, inicialmente, era a de viabilizar instrumentos objetivos e formais para distinguir tipologias de discursos, por exemplo, o reformista e o revolucionário, o ideológico e o científico. Paralelamente a essas inquietações, a linguística francesa, a partir dos anos 70, começou a abarcar a análise do discurso político. A perspectiva sociolinguística ganha força na AD inspirada no marxismo, cujo interesse voltava-se para as diferenças linguísticas de grupos sociais, políticos, partidos, associações e classes sociais.

É preciso considerar que os métodos da análise do discurso são reflexos das transformações do próprio objeto a ser investigado. Isso significa considerar os contextos de veiculação dos discursos, crenças, segmentações sociais e ideológicas (COURTINE, 2006). Somados a esses elementos, os modos de comunicação política passaram por adequações — e, consequentemente, observamos mudanças também nas práticas de análises. As formas longas e redundantes eram marcas do discurso político presentes na memória discursiva de partidos. Courtine (2006) observa o evidenciamento de uma máscara verbal face aos traços do homem político. Os traços do sujeito político eram "[...] apagados sob o anonimato de uma causa ou separados no corpo de um partido sem face" (COURTINE, 2006, p. 84). Esses signos, com a cena política contemporânea, deram espaço a discursos mais curtos, fluidos e imediatos na estrutura da enunciação. Nela, o sujeito falante ganha voz ao passo que a máquina política é apagada. Segundo Courtine (2006, p. 84), "esse é um dos vários efeitos sobre os enunciados políticos, geralmente descritos como condição pós-moderna, caracterizada pelo aparecimento do individualismo e a desafeição pelos sistemas ideológicos".

_

³¹ Em linhas gerais, podemos afirmar que uma das contribuições centrais do filósofo francês para a formação da AD, em diálogo com o trabalho do psicanalista Jacques Lacan, relaciona-se à compreensão da ideologia. O autor segue Lacan a respeito da impossibilidade de acessar o mundo real. Dessa forma, a ideologia é encarada como mecanismo de manutenção da realidade. Tal realidade é construída por meio da linguagem.

A partir das mesmas inquietações em observar mudanças de abordagem nos discursos políticos e suas análises, Charaudeau (2006) verifica que as análises estavam, inicialmente, apoiadas mais sobre os conteúdos fixados pelos políticos do que sobre os procedimentos encenados, mais sobre o valor dos argumentos do que sobre as estratégias persuasivas. O autor acredita que essas abordagens iniciais se justificavam pelo jogo político que se desenvolveu ao redor dos sistemas de pensamento, das ideologias. Progressivamente, contudo, a análise do discurso político foi se deslocando do lugar estritamente do *logos* para dar espaço também ao *ethos* e ao *pathos*, "[...] do lugar do teor dos argumentos para o de sua encenação" (CHARAUDEAU, 2006, p. 46). Refletiremos a respeito das três provas retóricas – *ethos*, *logos* e *pathos* – no próximo capítulo.

Ao avaliar, ainda, que o fenômeno político integra aspectos como atos e decisões políticas, estruturas de relações sociais, fatos psíquicos, morais e jurídicos, podemos perceber que a análise do discurso político abraça todos esses componentes, já que nos traços discursivos eles estão presentes. Na ótica do autor,

talvez seja mesmo necessário deixar de crer que são as idéias que governam o mundo e precisar que apenas valem pela maneira como são transmitidas de uns para outros, pela maneira como circulam entre os grupos e como influenciam uns e outros, ganhando em contrapartida sua consistência. (CHARAUDEAU, 2006, p. 46).

É pertinente sinalizar o caráter interdisciplinar do fenômeno político. Áreas do conhecimento como Filosofia, Sociologia, Ciências Políticas, Psicologia Social estudam a atividade e os meandros políticos presentes no espaço social. Neste trabalho, nosso ponto de observação a respeito do discurso político é o das Ciências da Linguagem e, por isso, cabe reforçar a afirmação de Charaudeau (2006) de que a linguagem só faz sentido a partir do contexto psicológico e social. "Falar agora de 'discurso político' é tentar definir uma forma de organização da linguagem em seu uso e em seus efeitos psicológicos e sociais, no interior de determinado campo de práticas." (CHARAUDEAU, 2006, p. 32). Como podemos perceber, o autor enfatiza a inserção da palavra política nos espaços sociais, estabelecendo diálogo com as contribuições de Arendt e Habermas, como temos mostrado ao longo deste capítulo.

A noção de discurso político, oferecida por Charaudeau (2006), situa-se em uma prática social, contorna o espaço público e nos leva a refletir sobre as relações de poder instauradas nesse meio. Ao descrever o discurso político, o autor o insere no lugar de um jogo de máscaras, cujas palavras pertencem a uma estratégia e devem ser tomadas pelo que dizem e pelo que não dizem. Questionamos, aqui: qual discurso não corresponde a um jogo de máscaras? Quando atores tomam a palavra durante a construção do discurso, seja ele político, midiático, religioso, familiar, observamos que a simulação e o mascaramento correspondem a um sustentáculo social. Nesse sistema que encadeia palavras, argumentos e performance, percebemos a construção do percurso que busca eliminar as distâncias entre pessoa e personagem, entre o vivido e o representado. O discurso político se configura, ainda, como lugar de engajamento, justificação de posicionamento e influência do *outro*. Como pontua Charaudeau (2006),

a política é um campo de batalha em que se trava uma guerra simbólica para estabelecer relações de dominação ou pactos de convenção. Conseqüentemente, o discurso das idéias se constrói mediante o discurso do poder, o primeiro pertencendo a uma problemática da verdade (dizer o Verdadeiro) e o segundo a uma do verossímil (dizer ao mesmo tempo o Verdadeiro, o Falso e o Possível) (CHARAUDEAU, 2006, p. 46).

É necessário lembrar que a política, para ser exercida em suas várias formas, depende da palavra. Charaudeau (2006) destaca três espaços nos quais a palavra intervém: o espaço de discussão, em que são definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; o espaço de ação, no qual as atividades e atitudes são executadas; e o espaço de persuasão, viabilizado para a *instância política* convencer a *instância cidadã*³². Ao propor o estudo do discurso político, seguimos a perspectiva do autor, que afirma que é a situação de comunicação que torna o discurso político, é a situação que o politiza. As situações e os diferentes lugares de fabricação do discurso político se entrecruzam e, diante disso, Charaudeau (2006, p. 42) considera que "uma das características de todo discurso social é circular no interior dos grupos que o constituem, depois se exportar e atravessar outros grupos que freqüentemente dele se apropriam [...]". As diversas apropriações, somadas às situações de comunicação, nos

_

³² A *instância política* está direcionada a agir sobre o outro e prevê a submissão do outro. A instância política é levada a exercer o poder pela legitimação, por um *saber-fazer* que busca tornar o sujeito político credível e por valores comuns supostamente partilhados entre instância política e instância cidadã. Na instância de comunicação política, os atores buscam obedecer à lógica do parecer verdadeiro. A *instância cidadã*, por sua vez, acolhe práticas que devem ser desempenhadas pelos cidadãos, entre elas, participar das discussões políticas, acompanhar o trabalho desempenhado por seus representantes, reivindicar e denunciar.

permitem afirmar que o discurso político é sinônimo de reconstrução, transformado continuamente pelas relações existentes no espaço público.

Partimos do princípio também de que o espaço de discussão política – e, consequentemente, do discurso político – corresponde a um espaço de persuasão. Nele, a *instância política* explora argumentos com o intuito de fazer a *instância cidadã* aderir a uma ação proposta. Como ferramenta e estratégia mobilizadora, a linguagem está aqui presente. Enquanto o poder administrativo, por exemplo, está vinculado às regras de ação política, o poder comunicativo refere-se à busca pela dominação legítima. Sobre a caracterização do poder comunicativo, percebemos que Charaudeau (2006) dialoga com a teoria habermasiana. De acordo com Charaudeau (2006), essa dominação legítima é que garante o acesso e a manutenção da *instância política* ao poder, estando essa última permanentemente ameaçada por algumas manchas, como uma sanção física, representada por um golpe de Estado, uma sanção institucional, revelada por uma derrubada de governo, ou uma sanção simbólica, que expressa o descrédito e a descrença por parte da população.

No empenho de examinar os elementos responsáveis pela caracterização do discurso político, Charaudeau (2006) defende que "todo ato de linguagem emana de um sujeito que apenas pode definir-se em relação ao outro, segundo um *princípio de alteridade* (sem a existência do outro, não há consciência de si)." (CHARAUDEAU, 2006, p. 16, grifo do autor). Chegamos, assim, à busca pela legitimidade. Charaudeau (2006) relaciona a legitimidade à identidade social do sujeito político. Ao afirmar que a legitimidade advém de diversas fontes e é aplicada a vários campos, o autor atribui importância a ela, afirmando ser a legitimidade a responsável por dar "[...] a toda instância de palavra uma autoridade de dizer" (CHARAUDEAU, 2006, p. 65). No campo político, o mecanismo principal de legitimação se estrutura ao redor do reconhecimento que sujeitos conferem a determinado indivíduo e ao redor da percepção de valores reconhecidos pela coletividade. Por isso, Charaudeau (2006, p. 65) afirma que a legitimidade depende "das normas institucionais que regem cada domínio de prática social, atribuindo *status* e poderes a seus atores". O exercício da legitimidade varia também de acordo com localizações e papéis sociais nos quais os atores estão engajados.

Percebemos o impacto da legitimidade no contexto político de uma democracia na medida em que compreendemos a força da representação do indivíduo, eleito pela maioria para representar os interesses da coletividade. Podemos afirmar que a legitimidade da instância política brasileira é conferida por um sujeito coletivo em nome de um estatuto democrático. Como esclarece o autor,

a legitimidade é realmente o resultado de um reconhecimento, pelos outros, daquilo que dá poder a alguém de fazer ou dizer em nome de um *estatuto* (ser reconhecido em função de um cargo institucional), em nome de um *saber* (ser reconhecido como sábio), em nome de um *saber-fazer* (ser reconhecido como especialista). (CHARAUDEAU, 2006, p. 67, grifos do autor).

Por outra perspectiva, Piovezani (2009) se ancora no trabalho de Barthes (1957)³³ para inserir a legitimidade política no contexto da mitologia. Com o princípio de que o mito é uma linguagem e uma fala despolitizada, Piovezani (2009) inverte a lógica proposta pelo semiólogo francês para conceber a defesa de que o discurso político pode ser considerado um mito, por presumir um conjunto de crenças capazes de nutrir a legitimidade. De forma semelhante ao ponto de vista de Charaudeau (2006) a respeito da legitimidade como resultado de um reconhecimento, Piovezani (2009, p. 131) sustenta que "[...] a simulação de um saber e de um poder visa a um fazer-crer e a um fazer-fazer, uma vez que ultrapassando o nível da convicção, deseja-se atingir o nível da ação".

O autor considera, ainda, que, na busca pela legitimidade, o discurso político compreende um conjunto de crenças para sustentá-lo. Trata-se de "[...] o domínio de um 'nós' face ao necessário apagamento de um 'eu' privado e à imperativa elisão de um 'tu' exclusivo" (PIOVEZANI, 2009, p. 137). O autor associa também a legitimidade aos desafios de nomear e qualificar os atos da vida social. Por meio da legitimidade, os efeitos de evidência – e consequentemente de adesão – são fomentados e geridos.

É preciso distinguir a legitimidade da credibilidade. Enquanto a primeira está associada ao direito do sujeito, a segunda está condicionada à capacidade do sujeito. Quando questionamos a legitimidade, questionamos, assim, o direito. O discurso político, dessa forma, configura-se como ferramenta de cooptação e adesão, pois o sujeito legitimado, que diz respeito à *instância*

-

³³ BARTHES, R. Mythologies. Paris: Le Seuil, 1957.

política, compreende que a legitimidade é pactuada pela *instância cidadã*, que integra os indivíduos que são justamente o alvo dos atos de discurso.

Piovezani (2009) elenca quatro "ilusões necessárias" que sustentam o discurso político. São elas:

a) supõe uma visão transparente e ordenada da complexa realidade social; b) busca constantemente a legitimidade, repetindo por diversas vias e maneiras que o agente político cumpre uma missão atribuída pelo "povo" e destinada ao "povo"; c) advoga uma hegemonia dos atores do campo político no que se refere ao governo e à gestão da sociedade; e d) esquece ou pretende fazer esquecer a diversidade das individualidades pessoais, em nome de "interesses coletivos". (PIOVEZANI, 2009, p. 130).

Com frequência, observamos estratégias discursivas mobilizadas em discursos políticos que se firmam nessas ilusões. Por meio da linguagem, a figura política joga com as quatro "ilusões necessárias", buscando aprovação do público. Por termos em mente que o discurso político se estrutura a partir de um conjunto amplo de gêneros (PIOVEZANI, 2009), como entrevistas, debates, declarações, panfletos, podemos afirmar que nosso *corpus* é composto por três pronunciamentos políticos. Pelas concepções de gêneros do discurso, Piovezani (2009) os caracteriza pela articulação entre língua, conjuntura social e estrutura histórica e pelo espaço que conjuga ação e coerção.

Com base nas discussões teóricas empreendidas até aqui e que seguirão adiante, observaremos as construções dos pronunciamentos políticos de Dilma Rousseff e as estratégias discursivas que parecem ser mobilizadas pelo eu enunciador, a fim de legitimar a figura política. Para isso, olhamos para a representação de papéis sociais e para a caracterização das instâncias política e cidadã nos pronunciamentos. Buscaremos identificar também o espaço que a figura da mulher brasileira e as discussões de gêneros ocupam nos pronunciamentos e como os momentos biográficos são acolhidos. No capítulo seguinte, aprofundaremos nas estratégias do discurso político, refletindo sobre algumas estruturas enunciativas e argumentativas necessárias para compreendermos nosso *corpus*.

3 ESTRATÉGIAS DO DISCURSO POLÍTICO

Ai, palavras, ai, palavras,
Que estranha potência a vossa!
Ai, palavras, ai, palavras,
Sois de vento, ides no vento,
No vento que não retorna,
E, em tão rápida existência,
Tudo se forma e transforma! [...]

Neste capítulo, buscamos olhar para algumas estratégias presentes no discurso político. Entre os objetivos e as bases que sustentam nossa pesquisa, encaramos as evoluções da Retórica enquanto disciplina voltada para a relação orador, auditório e *doxa*, a partir das reflexões de Amossy (2011a, 2018), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) e Ferreira (2010). Pontuaremos o interesse da Retórica pela persuasão, a relação da disciplina com a Análise do Discurso e as técnicas exploradas pela *instância política* calcadas na disciplina. Dentro dessas últimas, estudaremos, com as contribuições de Maingueneau (2001, 2005a, 2008), a presença das provas retóricas – *ethos*, *logos* e *pathos* – no discurso político.

Refletiremos também sobre a construção dos discursos a partir da enunciação de Benveniste (1995). Podemos olhar para enunciação como lugar e base de acolhimento ao *ethos*. Em cada enunciação, sujeitos projetam *ethé* discursivos. Também voltados para os índices e efeitos na produção de imagens, levantaremos questionamentos a respeito da dimensão (auto)biográfica e da narrativa de vida presentes em nosso *corpus*. Nesse ponto, dialogamos com os trabalhos de Arfuch (2010), Butler (2017) e Machado (2011, 2012, 2013).

3.1 A força dos argumentos tecendo as pautas públicas

A concepção do discurso político como ato de comunicação está voltada, em grande parte, aos atores que participam da cena de comunicação política. A esses atores são designados os desafios de buscar adesão, persuadir, suscitar determinados posicionamentos. Tal quadro nos convida a enxergar a língua como confronto de subjetividades.

Pesquisador em Retórica e doutor em Educação, Luiz Antonio Ferreira (2010) assegura que "pela palavra, tentamos influenciar as pessoas, orientar-lhes o pensamento, excitar ou acalmar

as emoções para, enfim, guiar suas ações, casar interesses e estabelecer *acordos* que nos permitam conviver em harmonia" (FERREIRA, 2010, p. 12, grifo do autor). Cada um desses comportamentos nos mostra que, em diversas situações e aliado a diversos fins, agimos retoricamente.

Na construção do discurso, descrevemos a realidade por determinados ângulos, criamos argumentos, justificamos nossa opinião. O fim dessas ações geralmente concentra-se em tornar o discurso eficaz, levando o outro a aceitar alguma posição. "Consideramos que todo discurso é, por excelência, uma construção retórica, uma vez que procura conduzir o auditório numa direção determinada e projetar um ponto de vista, em busca de adesão." (FERREIRA, 2010, p. 49). Ao olharmos especialmente para os assuntos relacionados ao meio político, cujos conteúdos devem ser pautados pela relevância pública, observamos o texto como lugar de interação de sujeitos sociais. Como vimos no capítulo anterior, o domínio político, na ótica de Arendt (2014), presume o convívio entre indivíduos. Pela construção retórica do discurso, entendemos, ainda, a potência de representação que a linguagem carrega. Diante dessas características formadoras, consideramos fundamental pensar a respeito dos estudos relacionados à retórica e à argumentação, a fim de compreendermos as articulações persuasivas presentes nos discursos.

A pesquisadora Ruth Amossy (2018), centrada nas áreas da Análise do Discurso, da Argumentação e da Retórica, enfatiza que a produção de um discurso visa à adesão do público a uma tese. Em diálogo próximo, Ferreira (2010, p. 56) explica que "o aspecto retórico deixa de lado a questão da verdade para apreender a linguagem como discurso produtor de efeitos capazes de intervir na realidade". Amossy (2018) identifica esse movimento como *visada argumentativa* e, diferentemente de tal dinâmica, a autora defende que o discurso pode também tentar mudar, de forma mais modesta, a orientação dos modos de ver e de sentir. Para esse percurso, Amossy (2018) dá o nome de *dimensão argumentativa*. Enquanto a visada se relaciona a uma empreitada forte e programada de persuasão, composta por intenções e estratégias prévias, a dimensão argumentativa busca transmitir um ponto de vista e está mais naturalmente presente nos discursos. No entendimento da autora, a dimensão argumentativa corresponde a uma tentativa de apresentar uma dimensão do real. A utilização da linguagem em perspectiva dialógica carrega consigo, constantemente, a dimensão argumentativa. Entre

os exemplos de discursos com essa dimensão, podemos citar as reportagens da imprensa, formas de testemunho ou de autobiografia, cartas e conversação cotidiana. Partimos de ambos os conceitos, dimensão e visada argumentativa, com o objetivo de olhar para nosso *corpus*.

Entendemos ser pertinente, nesse ponto, revisar algumas concepções a respeito da Argumentação e da Retórica. Na introdução do livro *A argumentação no discurso*, Amossy (2018) apresenta a visão de Michel Meyer (2009)³⁴, para quem a retórica refere-se a um termo genérico, nome apelativo de uma disciplina que abrange a argumentação. Algumas correntes diferenciam os termos a partir da dicotomia entre discurso cativante e discurso racional. De acordo com essa visão, pelo discurso cativante, a retórica é entendida como manipulação, e, pelo discurso racional, a argumentação carrega o ideal da partilha da palavra e da razão.

Já Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) não diferenciam retórica e argumentação. Observamos, na obra *Tratado da Argumentação: a nova retórica*, que os autores estudam as áreas considerando-as como meios verbais de fazer com que indivíduos concordem com alguma tese. Diante dessas observações, Amossy (2018) associa-se às posições de Aristóteles e Perelman, para os quais retórica e argumentação são permutáveis. A autora avalia e questiona:

é oportuno apagar as distinções que desejam separar o trigo do joio, tendo em vista o fato de que a retórica "se dá como o lugar paradoxal da possibilidade da democracia ao mesmo tempo em que constitui uma ameaça para ela"? (Danblon, 2005: 7). A despeito dessa dificuldade, parece-nos que será preciso (à maneira de Perelman) correr o risco de englobar domínios muito frequentemente separados, se quisermos abranger, no mesmo campo de estudo, *todas* as modalidades segundo as quais a fala tenta agir no espaço social. De fato, é importante compreender, simultaneamente, como o discurso faz ver, crer e sentir, e como ele faz questionar, refletir, debater. Na prática linguageira, essas duas tendências estão intimamente ligadas e são, por vezes indissociáveis. (AMOSSY, 2018, p. 10-11, grifo da autora).

A reflexão da autora nos remete também à relação entre os domínios da Argumentação e da Análise do Discurso. A partir do momento em que compreendemos que o discurso, ao mesmo tempo em que faz ver, crer e sentir, também suscita questionamentos, reflexões e debates, percebemos a relação entre a Argumentação enquanto propulsora desses movimentos e a Análise do Discurso enquanto meio que viabiliza olhares e interpretações, estudando o

_

³⁴ MEYER, Michel. Comment repenser le rapport de la rhétorique ed de l'argumentation? **Argumentation et Analyse du Discours**. Tel Aviv, n. 2, 2009.

discurso em situação. Amossy (2011a), ao sustentar o conceito da dimensão argumentativa, defende que a argumentação é inseparável do funcionamento global do discurso, devendo, portanto, ser estudada no quadro da Análise do Discurso. A autora certifica que "o discurso argumentativo não se desenrola no espaço abstrato da lógica pura, mas em uma situação de comunicação em que o locutor apresenta seu ponto de vista na língua natural com todos os seus recursos" (AMOSSY, 2011a, p. 132). Como parte dos recursos da língua, destacamos a *doxa*, caracterizada pela autora como saber do senso comum que conduz a linguagem e delineia o discurso. Identificamos a *doxa* pelas opiniões, pelo que avalia os aspectos de uma realidade construída, apontando e qualificando discursos sociais de uma época.

Acrescentamos à condição da língua, o lugar da argumentação no quadro de um dispositivo de enunciação que dá conta da situação enunciativa: "[...] quem fala a quem, em que relação de lugares, qual é o estatuto de cada um dos participantes, quais são as circunstâncias exatas da troca, quais são o momento e o lugar em que ela ocorre" (AMOSSY, 2011a, p. 133). Além do dispositivo de enunciação, a autora cita a presença do interdiscurso, reforçando a necessidade de estudar, em um quadro comunicacional e sócio-histórico, como a argumentação se inscreve na materialidade discursiva, por meio de deslizamentos semânticos, conectores, escolha de palavras, e no interdiscurso, ou seja, no "modo como o texto assimila a fala do outro pelas numerosas vias do discurso [...]" (AMOSSY, 2011a, p. 133). A autora relaciona também a presença das três provas retóricas – *logos*, *ethos* e *pathos* – projetadas de forma argumentativa e construídas discursivamente. Tais aspectos nos levam a afirmar que a argumentação é parte do funcionamento discursivo. Discutiremos com mais detalhes, nas seções seguintes, sobre as provas retóricas e a intersubjetividade.

Pesquisador nas áreas de linguística funcional, argumentação e estilística, Antônio Suárez Abreu (2009) compreende a argumentação como tradução de verdade dentro da verdade do outro. Associa-a ao convencimento e à persuasão, na medida em que o convencimento relaciona-se ao gerenciamento da informação, de lidar com a razão do outro, e a persuasão, ao gerenciamento da relação, de lidar com a emoção do outro. Na visão do autor, "convencer é construir algo no campo das ideias. [...] Persuadir é construir no terreno das emoções, é sensibilizar o outro para agir" (ABREU, 2009, p. 25). Ferreira (2010) entende a argumentação como "[...] meio civilizado, educado e potente de construir um discurso que se insurja contra a

força, a violência, o autoritarismo e se prove *eficaz* (persuasivo e convincente) numa situação de antagonismos declarados" (p. 14, grifo do autor). Entendemos que a argumentação incorpora, assim, a condução do convencimento, por meio da informação e da emoção.

A retórica enquanto arte de convencimento e persuasão chegou a Atenas, na Grécia antiga. Os registros apontam que por volta de 427 a.C. a prática começou a se consolidar entre os atenienses, período que correspondia às primeiras experiências de democracia na História. No espaço político da *pólis*, as decisões públicas formavam-se pelo debate e pela prática da palavra pública. Abreu (2009) chama atenção para a relevância dada aos cidadãos a argumentar, ao bem falar, especialmente diante das assembleias populares e dos tribunais. Reforçamos, aqui, que o regime democrático, desde suas primeiras experiências, já se caracterizava pela autonomia e liberdade dos cidadãos em se expressarem por meio de discursos. Amossy (2018) assinala também que a primeira vocação da retórica era a de imprimir à linguagem a capacidade de provocar a convicção.

Os mestres que se autodenominavam *sofistas* – os que professavam a sabedoria – chegaram a Atenas vindo das colônias gregas, com o intuito de ensinar a arte retórica. Como mestres itinerantes que conheciam diferentes costumes ao transitar por diversos espaços, defendiam que os comportamentos humanos não eram naturais, e sim criados pela sociedade. Entre os sofistas de destaque, estavam Protágoras e Górgias. Foram responsáveis por promover um estudo da linguagem que estivesse voltado aos aspectos ornamentais, com efeitos, figuras e ritmos. Outro ponto visto como novidade é que a retórica, ao contrário da filosofia da época, cujos pensadores de referência eram Sócrates e Platão, fundava-se na teoria dos pontos de vista ou paradigmas. "A retórica clássica se baseava na diversidade de pontos de vista, no verossímil, e não em verdades absolutas." (ABREU, 2009, p. 32). Assim sendo, dicotomias como *verdadeiro x falso, bom x mau* passaram a ser questionadas.

Na recapitulação proposta por Ferreira (2010), o autor acrescenta que Górgias encarava o discurso considerando a forma persuasiva da emoção. O siciliano que chegou a Atenas e estendeu a arte retórica para vários pontos da Grécia foi responsável também por aproximar a retórica da poesia, por colocar o discurso político e o judiciário ao lado do discurso epidítico, caracterizado por enaltecer ou censurar indivíduos. Segundo Ferreira (2010, p. 42) "a retórica

de Górgias é a do aparato, mas é também a do psicagogo, a do condutor de almas por meio do bom manejo da arte das palavras, com o objetivo de encantar o auditório".

Por outra vertente, Aristóteles surge como discípulo de Platão e suas ideias foram reconhecidas – ainda hoje são nas teorias linguísticas modernas – por analisar a relação do homem com a linguagem. Olhou para os estudos retóricos, sugerindo e apontando caminhos para criação de textos persuasivos. Na ótica de Ferreira (2010, p. 44), o destaque e a perenidade do trabalho de Aristóteles se aplicam ao interesse dos filósofos contemporâneos em compreender a dimensão comunicativa da linguagem. Pela contribuição aristotélica, a força das palavras reside nas trocas verbais, nas quais os cidadãos tendem a levar, pelo uso da razão, seus companheiros a compartilhar de suas perspectivas. Para Amossy (2018, p. 17), é esse sentido que "[...] explica a centralidade, na teoria aristotélica, da noção de lugar-comum, ou *topos*, sobre o qual o discurso deve se apoiar e, uma vez que constitui um esquema aceito, pode estabelecer um acordo". Foi Aristóteles que lançou as bases da retórica ocidental. Ferreira (2010, p. 44) avalia que "em termos teóricos, a evolução da retórica ao longo dos séculos representou muito mais um aperfeiçoamento da reflexão aristotélica sobre o tema do que trouxe construções verdadeiramente originais".

Como campo de estudo, a Argumentação demorou a ser vista pela AD como combinação possível. Sobretudo entre os anos de 1970 e 1980, marcados pelo surgimento da primeira escola de Análise do Discurso de linha francesa, com as contribuições de Pêcheux, Foucault e Althusser, as pesquisas a respeito do sujeito eram fortes e se contrastavam com a noção de um sujeito que, de alguma forma, buscava controlar as significações. A concepção da retórica clássica, apoiada na imagem de um locutor que buscava gerir a linguagem a fim de tocar o auditório, era confrontada, assim, por teorias psicanalíticas e marxistas.

Na segunda metade do século XX, a partir de 1960, na Europa, observa-se um movimento de transformação de olhar com a chegada da Nova Retórica. Autores como Perelman e Olbrechts-Tyteca, Toulmin, Hamblin, Grize, Ducrot e Plantin refundaram os estudos de argumentação, como observa Christian Plantin (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016). Ao invés de visar exclusivamente ao ensino de produção de textos persuasivos, a área de estudo se ampliou, buscando caminhos interdisciplinares a fim de interpretar os discursos.

Não se limitando aos gêneros oratórios – judiciário, deliberativo (ou político) e epidítico –, a Nova Retórica abarcou diferentes formas de discursos persuasivos, entre eles a publicidade, o discurso jornalístico, o religioso e até mesmo a poesia e o discurso não verbal. Ferreira (2010) esclarece que

por não serem normativas as novas retóricas continuam suscitando comentários, discussões, argumentação. Enriquecem a visão de mundo, fomentam, o diálogo, infiltram-se nos meios de comunicação, aproximam-se dos atores políticos, econômicos, sociais, que atuam no espaço público. (FERREIRA, 2010, p. 46).

A partir da segunda metade do século XX, a Retórica passa a receber também contribuições de outras áreas e enfoques de estudo. Por esse meio encontramos a Linguística, a Análise do Discurso, a Semiótica e a Pragmática. Pelas lentes e contribuições da Nova Retórica, o conceito de argumentação também se alargou. Nas palavras de Amossy (2018), os objetos de estudo começaram a contemplar

[...] os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema. (AMOSSY, 2018, p. 47).

Rompendo com as consideradas retóricas restritas, a Nova Retórica fomenta a reflexão dos funcionamentos discursivos em contexto, da palavra inserida na dimensão de troca social. Assim sendo, a projeção do auditório recebe especial atenção. Pelo discurso, o orador precisa se adaptar aos quais se dirige. Isso só pode ser viabilizado quando o discurso do orador leva em consideração e busca projetar, em sua fala, crenças, valores, opiniões do auditório. Pela Nova Retórica também, o sucesso da argumentação reside em premissas que estão calcadas em um acordo prévio, firmado na existência do contato intelectual (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996).

É válido pontuar que o auditório, como postula Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), equivale a uma ficção verbal. A justificativa dessa análise encontra-se em dois fatores: o primeiro é que o auditório é construído pelo orador e, por isso, relaciona-se diretamente ao imaginário³⁵;

73

³⁵ Temos como premissa o entendimento de que a noção de imaginário é mais eficiente se comparada ao conceito de estereótipo. Como veremos no próximo capítulo, os imaginários, ao invés de oferecerem ideias cristalizadas socialmente como fazem os estereótipos, propõem interpretações a partir de saberes construídos e

o segundo fator concentra-se na diferença entre o auditório projetado e o público empírico, sendo a imagem construída do alocutário distinta da realidade concreta e imediata.

Perante todas as contribuições, entendemos por que olhar para a gênese e para as estratégias do discurso político nos faz, naturalmente, passar pela análise argumentativa. Depois de revisar teorias retóricas, pragmáticas e lógicas, Amossy (2018) oferece uma síntese dos fundamentos pelos quais a análise argumentativa se constrói. De acordo com a autora, os procedimentos dessa análise acolhem as abordagens: i) linguageira, acionando escolhas lexicais, modalidades de enunciação, marcas linguísticas, não se reduzindo a operações lógicas; ii) comunicacional, considerando auditório e situação de comunicação; iii) dialógica, atentando-se ao ambiente discursivo já existente e à necessidade de adaptação do discurso do orador à realidade do auditório; iv) genérica, aplicando finalidades, enunciação e papéis a um tipo e gênero discursivo; v) figural, contendo figuras e efeitos de estilo; vi) textual, construindo sentido ao conjunto de enunciados.

Depois de atentarmos para a conexão entre linguagem, discurso e argumentação, cabe aqui um questionamento: por quais estratégias o discurso assegura a sua força? Ao refletir sobre os limites e interdependências entre *ação* e *palavra*, Charaudeau (2006) acredita que, apesar de a palavra não representar a integralidade da política, a política não pode agir sem ela.

[...] a palavra intervém no *espaço de discussão* para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no *espaço de ação* para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no *espaço de persuasão* para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu proveito. (CHARAUDEAU, 2006, p. 21, grifos do autor).

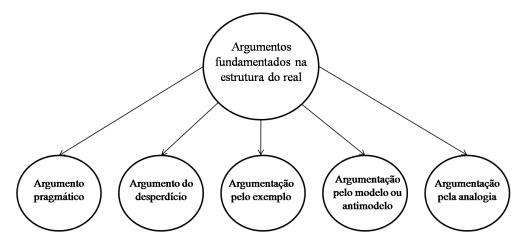
Na ótica de Charaudeau (2006), a persuasão é um caminho para que a *instância política* consiga desempenhar o papel de representante e fiadora do bem-estar social. E tornar comum os valores evocados em discursos políticos, por exemplo, exige cumprir as condições de argumentação. O mecanismo argumentativo, pontuado pelo autor, consiste em reforçar a razão, calcada na veracidade. Como vimos, a chave das condições de argumentação não se destina ao que é ou não verdade, "mas o que eu creio ser verdadeiro e que você deve crer

verdadeiro" (CHARAUDEAU, 2006, p. 101). Nos discursos políticos, especialmente, as condições de argumentação se sustentam na encenação de valores e buscam ser simplificadas, projetando crenças supostamente compartilhadas e próximas ao público. Os argumentos, assim, são destinados a produzirem um efeito de prova.

A concretização da análise retórica, de acordo com Ferreira (2010), depende de alguns critérios que, geralmente, são conjugados à análise. É necessário pontuar que a leitura retórica pretende compreender como os elementos persuasivos tomam forma, como os argumentos se configuram e de que maneira os recursos de convencimento se dispõem no discurso. Como afirma Ferreira (2010, p. 53), "a leitura retórica é mesmo um diálogo". Um desses critérios para que a análise retórica se concretize diz respeito ao exame das técnicas argumentativas, explicadas por Abreu (2009) a partir do trabalho de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996). Trata-se de uma tipologia oferecida pelos autores calcada em três grupos de argumentos: argumentos quase lógicos, argumentos fundamentados na estrutura do real e argumentos que fundam a estrutura do real. O que há em comum em cada um deles é a tentativa de fazer o auditório aderir a uma ideia por diferentes estruturas de influência.

Em relação às marcas desses três grupos, os argumentos quase lógicos, como o próprio nome indica, caracterizam-se, basicamente, pela recorrência a raciocínios formais, lógicos e matemáticos. Os argumentos fundamentados na estrutura do real partem de concepções já reconhecidas pelo público para, assim, oferecer ideias e defesas. Os argumentos que fundam a estrutura do real reforçam generalizações com o intuito de pautar regras e princípios. Entre as três categorizações propostas, observamos em nosso *corpus* a recorrência a *argumentos fundamentados na estrutura do real* como estratégias discursivas que impulsionam a construção de *ethé*. Na leitura de Abreu (2009), a principal característica desses argumentos é que eles estão ligados em pontos de vista e opiniões, e não em descrição objetiva dos fatos. Como podemos ver no esquema a seguir, o autor destaca cinco formas de argumentos que fazem parte dos argumentos fundamentados na estrutura do real.

Esquema 3 – Formação dos argumentos fundamentados na estrutura do real



Fonte: Elaborado pela autora a partir das contribuições de Abreu (2009), 2018.

O argumento pragmático se situa pela relação de dois acontecimentos próximos a partir de um vínculo causal. De acordo com Abreu (2009), esse tipo de argumento se direciona ao valor da consequência. O argumento do desperdício tem como foco a defesa de ir até o fim com alguma proposta, trabalho ou meta, a fim de não perder tempo e investimento.

A argumentação pelo exemplo, frequentemente marcada em pronunciamentos políticos, reforça o espelhamento nas ações de outras pessoas. Sobre a argumentação pelo modelo e pelo antimodelo, Abreu (2009) afirma que a argumentação pelo modelo é uma variação da argumentação pelo exemplo e que a argumentação pelo antimodelo reforça o que deve ser evitado. Já a argumentação pela analogia, como o próprio nome indica, lança como tese de adesão inicial algum fato ou pensamento que tenha relação analógica com a tese principal.

Como veremos em nossa análise, no próximo capítulo, alguns desses argumentos parecem participar dos efeitos responsáveis por construir imagens de Dilma Rousseff. Observamos a presença do argumento pragmático em diferentes momentos do nosso *corpus*. Notamos, ainda, que o argumento do desperdício foi mobilizado nos dois primeiros pronunciamentos de nosso *corpus* – o da eleição e o da reeleição de Dilma Rousseff –, quando os assuntos pautados estavam relacionados à área econômica.

A argumentação pelo exemplo, por sua vez, foi recorrente nos momentos em que a enunciadora Dilma Rousseff referia-se ao ex-presidente Lula. Ao tentar reforçar a imagem de

Lula a de um grande líder, Dilma Rousseff projetava também a imagem de si como sua sucessora. Já a argumentação pelo antimodelo foi explorada especificamente no terceiro pronunciamento, no desfecho do processo de *impeachment*, apesar de não citar nomes dos adversários políticos. Por fim, observamos a argumentação pela analogia com o intuito de descrever o Brasil no pronunciamento da primeira eleição. Observamos também que essa argumentação esteve presente ao final do terceiro pronunciamento, quando a enunciadora recorreu ao poema de Maiakovisky para representar o momento de crise do governo brasileiro:

10:27 – 10:53

Encerro compartilhando com vocês um belíssimo alento do poeta russo Maiakovski:
'Não estamos alegres, é certo,
Mas também por que razão haveríamos de ficar tristes?
O mar da história é agitado
As ameaças e as guerras, haveremos de atravessá-las,
Rompê-las ao meio,
Cortando-as como uma quilha corta.'
(ROUSSEFF, 2016).

Todos os pontos e considerações discutidos até aqui nos ajudam a entender que a análise retórica ou argumentativa dedica-se ao estudo da linguística do discurso, apresentando-se como ramo da AD. A partir dos anos de 1980, especialmente, verificamos diálogo intenso da AD com a Nova Retórica. Observamos também que os discursos políticos, com foco na persuasão, são tecidos relacionando-se fortemente com articulações entre imagem, razão e paixão. Como Charaudeau (2006) sinaliza, progressivamente a análise do discurso político passou a abarcar as estratégias persuasivas, olhando não mais exclusivamente para o *logos*, mas também para os procedimentos do *ethos* e do *pathos*. Estudaremos essa tríade no próximo item.

3.1.1 Ethos discursivo, logos e pathos

Como pontuamos na introdução do trabalho, a partir do cenário teórico do discurso político, buscaremos os possíveis *ethé* discursivos nos pronunciamentos de Dilma Rousseff. Utilizaremos o conceito de *ethos*, por meio de algumas contribuições, entre elas as de Maingueneau (2001, 2005a, 2008), para quem o conceito viabiliza a reflexão sobre a adesão dos sujeitos a uma posição discursiva. O autor observa, no texto *A propósito do ethos*, que o

interesse cada vez mais crescente pelo estudo do *ethos* vincula-se "a uma evolução das condições do exercício da palavra publicamente proferida, particularmente com a pressão das mídias audiovisuais e da publicidade" (MAINGUENEAU, 2008, p. 11).

Retomar a noção de *ethos* pelo olhar da retórica antiga é um caminho que se faz necessário. Amossy (2011b) pontua, no livro *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*, que diferentes correntes da Análise do Discurso e da Pragmática revisitam a Retórica. Orientadas também pelas contribuições de Aristóteles, essas áreas de conhecimento buscam explicar a operacionalidade do discurso, por meio dos usos verbais, das modalidades de interação e da tentativa de construir modelos. "O modo como as ciências da linguagem resgatam a retórica, mas às vezes também a abandonam, aparece nas reformulações e debates nos quais surge a noção de ethos." (AMOSSY, 2011b, p. 10).

Com o objetivo de causar boa impressão, a mobilização do *ethos*, entendido pelos romanos³⁶ como a projeção de traços de caráter do orador e, pelos gregos, além dos traços de caráter, como a imagem de si construída no discurso, centrava-se na capacidade do orador em dar uma imagem de si que fosse capaz de convencer o auditório. De acordo com a filiação aristotélica, o objetivo do orador consistia em suscitar boa adesão, não sendo necessário levar em conta a sinceridade da mensagem. Ao considerar os estudos de Aristóteles, Maingueneau (2008, p. 13) mostra que a construção da imagem positiva que o orador projeta de si mesmo passa por três qualidades consideradas fundamentais: a *phronesis*, ou prudência, a *aretè*, ou virtude, e a *eunoia*, ou benevolência. Essas três qualidades se conectam também à associação que Ferreira (2010) faz do *ethos* à construção da imagem pública do orador. A prudência, a virtude e a benevolência são exploradas com intuito de o orador conquistar a credibilidade do auditório.

Maingueneau (2008) resgata também o conceito de *ethos* retórico proposto por Ducrot, que defendia que o *ethos* se mostrava no ato de enunciação. A aparência das afirmações, por meio da cadência, da entonação, da escolha de palavras e dos argumentos do discurso, era

³⁶ Como Amossy (2011b) revisa, para a arte oratória romana, inspirada em Isócrates, o *ethos* apoia-se na autoridade individual e institucional do orador. Para Quintiliano, o argumento exposto pela vida de um homem tem mais peso que suas palavras. E Cícero entende que o bom orador é aquele capaz de unir caráter moral e manejo do verbo.

responsável por tornar a enunciação aceitável ou refutável. Podemos resumir, de acordo com Maingueneau (2008), que:

- o ethos é uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma "imagem" do locutor exterior a sua fala;
- o ethos é fundamentalmente um processo *interativo* de influência sobre o outro;
- é uma noção fundamentalmente *híbrida* (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica. (MAINGUENEAU, 2008, p. 17, grifos do autor).

A respeito do processo interativo que o autor sinaliza, Amossy (2011b) enfatiza que a Pragmática ampliada é responsável por elaborar estudos a respeito de uma rede de influências mútuas. A autora retoma o trabalho do sociólogo Erving Goffman³⁷, que cunhou o conceito de faces, a partir da metáfora teatral, relacionando representação – por meio da projeção da imagem do eu –, interação e influência. Por essa vertente de estudo, podemos observar o salto da interlocução para a interação. Segundo Amossy (2011b, p. 12), "dizer que os participantes interagem é supor que a imagem de si construída no e pelo discurso participa da influência que exercem um sobre o outro". Apesar da contribuição do trabalho de Goffman, indo ao encontro de uma das caracterizações pontuadas por Maingueneau (2008), o autor não trabalha com o termo *ethos*.

Ao voltarmos para os resgates propostos Maingueneau (2008), o autor ressalta que o *ethos* é diferente dos traços e atributos reais do orador. Apesar de ser associado a quem enuncia, é a partir do exterior que o *ethos* caracteriza o locutor. "O destinatário atribui a um locutor inscrito no mundo extradiscursivo traços que são em realidade intradiscursivos, já que são associados a uma forma de dizer." (MAINGUENEAU, 2008, p. 14). Não se trata exclusivamente de traços intradiscursivos, já que os dados exteriores à fala, como roupa, gesto, entonações também devem ser considerados. Maingueneau (2008) apoia-se em Declercq (1992)³⁸ para reforçar que todos os aspectos numa enunciação discursiva – tom de

³⁷ GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**. Nova York: Harper & Row, 1974.

O sociólogo norte-americano Erving Goffman, cujas obras estão entre as referências centrais das ciências sociais contemporâneas, contribuiu para o desenvolvimento da sociologia interpretativa, que fortaleceu pesquisas direcionadas para observações empíricas. Ao voltar-se para o estudo da interação simbólica, Goffman dedicou-se a temáticas como interação social, organização social da experiência e construção social do eu.

³⁸ DECLERCQ, Gilles. **L'art d'argumenter** – Structures rhétoriques et littéraires. Paris: Editions Universitaires, 1992.

voz, fluxo da fala, escolha de palavras, gestos, postura, aparência – contribuem na construção da imagem do orador para um auditório.

De acordo com o triângulo proposto pela retórica antiga, no discurso, as condutas correspondem ao *ethos*, os argumentos ao *logos* e as paixões ao *pathos*. Aristóteles chama atenção para o fato de a sociedade viver debaixo de uma constituição política e pressupõe, assim, a existência do caráter das constituições. O orador deve levar em conta esse caráter ao desenvolver a argumentação. Outro aspecto destacado por Maingueneau (2008) sobre a obra de Aristóteles diz respeito às virtudes. Cabe ao orador escolher as diferentes paixões que poderá suscitar em seu auditório. "Como a virtude não é considerada da mesma maneira em todos os lugares por todas pessoas, é em função de seu auditório que o orador se construirá uma imagem, conforme o que é considerado virtude." (MAINGUENEAU, 2008, p. 15). O foco da persuasão está, assim, na capacidade de o orador projetar, pelo discurso, um *ethos* com o qual o auditório se identifique, buscando suscitar empatia no público³⁹. Pelo *ethos*, estudamos a representação do saber pela imagem de si, pelo *pathos*, compreendemos o saber como afeto e pelo *logos*, o saber é apreendido como argumento racional.

Dessa forma, repercutir as concepções já produzidas a respeito do *logos* e do *pathos* requer a compreensão entre dois campos, o da razão e o da emoção. No campo da razão, o valor é dado ao raciocínio, às faculdades intelectuais e ao estabelecimento da verdade. Já o campo da emoção funda-se nos sentimentos e nos deslocamentos emocionais e está voltado ao auditório. Abreu (2009) defende que somos, principalmente, seres emocionais e ressalta que um dos significados da expressão *pathos*, em grego, corresponde a sentimento.

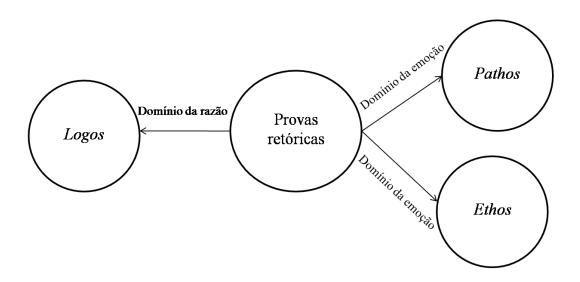
Lembramos que, tanto na produção quanto na análise de um discurso, as provas retóricas não são mobilizadas em momentos estanques, nem podem ser identificadas como dados isolados. Entendemos, antes, que o *ethos*, o *logos* e o *pathos* se apresentam por indícios na linguagem e são mobilizados pela dimensão argumentativa gerenciada em cada situação de comunicação. No que se refere ao campo político, especialmente, Charaudeau (2006, p. 93) sugere que esse

_

³⁹ Consideramos importante lembrar a defesa feita por Amossy (2011b). Conforme a autora, a apresentação de si não é definida apenas por meio de técnicas programadas, mas se efetua constantemente à revelia dos parceiros. Charaudeau (2006) também faz essa observação, ao frisar as distinções entre o *ethos* previsto e o *ethos* produzido.

meio "[...] é por excelência o lugar em que as relações de poder e de submissão são governadas por princípios passionais". Produzimos, assim, esse estudo orientando-nos pela concepção dos filósofos da retórica política, para quem a influência política é movida nos terrenos do pensamento e da paixão. Somado ao *logos* e ao *pathos*, o *ethos* está relacionado à imagem de quem fala e que, pela ótica de Charaudeau (2006), é também suscetível de tocar o auditório por meio da identificação. Nesse sentido, no esquema a seguir, podemos identificar como as provas retóricas se integram. No discurso político, Charaudeau (2006) as apresenta como fonte de associação a diversas estratégias a fim de alcançar e persuadir o público.

Esquema 4 – As provas retóricas e seus domínios



Fonte: Elaborado pela autora a partir das contribuições de Charaudeau (2006), 2018.

No esquema acima, podemos observar que tanto o *pathos* quanto o *ethos* integram o domínio da emoção. Contudo, enquanto o *pathos* é direcionado ao auditório, o *ethos* é voltado para o orador. Outro ponto interessante marcado por Charaudeau (2006) relaciona-se à ideia de desvio. Circula, de acordo com o autor, uma concepção fechada de que um discurso político de referência é organizado fundamentalmente pela razão, desprezando seus índices patêmicos. Ao contrário, Charaudeau (2006) defende que, ao estudar o discurso político, não é possível localizar exemplos de aplicação de *logos* puro. A justificativa concentra-se no fato de que "a comunicação humana e os discursos que lhe dão forma dificilmente separam, em sua

realização empírica, a razão do afeto; o discurso demonstrativo do discurso de sedução; a imagem de si da imagem do outro" (CHARAUDEAU, 2006, p. 180).

Investigar, então, a presença do *ethos*, do *logos* e do *pathos* nos discursos nos convida a observar qual das provas retóricas se sobressai, em quais momentos uma oculta as outras e sob quais circunstâncias cada uma delas é evidenciada (CHARAUDEAU, 2006). No discurso político, especialmente, a mobilização das três provas retóricas, em menor ou maior grau, culmina na encenação. Por meio de estratégias da dramaturgia⁴⁰, o discurso se constrói.

Maingueneau (2001) lança mão de termos ligados à encenação. O tom é um deles, construído pela vocalidade, pelo caráter e pela corporalidade da fonte enunciativa. Pelo tom, presente tanto em textos escritos quanto orais, surge o papel do fiador, reconhecido pelo leitor por meio de uma identidade enunciativa. É importante ressaltar que a noção de *ethos*, para Maingueneau (2001), está relacionada à cena de enunciação, composta por três elementos: *cena englobante*, *cena genérica* e *cenografia*. A *cena englobante* situa a finalidade, como interpretar e de que forma o interlocutor é interpelado pelo discurso. Essa cena também define a situação dos parceiros e o espaço-temporal no qual o discurso se encontra. Por *cena genérica*, Maingueneau (2001) afirma ser importante perceber que cada gênero de discurso é que define seus papéis, ou seja, cada gênero, com sua respectiva situação de comunicação, é responsável por explicitar a que veio o discurso e a quem ele se dirige. E a *cenografia* é construída pelo próprio texto, apoiando-se em cenas validadas socialmente. Para o linguista,

[...] a cenografia não é simplesmente um quadro, um cenário, como se o discurso aparecesse inesperadamente no interior de um espaço já construído e independente dele: é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para constituir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala. (MAINGUENEAU, 2001, p. 87).

A *cena englobante* corresponde ao tipo de discurso. Em nosso *corpus*, o discurso político. Já a *cena genérica* se circunscreve de diferentes maneiras em cada um dos três pronunciamentos. No último discurso selecionado, por exemplo, podemos perceber que a *cena genérica* se situa

que faz com que a construção do ethos tenha características próprias" (CHARAUDEAU, 2006, p. 85).

82

⁴⁰ Charaudeau (2006) compara a estruturação do discurso político à organização de uma narrativa, na qual presenciamos a apresentação de um problema encarado como "mal", suas possíveis causas e, por fim, a proposta salvadora desse mal por meio da figura política. Segundo o teórico, "[...] o político encontra-se sempre tomado por uma dramaturgia que o obriga a construir para si um personagem, certa figura que vale como imagem de si, e

na transmissão ao vivo para o todo o país do pronunciamento oficial de Dilma Rousseff a respeito da sua destituição do cargo na presidência. Neste momento, o discurso representa a resistência e o confronto da ex-presidenta ao *impeachment*. Como podemos observar no trecho abaixo, já na abertura, o pronunciamento se direciona ao *impeachment*.



00:20 - 00:48

Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo *impeachment* escolheram rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar. [...] (ROUSSEFF, 2016).

A *cenografia* do discurso, por sua vez, é construída progressivamente, por meio da ênfase ao *impeachment* como "farsa jurídica" e, paralelamente, pelo destaque às posturas de firmeza, combate e luta encenadas por Dilma Rousseff no pronunciamento cujo foco aponta, principalmente, para a democracia. Assim, a análise deste trabalho se aterá a partir de indícios como esses, que nos auxiliam a observar a construção do *ethos*.

Por essa pesquisa estar diretamente associada à construção de *ethé* discursivos, consideramos pertinente, ainda, examinar o *ethos* pela perspectiva reforçada por Amossy (2011b) e que já temos observado até o momento: a *imagem de si*. De acordo com a autora, todo ato de tomar a palavra implica, automaticamente, a construção de uma imagem de si. O estilo, as competências linguísticas, as crenças estão implícitas na forma de se expressar e são responsáveis por construir a apresentação e a representação de um indivíduo.

A autora, assim como Maingueneau (2008), endossa que, na construção da imagem de si, há uma preocupação constante em adequar-se ao auditório. O orador, nesse sentido, busca

adaptar sua imagem, projetando-a como imagem confiável de sua própria pessoa, "em função das crenças e valores que ele atribui àqueles que o ouvem" (AMOSSY, 2011b, p. 19).

Ainda em relação ao *ethos*, Charaudeau (2006), ao propor reflexões teóricas acerca do discurso político, sugere que as figuras identitárias do discurso político se reagrupam em duas categorias de *ethos*: o *ethos* de credibilidade e o *ethos* de identificação. A credibilidade é resultado da identidade discursiva que é construída pelo sujeito falante. O objetivo central é mobilizá-la para que os interlocutores sejam conduzidos a ver o sujeito político como digno de crédito. Charaudeau (2006) vincula a credibilidade a três condições de verificação: i) condição de sinceridade e transparência, comparando se o que o sujeito político afirma é coerente às suas ações de governo; ii) condição de performance, avaliando promessas e formas de colocá-las em prática; iii) condição de eficácia, analisando se o que é proposto e aplicado surte efeito. "O *ethos* de credibilidade se constrói em uma interação entre identidade social e identidade discursiva⁴¹, entre o que o sujeito quer parecer e o que ele é em seu ser psicológico e social." (CHARAUDEAU, 2006, p. 137).

A segunda categoria de *ethos* refere-se à identificação e está intimamente ligada a uma rede que integra traços pessoais de caráter, de corporalidade, de declarações e comportamentos. De acordo com o autor, essa rede se une às expectativas dos cidadãos por meio de imaginários do que é considerado positivo e negativo para a imagem de uma figura política. A projeção da identificação se refere também à noção de afeto social, em que "[...] o cidadão, mediante um processo de identificação irracional, funda sua identidade na do político" (CHARAUDEAU 2006, p. 137). O *ethos* de identificação compõe a razão pela qual os políticos jogam constantemente com valores opostos e até mesmo contraditórios. A estratégia é gerar identificação com o maior – e mais heterogêneo também – número de indivíduos. Em nosso próximo capítulo, buscaremos observar como os *ethé* de credibilidade e de identificação foram explorados em pronunciamentos de Dilma Rousseff.

_

⁴¹ A premissa encarada acerca da identidade está relacionada à tomada de consciência de si mesmo, ou seja, a identidade proporciona ao sujeito a compreensão de sua existência. Além do princípio de alteridade, em que se percebe o outro como diferente, Charaudeau (2009) sintetiza a consciência de si a partir da estrutura de outras quatro: a consciência do corpo, do saber, das crenças e julgamentos e das ações. Parte integrante desse conceito mais amplo de identidade, a identidade social, especificamente, está relacionada à necessidade de reconhecimento. É ela que confere ao sujeito o direito à palavra e, por isso, está fundada na legitimidade. A identidade discursiva, por sua vez, é progressivamente construída pelo sujeito falante e é vinculada às estratégias de credibilidade e de captação.

Charaudeau (2006) pontua também a existência de um cruzamento de dois olhares: o olhar do outro sobre aquele que fala e o olhar de quem fala a respeito da forma como o outro o vê. Essas projeções voltam-se para a identidade do sujeito falante, fundada na identidade social do locutor, que sustenta a legitimidade diante do estatuto e do papel presentes na situação de comunicação. As projeções retomam, ainda, a identidade discursiva do enunciador, resultado da situação de comunicação encarada pelo sujeito e da escolha das estratégias discursivas. Para Charaudeau (2006, p. 115), "o *ethos* é o resultado dessa dupla identidade [social e discursiva], mas ele termina por se fundir em uma única".

É preciso ter em mente também que a palavra vem a partir de um universo discursivo já existente. Isso significa afirmar que "todo enunciado confirma, refuta, problematiza posições anteriores, que tenham sido expressas de modo preciso por um dado interlocutor, ou de modo difuso no interdiscurso contemporâneo" (AMOSSY, 2018, p. 42).

Como veremos no trecho abaixo, extraído do terceiro pronunciamento do nosso *corpus*, advérbios e conjugações verbais reforçam a existência de grupos adversários, remetem a fatos históricos anteriores e projetam repercussões políticas futuras marcadas por uma visão negativa.



02:08 - 02:56

Causa espanto que a maior ação contra a corrupção da nossa história, propiciada por ações desenvolvidas e leis aprovadas e sancionadas a partir de 2003 e aprofundadas em meu governo, leve justamente ao poder um grupo de corruptos investigados. O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa. Vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a

serviço do mais radical liberalismo econômico e de retrocesso social. (ROUSSEFF, 2016).

Na primeira frase desse trecho, observamos a mobilização da argumentação pelo antimodelo. Podemos perceber a antítese sendo explorada como figura de pensamento⁴² para denunciar a consequência do *impeachment*: "levar ao poder um grupo de corruptos investigados". Por essa afirmação, a enunciadora, ao mesmo tempo em que aponta os impactos diretos do *impeachment*, busca se distanciar do grupo que descreve.

O discurso mobiliza também valores em oposição. Valores como progresso, inclusão e democracia são contrastados com conservadorismo, reacionarismo e subversivismo. Pares antitéticos são característicos do próprio discurso político. Como Charaudeau (2006) sustenta, a política é um campo de batalha cuja guerra é simbólica e estabelecida pela linguagem. Nesse trecho podemos perceber, ainda, a marcação de identidade político-discursiva que constrói imagens positivas de si e negativas dos que representam a oposição. O trecho "o projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária [...]" ilustra a dramaturgia do discursivo político que Charaudeau (2006) conceitua e reforça os pares antitéticos e a argumentação pelo antimodelo.

No trecho "vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e de retrocesso social", destacamos o verbo conjugado no futuro. A conjugação indica uma repercussão política negativa diretamente relacionada ao processo do *impeachment*. Notamos aqui, como Menezes (2007, p. 313) pontua em artigo a respeito das emoções no discurso político, a recorrência a argumentos de ordem patêmica, evocando efeitos de aflição e temor. A enunciadora lança o sentimento de medo em relação ao futuro do Brasil. Pelo enunciado, Dilma Rousseff distancia-se da situação e apresenta a perspectiva política para os anos seguintes marcada também pelo imaginário de violência e desrespeito, o mesmo imaginário evocado acerca do processo de *impeachment*. Observamos que as instituições do Estado são apresentadas como vítimas, assumindo uma posição passiva frente à existência de um poder bruto destinado a esfacelar a função social das instituições públicas.

⁻

⁴² Abreu (2009) encara as figuras de pensamento como recurso retórico. Integrante do grupo das figuras de linguagem, as figuras de pensamento podem ser identificadas pelas combinações de ideias e imagens com o intuito de chamar a atenção do público.

A mobilização das expressões "capturar", "colocá-las a serviço", "mais radical" e "retrocesso" nos direciona a essa ideia.

Por essas reflexões, consideramos os funcionamentos da linguagem, sua relação com o lugar sócio-histórico e com as opiniões e crenças que circulam ali. Para Amossy (2018), uma das contribuições da análise argumentativa, bem como da AD, consiste em compreender que "o locutor, como o auditório, é sempre atravessado pela fala do outro, pelas ideias preconcebidas e pelas evidências de uma época e é, por isso, condicionado pelas possibilidades de seu tempo" (p. 12). São esses aspectos que nos permitem compreender o pertencimento da argumentação no discurso, sendo a argumentação uma dimensão constitutiva. Esse conjunto fornece também embasamento para seguintes as afirmações da autora:

não há discurso sem enunciação (o discurso é o efeito da utilização da linguagem em situação), sem dialogismo (a palavra é sempre, como diz Bakhtin, uma reação à palavra do outro), sem apresentação de si (toda fala constrói uma imagem verbal do locutor), sem o que se poderia chamar "argumentatividade" ou orientação, mais ou menos marcado do enunciado, que convida o outro a compartilhar modos de pensar, de ver, de sentir. (AMOSSY, 2018, p. 12).

A partir dessas reflexões de Amossy (2018), entendemos ser necessário discutir alguns pontos a respeito do funcionamento da enunciação, os aspectos da linguagem inserida em situações de comunicação diversas. Consideramos que a construção de argumentos e pontos de vista passa pelo enunciado, por proposições que decidimos encadear. Sobre a enunciação discorreremos a seguir.

3.2 Enunciação e as instâncias do discurso: entradas para a construção de sentidos e para a projeção de *ethé*

Para o percurso reflexivo desta seção, adotaremos como ponto de partida o conceito da enunciação como responsável por colocar a linguagem em funcionamento. Nesta seção, ao considerarmos a enunciabilidade enquanto condição primeira da linguagem, estabelecemos como sequência de discussão a relação indissociável entre indivíduo e linguagem a partir de Barthes (2012) e as construções presentes no ato da enunciação por meio do *Aparelho Formal da Enunciação* de Benveniste (1995). Vemos que a enunciação é que proporciona a manifestação dos componentes necessários para uma interação verbal. Por isso também,

podemos encará-la como a base para a projeção de *ethé* discursivos, eixo principal presente na problematização do nosso trabalho.

Associado a esses princípios, temos em mente que o discurso político é resultado da combinação da palavra fundadora e da palavra que tem como missão gerir a política, possuindo, assim, um duplo fundamento (CHARAUDEAU, 2006). Os estudos a respeito dos discursos políticos se orientam por uma abordagem voltada aos conteúdos do discurso e por outra, associada aos mecanismos de comunicação. Em ambas as abordagens, podemos considerar que a enunciação se insere como mola mestra.

Maingueneau (2005b) pauta a *enunciabilidade* de um discurso por um viés fundante. Essa percepção nos permite afirmar que a construção do discurso por atos de enunciação, realizados por um conjunto de indivíduos, não deve ser vista como uma propriedade secundária. O processo enunciativo deve, antes, ser encarado como condicionador de toda estrutura do discurso. Nesse caminho, o autor defende que "é preciso pensar ao mesmo tempo a discursividade como dito e como dizer, enunciado e enunciação" (MAINGUENEAU, 2005b, p. 19).

O semiólogo e filósofo francês Roland Barthes, em 1966, no colóquio internacional da Universidade Johns Hopkins, refletiu a respeito do registro da literatura pela linguagem. No texto *Escrever, verbo intransitivo?*, presente no livro *O rumor da língua* (2012), o autor defende que "[...] não dizemos que o escritor retorna à origem da linguagem, mas que a linguagem é para ele a origem" (p. 15). Mesmo referindo-se a um contexto específico, o da literatura, consideramos pertinente olhar para as contribuições de Barthes (2012), do ponto de vista da concepção fundadora da linguagem e da relação indissociável do indivíduo com ela. Como defende o semiólogo,

o homem não preexiste à linguagem, nem filogeneticamente nem ontogeneticamente. Jamais atingiremos um estado em que o homem estivesse separado da linguagem, que elaboraria então para "exprimir" o que nele se passasse: é a linguagem que ensina a definição do homem, não o contrário. (BARTHES, 2012, p. 15).

Nesse mesmo aspecto, o linguista francês Émile Benveniste alerta para a noção simplista que a concepção da linguagem como instrumento pode provocar. Trata-se de uma visão ingênua e ficcional imaginar que, em determinado período da história, um ser humano completo encontra com seu semelhante, também completo, e entre eles a linguagem vai sendo elaborada. Benveniste (1995) revela esse equívoco e defende que

não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (BENVENISTE, 1995, p. 285).

Aliado a esses entendimentos, observamos que o discurso, em seu processo de significação, não se forma nem se apresenta como dado isolado. Em processo contínuo de referências, um discurso nasce pela existência de outros discursos, complementando ou opondo-se a eles, e aponta para o surgimento dos próximos. Como veremos à frente, a referência é o ponto de partida de todo ato de enunciação. Aliado a esses entendimentos, é necessário retomar algumas discussões basilares para o estudo da enunciação. Essa necessidade corresponde a apoiar-nos nas contribuições de Émile Benveniste.

Conhecido por expandir a perspectiva de Ferdinand Saussure⁴³, Benveniste não se dedicou somente às questões morfológicas e sintáticas da língua. Foi reconhecido por reabilitar o interesse pela discursivização. Seus trabalhos tiveram entrada em diferentes disciplinas e circularam em revistas sobre Antropologia, Filosofia, Psicanálise, Sociologia (TEIXEIRA, 2012). A partir da publicação de *O aparelho formal da enunciação*, na revista *Langages*, em 1970, o trabalho do autor foi ingressando com mais potência no campo dos linguistas.

No capítulo 20, destinado ao estudo dos pronomes, no livro *Problemas de Linguística Geral I*, Benveniste (1995) problematiza a forma como consideramos os pronomes, tomando-os como integrantes de uma mesma "classe, formal e funcionalmente" (p. 277), assim como formas nominais ou verbais. O texto, publicado originalmente em 1956, mostra que apesar de todas

singular e subjetivo.

-

⁴³ Saussure, reconhecido como pai da Linguística, foi fundador da estruturação da Linguística como saber científico, da definição da linguagem enquanto *sistema* e dotada de uma dimensão social. Benveniste ampliou as contribuições de Saussure, ao oferecer o conceito do aparelho formal da enunciação e por conceber a visão subjetiva da língua, na qual o sujeito se insere. A enunciação passa a ser encarada, assim, a partir de um caráter

as línguas possuírem pronomes e todas partirem de agrupamentos para classificá-los – como pronomes pessoais, demonstrativos, relativos, indefinidos –, eles não poderiam se apresentar por denominações ou classes unitárias. Ao contrário, os pronomes representam "espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são os signos" (BENVENISTE, 1995, p. 277). Essa afirmação nos faz acreditar que as presenças do enunciador e das situações de comunicação transformam a significação dos pronomes. Benveniste (1995) dá o nome de *instâncias do discurso* aos atos, únicos, pelos quais a língua é utilizada e constantemente atualizada em palavras por um locutor.

Em relação aos pronomes pessoais, especialmente, o autor acredita que entre *eu* e qualquer outra expressão, por exemplo, não existem somente diferenças relacionadas à estrutura morfológica ou sintática da língua. Ao dizer, escrever ou registrar o pronome *eu*, existem diferenças ligadas ao próprio processo da enunciação linguística; "o enunciado que contém *eu* pertence a esse nível ou tipo de linguagem a que Charles Morris chama pragmático, e que inclui, com os signos, aqueles que os empregam" (BENVENISTE, 1995, p. 278). Outro fator que o autor ressalta diz respeito a uma suposta referenciação que se quer fazer clara pela linguagem.

Cada instância de emprego de um nome refere-se a uma noção constante e "objetiva", apta a permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular, e que permanece sempre idêntica na representação que desperta. No entanto, as instâncias de emprego de *eu* não constituem uma classe de referência, uma vez que não há "objeto" definível como *eu* ao qual se possam remeter identicamente essas instâncias. Cada eu tem a sua referência própria e correspondente cada vez a um ser único, proposto como tal. (BENVENISTE, 1995, p. 278, grifos do autor).

Por isso, podemos afirmar que a chamada *realidade de discurso* é caracterizada pela sua unicidade, a partir de quem enuncia e da instância na qual o discurso é produzido. *Eu* e *tu*⁴⁴ são considerados, dessa forma, categorias da linguagem que se relacionam de acordo com a sua posição. Ao contrário desses dois pronomes, *ele*, como marcador de terceira pessoa, representa o que o Benveniste (1995) chama de *membro não marcado da correlação de pessoa*. Essa não pessoa é situada fora da instância de discurso. Isso explica o fato de *ele* ser o único modo de enunciação possível a ser mobilizado pelas instâncias de discurso para não remeter a elas mesmas. A referência, nesse caso, é objetiva e assume também, na linguagem,

90

⁴⁴ Para o autor, *eu* se sobrepuja a *tu*, já que *tu* só é enunciado pelo *eu*. Entretanto, essa hegemonia não é permanente, ao levarmos em consideração as mudanças de posição dos pronomes nas trocas verbais.

uma função representativa. Benveniste (1995) observa que a terceira pessoa possui a "qualidade de substitutos abreviativos" (p. 282).

Junto a essas referências, há outros indicadores que também variam de acordo com a posição do enunciador na linguagem e com a instância de discurso. São eles os pronomes demonstrativos, advérbios como *aqui*, *agora*, *hoje*, *ontem*, *amanhã*. Na visão de Benveniste (1995), "o essencial é, portanto, a relação entre o indicador (de pessoa, de tempo, de lugar, de objeto mostrado, etc.) e a *presente* instância de discurso" (p. 280, grifo do autor).

Por meio dessas considerações e ao afirmar que "é identificando-se como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores se propõe alternadamente como 'sujeito'" (p. 280-281), o autor nos indica e nos move para a existência da *comunicação intersubjetiva*, marcada pelo lugar do *eu*. Para o linguista,

é essa propriedade [a do *eu* como signo único, mas móvel] que fundamenta o discurso individual em que cada locutor assume por sua conta a linguagem inteira. O hábito nos torna facilmente insensíveis a essa diferença profunda entre a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício pelo indivíduo. (BENVENISTE, 1995, p. 281).

Benveniste (1995) pontua, ainda, que a forma verbal é solidária à instância individual de discurso. Isso se explica pelo fato de o verbo ser atualizado necessariamente a partir do ato de discurso, envolvendo tempo e gênero. Podemos afirmar que as contribuições do autor repercutem também em uma problemática da interlocução. Ao enunciar, o *eu* transfere marcas, até então privadas, que se transformam em públicas — assunto sobre o qual discorreremos à frente. Em um fluxo de renovação constante, encontra-se o ato de enunciação, no qual o locutor se apropria da língua e enuncia seu *eu* enquanto sujeito.

Pensamos o discurso como a linguagem posta em ação. No capítulo 21, a respeito da subjetividade da linguagem, Benveniste (1995) resgata o lado psíquico de o ser humano constituir-se como sujeito na linguagem e por meio dela. Esse ponto se apresenta e pode ser justificado pela afirmação: "a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um *tu*" (p. 286). Esse ponto explica também a condição de reciprocidade. Para que a minha

posição enquanto sujeito exista e se viabilize, é preciso a existência do outro. O segundo aspecto relacionado a essa subjetividade, que podemos enxergá-lo, inclusive, enquanto rede de conexões, endossa que "a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*" (p. 286).

Para Benveniste (1995), o *eu* enquanto pronome pessoal, do ponto de vista linguístico, escapa ao *status* dos outros signos da linguagem por causa da singularidade que o caracteriza. O *eu* surge por um ato de discurso individual. Ao pronunciá-lo, o locutor se estabelece. O autor completa: "é um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso, e que só tem referência atual. A realidade à qual ele remete é a realidade do discurso" (BENVENISTE, 1995, p. 288).

Além dos pronomes pessoais, outras classes de palavras sustentam e revelam a subjetividade na linguagem. Citamos como exemplo pronomes demonstrativos, advérbios, adjetivos responsáveis por referenciar e organizar as relações espaciais e temporais ao redor do sujeito. Benveniste (1995) os classifica como indicadores da *deíxis*, por se definirem "somente com relação à instância de discurso na qual são produzidos" (p. 288).

Os pensamentos do autor nos conduzem à ideia de que o fundamento da subjetividade está no funcionamento da língua. Isso nos chama atenção também para as narrativas de vida, assunto que abordaremos na sequência. Para Benveniste (1995), "não há outro testemunho objetivo da identidade do sujeito que não seja o que ele dá assim, ele mesmo sobre si mesmo" (p. 288).

O autor acentua também a presença da temporalidade. A estrutura da língua se faz ao redor da noção de tempo: "em última análise, a temporalidade humana com todo o seu aparato lingüístico revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem" (BENVENISTE, 1995, p. 289). Dessa forma, podemos afirmar que os processos de referenciação se dão em tempos, marcados na língua pela conjugação de verbos, por advérbios e pelas variações lexicais. Em nosso *corpus*, como veremos no próximo capítulo, observamos no terceiro pronunciamento, especialmente, marcações temporais colocadas em oposição com o objetivo de caracterizar o processo de *impeachment*.

Outro aspecto, presente em nosso *corpus*, refere-se à atenção à linguagem não verbal. Já em 1958, com a publicação desse texto no *Journal de psychologie*, o autor esclarecia que o papel de transmissão desempenhado pela linguagem incluía meios não linguísticos, entre os quais o gesto era um deles. A constatação de Benveniste (1995) era a de que "nos deixamos enganar, falando de um 'instrumento', por certos processos de transmissão que nas sociedades humanas são, sem exceção, posteriores à linguagem e lhe imitam o funcionamento" (p. 285). Um desses processos de transmissão diz respeito ao gestual.

Ao analisar alguns procedimentos linguísticos⁴⁵, Charaudeau (2006) segue essa percepção e enfatiza, por um viés complementar ao de Benveniste (1995), a importância de caracterizar a enunciação da palavra pela forma oral. Isso por que, mesmo cada locutor tendo uma forma própria de se expressar, os papéis sociais, os comportamentos e as situações de comunicação são determinantes para construir o *ethos*. O autor, assim como Maingueneau (2001), pontua o tom da fala e a presença da vocalidade como fatores marcantes na constituição dos traços de caráter do orador.

Do ponto de vista prático e que pode ser aplicado em *corpora* de discursos políticos, Charaudeau (2006) discorre a respeito de três tipos de procedimentos enunciativos para que o enunciador se coloque em cena: enunciação *elocutiva*, *alocutiva* e *delocutiva*. O primeiro procedimento sugerido pelo autor corresponde à enunciação *elocutiva*, caracterizada pelo uso de pronomes pessoais em primeira pessoa, de verbos modais, de advérbios e de qualificativos "[...] que revelam a implicação do orador e descrevem seu ponto de vista pessoal" (CHARAUDEAU, 2006, p. 174).

Já a enunciação *alocutiva* é identificada com pronomes de segunda pessoa a fim de determinar o lugar que o locutor confere ao interlocutor e que revelam a relação estabelecida entre eles. A enunciação *delocutiva*, por sua vez, é a ferramenta explorada para fazer com que o auditório entre no mundo das evidências. Nela, o orador, em seu pronunciamento político, esforça-se para ser visto como "portador de uma verdade estabelecida" (CHARAUDEAU,

_

⁴⁵ Charaudeau (2010a) oferece algumas categorias sobre os *modos de organização do discurso*, responsáveis pelos princípios de organização da matéria linguística, a saber: enunciar, descrever, narrar e argumentar. Gostaríamos de mencionar, aqui, o *modo de organização enunciativo*. Nele, encontram-se os seres de fala, internos à linguagem. Como categoria de discurso, o enunciativo indica "a maneira pela qual o sujeito falante age na *encenação* do ato de comunicação" (CHARAUDEAU, 2010, p. 81, grifo do autor).

2006, p. 179). Como veremos em nossa análise, nos três pronunciamentos que formam nosso *corpus*, a enunciadora Dilma Rousseff explora mais as enunciações *elocutiva* e *delocutiva*, do que a enunciação *alocutiva*. Em cada uma das formas de enunciação, diversos *ethé* são projetados.

Nesse percurso, gostaríamos de ressaltar o vínculo entre a construção da imagem de si e a enunciação, que, como enxerga Benveniste, está no centro da análise linguística. Amossy (2011b) reforça a importância de avaliar a inscrição do locutor e a construção da subjetividade na língua, por meio de procedimentos linguísticos. O trabalho da autora resgata, dessa maneira, os estudos de Benveniste, sublinhando o jogo de influências e a tentativa, mais ou menos consciente e reconhecida, de usar a palavra com o intuito de agir sobre o outro. Para a projeção e análise do *ethos*, por exemplo, a autora legitima o aparelho formal da enunciação. Nas palavras de Amossy (2011b, p. 11), "efetivamente, o ato de produzir um enunciado remete necessariamente ao locutor que mobiliza a língua, que a faz funcionar ao utilizá-la".

Complementar a essa defesa, Charaudeau (2006) sustenta que o sujeito linguageiro não corresponde apenas a um enunciador ou ao ser feito de discurso, mas também a um ser social empírico. Esses fatores nos permitem afirmar que o fazer político, manifesto em nosso *corpus*, integra tanto o discurso quanto o ser político e, assim sendo, as dimensões enunciativas praticadas pela AD devem levar em consideração a trajetória de vida desse ser. Com frequência, observamos, em discursos políticos, narrativas de vida sendo mobilizadas como estratégias de persuasão e conquista de público. As falas públicas, muitas vezes, explicitam o valor à subjetividade e sinalizam a caracterização da figura política, dotando-a de valores e sentimentos humanos. Na próxima seção, estudaremos a respeito das marcações biográficas.

3.3 O espaço biográfico e as narrativas de vida

Os estudos sobre as narrativas de vida apontam para uma diversidade de gêneros discursivos. Nos discursos políticos, vemos, com frequência, as tentativas das figuras políticas de se aproximarem do público por meio do apelo biográfico. Nessa conjuntura, buscaremos pensar como esse espaço biográfico (ARFUCH, 2010) se apresenta em nosso *corpus*, tomando por

base o histórico de vida da primeira mulher que ocupou a cadeira presidencial do Brasil – marca, por si só, com forte apelo biográfico. Para tanto, propomos aqui um percurso teórico, ancorados em autoras como Arfuch (2010), Butler (2017) e Machado (2011, 2012, 2013), a respeito das possibilidades e dos limites de narrar-se e das estratégias de autorrepresentação como mediação entre o público e o privado.

Como vimos até agora, todo ato de linguagem passa pela construção de uma imagem de si (CHARAUDEAU, 2006). O olhar filosófico de Pateman (1993, p. 15) sobre a temática endossa: "contar histórias de todos os tipos é a principal forma desenvolvida pelos seres humanos para atribuírem sentido a si próprios e a sua vida social". Por esse mesmo viés, a filósofa estadunidense Judith Butler (2017), na obra *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*, reforça a impossibilidade do *eu* separar-se das condições sociais que o rodeiam e o constituem. A autora traz para a discussão fundamentos da ética e da moral responsáveis por constituir o sujeito e que foram trabalhados por Adorno⁴⁶. A tais condições sociais, associa-se um conjunto de normas morais condicionadoras e partilhadas coletivamente. Por essa defesa, a autora reflete que

quando o "eu" busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse "si mesmo" já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração; na verdade, quando o "eu" busca fazer um relato de si mesmo sem deixar de incluir as condições de seu próprio surgimento, deve, por necessidade, tornar-se um teórico social. (BUTLER, 2017, p. 18).

Antes, então, de nos dedicarmos às abordagens a respeito da dimensão biográfica presente no discurso, consideramos interessante mencionar algumas problematizações feitas pela autora, centradas na filosofia política e na ética e que reverberam na linguagem. O primeiro desses pontos se direciona a expressões e aos termos utilizados em um relato de si. De acordo com Butler (2017), as estruturas textuais, com o objetivo de nos fazer inteligíveis a nós mesmos e aos outros, não são oferecidas nem criadas por nós. Caracterizadas por uma dimensão, ao mesmo tempo externa e constitutiva, as palavras possuem "[...] caráter social e estabelecem normas sociais, um domínio de falta de liberdade e de substituibilidade em que nossas histórias 'singulares' são contadas' (BUTLER, 2017, p. 33).

⁴⁶ ADORNO, Theodor. **Problems of Moral Philosophy**. Tradução para o inglês de Rodney Livingstone. Stanford: Stanford University Press, 2001.

Pelas lentes da filosofia moral, a autora resgata a visão de Nietzsche⁴⁷ que encara o relato de si como resposta, seja frente a uma acusação ou alegação do outro. Por esse pensamento, "[...] confesso-me como causa de tal ação, qualificando minha contribuição causativa, ou defendome contra a atribuição, talvez localizando a causa em outro lugar" (BUTLER, 2017, p. 22). Dentro desse raciocínio, interessa-nos pensar na relação de um *eu* que se dirige a um *tu*. Somos convidados ou convocados a narrar uma história de nós mesmos frente a um *tu* que nos é exposto e nos interpela. "É somente frente a essa pergunta ou atribuição do outro – 'Foste tu?' – que fornecemos uma narrativa de nós mesmos ou descobrimos que, por razões urgentes, devemos nos tornar seres autonarrativos." (BUTLER, 2017, p. 23). Ao mesmo tempo, a autora pontua limites que podem ser percebidos no ato de relatar a si mesmo. Entre eles, a incompatibilidade de retornar, fielmente, à cena de interpelação que deu origem ao relato. Cientes e diante de incompletudes como essa, interessa-nos observar, em nossa análise, de que forma a imagem de si se constrói pela enunciadora Dilma Rousseff lançando mão das narrativas autobiográficas.

As também chamadas narrativas de vida estão presentes e cruzam caminhos de pesquisadores das mais diversas áreas, da História até a Psicologia, do Jornalismo até a Antropologia. A pesquisadora argentina Leonor Arfuch (2010), no livro *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*, percorre o histórico das narrativas de vida e afirma que é no século XVIII, com a consolidação do capitalismo e da sociedade burguesa, que se efetivam as formas de escrita autógrafa, entre elas autobiografias, diários, confissões e correspondências. Habermas (1984) observa a força da correspondência epistolar do século XVIII, considerado o século das cartas, e acredita que esta subjetividade, marcada por um corte interior do privativo, já é ligada à instância pública.

A antítese à intimidade intermediada literariamente é a indiscreção, não a publicidade enquanto tal. Cartas de outros não são apenas emprestadas, mas copiadas; várias correspondências são de antemão destinadas a serem impressas, como o demonstram, na Alemanha, os exemplos de Gellert, Gleim e Goethe. Uma expressão corrente na época confirma isso: de uma carta bem redigida dizia-se que era "boa para ser impressa". (HABERMAS, 1984, p. 66).

_

⁴⁷ NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Por isso, explica-se a chegada do romance burguês, definido como a descrição psicológica em forma de autobiografia. Rousseau, com a obra *As confissões* (1959), foi considerado o primeiro explorador da intimidade, motivado pela necessidade de compreender o indivíduo moderno e seus conflitos, refletir sobre o caráter e o comportamento maleáveis, bem como a subjetividade da vida emocional. De acordo com Arfuch (2010),

esboçava-se a sensibilidade própria do mundo burguês, a vivência de um "eu" submetido à cisão dualista (público/privado, sentimento/razão, corpo/espírito, homem/mulher), que precisava definir os novos tons da afetividade, o decoro, os limites do permitido e do proibido e as incumbências dos sexos, que, no século XIX, se consolidariam sob o signo da desigualdade, com a simbolização do feminino como consubstancial ao reino doméstico (ARFUCH, 2010, p. 36).

A pesquisadora Ida Lucia Machado (2012a), fundadora do Núcleo de Análise do Discurso (NAD) da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (FALE/UFMG), resgata que o estudo da narrativa de vida enquanto metodologia surgiu entre 1918 e 1920, vinculado a pesquisas realizadas pelos sociólogos Thomas e Znanieckzi, da Escola de Chicago (EUA). Já na França, as contribuições se construíram com Daniel Bertaux por uma perspectiva que integrava sociologia e etnografia. Diferentes nomes e abordagens rebatizaram a narrativa de vida. Como exemplo, a autora cita expressões como história de vida, narrativa de si mesmo, autobiografia. Apesar das variações, Machado (2012a, p. 200) observa o ponto em comum entre cada uma delas: "nessas produções, é latente um diálogo interno entre o narrador e outras vozes que atravessam seus ditos".

A afirmação de retóricas da intimidade, presentes em várias esferas da vida social, e a superestima pela realidade reforçam a disseminação de micronarrativas, testemunhos e descrições orientadas pela subjetividade. A área das ciências sociais, especialmente, inclina-se para a voz e ao testemunho dos sujeitos, "[...] dotando de corpo a figura do 'ator social'" (ARFUCH, 2010, p. 15). Encaramos como narrativa de si não apenas um discurso narrativo autobiográfico que revela como objeto as próprias experiências do narrador. Como pontua Arfuch (2010) a noção de espaço autobiográfico, oferecida, por exemplo, por Lejeune (2014)⁴⁸, tornou-se um ponto de partida, e não de chegada. Para o estudo das narrativas de si,

⁴⁸ LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

Arfuch (2010) propõe que examinemos novas formas de subjetivação que apontam para a afirmação de uma nova privacidade e que estejam expressas em diferentes suportes e estilos.

[...] o espaço biográfico, tal como o concebemos, não somente alimentará "o mito do eu" como exaltação narcisista ou voyeurismo – tonalidades presentes em muitas de suas formas – mas operará, prioritariamente, como ordem narrativa e orientação ética nessa modelização de hábitos, costumes, sentimentos e práticas, que é constitutiva da ordem social (ARFUCH, 2010, p. 31-32).

Bem como as metodologias de análise do discurso, que abarcam contribuições interdisciplinares, de teóricos da linguagem e de áreas como linguística, pragmática, semiótica greimasiana, sociologia, psicologia social, teorias da argumentação (MACHADO, 2012a), as narrativas de si podem ser encontradas em um emaranhado de formas e gêneros discursivos. O *marketing* político, por exemplo, área fortemente ligada à produção do discurso político, intensificou no Brasil, ao final dos anos de 1980, a construção e o registro de traços de personalidade individual nos pronunciamentos. O biográfico se insere, dessa forma, como espaço *intermediário*, como mediação entre o público e o privado. Piovezani (2009) constata que presenciamos cada vez mais imagens psicológicas das figuras públicas, em geral, e dos candidatos políticos, em particular, construídas, inclusive, fora do círculo já definido das plataformas políticas. O movimento, de acordo com o autor, tende a instaurar "[...] uma crescente despolitização dos agentes políticos na progressão das políticas da personalidade" (PIOVEZANI, 2009, p. 252).

No artigo Gestão das paixões políticas em discursos sobre a esquerda: identidade, valores e imaginários, Lessa (2007) respalda-se no trabalho do sociólogo e cientista político Pierre Ansart⁴⁹ e endossa que, na política, há um jogo de projeção de imagens sustentado por uma dupla lógica afetiva, a interna e a externa. A lógica interna associa-se a ligações produzidas no interior de um grupo — medos, ansiedades, sonhos —, fortalecendo-se pelos valores compartilhados e pelos sentimentos dominantes. A lógica afetiva externa é responsável por apresentar os sistemas de oposições entre os grupos. Isso nos leva a crer que "cada discurso político vai, assim, testemunhar a mobilização de um núcleo de raciocínio de signos afetivos que constituem um conjunto de evidências centrais" (LESSA, 2007, p. 92). Por essa linha de

⁴⁹ ANSART, Pierre. La gestion des passions politiques. Paris: L'age d'homme, 1983.

pensamento, podemos considerar que as narrativas de si fazem parte desses signos afetivos, permeando o imaginário coletivo.

Compreendemos também a projeção de imagens de si no discurso político como parte de uma estratégia de cooptação e identificação do público – mesmo que a eficácia dessa imagem de si seja complexa de ser verificada com exatidão. Machado, em artigo publicado em 2011 sobre o conceito de *storytelling* aplicado à persuasão e outro em 2013 acerca da temática da narrativa de si, enfatiza que narrar uma história requer harmonizar estratégias de captação e habilidade para criar métodos de cumplicidade direcionados ao auditório. Uma dessas estratégias de captação se relaciona ao *storytelling*. A partir da ótica do *storytelling* como engendramento narrativo, como saber contar e expor ideias e imagens ao auditório, a autora observa a recorrência da prática nos discursos com vocação persuasiva, entre eles o político. Habituamo-nos, em um processo recíproco de estímulo externo midiático e de demanda, a associar a imagem de políticos a personalidades, dando lugar à construção de uma narrativa relacionada ao âmbito privado, sobre o qual discutimos no primeiro capítulo teórico, e que acaba por construir a personificação do ator político. Nessa direção, Charaudeau (2006) examina que

[...] o processo de construção de uma *figura* se faz tanto no surgimento dos grandes acontecimentos (guerras, crises nacionais ou internacionais) quanto no curso de uma sedimentação progressiva de certos traços de personalidade que emergem e se repetem em vários pequenos acontecimentos (CHARAUDEAU, 2006, p. 86, grifo do autor).

O autor endossa o movimento midiático como um dos responsáveis por estreitar as fronteiras entre público e privado. Estratégias discursivas, entre elas as narrativas de si, são exploradas com o intuito de atrair a atenção e cativar o público. Percebemos aqui o recurso da *publicização da intimidade* e, nesse momento, uma mudança de olhar pode ser identificada em relação à construção de sua identidade. Estamos diante de "um olhar de fusão com aquele que pode ser eu mesmo, mas um eu mesmo magnificado por sua aparição na cena pública: 'sou o que está exposto ao olhar de todos'." (CHARAUDEAU, 2006, p. 286). Esse raciocínio nos direciona à criação de um outro imaginário identitário da construção do *si*, ou seja, um *si* que veio da esfera privada junta-se a um outro que já é exposto e observado na cena pública.

Machado (2012a) retoma a divisão proposta por Ruth Amossy, como vimos no início deste capítulo, a respeito das *visadas argumentativas* e das *dimensões argumentativas* para questionar se a narrativa de vida pode ser considerada estratégia discursiva e, além, estratégia argumentativa. Ao partirmos da contribuição de Amossy que defende a dimensão argumentativa como forma de argumentação ampla presente em vários tipos discursos, entendemos a narrativa de vida como estratégia argumentativa. Na ótica de Machado (2012a),

[...] vê-se que o que é buscado, em um discurso ficcional ou semificcional, como o das biografias e outros gêneros que incluem narrativas de vida, é dar ênfase à vida de um ser real, fazendo com que o leitor participe dos temas de reflexão propostos pelo narrador sobre esse sujeito. (MACHADO, 2012a, p. 202).

Em diálogo convergente, as considerações de Butler (2017) nos indicam, além do processo de referenciação dos sujeitos, possíveis sentidos do enlaçamento da narrativa de si em pronunciamentos políticos. A autora reforça que o ato de relatar a si mesmo adquire uma forma narrativa, sendo que essa última não depende somente "[...] da capacidade de transmitir uma série de eventos em sequência com transições plausíveis, mas também recorre à voz e à autoridade narrativas, direcionadas a um público com o objetivo de persuadir" (BUTLER, 2017, p. 23). Portanto, como fortes estratégias argumentativas e de autorrepresentação, essas narrativas, nos discursos políticos, especialmente, conferem humanidade, personalização e aproximam as figuras públicas do auditório. O valor testemunhal, nesse instante, recebe significado importante. Como acredita Arfurch (2010), não é tanto o conteúdo do relato que importa, mas as estratégias ficcionais de autorrepresentação.

No caso das formas testemunhais, tratar-se-á [...] da capacidade narrativa do 'fazer crer', das *provas* que o discurso consiga oferecer, nunca fora de suas estratégias de veridição, de suas marcas enunciativas e retóricas. (ARFUCH, 2010, p. 73, grifo da autora).

Em nosso *corpus*, observaremos que o histórico político de Dilma Rousseff, associado a imagens construídas de resistência, postura firme e competência técnica, permeou seus pronunciamentos políticos na presidência em formato que podemos chamar de micronarrativas. Lembramos que, como vimos nesses estudos, ao olhar para indícios biográficos presentes nos pronunciamentos de Dilma Rousseff, devemos levar em consideração que as estratégias de representação, no discurso político, tendem a ser midiáticas.

Enxergamos, portanto, as narrativas de si, construídas pelo mecanismo enunciativo, como potente estratégia argumentativa. Ao aproximar-se do seu auditório pela trajetória de vida, a figura pública oferece imagens de si associadas a um *eu* essencialmente humano e permeadas por imaginários que antes estavam direcionados e enquadrados à esfera privada. Podemos afirmar que esse movimento alimenta uma busca pela persuasão – referente às pautas públicas presentes nos discursos políticos –, pela legitimidade da imagem de si projetada pela figura pública e pela adesão aos projetos e atitudes propostos no meio político que impactam a coletividade.

Disponibilizamos, nos anexos, alguns pontos da biografia de Dilma Rousseff. Por esse caminho, tentamos investigar a existência de índices de projeção de imagens comuns, tanto entre as que foram construídas nos pronunciamentos políticos, quanto em outras narrativas, como as essencialmente biográficas. Entendemos que cada uma dessas informações, mobilizadas para construir a imagem de figura pública da presidenta, endossa o apelo ao capital cultural (CHARAUDEAU, 2006). Compõem esse capital informações relacionadas à origem social e formação do político. Tais pontos nos ajudaram a compreender apelos e processos de referenciação presentes em nosso corpus, que veremos no próximo capítulo.

Consideramos a expressão *aposta biográfica*, cunhada pelo historiador e sociólogo francês François Dosse (2009), para pensar em nosso objeto de pesquisa. No livro *O desafio biográfico: escrever uma vida*, o autor chama de aposta biográfica a tentativa de descrever e contar a realidade por um lugar individual, que é permeado, concomitantemente, pela realidade e pela ficção.

A partir de análise prévia dos pronunciamentos, entendemos ser pertinente chamar de *momento autobiográfico* os instantes em que a enunciadora Dilma Rousseff lança mão de narrativas de si em seus pronunciamentos. Arfuch (2010) apresenta a expressão utilizada pelo filósofo e crítico literário Paul De Man. No artigo *Autobiografia como Des-figuração*, publicado pela primeira vez em 1979, na revista *Modern Language Notes*, da Universidade Johns Hopkins, o autor define o momento autobiográfico como alinhamento entre dois sujeitos que estão envolvidos no processo de leitura – já que o foco de estudo do autor é

destinado à literatura. Por encarar a autobiografia não como gênero, mas como figura de leitura ou de entendimento presente em todos os textos, De Man (2012) defende que os sujeitos envolvidos na leitura são responsáveis por determinar um ao outro em um processo reflexivo, criando, portanto, esse intercâmbio que constitui o sujeito. Em um viés distinto desse que foi apresentado pelo autor, empregamos a expressão *momento autobiográfico* por observarmos que os pronunciamentos que integram nosso *corpus* não recorrem a todo instante nem se estruturam fundamentalmente pelo discurso biográfico. Como micronarrativas, em oportunidades específicas, a enunciadora investe em narrativas de si como apostas de enlaçamento ao público e legitimação de sua imagem.

Assim, buscaremos identificar, no próximo capítulo, os *ethé* discursivos presentes nos pronunciamentos políticos de Dilma Rousseff. Com base nas discussões empreendidas até aqui e no histórico biográfico de Dilma Rousseff, acreditamos que as narrativas de vida participam, em alguma medida, das estratégias discursivas que constroem os *ethé*.

4 A VOZ DA PRESIDENTA

Na construção da história, crio-me em novas formas, instituindo um "eu" narrativo que se sobrepõe ao "eu" cuja vida passada procuro contar. | Judith Butler |

Ancorados em cada uma das reflexões propostas até aqui, a respeito da democracia, da esfera pública, do gênero feminino e das estratégias do discurso político, buscamos identificar os indícios de *ethé* discursivos a partir de algumas categorias de análise. Antes, contudo, entendemos ser necessário lembrar que a identidade dos sujeitos políticos corresponde a uma imagem co-construída, reflexo do encontro entre o sujeito que enuncia e aquele que interpreta (CHARAUDEAU, 2006). Como pondera Charaudeau (2006, n.p), "[...] cada um é para o outro apenas uma imagem".

Partimos, portanto, do princípio de que, no regime democrático, o discurso é responsável pela ligação entre a *instância de poder* e a *instância cidadã* (CHARAUDEAU, 2006), mesmo que a projeção do auditório particular, em um primeiro momento, possa não corresponder diretamente à *instância cidadã*, e sim à *instância midiática* ou à própria *instância de poder*. Assim sendo, analisamos três pronunciamentos que representam momentos bastante distintos na trajetória política de Dilma Rousseff na presidência do Brasil: o pronunciamento a lideranças partidárias após resultado do segundo turno da eleição presidencial de 2010, o pronunciamento ao Congresso Nacional nos atos de posse pela reeleição de 2014 e o pronunciamento à imprensa pelo afastamento definitivo da presidência em 2016.

Para a concretização da análise, estruturamos algumas categorias por meio das quais nosso *corpus* é revisitado. A formação desses critérios, que detalharemos a seguir, é resultado de todas as reflexões teóricas empreendidas nos capítulos anteriores e de análises prévias do nosso *corpus*.

4.1 Proposta metodológica como fio reflexivo

Ao considerar os pronunciamentos políticos que integram o *corpus*, bem como as situações de comunicação neles envolvidas, começamos a observar quais elementos discursivos, somados

às contribuições teóricas, poderiam nos auxiliar a identificar os possíveis *ethé* discursivos presentes nas narrativas de Dilma Rousseff.

Nosso objetivo, primeiramente, foi observar as regularidades e contrastes nos pronunciamentos a partir dos contratos⁵⁰ social, político e discursivo, para então elencar categorias de análise que nos auxiliassem a responder ao problema de pesquisa e a alcançar os objetivos traçados. Sendo assim, além das problematizações teóricas sobre democracia, gênero feminino no espaço público, discurso político, *ethos* e narrativas de si, já realizadas nos capítulos anteriores, discutiremos também alguns conceitos que atuarão como lentes ao olharmos nosso *corpus* e realizarmos as análises. São eles: as condições enunciativas, os imaginários sociodiscursivos, a disposição do discurso retórico e os valores argumentativos.

4.1.1 As condições enunciativas

Tomamos como ponto de partida a enunciação como condição primária para existência da linguagem. Ancorados no pensamento de Benveniste, Mari e Mendes (2007) defendem que

a enunciação é o único mecanismo que nos possibilita situar no tempo e no espaço efetivos de quem produz a fala como um acontecimento efêmero, que se realiza ao produzir o presente, mas que se esvai no momento seguinte, deixando vestígios de registros do passado, ou de projetos do futuro (MARI; MENDES, 2007, p. 152).

Pela relevância da enunciação e presença em nosso *corpus*, interessa-nos, primeiramente, olhar para as condições enunciativas dos pronunciamentos. Isso porque, como sinaliza Charaudeau (2010a), o discurso não é, por si só, político. As contribuições da Teoria Semiolinguística do autor abarcam as dimensões interna e externa ao discurso, pertencentes a sujeitos sociais e de linguagem. Por essas concepções, como mencionamos em nosso primeiro capítulo teórico, na seção 2.4, o que confere o caráter político ao discurso é a situação de comunicação. A partir dela, o sujeito constrói suas mensagens. Desse modo, buscamos descrever, no início de nossa análise, as condições enunciativas dos pronunciamentos de

sujeitos envolvidos no ato de linguagem.

_

⁵⁰ Lembramos do foco teórico dado por Charaudeau (2006) para o discurso como resultado da articulação entre os planos situacional e linguístico. Essa articulação torna-se responsável por fundar contratos. Pela ótica do linguista, todo ato de linguagem se constrói a partir de um tipo de relação contratual. Isso significa afirmar que os contratos social, político e discursivo se formam pelo compartilhamento de um universo cultural entre os

Dilma Rousseff, a fim de entendermos o contexto social no qual as mensagens foram emitidas e os sentidos produzidos.

4.1.2 Os imaginários sociodiscursivos

Ocupamo-nos também da noção de imaginários sociodiscursivos, abordada por Charaudeau (2007) no artigo *Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux*. Para propor uma definição sobre imaginários, o autor se ampara na noção de representações sociais oferecida pela Sociologia e pela Psicologia, afirmando que as representações são uma forma de conhecer o mundo socialmente partilhado. Na sequência, pontua que o conceito de representações partilhadas corresponde a uma noção fundadora da linguagem, pois as representações pressupõem a adesão de grupos que dividem valores e que se aproximam por meio da comunicação (CHARAUDEAU, 2007). Ao resgatar essas noções, Charaudeau (2007) ressalta que, no cenário da Análise do Discurso, conceitos desenvolvidos em outras disciplinas podem ser redefinidos. Por essa perspectiva, o autor justifica a retomada dessas compreensões para discutir a ideia dos imaginários.

Considerado resultado de um processo de expressão e representação do mundo afetivoracional presente na memória coletiva, o imaginário é construído a partir da intersubjetividade
das relações sociais. O autor qualifica os imaginários por meio do aspecto social, à medida
que ativa simbolizações do mundo coletivo, e pontua também a existência de imaginários
pessoais, cujas percepções são experimentadas individualmente. Na sequência, o linguista
observa que é possível haver imaginários mais coletivos, que variam segundo a natureza do
grupo. Como exemplo, podemos citar as interpretações das leis de diferentes países acerca de
um mesmo tema, como o aborto. A defesa ou a contestação da legitimidade do aborto envolve
imaginários que são construídos e partilhados socialmente, seja por filtros religiosos,
científicos, relacionados à saúde pública ou a práticas consideradas morais.

O autor ressalta que os discursos criadores de imaginários, por serem produzidos em uma prática social, recebem um filtro axiológico. Por isso, o mesmo imaginário pode receber diferentes valores a depender das práticas de circulação. Charaudeau (2007) oferece o

exemplo do imaginário de tradição, recebido positivamente no meio religioso, mas marcado negativamente em práticas políticas, econômicas e tecnológicas.

O autor afirma que o sintoma de um imaginário pode se manifestar em falas, comportamentos, gestos e percebe que tais imaginários são transmitidos por meio do discurso. Interessa-nos, portanto, verificar de que forma os imaginários sociodiscursivos se apresentam no *corpus* da nossa pesquisa. Além dos imaginários, organizamos a proposta metodológica levando em conta a dimensão argumentativa presente nos discursos. Dessa forma, abordamos, no item seguinte, outra categoria de análise: a disposição do discurso retórico.

4.1.3 A disposição do discurso retórico

Conforme mencionamos em nosso segundo capítulo teórico, propomos desenvolver nossa análise tendo em vista o conceito de dimensão argumentativa, cunhado por Amossy (2007). Como a autora defende, "[...] a argumentação, apresente ela ou não uma vontade manifesta de conduzir à aprovação, é sempre parte integrante do discurso em situação" (AMOSSY, 2007, p. 122). Charaudeau (2010a) dialoga com a ótica da autora ao ressaltar que "a argumentação não se limita a uma sequência de frases ou de proposições ligadas por conectores lógicos" (CHARAUDEAU, 2010a, p. 203). Ao contrário, o aspecto argumentativo de um discurso se situa no que está implícito.

Ao ter essa dimensão em mente, buscamos estabelecer diálogo com algumas contribuições da argumentação. Além das que discutimos no capítulo anterior, consideramos interessante, a partir da ótica da retórica aristotélica, observar as partes do discurso retórico. Ressaltamos, contudo, que, em nossas análises, não temos o objetivo de identificar com rigor cada uma das partes do discurso retórico. Nossa proposta é, com elas, referenciar contextos e enlaçamentos discursivos importantes aos pronunciamentos. Aristóteles, ao mirar os fins persuasivos, propõe a composição da arte retórica a partir de quatro partes estruturais do discurso: *inventio*, a invenção; *dispositio*, a disposição; *elocutio*, a elocução e *actio*, a ação⁵¹. Em nosso trabalho, enxergamos essas estruturas como norteadores da organização discursiva e argumentativa.

_

⁵¹ Pontuamos, aqui, as duas últimas partes estruturais do discurso. A elocução, como o próprio nome sugere, dá atenção à eloquência como estratégia utilizada pelo orador, criando e combinando recursos, como figuras de

O momento da invenção requer do orador conhecimento prévio a respeito do assunto que será abordado e do auditório ao qual o discurso se direcionará. Esse momento é identificado como o de busca de provas que darão amparo ao discurso. A invenção pode até ser invisível ao auditório. Para o analista, entretanto, pode ser identificada de forma clara, já que, por ela, o orador busca se aproximar do público a fim de estabelecer acordos a respeito do assunto a ser desenvolvido.

As etapas do discurso, que buscaremos observar em nossa análise, encontram-se na fase da *dispositio*, da disposição. Essa parte corresponde à estruturação interna do discurso, em que podemos observar as intenções persuasivas por meio da ordenação dos argumentos. A retórica aristotélica propõe, neste item, as etapas que compõem um discurso: o exórdio, a narração, a prova e o epílogo.

O exórdio representa o início do discurso, indicando sua finalidade e preparando os ouvintes para receber a narração e a prova. Trata-se do primeiro contato do orador com o auditório. A narração corresponde à exposição dos argumentos, à defesa de pontos de vista orientada objetivamente. Reboul (2004) acredita que é na narração que o *logos* supera o *ethos* e o *pathos* e que, para ser efetiva, a narração deve possuir três características: clareza, brevidade e credibilidade.

A apresentação da(s) prova(s), por sua vez, reflete a parte mais longa do discurso, caracterizada pela tentativa de comprovar as afirmações por meio da persuasão. Nas provas, podemos identificar a forte mobilização do *logos* e do *pathos*. Essa parte é considerada a mais densa do discurso. Nela, os pontos de vista são defendidos e os argumentos adversários são refutados. Como endossa Ferreira (2010, p. 114), "na prática, os argumentos de defesa e ataque se misturam de modo estratégico". Por fim, o epílogo – ou a peroração – diz respeito à conclusão do discurso. Nele, o orador frisa e recapitula pontos estratégicos de seu pronunciamento. De acordo com Reboul (2004), o epílogo "é o momento por excelência em que a afetividade se une à argumentação, o que constitui a alma da retórica" (p. 60).

estilo, repetições, comparações, com o fim de cativar e envolver o auditório. O momento da ação corresponde ao ato de entrega da mensagem, diretamente vinculada à performance por meio da voz, dos gestos e da apresentação do orador.

Interessa-nos, assim, observar, como elencamos em um dos nossos objetivos, de que forma os discursos da presidenta Dilma Rousseff põem em ordem ideias, defesas, acusações e argumentos em diferentes momentos de sua gestão, e se estruturam do ponto de vista persuasivo.

4.1.4 Valores argumentativos

Conjugados com as partes do discurso retórico, os valores argumentativos se apresentam como importante ferramenta de análise para o *corpus*. Buscamos, nesta pesquisa, operacionalizar as contribuições da Nova Retórica na qual Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) se fundamentam. Os autores observam, a partir da Filosofia do Direito, a existência da lógica do razoável, da razão por um viés histórico e dialético. Abarca-se, dessa forma, a lógica dos valores e das preferências. Como avalia Ferreira (2010, p. 47), "o provável, o crível assume um lugar de destaque na argumentação e se subjuga apenas à autoridade do auditório, que, universal ou particular, dá a palavra final sobre o que se argumentou".

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) esclarecem que a argumentação está calcada em três pontos: o acordo, a escolha e a apresentação das premissas. Os chamados objetos de acordo podem ser observados a partir de dois vieses, o primeiro consonante ao real – fatos, verdades e presunções –, e o segundo direcionado ao preferível, aos valores e ao que é possível considerar a partir do verossímil e do preferível.

Os valores, identificados no discurso, também representam crenças que, segundo os autores, dependem de circunstâncias, meio social e são localizadas no tempo e no espaço. Presume-se que esses valores mobilizados discursivamente são conhecimentos partilhados pela comunidade e se alicerçam em premissas diversas conhecidas como lugares. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) destacam seis lugares: o de quantidade, o de qualidade, o de ordem, o de essência, o de pessoa e o do existente. São premissas utilizadas com o fim de reforçar a adesão a determinados valores. A expressão *lugares* era explorada pelos gregos para marcar locais virtuais de fácil acesso, como explica Abreu (2009, p. 85), "onde o orador pudesse ter argumentos à disposição, em momento de necessidade".

No lugar de quantidade, destacam-se razões quantitativas. Pelo lugar de quantidade, por exemplo, um serviço que atenda a um número maior de pessoas tem mais valor do que um serviço que atenda a um pequeno grupo. Abreu (2009) endossa que diversos fundamentos da democracia são retomados por esse lugar: "[...] ganha uma eleição aquele que tiver maior quantidade de votos; uma lei, para ser aprovada no Congresso, tem de receber maioria de votos" (ABREU, 2009, p. 86).

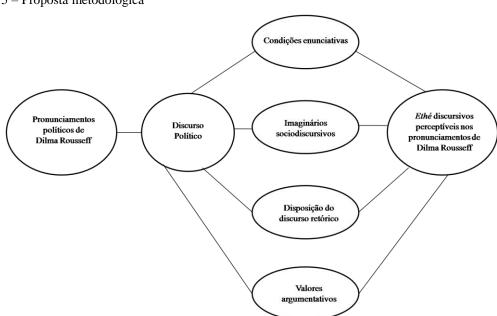
No lugar de qualidade, o valor de virtude, do que é único e raro, é retomado. Por esse lugar, tudo que esteja ameaçado possui valor. Já o lugar de ordem estabelece-se a partir da concepção de hierarquia, pela "[...] superioridade do anterior sobre o posterior, das causas sobre os efeitos, dos princípios sobre as finalidades" (ABREU, 2009, p. 90).

O lugar de essência volta-se para o indivíduo como referência. Por esse lugar, figuras políticas tornam-se vultos históricos. Como veremos à frente, observamos, em nosso *corpus*, que a representação do ex-presidente Lula, na voz da enunciadora, localiza-se no lugar de essência. De forma próxima, o lugar de pessoa dá destaque ao que envolve o humano. Nos pronunciamentos políticos, de forma geral, entendemos que, quando candidatos prometem valorizar condições humanas relacionadas ao trabalho, à moradia e aos direitos fundamentais, por exemplo, o lugar de pessoa está sendo mobilizado. Já o lugar do existente, como o próprio nome indica, prima pelo que existe, em detrimento ao que ainda não foi concretizado.

Além desses lugares elencados pelos autores, é importante observar a ótica do lugar social proposto nos pronunciamentos políticos. E, além dos valores, consideramos também relevante olhar para o conjunto de antivalores apontados pela presidenta Dilma Rousseff, principalmente no pronunciamento a respeito do processo de *impeachment*.

Assim, consideramos necessário refletir como a mobilização de valores e de antivalores se deu em cada um dos três discursos de Dilma Rousseff, especialmente para construir a noção de ideal democrático. Buscaremos identificá-los a partir de índices revelados nos próprios discursos, por exemplo, os pares antitéticos que sinalizam valores em oposição e princípios

que são reivindicados na fala da presidenta. Expomos a seguir as combinações conceituais que construíram nossa proposta metodológica.



Esquema 5 – Proposta metodológica

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Sublinhamos que a proposta metodológica nos auxiliará como roteiro, ou seja, cada um dos operadores que veremos a seguir conduz o percurso da análise, não estando necessariamente presente em todos os fragmentos dos pronunciamentos⁵². Como propomos analisar alguns índices do *corpus* registrados em vídeo, pontuamos, ainda, que nossa análise reúne alguns *frames* dos vídeos e que as expressões ou trechos em negrito dos pronunciamentos de Dilma Rousseff indicam a entonação marcada e mais forte dada pela enunciadora. Começaremos, então, nossa análise, abaixo, buscando descrever as condições enunciativas que permeiam nosso *corpus*.

4.2 Circunscrevendo os dizeres

Como vimos no capítulo anterior, compreendemos que o enunciador não é livre para apresentar seu discurso. Charaudeau (2006) pondera que o sujeito falante que enuncia

_

⁵² A íntegra dos pronunciamentos encontra-se disponível nos anexos deste trabalho.

depende da "situação de comunicação na qual se encontra quando fala e que impõe, a ele e a seu interlocutor, certo número de restrições da qual faz parte o propósito comunicativo" (p. 188). Retomamos, assim, a proposta sinalizada no início deste capítulo, a de descrever primeiro, antes das estratégias discursivas, as restrições situacionais presentes nos pronunciamentos políticos de Dilma Rousseff. Entendemos por restrições situacionais algumas condições externas ao dizer, mas que dele fazem parte ao construírem as cenas englobante e genérica (MAINGUENEAU, 2001) do ato de enunciação. De acordo com a defesa de Charaudeau (2006, p. 52), "não se misturam situações e estratégias de comunicação, sendo toda situação de comunicação estruturada segundo um dispositivo que assegura um lugar determinado aos parceiros da troca". Ancorados nesse pensamento, justificamos nossa escolha por descrever primeiro as condições enunciativas para, depois, refletirmos sobre as estratégias discursivas exploradas nos pronunciamentos.

As condições enunciativas podem ser visualizadas e descritas pelo que Charaudeau (2006) chama de *dispositivo de interação*. O dispositivo cumpre a função do fiador do contrato de comunicação. Por meio dele, o campo de enunciação é organizado e regulado com normas de comportamento e com discursos prévios e compartilhados. O autor relaciona os dispositivos ao *macrodispositivo conceitual*, responsável por estruturar as situações de troca social, e aos *microdispositivos materiais*, que especificam as situações.

Em nosso *corpus*, compreendemos que o macrodispositivo conceitual condiz com as características genéricas que nos permitem classificar um pronunciamento político institucional, como os atos de cerimonial, a apresentação visual da enunciadora, os cumprimentos iniciais do discurso, os apelos, as entonações, enfim, todas as encenações e os rituais simbólicos e culturais compartilhados. Os microdispositivos materiais, mais localizados e direcionados, dizem respeito ao pronunciamento enquanto gênero discursivo e estão ligados aos lugares e às situações de comunicação. Como vimos no capítulo anterior, podemos aproximar essa classificação à de *cena genérica*, proposta por Maingueneau (2001).

Em nossa amostra, estamos diante de três situações – uma direcionada para cada pronunciamento – responsáveis por formar os microdispositivos materiais. Como marcamos na introdução deste trabalho, o primeiro pronunciamento, apresentado em 31 de outubro de

2010, foi lido à noite, em hotel em Brasília, logo após o anúncio do resultado do segundo turno da eleição presidencial. Na ocasião, o espaço contava com a liderança do Partido dos Trabalhadores e com políticos do partido que também foram eleitos. O momento marca o primeiro pronunciamento oficial de Dilma Rousseff como presidente eleita do Brasil. Em tom amistoso, a enunciadora reforça os motivos de alegria por estar ali e endossa os compromissos lançados durante a campanha. Podemos ressaltar a tônica ao valor da união, em que a enunciadora conclama o apoio de todos os cidadãos brasileiros, empresários, trabalhadores, entidades civis e colegas políticos.

A segunda situação de comunicação presente em nosso *corpus*, e que parece mobilizar microdispositivos materiais próximos aos do primeiro pronunciamento, corresponde ao pronunciamento de posse de Dilma Rousseff na tarde de 1º de janeiro de 2015, em virtude de sua reeleição. O discurso faz parte dos ritos do Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional. No plenário da Câmara dos Deputados, com a presença de diversos chefes de estado e de governo, Dilma Rousseff e o vice, Michel Temer (MDB), eram empossados pelo então presidente do Senado, senador Renan Calheiros (MDB-AL). No pronunciamento, a presidenta reeleita defendeu as ações da sua gestão anterior, anunciou as prioridades da nova gestão e destinou-se aos colegas políticos e ao povo brasileiro com pedido de mobilização e apoio às pautas que seriam propostas pelo governo federal pelos próximos quatro anos.

A terceira situação, como mencionamos no segundo capítulo teórico, é mobilizada em função do resultado do processo de *impeachment* movido contra Dilma Rousseff que decidiu pelo seu afastamento em definitivo da Presidência da República, após um ano e oito meses de exercício do segundo mandato. Dilma Rousseff foi condenada sob alegação de ter cometido crimes de responsabilidade fiscal, as chamadas "pedaladas fiscais" no Plano Safra, e por decretos aprovados sem autorização do Congresso Nacional. Apesar de condenada com o afastamento em definitivo do cargo de presidência, o Senado decidiu que Dilma Rousseff não seria inabilitada para exercer funções públicas futuras, podendo candidatar-se aos cargos eletivos do governo brasileiro, bem como exercer outras funções na administração pública. O pronunciamento de Dilma Rousseff a respeito da decisão foi lido na tarde do dia 31 de agosto de 2016, no Palácio da Alvorada diante da presença da imprensa brasileira. Trata-se do

primeiro pronunciamento de Dilma Rousseff após a decisão do Senado Federal, com 61 votos favoráveis e 20 contrários. O vice da chapa, Michel Temer, assumiu o cargo de presidente no mesmo dia, por meio de cerimônia de posse no Congresso Nacional.

Reforçarmos que os três pronunciamentos do nosso *corpus* são formas do discurso autorizado, que, neste caso, compreende a retórica da representante do Poder Executivo. O lugar desse discurso comporta a voz daqueles a quem o dizer é autorizado, dispondo, segundo Ferreira (2010), do *ethos* assegurado e, segundo Charaudeau (2006), do *ethos* de legitimidade. Nesse caso, especificamente, esse *ethos* é respaldado pelos votos que elegem um representante e pela ideia de soberania democrática.

É importante mencionar que todos os três pronunciamentos foram televisionados. Diante do alcance midiático, a projeção dos discursos foi direcionada a todos os cidadãos brasileiros. Como vimos, no capítulo anterior, entre os elementos que integram a argumentação, entendemos a projeção do auditório como estratégia de aproximação e adesão à mensagem. Verificaremos, à frente, como essa projeção foi proposta pela enunciadora em cada um dos pronunciamentos. Antes, porém, consideramos necessário abordar a apresentação visual de Dilma Rousseff em cada uma das três situações de comunicação. Entendemos que essa apresentação externa, por meio de roupas, gestos, posturas e entonações, faz parte das condições enunciativas, transmite mensagens e concorre para a construção de *ethé* discursivos.

4.2.1 Matizes políticos da representação visual

Cremos na concepção da linguagem fundada em vários campos de manifestações, como gestos, imagens, expressões faciais e ênfases na voz. A troca sócio-comunicativa entre os interlocutores leva em conta todas essas manifestações. Piovezani (2009), nesse sentido, sustenta que

o conhecimento compartilhado pelo locutor e pelo receptor de um conjunto de signos regidos pelas convenções sociais é imprescindível para a realização de uma atividade comunicativa e, evidentemente, por conseguinte, para a produção/interpretação de um discurso político [...] (PIOVEZANI, 2009, p. 150).

Articulada a esses pontos de partida, encaramos a apresentação visual como forte elemento da estética que integra o discurso político. Portanto, buscamos aqui dedicar atenção a essas representações.

Consideramos que o emprego das roupas faz parte de um sistema social e cultural. Como vimos no capítulo anterior, Maingueneau (2008) endossa que dados exteriores à fala, entre eles as roupas, fazem parte da construção da imagem do orador para um auditório. No terreno da Comunicação Organizacional e do Marketing Político, o pesquisador brasileiro Gaudêncio Torquato, no livro *Novo Manual de Marketing Político*⁵³, reforça essa concepção, interpretando o discurso político como composição entre semântica e estética.

Entendemos que a projeção da identidade se reflete também por meio das roupas. Por elas, busca-se oferecer uma forma de comunicação, transmitir uma mensagem. Nossa aparência é formada, em um primeiro olhar, pelas roupas com as quais nos apresentamos ao outro. Garcia e Miranda (2007), no livro *Moda é comunicação: experiências, memórias, vínculos*⁵⁴, apostam na existência de um *simulacro* que evidencia, ao mesmo tempo, a necessidade de o sujeito se aproximar de um modelo considerado aceito e a de se apresentar publicamente a partir da premissa do parecer verdadeiro. Por meio de uma camada externa, busca-se se construir esteticamente. Percebemos, com esse mecanismo, o objetivo de gerenciar a aparência, produzindo e oferecendo sentidos no processo de interação com o público. Compreendemos, portanto, que o símbolo da credibilidade está fortemente associado ao vestuário. Assim sendo, atentamos, a seguir, para os índices da apresentação visual de Dilma Rousseff nos três pronunciamentos que compõem nosso *corpus*.

⁵³ TORQUATO, Gaudêncio. Novo Manual de Marketing Político. São Paulo: Summus, 2014.

⁵⁴ GARCIA, Carol; MIRANDA, Ana Paula de. **Moda é comunicação**: experiências, memórias, vínculos. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2007.

Figura 3 – Frames com sequência da apresentação visual de Dilma Rousseff







Fonte: Frames extraídos do YouTube, 2019.

Ao olharmos para as imagens, chamamos atenção para a marcação das cores das roupas da enunciadora nas diferentes situações comunicativas. Sabemos que o uso da cor está, primeiramente, associado a práticas culturais que se sobrepõem a processos comunicativos com finalidades pragmáticas. Doutor em Comunicação e Semiótica, Luciano Guimarães

(2000), na obra *A cor como informação: a construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores*, entende a cor "como um dos elementos da sintaxe da linguagem visual, e a linguagem visual como um dos diversos códigos da comunicação humana" (GUIMARÃES, 2000, p. 15-16, grifos do autor). Deparamo-nos, então, por meio da comunicação das cores, com os códigos culturais e simbolismos cujos acessos conectam-se ao repertório construído e compartilhado pela sociedade.

Diante dessas sinalizações, propomos uma breve reflexão para as cores das roupas de Dilma Rousseff nas três ocasiões. O uso do terno rosa claro, durante o primeiro pronunciamento como presidente eleita, após apuração dos votos, pode ser explicado pela marcação feminina explorada ao longo da campanha e pela necessidade de distanciamento, naquela reta final, da imagem de militante e representante do Partido dos Trabalhadores (PT), por meio do vermelho. Ao final de agosto de 2010, foi detectada uma ofensiva entre evangélicos contra a então candidata Dilma Rousseff. As críticas concentravam-se em temas como liberdade de culto e legalização do aborto. O discurso que circulava era o de que Dilma Rousseff era contra valores da vida. Uma das saídas encontradas pela campanha foi divulgar uma carta direcionada aos cristãos, tentando esclarecer as propostas⁵⁵. Amaral (2011), na biografia sobre Dilma Rousseff, lembra que, naquele período, ataques foram disseminados nas redes sociais digitais e filmes anônimos de combate ideológico ao PT e à Dilma apelavam para linguagem do período da Guerra Fria. Um dos filmes tinha como nome *A dama de vermelho* e identificava a candidata com "a cor dos comunistas".

Uma observação curiosa resgatada por Guimarães (2000) relaciona-se ao fato de as instituições partidárias socialistas tradicionais utilizarem o rosa — e, muitas vezes, a própria imagem da rosa, como faz o Partido Democrático Trabalhista (PDT), do qual Dilma Rousseff já foi integrante — como forma de suavizar o vermelho comunista. No âmbito cromático e associado ao âmbito político, o rosa pode ser interpretado como *quase vermelho*. A proximidade entre o rosa e o vermelho, no sentido político, é associada e apropriada pela ideia de o socialismo ser uma etapa prévia para se alcançar o comunismo. Observamos, ainda, que

Resgatamos notícias sobre o caso nos jornais *O Globo* (disponível em: < https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2010/campanha-de-dilma-planeja-reconquistar-evangelicos-catolicos-para-segundo-turno-4986324 >. Acesso em: 12 mar. 2019) e *Gazeta do Povo* (disponível em: < https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2010/em-busca-do-voto-cristao-dilma-assina-carta-ambigua-19oiia61mtsro40yxaeun2nny/ >. Acesso em: 12 mar. 2019).

a atenuação do rosa como *quase vermelho* carrega o significado social, no Brasil, do suave, do feminino.

Todos esses signos, de alguma forma, permeiam o uso do conjunto rosa claro por Dilma Rousseff após o resultado da eleição de 2010. Contudo, acreditamos que, aliado ao discurso verbal, como veremos nas próximas seções, o apelo ao rosa se deu com o objetivo de fortalecer a mensagem acerca do feminino, remetendo à marca que Dilma Rousseff acabava de receber: a primeira mulher eleita para a presidência do Brasil.

Por outro lado, é interessante pontuar que, apesar de a cor estar associada ao feminino, o modelo do *blazer* parece se conectar a outra intenção comunicativa: a tentativa de construir um *ethos* de seriedade, sobre o qual discorreremos com mais detalhes à frente, associado a um padrão masculino. Notamos a opção pelo modelo do terno composto por *blazer* e calça com cortes mais fechados. De acordo com a noção cultural compartilhada entre os brasileiros, quanto menor a exposição ao corpo, maior a projeção de credibilidade. De acordo com códigos de conduta, em ocasiões formais, o *blazer* é associado como símbolo de credibilidade. Com essas informações, chegamos à ideia de que o *ethos* de seriedade, na política, parece ser construído por um padrão masculinizado⁵⁶. Nesse espaço de poder, as mulheres, em uma minoria representativa, como vimos no primeiro capítulo teórico, mesmo após romperem o não lugar socialmente posto na política, acabam sendo apresentadas pela linguagem visual hegemônica do masculino.

Podemos observar, ainda, nessa primeira situação de comunicação e na segunda também — que corresponde aos atos de posse na reeleição de Rousseff em janeiro de 2015 —, que a escolha das roupas foi pautada por cores claras. Como mencionamos, ao entendemos a cor como processo comunicativo, vemos a mobilização de tons claros, sóbrios e contemporâneos,

_

⁵⁶ A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2014), no livro *Sejamos todos feministas*, compartilha situação que ilustra a expectativa de gênero presente na sociedade e que podemos aproximá-la do contexto político no Brasil. Em uma aula que lecionaria sobre escrita para um curso de pós-graduação, preocupava-se com o que vestir. A autora conta que uma de suas preocupações era a de ser levada a sério e, por ser mulher, automaticamente teria que demonstrar sua capacidade. O receio, naquele momento, era parecer feminina demais e, por isso, não ser levada a sério. Desistiu de passar batom e usar saia e acabou usando um terno. A experiência da autora confirma a seguinte afirmação que ela faz: "a verdade é que, quando se trata de aparência, nosso paradigma é masculino. Muitos acreditam que quanto menos feminina for a aparência de uma mulher, mais chances ela terá de ser ouvida" (ADICHIE, 2014, n.p).

como o rosa claro, na primeira situação, e o *off-white*⁵⁷ com nuance rosada, na segunda situação de comunicação. Nesse contexto, enxergamos, primeiramente, a tentativa de suavizar o semblante da personagem política, marcado, pelos discursos que circulavam na imprensa e entre colegas parlamentares, pela rigidez.

No caso do segundo pronunciamento, especificamente, acrescentamos o cenário político conturbado no qual a reeleição de Dilma Rousseff se deu. Além dos preocupantes índices de aprovação de Dilma Rousseff apontados pelas pesquisas de intenção de voto⁵⁸, os efeitos das manifestações de junho de 2013, os incômodos gerados pela gestão econômica que não privilegiava o lucro de acionistas e empresários, denúncias de corrupção na Petrobras, empresa estatal de economia mista, em setembro de 2014, envolvendo mais de 30 governantes em esquema de propina, pareciam minar, ainda mais, as chances de reeleição da representante do Partido dos Trabalhadores. Mesmo diante do contexto conturbado, Dilma Rousseff foi reeleita no segundo turno com uma margem de vantagem considerada pequena - 3,459 milhões de votos - frente a seu adversário, o senador Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A disputa foi considerada a mais acirrada desde a redemocratização do Brasil. Nas solenidades de posse, em 1º de janeiro de 2015, a enunciadora tenta distanciar, novamente, sua imagem do vermelho, cor do Partido dos Trabalhadores. Com conjunto de blusa de mangas abaixo dos cotovelos e saia abaixo dos joelhos em renda off-white com nuance rosada, Dilma Rousseff parece representar um momento de intermediação, recorrendo a uma apresentação visual que a aproxima de imagens de controle e de neutralidade, características necessárias para a condução do governo naquele momento.

_

⁵⁷ Nome de cor utilizada pelos profissionais da moda para caracterizar tecido considerado quase branco. A tonalidade corresponde a uma variação do branco entre as cores bege e gelo.

⁵⁸ Antes do primeiro turno das eleições de 2014, pesquisa de intenção de voto realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), divulgada em 07/08/2014, indicava que, apesar de Dilma Rousseff (PT) aparecer com 38% das intenções de voto – à frente de Aécio Neves (PSDB), com 23%, e de Eduardo Campos (PSB), com 9% –, o maior índice de rejeição era também o da candidata do Partido dos Trabalhadores, com 36%. Diante da morte do candidato Eduardo Campos, Dilma Rousseff, no início de setembro, tinha 36% das intenções de voto, em empate técnico, no primeiro e no segundo turnos, com Marina Silva (PSB), que encabeçou a chapa após a morte de Eduardo Campos. Em pesquisa realizada pelo Datafolha, a menos de um mês do primeiro turno das eleições, Dilma Rousseff tinha o maior percentual negativo entre os presidenciáveis. Mais da metade da população considerava seu governo entre regular e péssimo e a rejeição em São Paulo, maior colégio eleitoral do Brasil, chegava a 47%. Dilma Rousseff acabou indo para a disputa do segundo turno com o candidato Aécio Neves.

Como vimos até aqui, é necessário considerar o repertório cultural ao qual as cores estão intimamente ligadas. A respeito da situação de comunicação que envolve o terceiro pronunciamento do nosso *corpus*, no qual Dilma Rousseff veste *blazer* vermelho para manifestar-se sobre o resultado do processo de *impeachment*, gostaríamos de chamar atenção não somente para a cor do *blazer* associada à cor do Partido dos Trabalhadores. Por meio dos estudos do antropólogo francês Michel Pastoreau⁵⁹, Guimarães (2000) reforça a importância histórica do vermelho. O sistema cromático se estruturou, inicialmente, pelas cores preta, branca e vermelha. Enquanto o branco remetia à ideia de ausência de cor e o preto ao sujo, o vermelho carregava o destaque à cor.

Ao longo da história, o espaço simbólico do vermelho, a primeira de todas as cores, esteve associado ao sangue e ao fogo. A partir da Mitologia, que indicava que Marte era o deus da guerra, o vermelho carregou a referência da guerra, remetendo às armas e ao fogo. Por esse lado, Guimarães (2000) analisa que um desses espaços ao qual o vermelho pertence está ligado à agressividade. De acordo com o autor,

é uma agressividade de caráter hipolingual, ou seja, dos códigos primários, biofísicos, que, somada à identificação da cor com o elemento mitológico fogo, como cor da proibição, do não poder tocar (porque queima), e com a cor do sangue, da violência, faz com que o vermelho seja também construído por sistemas de códigos hiperlinguais, ou seja, de códigos terciários, os códigos da cultura, o que o joga para a segunda realidade. (GUIMARÃES, 2000, p. 114).

Em estudos de percepção visual, responsável por situar nossa relação corpo-mundo, o vermelho é considerado também a cor do controle, da correção de provas, indicações de advertências.

No âmbito político, o vermelho pode ser encarado como cor da revolução. Em oposição ao branco, ligado ao conservadorismo, o vermelho reforça a ação, marca dos processos revolucionários. A referência surgiu com a Revolução Francesa em 1789. Na intenção de excluir as classes populares das decisões políticas, a Assembleia Nacional Constituinte francesa determinou que uma bandeira vermelha fosse hasteada nos cruzamentos das ruas representando a proibição das manifestações públicas. Em uma inversão de símbolos,

-

⁵⁹ PASTOUREAU, Michel. **Dicionário das cores do nosso tempo** – simbólica e sociedade. Lisboa: Stampa, 1993.

contudo, em 17 de junho de 1791, acontece o Massacre do Campo de Marte. A imagem da bandeira vermelha, que simbolizava a proibição dos franceses de se manifestarem, passou a ser o símbolo da revolução e da ruptura. Como pontua Guimarães (2000), a referência se espalha, marcando a Revolução Russa, a China comunista e outros movimentos e associações políticas de esquerda.

Podemos compreender, dessa forma, como esse histórico permeia a cor do Partido dos Trabalhadores, que surgiu pela militância de movimentos sindicais. Mais ainda, podemos compreender como, por meio da cor, o imaginário de suavidade, no terceiro pronunciamento, foi abandonado. Ao invés das cores sóbrias, o vermelho sangue é assumido. A mensagem transmitida, naquele momento, corresponde à marca da interdição e, ao mesmo tempo, da força e revolução. Nesse posicionamento, podemos enxergar a projeção de uma postura política marcada pelo confronto.

Todas essas reflexões nos direcionam a uma característica transformadora das práticas de análises discursivas e que é pontuada por Courtine (2006): a mensagem política não é mais exclusivamente linguística. Ela é formada por imagens e performatividade, tirando de cena o caráter exclusivamente verbal do discurso. Na avaliação de Courtine (2006, p. 85), "a mutação dos modos de comunicação política exige a renovação de uma semiologia da mensagem política que permitirá sua apreensão global".

Integrada à aparência, entendemos a gestualidade e a postura como componentes da performatividade. Por essa tônica, Piovezani (2009) resgata que, nas sociedades burguesas, o valor ao indivíduo se concentrava pela apresentação, pelo que o corpo fala e produz.

Assim como em seu comércio, também em suas conversas a burguesia valoriza a troca, a medida e a modéstia, controla seus gastos e, de modo análogo, sua expressividade. Desde então, o indivíduo é indissociável de sua expressão verbal, corporal e facial, às quais ele deve fazer falar, para constituir-se, e calar, para não se perder. (PIOVEZANI, 2009, p. 268-269).

Podemos afirmar que a expansão à performance corporal nos três pronunciamentos foi limitada. Como vemos nos *frames* a seguir, Dilma Rousseff conteve seus gestos, apoiando-se nos suportes que receberam as folhas de seus pronunciamentos.

Figura 4 – Frames com sequência das posturas corporais de Dilma Rousseff







Fonte: Frames extraídos do YouTube, 2019.

Na leitura do primeiro pronunciamento, a enunciadora manteve as mãos seguras na armação onde as folhas estavam. No segundo, no Congresso Nacional, manteve-se de pé com as mãos paralelas ao corpo e com os dedos levemente apoiados na mesa, movimentando-se pouco. Antes de começar o pronunciamento, dispensou o apoio de mesa oferecido para firmar os papéis e os braços. A postura assumida parece convergir a uma posição de respeito em virtude da sessão solene. No terceiro, após o resultado do processo de *impeachment*, a enunciadora permaneceu, na maior parte do tempo, com as mãos espalmadas em cima do suporte preto em posição firme. Em cada uma das situações de comunicação, notamos a tentativa da enunciadora em projetar, pelo corpo, os *ethé* de seriedade e controle.

Cada uma dessas observações ligadas à representação visual nos remete ao *ethos* de credibilidade. Ao estudá-lo, Charaudeau (2006) o relaciona a três condições: a de *sinceridade*, a de *performance* e a de *eficácia*. A fim de assegurar essas condições, a figura política deve tentar construir também o *ethos* de *sério*, de *virtuoso* e de *competente*. Nesse ponto, especificamente, gostaríamos de destacar o *ethos* de seriedade. Na análise de Charaudeau (2006), ele é formado por diversos índices, entre eles, os corporais e mímicos. Podemos observar o *ethos* de seriedade fortemente presente em dois pronunciamentos de nosso *corpus*, o pronunciamento da reeleição de Dilma Rousseff e o pronunciamento do afastamento em definitivo da presidência.

Figura 5 – Ethos de seriedade: semblantes de Dilma Rousseff





Fonte: Frames extraídos do YouTube, 2019.

Enquanto a rigidez na postura corporal e a seriedade na face, durante o pronunciamento de posse no Congresso, apontam para o momento solene e para a importância de transmitir credibilidade aos cidadãos brasileiros e aos colegas políticos; no pronunciamento sobre o *impeachment*, a rigidez do corpo e a sisudez das expressões faciais denunciam a gravidade do momento. Com a testa constantemente franzida, a enunciadora, como veremos em outros pontos da nossa análise, fortalece, em diversos momentos, o tom de voz com o propósito de mobilizar argumentos a seu favor.

É interessante analisar, ainda, a *cenografia* (MAINGUENEAU, 2001) que integra o pronunciamento do *impeachment*. Podemos perceber o diálogo entre as cores das roupas dos colegas de Dilma Rousseff, em preto e vermelho. A imagem cria um conjunto de força e denota que a mensagem da enunciadora, naquele momento, era compartilhada por todos eles. Nesse pronunciamento, em específico, podemos captar, pela imagem, a projeção do *ethos* de solidariedade direcionado à enunciadora. O momento de indignação de Dilma Rousseff, afastada em definitivo da presidência do Brasil, era o mesmo dos colegas parlamentares ali presentes. Além desses índices, o semblante fechado de cada um deles, acompanhado de olhares firmes ou cabisbaixos, fortalece o *ethos* de seriedade. Entendemos, como defende Charaudeau (2006), que o *ethos* de seriedade se encontra em índices comportamentais

[...] que revelam capacidade de autocontrole diante das críticas, sangue-frio diante da adversidade, não se entregar a acessos de cólera nem mostrar que esta é contida (na verdade, calculada) com objetivos táticos; índices que demonstram grande energia e capacidade de trabalho, onipresença em todas as linhas de frente da vida

política e social, particularmente junto àqueles que sofrem. (CHARAUDEAU, 2006, p. 120).

Mais à frente, daremos continuidade em nosso aprofundamento a respeito dos *ethé* discursivos. Antes, porém, consideramos pertinente olhar para outro ponto que constrói e direciona o contrato de comunicação: o auditório. Como vimos, um discurso não existe fora do processo de comunicação. Mesmo o discurso se localizando em um espaço de fragmentações e, diante disso, certas categorias – como a existência e a validação do auditório – precisarem ser repensadas, entendemos a projeção do auditório como parte das estratégias discursivas presentes nos pronunciamentos.

4.2.2 A quem se destinam?

Ainda em relação às condições enunciativas, atentamo-nos para a existência de um auditório projetado. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) classificam o auditório como "o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação" (p. 21). A projeção da fala passa, necessariamente, pela projeção do auditório. Por isso, segundo os autores, para que a argumentação seja eficaz, o auditório deve ser presumido da maneira mais real possível. Sublinhamos, aqui, o caráter heterogêneo desse público. Diante da diversidade, cabe ao orador "utilizar argumentos múltiplos para conquistar os diversos elementos de seu auditório" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 24). Abreu (2009), ao resgatar dois tipos de auditório trabalhados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996)⁶⁰, o universal e o particular, caracteriza como auditório universal um conjunto de pessoas sobre o qual não é possível mensurar ou controlar. Geralmente estão associados e integram esses auditórios cidadãos de todas as classes sociais, com diferentes gêneros, idades, localizações, graus de escolaridade e profissões. O auditório particular ao qual Abreu (2009) se refere é direcionado a um grupo específico de pessoas. Acreditamos que haja diferentes auditórios marcados nos pronunciamentos que integram nosso corpus. A partir de indícios no discurso e nas condições enunciativas, interessa-nos olhar para a projeção do auditório nos três pronunciamentos de Dilma Rousseff.

_

⁶⁰ Os autores oferecem a noção de auditório em quatro tipos: o auditório universal e três auditórios particulares, sendo o auditório composto por um grupo de pessoas, o auditório centrado em um único interlocutor e o auditório constituído pelo próprio sujeito, estabelecendo diálogo interno a respeito de seus atos.

Dedicamos atenção primeiramente aos vocativos como projeção mais explícita de um auditório. O vocativo, explorado como designação nominal, descreve o auditório e fortalece o objetivo de criar vínculo. Amossy (2018, p. 61) chama atenção para o fato de poder "passar do simples vocativo e da designação direta ou indireta à sua expansão sob a forma de descrição". No primeiro pronunciamento, percebemos os vocativos apenas no exórdio, na abertura, e na peroração, no encerramento do discurso. De improviso, a enunciadora dispensa o cumprimento registrado no papel⁶¹, que seria "minhas amigas e meus amigos de todo o Brasil", e direciona-se ao público:

02:44 - 03:10

Primeiro (sic) eu queria agradecer aos que estão aqui presentes nesta noite. Pra mim é uma noite, vocês imaginam, completamente especial. Mas eu queria me dirigir a todos os brasileiros e as brasileiras, os meus amigos e as minhas amigas de todo o Brasil. (ROUSSEFF, 2010).

Observamos o apelo à proximidade pelas expressões "meus amigos" e "minhas amigas". Com o uso dos pronomes possessivos e mobilizando formas linguísticas que integram o imaginário da amizade, a enunciadora tenta estabelecer vínculo informal e pessoal com seu auditório. Vemos, também, que Rousseff abre mão de mobilizar primeiramente o gênero feminino, como estava no papel. O vocativo da parte final do pronunciamento é o mesmo. Na sentença, "um abraço a cada um, meus amigos e minhas amigas" (ROUSSEFF, 2010), a enunciadora repete o tom amistoso, reforçando a imagem orientada de seu auditório pelo apelo à ideia de coletividade e de companheirismo relacionada à imagem de amigos. Por se tratar do primeiro pronunciamento como presidenta eleita, enxergamos esse vocativo como apelo estratégico, como tentativa de projetar uma imagem de líder política próxima de todos os seus representados, já que o pronunciamento foi endereçado a todos os brasileiros.

Ao contrário do primeiro pronunciamento, o segundo, realizado na solenidade de posse do segundo mandato de Dilma Rousseff, reforça vocativos em diversos momentos do discurso. A enunciadora inicia a fala com chamamentos que marcam a formalidade da situação. Com os pronomes de tratamento "senhoras e senhores" – o feminino é marcado em primeiro lugar –, cita nominalmente os componentes da mesa, contempla de forma

_

⁶¹ Identificamos os improvisos e acréscimos da enunciadora a partir da comparação feita entre os textos disponibilizados nas páginas oficiais, contendo a íntegra dos discursos, e a transcrição dos mesmos discursos disponibilizados em vídeo.

geral os integrantes dos cargos públicos ali presentes – como ministros de Estado, governadores, senadores, deputados federais –, direciona-se aos representantes da imprensa e, por último, aos "queridos brasileiros e brasileiras" (ROUSSEFF, 2015). Percebemos, ao longo de toda a fala, inclusive, que houve pouca mudança na entonação. Acreditamos que a efusividade não foi tão marcada em virtude do momento solene.

Todo o pronunciamento, com 44 minutos e 27 segundos de duração, explorou por dez vezes vocativos alternando entre as designações "senhoras e senhores", "queridos brasileiros e brasileiras" e "amigos e amigas". A referência aos vocativos ao longo do pronunciamento parece cumprir três funções: despertar o interesse, sinalizar as retomadas da argumentação e marcar a transição de assuntos.

Na primeira marcação do auditório, ainda na abertura, a enunciadora confirma se destinar aos colegas parlamentares. Ao buscar legitimar sua figura pública na solenidade que marca o início do segundo mandato, Dilma Rousseff se ancora no sentimento de aprovação dos brasileiros para, em seguida, direcionar-se aos colegas parlamentares.

19:33 - 20:51

A população quis que ficássemos porque viu o resultado do nosso trabalho, compreendeu as limitações que o tempo nos impôs e concluiu que podemos fazer muito mais. O recado que o povo brasileiro nos mandou não foi só de reconhecimento e de confiança, foi também um recado de quem quer mais e melhor. Por isso, a palavra mais repetida na campanha foi mudança e o tema mais invocado foi reforma. Por isso, eu repito hoje, nessa solenidade de posse, perante as senhoras e os senhores: fui reconduzida à Presidência para continuar as **grandes mudanças** do país e não trairei este chamado. O povo brasileiro quer mudanças, quer avançar e quer mais. É isso que também eu quero. É isso que vou fazer, com destemor, mas com humildade, contando com o apoio desta Casa e com a força do povo brasileiro. (ROUSSEFF, 2015).

No início do trecho, a enunciação se apresenta pela modalidade delocutiva com a presença da terceira pessoa. Dessa maneira, Dilma Rousseff busca representar a voz da população. As duas primeiras sentenças se organizam como valor de verdade por meio de uma sequência que tenta expressar o posicionamento da população. A enunciadora parece fabricar a voz da população pelo valor atribuído à soberania do voto e ao sistema democrático com o trecho "a população quis que ficássemos porque viu o resultado do nosso trabalho [...]". Por meio da frase "[...] foi também um recado de quem quer mais e melhor", percebemos o lugar da qualidade sendo mobilizado e da estratégia de Dilma

Rousseff em se aproximar dele. É comum observar, em pronunciamentos de reeleição, afirmações de reconhecimento de que não foi feito o suficiente no governo passado, mas apontando a solução. De acordo com Charaudeau (2006, p. 149), "[...] fica subentendido que ninguém teria feito melhor, que ainda é possível fazer alguma coisa e o que o político não se sente impotente".

Gostaríamos de ressaltar, contudo, que todo esse preâmbulo é feito para, na sequência, a enunciadora se direcionar ao seu auditório. Na frase "por isso, eu repito hoje, nessa solenidade de posse, perante as senhoras e os senhores [...]", vemos o operador argumentativo⁶² "por isso" como marcador de conclusão de uma ideia, referenciando o contexto mobilizado anteriormente. Nesse instante, Dilma Rousseff se destina às senhoras e aos senhores presentes em sua posse, mas tenta não se distanciar do imaginário coletivo de povo. Percebemos, inclusive, a dimensão patêmica presente na frase "[...] fui reconduzida à Presidência para continuar as grandes mudanças do país e não trairei este chamado", por meio da ênfase à expressão "grandes mudanças" e na mobilização dos imaginários de fidelidade e de missão, sinalizados nos signos-sintoma "trair" e "chamado". Observamos, aqui, a modalidade elocutiva, reforçada pelo uso da primeira pessoa do singular, como se a enunciadora buscasse enfatizar seu lugar e seu papel representativo. Em seguida, reforça esse lugar ao tentar se aproximar dos brasileiros pela ideia de objetivos partilhados, relacionados às mudanças e ao avanço do Brasil. A dimensão patêmica continua presente por meio do agenciamento dos adjetivos axiológicos "destemor" e "humildade", pares antitéticos que são solidificados, naquele momento, como virtudes necessárias para sua gestão. Por fim, destina-se à "Casa" para se referir ao Congresso Nacional – e também ao povo brasileiro – expressando pedido de apoio. Pontuamos que o apoio da Casa é mencionado antes do que o povo brasileiro, reforçando, mais uma vez, qual era o auditório de Dilma Rousseff naquele momento.

Ainda em relação aos vocativos, notamos que as expressões "amigos e amigas", apesar de parecerem sinalizar a mesma estratégia de aproximação do público, por uma imagem orientada de amizade, são empregadas de forma diferente da que vimos no primeiro

_

⁶² Geralmente identificados por conjunções, advérbios e palavras denotativas, os operadores argumentativos nos encaminham para a argumentação construída nos enunciados. A expressão foi proposta pelo linguista francês Oswald Ducrot. Um dos destaques do trabalho do linguista diz respeito à argumentação marcada na língua.

pronunciamento. No pronunciamento de posse, a imagem dos amigos é utilizada poucas vezes – duas vezes apenas. Na primeira delas, busca introduzir a tese principal que a enunciadora tenta legitimar.

47:16 - 48:08

Amigos e amigas,

Tudo que estamos dizendo, tudo que estamos propondo converge para um grande objetivo: ampliar e fortalecer a democracia, democratizando verdadeiramente o poder. Democratizar o poder significa lutar pela reforma política, ouvir com atenção a sociedade e os movimentos sociais e buscar a opinião do povo para reforçar a legitimidade das ações do Executivo. Democratizar o poder significa combater energicamente a corrupção. A corrupção rouba o poder legítimo do povo. A corrupção ofende e humilha os trabalhadores, os empresários e os brasileiros honestos e de bem. A corrupção deve ser extirpada. (ROUSSEFF, 2015).

O vocativo chama atenção para o objetivo que Dilma Rousseff busca validar ao longo de todo o pronunciamento: "ampliar e fortalecer a democracia, democratizando verdadeiramente o poder". Em seguida, pelo recurso da anáfora, explorando a repetição, estratégia comum nos três pronunciamentos de Rousseff, a enunciadora tenta caracterizar a democracia e relacioná-la ao combate à corrupção. Ao mobilizar os mesmos recursos enunciativos, notamos, nesse trecho, a referência a forças antagônicas, em que democracia e corrupção são produzidas como pares antitéticos. E, tentando detalhar o objetivo de seu governo, Dilma Rousseff mobiliza sua imagem ao lado da democracia. Toda essa sequência de pensamento nos conduz, então, ao foco argumentativo do trecho: a corrupção e a luta contra o que é considerado antivalor. A construção que se estrutura a partir do valor da amizade parece, assim, tentar suavizar a temática dura que é o combate à corrupção e fazer com que os interlocutores se liguem à enunciadora por um vocativo que remeta à proximidade e à solidariedade. Mais à frente, podemos confirmar a estratégia, quando Dilma Rousseff aborda o escândalo envolvendo a Petrobras.

Ao contrário dos dois primeiros pronunciamentos, o terceiro, marcado pelo resultado do processo de *impeachment*, não lança nenhum vocativo direto. No exórdio e no restante do discurso também, a enunciadora opta por direcionar-se ao auditório por sentenças indiretas.

00:00-00:19

Eu queria cumprimentar o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, cumprimento todas as senadoras e os senadores, as deputadas e os deputados, os presidentes de partido, as lideranças dos movimentos sociais. As Mulheres e os homens de meu País. (ROUSSEFF, 2016).

Ao citar primeiramente o ex-presidente Lula, a enunciadora começa apoiando-se, mais uma vez, no lugar de essência e acaba por reforçar uma trajetória política na presidência que faz parte do projeto de governo de Lula. Em seguida, coloca-se ao lado dos políticos e das lideranças que a apoiaram durante a condução do processo de *impeachment* e se direciona à população brasileira. Nesse momento, ao contrário do que vimos nas marcações de vocativos do segundo pronunciamento, por exemplo, Dilma Rousseff mobiliza primeiramente as figuras do sexo feminino. Acreditamos que essa mobilização é mantida para, adiante, explorar os abismos de gênero no Brasil, especificamente no tocante à ocupação de chefia e de cargos públicos institucionais. Percebemos, ainda, que o tom de voz já reforça, aqui, o falar forte e o *ethos* de seriedade (CHARAUDEAU, 2006). Nessa situação de comunicação, entendemos o tom de voz firme como estratégia discursiva para tentar apagar qualquer marca de temor e projetar a imagem de uma figura política combativa.

O terceiro pronunciamento nos confirma que o auditório não é evocado apenas por meio de vocativos diretos. Observamos que a enunciadora se direcionou, em diversos momentos ao longo dos três pronunciamentos, a diversos públicos de diferentes maneiras. No primeiro pronunciamento, por exemplo, após se referir aos brasileiros como amigos, Dilma Rousseff direciona-se à nação, ao desenvolver argumentos ligados ao objetivo de erradicar a miséria.



06:57 - 08:06

[...] Ressalto, entretanto, que esta ambiciosa meta [a erradicação da miséria] não será realizada apenas pela vontade do governo. Ela é importante, mas essa meta é um chamado à nação, aos empresários, aos trabalhadores, às igrejas, às entidades civis, às universidades, à imprensa, aos governadores, aos prefeitos e a todas as pessoas de bem do nosso país (enumeração pausada). Não podemos descansar enquanto houver brasileiros com fome, enquanto houver famílias

morando nas ruas, enquanto crianças pobres estiverem abandonadas à sua própria sorte, e enquanto reinar o crack e as cracolândias. A erradicação da miséria nos próximos anos é, assim, uma meta que assumo, mas para a qual peço **humildemente** o apoio de todos que possam ajudar o país no trabalho de superar esse abismo que ainda nos separa de ser uma nação desenvolvida. (ROUSSEFF, 2010).

A enunciadora se dirige a vários setores e segmentos do país com o apelo aos valores de unidade e força do movimento coletivo. A enumeração pausada parece tentar captar atenção, conferir valor aos interlocutores e dar ênfase à participação de todos os brasileiros. Percebemos, como atenta Piovezani (2009), a estratégia utilizada no discurso político que busca estabelecer o contrato de comunicação projetando uma identidade de seus interlocutores. No trecho, enxergamos a tentativa da enunciadora em construir essa identidade ao se referir aos interlocutores como "todas as pessoas de bem do nosso país". De acordo com o autor, nesses casos, "[...] procura-se estabelecer uma espécie de contrato de comunicação que define a posição política e social a partir da qual o discurso deve ser recebido" (PIOVEZANI, 2009, p. 138). A projeção do auditório, aqui, volta-se para a nação brasileira, já que a figura política se apresenta como porta-voz dos ideais da população.

Como primeiro pronunciamento enquanto presidenta eleita, entendemos como estratégia discursiva, também, a tentativa de conquistar maior adesão possível do público. Observamos, ainda, a conjunção temporal "enquanto" sendo mobilizada como operador argumentativo. Com ênfase na repetição, a enunciadora apresenta a amplitude das ações de sua gestão e vemos o lugar de pessoa sendo construído, reforçando a preocupação em desenvolver um governo pautado pelo valor aos seres humanos. Na sequência, a enunciadora marca, pela entonação forte, o adjunto adverbial "humildemente", acentuando o imaginário de humanidade.

Adiante, vemos o direcionamento de Dilma Rousseff aos cidadãos que fizeram oposição à sua candidatura.



04:21 - 05:12

Dirijo-me também aos partidos de oposição e aos setores da sociedade que não estiveram conosco nesta caminhada. Estendo minha mão a eles. De minha parte não haverá discriminação, privilégios ou compadrio (sequência pausada e gesto de enumeração com os dedos). A partir da minha posse serei presidenta de todos os brasileiros e brasileiras, respeitando as diferenças de opinião, de crença e de orientação política. (ROUSSEFF, 2010).

Pela conjugação dos verbos e a exploração dos pronomes, a enunciadora, mesmo estabelecendo as distâncias entre "nós" e "eles", tenta também demonstrar proximidade. Na frase "estendo minha mão a eles", Dilma Rousseff projeta o imaginário de solidariedade, mas, ao mesmo tempo, reforça o momento de superioridade. Os pronomes "eu" – implícito na conjugação do verbo "estender" – e "eles" endossam a distância da enunciadora da oposição. Na sequência, com o trecho "a partir de minha posse serei presidenta de todos os brasileiros e brasileiras [...]", lança novamente a busca por adesão por meio do ideal de representatividade, procurando validar seu discurso como oradora por meio da marca do discurso autorizado, e apela à união.

Como veremos na seção 4.5, ao caminhar para o encerramento do discurso, Dilma Rousseff dedica-se aos agradecimentos, direcionando-se ao povo brasileiro, tanto aos seus eleitores quanto aos cidadãos que apoiaram outros candidatos. Volta-se também para as lideranças partidárias, para as equipes de trabalho durante a campanha e para a imprensa brasileira e estrangeira que fizeram a cobertura do processo eleitoral. E, por último e com maior extensão e ênfase, agradece ao ex-presidente Lula.

Já no pronunciamento de posse pelo segundo mandato, além da presença dos vocativos remetendo às autoridades presentes e aos brasileiros de todo o país, não identificamos a

recorrência de direcionamentos indiretos para se referir a públicos específicos. De forma mais explícita, o único momento direcionado se refere às promessas econômicas. Dilma Rousseff destina uma mensagem aos micro e pequenos empreendedores do país, prometendo estimular as iniciativas empreendedoras do Brasil, por meio de ajustes tributários.



30:38 - 31:45

Ao falar dos desafios da nossa economia, faço questão de deixar uma palavra aos milhões de micro e pequenos empreendedores do Brasil. Em meu primeiro mandato, aprimoramos e universalizamos o Simples e ampliamos a oferta de crédito para os pequenos empreendedores. Quero, neste novo mandato, avançar ainda mais. Pretendo encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei criando um mecanismo de transição entre as categorias do Simples e os demais regimes tributários. Vamos acabar com o abismo tributário que faz os pequenos negócios terem medo de crescer. E sabemos que, se o pequeno negócio não cresce, o país também não cresce. Nos dedicaremos, ainda, a ampliar a competitividade do nosso país e de nossas empresas. (ROUSSEFF, 2015).

Percebemos um enlaçamento duplo no trecho. Dilma Rousseff começa dirigindo-se aos micro e pequenos empreendedores e, ao citar a proposta de projeto de lei, volta-se para o Congresso Nacional, que, como vimos, parece ser o auditório principal. Ao final do trecho, pela sentença "se o pequeno negócio não cresce, o país também não cresce", a enunciadora explora o argumento pragmático associado ao lugar de ordem, justificando, desse modo, a abordagem a esse público.

Nesse pronunciamento, em específico, observamos que, ao reforçar compromissos em várias áreas sociais, Rousseff se destina a diversos públicos de forma implícita. Ao dar foco na área econômica, por exemplo, busca se aproximar do público dos trabalhadores. Ao prometer priorizar o desenvolvimento da ciência, direciona-se aos pesquisadores, estudantes e aos profissionais da educação. Ao mencionar os investimentos em infraestrutura de transporte

coletivo, projeta o imaginário de verdade política, comprometendo-se com governantes dos municípios e estados do Brasil. Representa o compromisso pregado pelo governo com as políticas sociais destinando-se aos beneficiários do Bolsa Família.

Já a caminho do encerramento, reforça seu público, endereçando-se às autoridades do poder Judiciário, do Congresso e aos políticos em geral.

55:18-55:48

Reafirmo também o meu respeito e a minha confiança no Poder Judiciário, no Congresso Nacional, nos partidos e nos representantes do povo brasileiro. **Reafirmo minha fé na política**, na política que transforma para melhor a vida do povo. Peço aos senhores e às senhoras parlamentares que juntemos as mãos em favor do Brasil, porque a maioria das mudanças que o povo exige tem que nascer aqui, na grande casa do povo. (ROUSSEFF, 2015).

É necessário informar que essa sequência vem depois da abordagem que Dilma Rousseff faz sobre as denúncias de corrupção e a gestão de crise na Petrobras. Esse contexto discursivo é capaz de explicar a ênfase na entonação da enunciadora para o trecho "reafirmo minha fé na política". A presidenta tenta se posicionar diante do período de crise da imagem de confiança e de credibilidade na máquina pública que lidera e da qual faz parte. Vemos novamente o propósito do discurso ligado ao apelo por meio do verbo "pedir" e à dimensão patêmica presente na figura de pensamento "juntemos as mãos em favor do Brasil". Notamos, no trecho, a tentativa da enunciadora de aproximar as instâncias *cidadã* e *política* e percebemos que a dimensão patêmica é construída de forma intencional.

Atentamo-nos, pela localização e pelos contextos dos primeiro e segundo pronunciamentos, para o que Abreu (2009) chama de *gerenciamento de relação*. Pelas condições enunciativas dos dois pronunciamentos, a enunciadora lança suas falas na intenção de mostrar-se bem relacionada e de conquistar a confiança da população brasileira e dos colegas parlamentares. No primeiro pronunciamento, além de todos os indicadores que identificamos até aqui, vemos, no encerramento do discurso, a enunciadora convidando os políticos eleitos a aproximarem-se da sua gestão. O apelo é mobilizado pela ideia de um objetivo maior, apresentado como se fosse partilhado por todos independentemente de filiação partidária: o futuro do Brasil.

12:20 - 13:09

Junto comigo foram eleitos novos governadores, novos senadores, novos deputados federais. Ao parabenizá-los, e a todos os deputados estaduais também eleitos no primeiro turno, convido a todos, independentemente de cor partidária, para uma ação determinada, e para uma ação efetiva, para uma ação enérgica em prol do futuro de nosso país. Sempre com a convicção de que a Nação Brasileira será exatamente do tamanho, será exatamente (expressões pausadas) com a grandeza daquilo que, juntos, nós todos fizermos por ela. (ROUSSEFF, 2010).

No trecho, podemos identificar a presença de um deslizamento enunciativo (eu → eles → nós) por meio das expressões e fragmentos "comigo", "novos governadores, novos senadores, novos deputados federais" e "convido a todos [...] em prol do futuro do nosso país". Por meio dos adjetivos "determinada", "efetiva" e "enérgica" – cujos sentidos adquirem, no contexto, valor axiológico e sinalizam o apelo patêmico –, a enunciadora mobiliza a ação política do novo governo pautada pelo imaginário do ativismo. O valor da ação e do vínculo com a coletividade é reforçado na frase seguinte: "sempre com a convicção de que a Nação Brasileira será exatamente do tamanho, será exatamente com a grandeza daquilo que, juntos, nós todos fizermos por ela". Percebemos, nesse momento, os imaginários de união e de superioridade sendo reforçados.

Nos atos de posse do segundo mandato de Rousseff, o gerenciamento de relação é feito durante todo o desenvolvimento do pronunciamento. Como podemos ver no trecho abaixo, notamos a menção à *instância cidadã* para, na sequência, dirigir-se aos políticos brasileiros.

22:43 - 24:59

O povo brasileiro quer democratizar, cada vez mais, a renda, o conhecimento e o poder. O povo brasileiro quer educação, saúde, e segurança de mais qualidade. O povo brasileiro quer ainda mais transparência e mais combate a todos os tipos de crimes, especialmente a corrupção e quer ainda que o braço forte da justiça alcance a todos de forma igualitária. Eu não tenho medo de encarar estes desafios, até porque sei que não vou enfrentá-los sozinha, não vou enfrentar esta luta sozinha. Sei que conto com o apoio dos senhores e das senhoras parlamentares, legítimos representantes do povo neste Congresso Nacional. Sei que conto com o apoio do meu querido vice-presidente Michel Temer, parceiro de todas as horas. Sei que conto com o esforço dos homens e mulheres do Judiciário. Sei que conto com o forte apoio da minha base aliada, de cada liderança partidária de nossa base e com os ministros e as ministras que estarão, a partir de hoje, trabalhando ao meu lado pelo Brasil. Sei que conto com o apoio de cada militante do meu partido, o PT, e da militância de cada partido da base aliada, representados aqui pelo mais destacado militante e maior líder popular da nossa história, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sei que conto com o apoio dos movimentos sociais e dos sindicatos; e sei o quanto estou disposta a mobilizar todo o povo brasileiro nesse esforço para uma nova arrancada do nosso querido Brasil. (ROUSSEFF, 2015).

Ao transferir sua voz ao povo brasileiro, falando em nome dele, a enunciadora enumera demandas do cidadão e se coloca como representante para oportunizar objetivos, como renda, conhecimento, poder, educação, saúde, segurança, transparência e combate ao crime. Com essas sentenças, Dilma Rousseff elucida as necessidades de seus representados. Isso nos leva a afirmar que o trecho ilustra a estratégia discursiva explicada por Abreu (2009, p. 35): "é preciso primeiro fazer a pergunta ao grupo. Quando todos estiverem procurando uma solução, aí, sim, é o momento de lançar a ideia". Ao listar as demandas, a enunciadora as encara como desafios e mobiliza, pela dimensão patêmica, o imaginário do medo a fim de negá-lo e afirmar-se pelo apoio dos colegas. A sentença "eu não tenho medo de encarar estes desafios, até porque sei que não vou enfrentá-los sozinha [...]" nos mostra essa interpretação e inaugura uma sequência de anáforas, formadas a partir da repetição "sei que conto", com intuito de gerir o relacionamento político. Mais uma vez, a enunciadora menciona, em primeiro lugar, seu auditório, "senhores e senhoras parlamentares", seguido do então vice-presidente, Michel Temer, dos representantes do Judiciário, da base aliada, da liderança partidária, dos ministros e ministras. Logo após, volta-se ao povo, direcionando-se à militância partidária, ao expresidente Lula – representado, no discurso, como líder popular –, aos movimentos sociais e sindicatos.

Por esses trechos, observamos a *instância política* fortemente presente nos primeiro e segundo pronunciamentos. Nesses casos, entendemos que ela é mobilizada basicamente com o mesmo propósito: pedido de apoio. Como vimos nos capítulos anteriores, a *instância política* parte do princípio da decisão e age em função do possível, enquanto a *instância cidadã* consolida, por meio do voto, a *instância política*, para realizar o desejável.

Mais uma vez, diferentemente dos dois primeiros pronunciamentos, o terceiro pronunciamento é voltado para a *instância cidadã*, em virtude da própria situação na qual o discurso é veiculado. Diante da decisão do Senado Federal pelo afastamento em definitivo da presidência, Dilma Rousseff estrutura seu posicionamento por meio do apelo popular.



04:24 - 05:11

Peço às brasileiras e aos brasileiros que me ouçam. Falo aos mais de 54,5 milhões de votos em pessoas que assumiram e consubstanciam esses votos, que os depositaram nas urnas me aprovando pela segunda vez para a presidência da República Federativa do Brasil. **Falo aos 110 milhões** que participaram dessas eleições, que saíram de suas casas e que foram colocar o seu desejo, o seu interesse e aquilo que aspiram para o Brasil dentro da urna indevassável. (ROUSSEFF, 2016).

A enunciadora se apoia, pelo lugar de quantidade, à estrutura da democracia representativa por meio da soberania do voto para se legitimar. Dirige-se tanto aos seus eleitores, representados pelo número de 54,5 milhões de votos, quanto a todos os eleitores que participaram das eleições em 2015 – 110 milhões. Apesar de iniciar a sequência textual por uma suposta designação neutra – brasileiras e brasileiros –, observamos a dimensão patêmica evocada em todas as estruturas seguintes por meio da anáfora e do lugar de quantidade. Por meio dos verbos "assumir", "consubstanciar", da imagem de comprometimento com o voto e com a cidadania construída por meio do trecho "[...] saíram de suas casas", dos substantivos "desejo", "interesse" e do adjetivo "indevassável" que qualifica a urna, Dilma Rousseff mobiliza imagens e expressões a fim de endossar sua legitimidade na função que ocupava e da qual estava sendo destituída, bem como de acusar a condução do processo de *impeachment* de não respeitar o voto popular.

O trecho segue com a anáfora, por meio do verbo "falar", e com o apelo patêmico, com a enunciadora especificando e qualificando os públicos aos quais se dirige:

05:11 - 05:38

Falo principalmente aos brasileiros que, durante meu governo, superaram a miséria, realizaram o sonho da casa própria, começaram a receber atendimento médico, entraram na universidade e deixaram de ser **invisíveis** (expressão pausada) aos olhos da Nação, passando a ter direitos que sempre lhes foram **negados**. (ROUSSEFF, 2016).

Ao descrever os públicos de brasileiros aos quais se destina, Dilma Rousseff enfatiza o lugar de pessoa com o intuito de destacar e defender ações durante sua gestão. A dimensão patêmica, nesse trecho, pode ser percebida pela mobilização de valores associados a direitos básicos, como alimentação, moradia, saúde e educação, cuja efetividade ainda é restrita a uma parcela de brasileiros.

Podemos perceber que, tanto no terceiro quanto no segundo pronunciamento, a enunciadora cita grupos sociais, caracteriza-os e os nomeia. Esses trechos ilustram uma característica marcante do discurso político brasileiro contemporâneo que é a de segmentar o público. Ao citar grupos e chamar atenção para interesses de classe, de gênero, étnicos, profissionais, econômicos, por exemplo, a enunciadora parece convidar a audiência a se identificar com uma identidade coletiva. Curiosamente, segmenta-se o público na tentativa de personalizar os indivíduos e uni-los ao redor de uma identidade comum e próxima a todos.

As análises a respeito da projeção do auditório nos mostram que os vocativos e os direcionamentos, junto à representação que o orador constrói do público, são responsáveis por inscrever, nos pronunciamentos, modalidades argumentativas. Como endossa Amossy (2018), "o que se vê no discurso não é somente a maneira como o locutor percebe o seu ou os seus parceiros, é também a maneira como ele lhes apresenta uma imagem deles próprio, suscetível de favorecer sua empreitada de persuasão" (AMOSSY, 2018, p. 77).

A partir de todas as considerações levantadas até aqui, podemos afirmar que as condições enunciativas correspondem, de forma análoga, ao que Ferreira (2010) classifica como contexto retórico. No contexto retórico, agrupam-se fatores temporais, históricos, culturais, sociais. Esse conjunto é determinante nos atos de produção e de recepção dos discursos. Enxergamos que o contexto retórico se materializa também nas partes do discurso, já que as intenções persuasivas são dispostas por meio da ordenação dos argumentos ao longo do discurso. No próximo item, interessa-nos analisar de que forma tais estruturas argumentativas preparam para a projeção de *ethé* discursivos.

4.3 Direcionando pautas e argumentos

Nesse ponto, buscamos identificar o caminho de alguns argumentos por meio da estruturação interna do discurso. Para tanto, utilizamos as partes do discurso retórico como direção. Como vimos, o exórdio estabelece o primeiro ponto de aproximação do orador com o auditório. Apresenta também qual será a tônica do discurso. O exórdio dos dois primeiros pronunciamentos é desenvolvido pelo mesmo ponto: o marco histórico e representativo de uma mulher chegar ao mais alto posto do Brasil. Na seção 4.5, mais à frente, analisamos os detalhes dessas narrativas. Olhemos, então, para a abertura do terceiro pronunciamento que integra nosso *corpus*.

00:20 - 00:49

Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das **grandes** injustiças. Os senadores que votaram pelo *impeachment* escolheram rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma presidenta que **não** cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar. Com a aprovação do meu afastamento em definitivo, políticos [...] (ROUSSEFF, 2016).

Por esse trecho, observamos que o pronunciamento já se apresenta com a exposição dos argumentos, lançando a narração, depois de um breve exórdio, marcado pelos cumprimentos iniciais do discurso e pela primeira sentença descrita acima. Dilma Rousseff mobiliza o discurso em terceira pessoa, ao falar sobre si mesma e, na sequência, aproxima a narrativa para a primeira pessoa. Observamos, nesse trecho, o primeiro efeito de subjetividade com a presença do deslizamento enunciativo (ela → eu) e, por aqui, identificamos que o deslizamento marcará a narração de todo discurso.

No trecho seguinte, Dilma Rousseff parece retomar a relação entre justiça e democracia estudada por Bobbio (1986), que afirma que "só o poder pode criar direito e o só o direito pode limitar o poder" (p. 13).

00:49 - 01:19

Com a aprovação do meu afastamento definitivo, políticos que buscam desesperadamente escapar do braço da Justiça tomarão o poder unidos aos derrotados nas últimas quatro eleições. **Não ascendem ao governo pelo voto direto**, como eu e Lula fizemos em 2002, 2006, 2010 e 2014. Apropriam-se do poder por meio de um golpe de Estado. (ROUSSEFF, 2016).

O trecho dessa narração apresenta modalizações autonímicas a partir das expressões "escapar", "tomarão" e "golpe". Maingueneau (2001), a partir dos estudos sobre heterogeneidade discursiva propostos por Jacqueline Authier-Revuz (2004)⁶³, entende que a modalização autonímica pode ser percebida quando, "[...] ao comentar a própria fala o enunciador produz uma espécie de enlaçamento na enunciação" (p. 159). A enunciadora do nosso *corpus* parece argumentar fundamentando-se nos conceitos de Estado de Direito e de normalidade institucional, traços fundadores, como nos mostra Bobbio (1986), do Estado Democrático de Direito. O discurso de Dilma Rousseff vai, progressivamente, mobilizando conceitos que integram o imaginário vinculado à democracia. Como ilustra o trecho, a enunciadora reitera o fato de ter sido eleita pelo povo, mobilizando o imaginário de legitimidade, sobre o qual abordaremos mais à frente.

A parte da narração dos dois primeiros pronunciamentos se concentra em promessas diretamente associadas ao valor da democracia. Chamamos atenção para a anáfora como recurso comum ao momento da narração nos dois pronunciamentos. Abaixo, verificamos o início da narração do primeiro pronunciamento como presidente eleita.

04:41 - 06:01

A minha alegria é ainda maior pelo fato de que a presença de uma mulher na presidência da República se dá pelo caminho sagrado do voto, da decisão democrática (expressão pausada) do eleitor, do exercício mais elevado da cidadania. Por isso, registro aqui outro compromisso com meu país:

- Valorizar a democracia em toda sua dimensão, **desde** o direito de opinião e expressão até os direitos essenciais, **básicos**, da alimentação, do emprego e da **renda**, da moradia **digna** e da **paz social** (enumeração pausada).
- Eu vou zelar pela mais **ampla** e irrestrita (expressão pausada) liberdade de imprensa.
- Vou zelar pela mais ampla liberdade religiosa e de culto.
- Vou zelar pela observação criteriosa e permanente dos direitos humanos tão claramente consagrados na nossa própria constituição (frase pausada).
- Zelarei, enfim, pela nossa Constituição, dever maior da presidência da República. (ROUSSEFF, 2010).

Ao repetir o verbo "zelar", no início de frases, e manter a estrutura de enunciação, a oradora busca sustentar a atenção do auditório. O dizer projeta uma imagem de Dilma Rousseff indissociável dos valores democráticos. Ao analisarmos os imaginários, mais à frente,

carregada e habitada por outros sentidos.

138

⁶³ Segundo a autora, todo discurso é heterogêneo. As palavras remetem a um ou a vários contextos a partir do uso social. Isso significa afirmar que toda palavra nos chega por meio de um processo de atravessamento, sendo

entendemos que esses valores repercutem na projeção do *ethos* de guardiã, a que zela pelos direitos da população.

No pronunciamento de posse pelo segundo mandato, no Congresso Nacional, a narração também explora a anáfora. Dentre os três, este é o que mais lança mão do recurso. Acreditamos que pelo fato de o discurso ser extenso, as anáforas são empregadas com objetivo de prender a atenção do público.

17:18 - 18:45

A partir do extraordinário trabalho iniciado pelo governo do presidente Lula, continuado por nós, temos hoje a **primeira geração** de brasileiros que não vivenciou a tragédia da fome (sentença pausada). Resgatamos 36 milhões da extrema pobreza e 22 milhões apenas em meu primeiro governo. Nunca tantos brasileiros ascenderam às classes médias. Nunca tantos brasileiros conquistaram tantos empregos com carteira assinada. Nunca o salário mínimo e os demais salários se valorizaram por tanto tempo e com tanto vigor. Nunca tantos brasileiros se tornaram donos de suas próprias casas. Nunca tantos brasileiros tiveram acesso ao ensino técnico e à universidade. Nunca o Brasil viveu um período tão longo sem crises institucionais. Nunca as instituições foram tão fortalecidas e respeitadas e nunca se apurou e puniu com tanta transparência a corrupção (trechos pausados). (ROUSSEFF, 2015).

Ao expor Lula como líder político e projetar o governo Dilma como continuidade do projeto político anterior, a enunciadora utiliza a argumentação pelo exemplo e o lugar de essência. Essas estratégias pavimentam o caminho das informações que serão dadas na sequência. Por meio do lugar de quantidade, Dilma Rousseff introduz a meta e o alcance da erradicação da fome e da miséria. Com a frase "resgatamos 36 milhões da extrema pobreza e 22 milhões apenas em meu primeiro governo", estamos diante da estratégia de legitimação da imagem de um bom governo. Essa noção é fortalecida na sequência, explorando o advérbio "nunca" como anáfora. Por meio de um advérbio que geralmente é mobilizado a partir de uma carga negativa, a enunciadora atribui o valor inaugural e potente das ações desenvolvidas durante sua primeira gestão. No discurso, o alcance de ações — como ascensão da classe média, empregos com carteira assinada, acesso à moradia e à educação — é elevado a um patamar inédito e histórico.

O trecho ilustra, ainda, uma marca recorrente nos três pronunciamentos do nosso *corpus*. O discurso construído tanto ao longo das campanhas de Lula e Dilma, quanto da própria

trajetória do Partido dos Trabalhadores, tem como característica principal o que Ferreira (2010) chama de *retórica dos oprimidos*. Segundo o autor, "[...] os oprimidos precisam de adesão de um auditório mais amplo para realçar sua voz, para se fazer ouvir, ainda que indiretamente, pelas autoridades" (FERREIRA, 2010, p. 55). É preciso problematizar, contudo, como vimos no primeiro capítulo teórico deste trabalho, os lugares de fala, o nível de representatividade dessas vozes. Podemos afirmar que a referência aos oprimidos se faz, no discurso político, por uma suposta representação dessas vozes.

No pronunciamento após o resultado do segundo turno das eleições de 2010, identificamos que a introdução das provas do discurso se dá pela retórica dos oprimidos.

06:01 - 06:56

Nessa longa jornada que me trouxe aqui, pude falar e visitar todas as nossas regiões. O que mais me deu **confiança e esperança**, ao mesmo tempo, foi a capacidade **imensa** do nosso povo, de agarrar uma oportunidade, por menor que seja, mais singela que seja, e com ela construir um mundo melhor para si e para sua família. É simplesmente incrível a capacidade de criar e empreender do nosso povo. Por isso, reforço aqui meu compromisso **fundamental**, que eu mantive e reiterei ao longo dessa campanha: a erradicação da **miséria** e a **criação** de oportunidades para todos os brasileiros e para todas as brasileiras (frase pausada). (ROUSSEFF, 2010).

Podemos identificar que a imagem de Dilma Rousseff se constrói a partir do relato de uma experiência, na qual a enunciadora é uma testemunha da realidade do brasileiro. Por meio dessa narrativa, que cria uma ambientação a partir de um relato testemunhal com as dimensões argumentativa e patêmica, a enunciadora projeta o *ethos* de testemunha, a de quem conhece a realidade de seus representados, em nome de quem fala. Por essa estratégia, identificamos também, nesse trecho, a primeira condição da argumentação que corresponde à apresentação da tese: "a erradicação da miséria e a criação de oportunidades".

A caminho da peroração, a oradora fundamenta-se novamente na retórica dos oprimidos, por meio do lugar de pessoa, reforçando a busca pela igualdade. "Disse na campanha que os mais necessitados, as crianças, os jovens, as pessoas com deficiência, o trabalhador desempregado, o idoso teriam toda minha atenção (enumeração pausada). Reafirmo aqui este compromisso." (ROUSSEFF, 2010). Todas essas observações nos levam a afirmar que a retórica dos oprimidos funciona como ferramenta de projeção dos *ethé* de solidariedade e de humanidade.

Na parte das provas, como nos indica Reboul (2004), percebemos a prevalência do *logos* e do *pathos*. No segundo pronunciamento, por exemplo, a oradora, ao detalhar ações e compromissos, parece fazer questão de enfatizar estatísticas e mobiliza primeiramente questões relacionadas à economia.

27:22 - 28:45

Na economia, temos com o que nos preocupar, mas também temos o que comemorar. O Brasil é hoje a 7ª economia do mundo, o 2º maior produtor e exportador agrícola, o 3º maior exportador de minérios, o 5º país que mais atrai investimentos estrangeiros, o 7º país em acúmulo de reservas cambiais e o 3º maior usuário de internet. Além disso, é importante notar que a dívida líquida do setor público é hoje menor do que no início do meu mandato. As reservas internacionais estão em patamar histórico, na casa dos US\$ 370 bilhões. Os investimentos estrangeiros diretos atingiram, nos últimos anos, volumes recordes. Mais importante: a taxa de desemprego está nos menores patamares já vivenciados na história de nosso país. Geramos 5 milhões e 800 mil empregos formais em um período em que o mundo submergia no desemprego. Porém queremos avançar ainda mais e precisamos fazer mais e melhor! (ROUSSEFF, 2015).

Em trechos como esse, localizamos a presença do lugar de quantidade. Abreu (2009) nos lembra que uma das marcas mais características do lugar da quantidade é a utilização de números e estatísticas. Tais dados, em nosso *corpus*, estão associados a dois movimentos. O primeiro, ao de uma aposta de credibilidade e de confiança por parte do público na figura política da enunciadora. Ao destacar números do primeiro mandato, Dilma Rousseff busca mostrar pontos positivos de sua gestão e, ao mesmo tempo, colocar-se como digna da confiança do público. O segundo movimento está atrelado ao imaginário de expansão e desenvolvimento do Brasil.

A respeito dos temas desenvolvidos nas provas, é interessante observar que os pronunciamentos da eleição e da reeleição enfatizam, primeiramente, as questões econômicas. Percebemos, com isso, que as pautas consideradas mais cobradas pela opinião pública são mobilizadas primeiro. No segundo pronunciamento, inclusive, é curioso constatar que o lema do governo fica em segundo plano, surgindo, na ordem do discurso, depois das propostas econômicas. Após detalhar os planos de sua gestão econômica, Dilma Rousseff lança:

35:59 - 37:15

Senhoras e Senhores.

Gostaria, agora, de anunciar o novo lema do meu governo. Ele é simples, é direto e é mobilizador. Reflete **com clareza** qual será a nossa grande prioridade e sinaliza para

qual setor deve convergir o esforço de todas as áreas do governo (frase pausada). Nosso lema será: Brasil, **Pátria** educadora! Trata-se de lema com duplo significado. Ao bradarmos "Brasil, Pátria educadora", estamos dizendo que a educação será a prioridade das prioridades, mas também que devemos buscar, em todas as ações do governo, um sentido formador, uma prática cidadã, um compromisso de ética e um sentimento republicano. Só a educação liberta um povo e lhe abre as portas de um futuro próspero. (ROUSSEFF, 2015).

A oradora, ao apresentar o lema de governo, enfatiza a mobilização do interdiscurso por meio do duplo significado da frase "Brasil, Pátria educadora!". Por meio do lema, a enunciadora remete-se à educação como prioridade e à necessidade de buscar o sentido formador em cada ação proposta pelo governo. Percebemos, ainda, a dimensão patêmica do fragmento por meio das qualificações "sentido formador", "prática cidadã", "compromisso de ética", "sentimento republicano". O trecho final nos endereça ao imaginário de liberdade e parece se amparar no discurso da obra do pedagogo e filósofo brasileiro Paulo Freire, sobre uma educação que liberta os indivíduos em conjunto. Encontramos, aqui, a justificativa ao apelo patêmico dessa parte do discurso pela observação de Charaudeau (2006). Segundo o autor,

o *slogan* visa a produzir junto àqueles que o recebem um efeito de adesão passional mascarada por uma ilusão racional, pois o sentido veiculado está impregnado de uma razão emocional que excede largamente o que é dito explicitamente (CHARAUDEAU, 2006, p. 100).

Já o caminho da narração e das provas, no terceiro pronunciamento, é diferente do que observamos nos dois primeiros. Podemos afirmar que o pronunciamento de Dilma Rousseff a respeito do *impeachment* contém as características do discurso de justificação (CHARAUDEAU, 2006). Nesse tipo de discurso, o conteúdo se localiza entre a intenção e o resultado e se situa como contrapeso à situação negativa provocada. "Na justificação, [...] é reivindicada a legitimidade do ato; o ato é assumido e não há nenhum pedido de perdão." (CHARAUDEAU, 2006, p. 127). Após acusar o *impeachment* como "golpe parlamentar" e "farsa jurídica", a enunciadora sustenta a parte das provas com a seguinte afirmação: "É uma **inequívoca** eleição indireta, em que 61 senadores substituem a vontade expressa de 54,5 milhões de votos. É uma **fraude**, contra a qual ainda vamos recorrer em todas as instâncias possíveis." (ROUSSEFF, 2016).

⁶⁴ A respeito do sentimento republicano, observamos o imaginário de vontade republicana presente no discurso de Dilma Rousseff como continuidade do governo Lula. A tese de Lessa (2009) mostra essa abordagem presente, especialmente, durante o primeiro mandato do líder petista. Disponível em: < http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ALDR-7U8PT2/1215d.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 abr. 2019.

A enunciadora utiliza os números como estratégia de definição lógica. Contrasta a posição de 61 senadores com os 54,5 milhões de votos que a levaram à presidência. Além de caracterizar o processo de *impeachment* por uma definição expressiva – "inequívoca eleição indireta" –, busca deslegitimá-lo por meio da expressividade dos números.

No terceiro pronunciamento, a estruturação do epílogo se dá pelo apelo à união.

07:36 - 08:04

Espero que saibamos nos unir em defesa de causas comuns a todos os progressistas, independentemente de filiação partidária ou posição política. Proponho que lutemos, todos juntos, contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno (fala pausada) da democracia. (ROUSSEFF, 2016).

É possível notar que, por meio da visada argumentativa, a enunciadora defende o que, implicitamente, afirma ter feito durante sua gestão, ter acolhido causas comuns aos progressistas independentemente de filiações partidárias. Notamos também o apelo ao imaginário de resistência conjugado ao *ethos* de mulher resistente. A força do verbo "lutar" e dos objetos conjugados a ele sustenta a ideia de firmeza e de obstinação. Percebemos, ainda, a presença do deslizamento enunciativo em diferentes momentos da enunciação (ela \rightarrow eu \rightarrow nós) do terceiro pronunciamento. O caminho é percorrido, inicialmente, pela terceira pessoa do singular. Na sequência, explora a primeira pessoa do singular e, por fim, mobiliza a primeira pessoa do plural, conclamando cidadãos a aderirem sua defesa e, consequentemente, seus posicionamentos.

Esse pronunciamento, em específico, exemplifica algumas estratégias comumente utilizadas por políticos para se defender, como a negação, a razão superior e a não-intencionalidade. Percebemos a recorrência à negação e à razão superior no pronunciamento de Dilma Rousseff a respeito do *impeachment*. O trecho abaixo, presente na também peroração, evidencia essas características.

08:05 - 09:13

Saio da Presidência como entrei: sem ter incorrido **em qualquer ato ilícito**; sem ter traído **qualquer de meus compromissos**; com dignidade e carregando no peito o mesmo amor e admiração pelas brasileiras e brasileiros e a mesma vontade de continuar lutando pelo Brasil. **Eu vivi a minha verdade**. Dei o

melhor de minha capacidade. Não fugi de minhas responsabilidades. Me emocionei com o sofrimento humano, me comovi na luta contra a miséria e a fome e combati a desigualdade. Travei bons combates. Perdi alguns, venci muitos e, neste momento, me inspiro em Darcy Ribeiro para dizer: não gostaria, mais uma vez, não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A história será implacável com eles, como já foi em décadas passadas. (ROUSSEFF, 2016).

A negação ao crime de responsabilidade fiscal é enfatizada paralelamente ao reforço ao *ethos* de caráter. Os efeitos patêmico e afetivo, geralmente presentes aos finais dos discursos, podem ser identificados pelas expressões "amor", "admiração" e "vontade de continuar lutando pelo Brasil". Ao se referir à luta, o verbo e a situação comunicativa nos direcionam ao *ethos* de resistência.

Pela ênfase à afirmação "eu vivi a minha verdade", percebemos a razão superior e a referência a um interdiscurso. Com a expressão "minha verdade", Dilma Rousseff parece se referir não somente à defesa contra as acusações pelas quais foi julgada, mas também à conduta pela qual se orientou durante os dois mandatos. Essa noção é sustentada com as frases seguintes: "[...] Dei o melhor de minha capacidade. Não fugi de minhas responsabilidades. Me emocionei com o sofrimento humano, me comovi na luta contra a miséria e a fome e combati a desigualdade. Travei bons combates". Com alta carga patêmica, percebemos aqui também o desenvolvimento da retórica dos oprimidos. Por ela, o *ethos* de solidariedade é construído. Acreditamos que ele é instituído por um imaginário importante para a imagem da figura política, tendo em vista que a imagem de ser humano é avaliada pela capacidade de demonstrar sentimentos e compaixão (CHARAUDEAU, 2006) e a do político, pela capacidade de agir em busca de igualdade.

Ao explorar as expressões "combates", "vencedores" e "implacável", percebemos o reforço ao *ethos* combativo, da imagem da figura política e humana que enfrenta a adversidade. Observamos que a peroração do pronunciamento, por esse e outros trechos que seguem, é marcada por uma recapitulação e pelo apelo ao ético.

09:49 - 10:27

Neste momento, não direi adeus a vocês. Tenho certeza de que posso dizer "até daqui a pouco". Ou eu ou outros assumirão este processo. Eu, a partir de agora, lutarei incansavelmente para continuar a construir um Brasil melhor. E tenho certeza que outras e outros assumirão, no futuro, um papel que está baseado na

eleição direta, na escolha **direta** dos governantes pelo povo. (ROUSSEFF, 2016).

A enunciadora, apesar de negar e recusar o fim, por meio da frase "não direi adeus a vocês", conduz o discurso à despedida. Percebemos, nesse momento, o destaque à noção democrática do voto, da eleição direta dos governantes pelo povo. O encerramento da fala se faz por uma analogia, lançando o poema do poeta russo Vladimir Maiakovski e caracterizando-o como "alento". A enunciadora aproxima os versos sobre tristeza, coragem e bravura da necessidade de o Brasil responder ao momento com altivez e luta, os mesmos comportamentos aos quais a enunciadora busca atrelar sua imagem. Observamos que a mesma estratégia de analogia foi utilizada na peroração do segundo pronunciamento.



57:46 - 58:40

Um coração que dispara no peito com a energia do amor, do sonho e, sobretudo, com a possibilidade de construir um Brasil desenvolvido. Eu não tenho medo de proclamar para vocês: nós vamos vencer todas as dificuldades, porque temos a chave para vencê-las, vencer todas as dificuldades.

Esta chave pode ser resumida num verso, e esse verso tem, de uma certa forma, sabor de uma oração, que diz o seguinte: "O impossível se faz já; só os milagres ficam para depois". Muito obrigada. Viva o Brasil e viva o povo brasileiro! (ROUSSEFF, 2015).

Ao pontuar as dificuldades, voltamos aos problemas relacionados à corrupção que foram mencionados pela oradora anteriormente e ao momento de crise de gestão no qual foi reeleita. Por meio do verbo "vencer", atentamos para a busca de outra vitória; a enunciadora considera a realidade de desafios e dificuldades que o governo enfrentará. Entretanto, é possível perceber também o esforço da enunciação em fazer com que o tom positivo prevaleça. Em relação a essa estratégia, Ferreira (2010, p. 115) afirma que "na peroração, a afetividade se une à argumentação e conclama à ação". O tom positivo pode ser percebido na própria expressão visual de Dilma Rousseff, que se transforma nesse momento do discurso. As

últimas frases são proferidas pela enunciadora em ritmo mais brando e com sorriso no rosto, como vemos no *frame* acima. Além disso, a imagem da chave corresponde ao índice de solução dos problemas que culmina na frase "o impossível se faz já; só os milagres ficam para depois". A enunciadora mobiliza, assim, o imaginário do esforço humano para enfrentar as dificuldades impostas no governo.

Já a peroração do primeiro pronunciamento, apesar de não fazer uso de analogias, retoma uma anáfora por meio da palavra "união". "Passada a eleição agora, nós sabemos, é hora de trabalho. Passado o debate de projetos agora é hora de união. União pela educação, união pelo desenvolvimento, união pelo país (enumeração pausada)." (ROUSSEFF, 2010). O trecho concentra a recapitulação dos pontos fortes do discurso. Notamos o apelo ao trabalho; e a "união" mobilizada como anáfora nos confirma o principal objetivo do pronunciamento direcionado ao auditório.

Até aqui já identificamos diversos imaginários, construídos e solidificados a partir de valores que são partilhados socialmente. Aproximamos o entendimento do imaginário à relação que Abreu (2009) traça entre os valores e a persuasão, em que os mesmos valores não são partilhados e aceitos da mesma forma por todos. "Aquele que quer persuadir deve saber previamente quais são os verdadeiros valores de seu interlocutor ou do grupo que constitui o seu auditório." (ABREU, 2009, p. 79). São determinantes fatores culturais, históricos e ideológicos. O entendimento acerca dos imaginários sociodiscursivos passa por esses mesmos fatores. Além dos imaginários que localizamos até o momento, na seção seguinte, apresentaremos alguns outros que são edificados em nosso *corpus*. Na estrutura do discurso, enxergamo-los como degraus para a construção de *ethé* discursivos.

4.4 Imaginários no espaço de poder

Para verificarmos como imaginários sociodiscursivos se revelam em nosso *corpus*, entendemos ser necessário tomar como base o discurso político como sistema de pensamento. Charaudeau (2006) nos explica que o discurso político é "[...] o resultado de uma atividade discursiva que procura fundar um ideal político em função de certos princípios que devem servir de referência para a construção das opiniões e dos posicionamentos" (CHARAUDEAU,

2006, p. 40). O autor nos mostra, de forma paralela, que o comportamento do público está incorporado a alguns denominadores comuns, entre eles discursos carregados de mitos, imaginários e símbolos que têm ressonância em crenças. Nesse percurso, então, o enunciador, por meio desse sistema de pensamento que integra o discurso político, lança mão dos imaginários sociodiscursivos.

Partimos primeiramente, aqui, em direção aos imaginários coletivos. No primeiro pronunciamento, identificamos alguns imaginários a respeito do Brasil. Logo no início de sua fala, Dilma Rousseff evidencia a meta de erradicação da miséria e, em seguida, afirma:

08:14 - 08:51

O Brasil é uma terra generosa e sempre devolverá em dobro cada semente que for plantada com mão amorosa e olhar para o futuro (frase pausada). Minha convicção de assumir a meta de erradicar a miséria vem, não de uma certeza teórica, mas da experiência viva do nosso governo, o governo do presidente Lula, no qual uma imensa mobilidade social se realizou, tornando hoje possível um sonho que sempre pareceu impossível. (ROUSSEFF, 2010).

O imaginário construído no excerto parte do senso comum. Abreu (2009) mostra que o discurso do senso comum, apesar de não ser um discurso articulado, é formado por fragmentos de discursos articulados. O imaginário a respeito da generosidade do Brasil se encontra nas narrativas e nos registros da História que associam o país a um solo fértil. A enunciadora reforça e vincula os imaginários de generosidade e de fertilidade por meio da expressão "semente" e do verbo "plantar", que nos direcionam à figura de pensamento do plantio no solo. Por esse trecho também, identificamos o recurso da argumentação pela analogia, quando a enunciadora associa os investimentos a serem feitos no Brasil ao processo de plantação e colheita.

Por meio da ênfase aos compromissos estabelecidos, vemos também como Dilma Rousseff mobiliza o imaginário de competência técnica que se espera de um governo. Utiliza o verbo "comprometer" e contextualiza as promessas feitas a fim de combater os problemas sociais enfrentados pelo país.

02:00 - 02:39

Me comprometi nesta campanha com a qualificação também da Educação e dos Serviços de Saúde. Me comprometi com a melhoria da segurança pública. Com o combate às drogas que infelicitam nossas famílias e comprometem nossas

crianças e nossos jovens. Reafirmo aqui esses compromissos. Nomearei ministros e equipes de primeira qualidade para realizar esses objetivos. Mas acompanharei também pessoalmente estas áreas capitais para o desenvolvimento do país. (ROUSSEFF, 2010).

Na sequência, a partir do valor atribuído ao voto popular e do lugar de pessoa voltado ao brasileiro, a enunciadora explora os imaginários de coletividade e de sustentabilidade.

02:40 - 03:02

A visão moderna do desenvolvimento econômico é aquela que valoriza o trabalhador e sua família, o cidadão e sua comunidade, oferecendo acesso à educação e saúde de qualidade. É aquela que convive com o meio ambiente sem agredi-lo e sem criar passivos maiores que as conquistas do próprio desenvolvimento. (ROUSSEFF, 2010).

No segundo pronunciamento, a imagem a respeito do Brasil é projetada a partir do imaginário de prosperidade. A caminho da peroração, após dar explicações sobre o escândalo envolvendo a Petrobras – trecho que detalharemos à frente, na seção 4.6 –, Dilma Rousseff se direciona aos brasileiros.

53:49 - 54:39

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

O Brasil não será sempre um país em desenvolvimento. Seu destino é ser um país desenvolvido e justo, e é esse destino que estamos construindo e buscando cada vez mais, com o esforço de todos, construir. Uma nação em que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades: de estudar, trabalhar, viver em condições dignas na cidade ou no campo. Um país que respeita e preserva o meio ambiente e onde todas as pessoas podem ter os mesmos direitos: à liberdade de informação e de opinião, à cultura, ao consumo, à dignidade, à igualdade independentemente de raça, credo, gênero ou sexualidade. (ROUSSEFF, 2015).

Após falar sobre um assunto delicado, buscando projetar os *ethé* de seriedade e de controle, vemos a introdução de um tom mais suave e de maior afetividade por meio do vocativo "queridos brasileiros e queridas brasileiras". Percebemos, ainda, que o imaginário coletivo de prosperidade, com a afirmação "o Brasil não será um país em desenvolvimento", é diretamente associado ao lugar de pessoa e aos valores de justiça e igualdade. A enunciadora, por um vínculo de proximidade, parece, assim, traçar sua imagem como representante desse caminho de prosperidade, dos valores de justiça e de defensora de direitos constitucionais. No parágrafo seguinte, projeta outro imaginário coletivo acerca do Brasil, associado ao de prosperidade: o de trabalho. Com a sentença "assumo aqui um compromisso com o Brasil que

produz e com o Brasil que trabalha" (ROUSSEFF, 2015), acaba por conectar o desenvolvimento do país ao esforço dos trabalhadores.

Esses exemplos vinculados aos imaginários coletivos acerca do Brasil nos direcionam aos imaginários associados à figura política de Dilma Rousseff. Em cada um desses fragmentos, podemos perceber o imaginário de soberania que, de acordo com Charaudeau (2006), é o que funda a legitimidade do político. Por meio dessa relação, é possível observar de que forma o sujeito político vai construir para si um *ethos* que viabiliza uma posição de fiador dos valores e até mesmo de encarnar o *chefe-soberano*. Charaudeau (2006) pontua que uma das maneiras de vincular a soberania ao político é

[...] proferindo discursos que lembram quais são seus valores, de modo a *encarnar-se* neles: falar da democracia, da soberania do povo, da identidade nacional, do que devem ser as grandes linhas de um projeto político, celebrando o povo, o país, o regime institucional [...] (CHARAUDEAU, 2006, p. 157, grifo do autor).

Em nosso *corpus*, os três pronunciamentos de Dilma Rousseff vinculam sua figura política ao imaginário de soberania. Os dois primeiros ilustram esse imaginário a partir da vitória das eleições e das promessas de um projeto político democrático. No segundo pronunciamento, por exemplo, o imaginário da soberania, além de estar presente nas descrições dos compromissos nacionais, é reforçado quando a enunciadora se refere ao posicionamento político internacional.

44:24 - 45:05

Nossa inserção soberana na política internacional continuará sendo marcada pela defesa da democracia, pelo princípio de não intervenção e respeito à soberania das nações, pela solução negociada dos conflitos, pela defesa dos Direitos Humanos, e pelo combate à pobreza e às desigualdades, pela preservação do meio ambiente e pelo multilateralismo. Insistiremos na luta pela reforma dos principais organismos multilaterais, cuja governança hoje não reflete a atual correlação de forças global. (ROUSSEFF, 2015).

O terceiro pronunciamento, em tom de acusação, reforça valores constitucionais representados na figura de Dilma Rousseff e que estavam sendo violados pelo processo de *impeachment*. O trecho, abaixo, representa a resposta da enunciadora diante da situação.

07:06 - 07:35

Esta história não acaba assim. Estou certa que a interrupção deste processo pelo golpe de estado não é definitiva. Não voltaremos apenas para satisfazer nossos desejos ou nossa vaidade. Nós voltaremos. **Voltaremos** (gesto voltado para si) para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano. (ROUSSEFF, 2016).

Vemos como Dilma Rousseff se fundamenta no imaginário de soberania. No trecho "[...] em que o povo é soberano", entendemos que o sentido da soberania, aqui, diz respeito aos votos que levaram Dilma Rousseff à presidência. Os signos-sintoma "voltar" e "continuar" marcam a interrupção dessa soberania, na qual a figura de Dilma Rousseff busca se sustentar.

Relacionado à soberania, vemos, assim, que o imaginário de legitimidade de Dilma Rousseff se respalda, nos três pronunciamentos, em princípios constitucionais. Charaudeau (2006) nos apresenta uma ambivalência que toca nas reflexões sobre legitimidade. Nos países democráticos, convencionamos que a legitimidade diz respeito a um direito constitucional, a um modo de representação do povo. Contudo, é necessário observar que a legitimidade se funda sobre um olhar de reconhecimento mútuo, "[...] é preciso que essas duas partes alimentem permanentemente essa relação de investidura e de controle: o que foi investido de um poder tem necessidade de assegurar que ele seja sempre reconhecido como legítimo; [...]" (CHARAUDEAU, 2006, p. 76).

No primeiro pronunciamento, por exemplo, é curioso notar como a imagem de Dilma é reforçada pelo imaginário acerca do feminino, pela ideia dominante sobre ser mulher no Brasil. Além dos índices da apresentação visual de Dilma Rousseff por meio do terno rosa claro, como vimos anteriormente, em momento específico do primeiro pronunciamento atentamos para o seguinte trecho:

03:03 - 03:17

Não pretendo me estender aqui, neste primeiro pronunciamento ao país, mas quero registrar que todos os compromissos que assumi, vou perseguir de forma dedicada e carinhosa. (ROUSSEFF, 2010).

Os adjetivos "dedicada" e "carinhosa", para descrever a conduta pública, podem ser associados ao imaginário do feminino reiterado constantemente no Brasil, em que o

comportamento da mulher deve sempre se pautar pela docilidade, pela dedicação e pelo carinho.

Além dessa marcação, vemos, nos três pronunciamentos de nosso *corpus*, que Dilma Rousseff se coloca como fiadora e guardiã dos direitos da população. Nesse sentido, a enunciadora mostra ao público o que deve ser considerado como legítimo. Observamos, em momentos dos discursos, o apelo ao *nós* e ao *eu*. Como indica Piovezani (2009), esses pronomes podem ser vistos como estratégias para conquista da legitimidade. Com frequência o *nós* justifica a função pública eletiva, mobilizando argumentos com o fim de evidenciar o lugar de fala representativo. Desse modo, Dilma Rousseff encena e sustenta a fala em nome de interesses e direitos da coletividade. Por outra via, a legitimidade também é buscada pelo *eu*. A fabricação e exposição do *eu* acabam por estabelecer um caminho de legitimidade por atributos pessoais, como veremos na seção seguinte. De acordo com Piovezani (2009),

a conjunção desses dois modos complementares de legitimação exige, ora na conquista, ora na manutenção do poder, a adoção de medidas que visam tanto a afirmar a fundamentação de suas pretensões em ocupar seus postos e exercer suas funções, quanto a empreender uma boa "produção" e apresentação de "si" (PIOVEZANI, 2009, p. 134).

Percebemos, ainda, nos três pronunciamentos, as articulações discursivas na busca constante pela produção de efeitos de verdade. No primeiro pronunciamento, a enunciadora cita ações e metas de governo desenvolvidas na gestão do ex-presidente Lula (PT) para, na sequência, respaldar suas propostas de ação. No segundo pronunciamento, nos atos de posse presidencial em 2015, por meio de descrições e indicadores quantitativos, Dilma Rousseff enfatiza os projetos que foram desenvolvidos na primeira gestão e o alcance deles para, então, expor as propostas que seriam conduzidas no segundo mandato. A estratégia parece tentar produzir um efeito de prova e de respaldo para as ações. No terceiro pronunciamento, em situação bastante distinta da dos dois primeiros, os efeitos de verdade parecem se construir pela negação do crime de responsabilidade fiscal e pela ênfase ao combate à corrupção e às desigualdades sociais. No discurso, esses dois últimos são encadeados como argumentos, como as verdadeiras causas para a destituição do projeto de governo de Dilma Rousseff.

Aliada à projeção do imaginário de legitimidade, compreendemos que a estratégia de produção de efeitos de verdade, como endossa Piovezani (2009), configura também a tentativa de diminuir a cisão entre os domínios da linguagem e da ação, já que de acordo com o imaginário sociodiscursivo, toda figura política só promete, mas não cumpre; fala, mas não age.

Essas observações nos levam a afirmar que o *ethos* se relaciona aos imaginários na medida em que a construção da imagem passa pela legitimação do público, por meio da identificação de valores. Por isso, Charaudeau (2006) defende que o *ethos* político deve aprofundar-se em imaginários que são partilhados pelos interlocutores, "[...] em nome de uma espécie de contrato de reconhecimento implícito. O *ethos* é como um espelho no qual se refletem os desejos uns dos outros" (CHARAUDEAU, 2006, p. 87). Assim, como em uma aposta discursiva, os imaginários coletivos parecem ilustrar a imagem de um país desejado por todos os cidadãos e os imaginários relacionados à Dilma Rousseff tentam aproximar a imagem da enunciadora à de uma figura política capaz de representar o povo brasileiro.

Imbricada a essa relação entre *ethos* e imaginário, procuramos investigar a projeção das narrativas de vida e as abordagens em torno do gênero feminino. A partir de análises prévias, entendemos que esses dois pontos se organizam por meio de imaginários e pela dimensão argumentativa. Refletiremos, na seção seguinte, de que maneira se dá a entrada do biográfico e do gênero feminino nos pronunciamentos de Dilma Rousseff e em que medida esses dois pontos participam da projeção de *ethé* discursivos.

4.5 Momentos biográficos e demarcações do gênero feminino

Como vimos no segundo capítulo teórico deste trabalho, a marca do biográfico nos discursos políticos nos conduz a enxergar as narrativas de si como estratégia de captação do auditório e de projeção de *ethé* discursivos. Machado (2012a) nos mostra que

cativar o leitor ou o ouvinte é algo que trabalha não apenas com o explícito dos ditos, mas que vai além. Existem certos procedimentos que podem provocar, mais que outros, certos imaginários nos diferentes interlocutores e que se ligam a uma ou outra emoção; nesse sentido cabe lembrar que alguns *atos de linguagem* são mais propícios que outros para a *entrada* da emoção. (MACHADO, 2012a, p. 194-195, grifos da autora).

Essas observações nos certificam que os momentos biográficos presentes nos três pronunciamentos se amparam e se solidificam por uma dimensão patêmica – e intencional – que corrobora o processo de projeção de imaginários e de formação de *ethé* discursivos. Pelas nossas análises, podemos afirmar que os discursos de Dilma Rousseff, de maneira geral, não são fundados e organizados essencialmente por meio da narrativa biográfica. Enxergamos nosso *corpus* constituído pela mobilização de algumas micronarrativas de vida que, como mencionamos anteriormente, chamaremos de momentos biográficos.

No primeiro pronunciamento, destacamos os momentos biográficos na parte dos agradecimentos que a enunciadora deixa para o final. Ao tentar demonstrar humildade e gratidão, Dilma Rousseff menciona, inclusive, que as colocações, ao final, têm como objetivo dar mais ênfase ao conteúdo.

06:13 - 07:07

Deixei para o final os meus agradecimentos, pois quero destacá-los, quero dar a eles muita ênfase. Primeiro, o meu agradecimento ao povo brasileiro que me dedicou seu apoio. Serei eternamente grata pela oportunidade **única** de servir ao meu país no seu mais alto posto. Prometo devolver em dobro todo o carinho recebido, em todos os lugares, em todas as regiões que passei (frase pausada). Nenhuma região **do meu país** ficará para trás ou será menosprezada ou considerada de segunda categoria. (ROUSSEFF, 2010).

Entendemos que o momento biográfico, nesse trecho, firma-se com a narrativa engendrada pela conjugação dos verbos, pelo pronome oblíquo átono "me" e pela recorrência ao pronome possessivo na primeira pessoa do singular, "meu". A estrutura enunciativa, por meio de apelos subjetivos, coloca Dilma Rousseff como a única figura política responsável por fazer aquelas declarações naquele momento. Os trechos "serei eternamente grata pela oportunidade **única** de servir ao meu país no seu mais alto posto" e "prometo devolver em dobro todo o carinho recebido, em todos os lugares, em todas as regiões que passei" constroem o sentido de experiências individuais, próprias e únicas. Ao dar ênfase à expressão "do meu país", Dilma Rousseff posiciona-se como parte do país que governará, lançando o imaginário de pertencimento.

Ainda na parte dos agradecimentos, a enunciadora cita a *instância midiática*, representada pela imprensa nacional e estrangeira que realizou a cobertura do processo eleitoral, e utiliza a

crítica a abordagens da imprensa como gancho para resgatar o período que viveu na ditadura militar.

08:03 - 09:09

Não nego a vocês que, por vezes, algumas das coisas difundidas me deixaram triste. Mas quem, como eu, lutou pela democracia e pelo direito de livre opinião arriscando a vida; quem, como eu e tantos outros que não estão mais entre nós, dedicamos toda nossa juventude ao direito de expressão, nós somos naturalmente amantes da liberdade. Disse e repito que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. As críticas do jornalismo livre ajudam ao país e são essenciais aos governos democráticos, apontando erros e trazendo o necessário contraditório. (ROUSSEFF, 2010).

O trecho, pelo atravessamento de um interdiscurso, representa o primeiro momento em que Dilma Rousseff resgata a memória sobre a ditadura. É curioso perceber como o imaginário sociodiscursivo acerca desse período é partilhado socialmente e construído pela linguagem. Mesmo sem falar explicitamente, a enunciadora joga com verbos e expressões que nos direcionam ao período militar. Entre eles, "lutar", "arriscar", "direito de livre opinião", "dedicar", "juventude", "direito de expressão", todos com forte apelo patêmico. A noção da liberdade e do proibido, por meio da imagem que a expressão "amante" nos remete, e a imagem da morte, por meio do trecho "tantos outros que não estão mais entre nós", também sinalizam a memória discursiva associada à ditadura. Como veremos nos pronunciamentos seguintes, as memórias da ditadura militar no Brasil são constantemente resgatadas e construídas por Dilma Rousseff, vinculando sua imagem de figura pública à imagem da militante política durante todo seu percurso de vida.

Observamos também a proximidade dos momentos biográficos com a contestação do *Argumentum ad Hominem*⁶⁵. Nesse trecho, por exemplo, a enunciadora parece buscar momentos de calúnia ou difamação durante a corrida presidencial para refutá-los e projetar uma imagem de quem luta e está a favor do Brasil.

Por meio da frase "disse e repito que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras", a enunciadora explora a argumentação pela analogia a fim de se remeter ao valor da liberdade de expressão como princípio constitucional e de se posicionar ao lado de valores

⁶⁵ Considerado um tipo de falácia, o *Argumentum ad Hominem*, cujo significado pode ser traduzido como argumento contra a pessoa, corresponde a críticas negativas ou ataques verbais contra o sujeito envolvido no processo de argumentação.

154

democráticos. A respeito do verbo "repetir", a enunciadora sinaliza o atravessamento de um interdiscurso, resgatando a afirmação que fez durante o período da campanha, em reunião na Associação Brasileira de Imprensa, que é retomada na biografia de Rousseff escrita por Amaral (2011, p. 261): "quem, da minha geração, lutou pela democracia sabe que ouvir as vozes críticas da imprensa é mil vezes preferível ao silêncio imposto pela censura". Esse conjunto de observações nos direciona à projeção do *ethos* de resistência atrelado ao imaginário de luta. De maneira progressiva, a imagem de si de Dilma Rousseff é mobilizada de forma indissociada à defesa pela democracia.

Chamamos atenção para outro momento que consideramos biográfico, mas que, curiosamente, não é edificado diretamente pela autoimagem de Dilma Rousseff. Trata-se do agradecimento ao ex-presidente Lula, que surge ao final do discurso, indicando a importância à abordagem, a partir da lógica lançada no início dos agradecimentos: os dizeres organizados ao final do pronunciamento representam ênfase à mensagem por parte da enunciadora.

09:09 - 11:41

Agradeço **muito** especialmente e com emoção ao presidente Lula. Ter a honra de seu apoio, ter o privilégio de sua convivência, ter aprendido com sua **imensa** sabedoria, são coisas que se guarda para a vida toda (voz embargada – emoção). Conviver durante todos estes anos com ele me deu a exata dimensão do governante justo e do líder apaixonado por seu país e por sua gente. A alegria que eu sinto hoje pela minha vitória se mistura com a emoção de sua despedida (voz embargada – emoção). Sei que um líder como Lula nunca estará longe de seu povo e de cada um de nós (voz embargada – emoção). Baterei muito a sua porta e, tenho certeza e confiança, que a encontrarei sempre aberta. Sei que a distância de um cargo nada significa para um homem de tamanha grandeza e generosidade (voz embargada – emoção). A tarefa de sucedê-lo é difícil e desafiadora. Mas saberei honrar este legado. Saberei consolidar e avançar sua obra. (ROUSSEFF, 2010).

Adjetivos axiológicos como "honra", "privilégio" e "imensa", presentes no início do agradecimento, apontam para o valor dado à mensagem. Todo o excerto ilustra parte das reflexões sobre as quais nos debruçamos em nosso primeiro capítulo teórico. Vemos como a imagem da mulher enquanto governante, no caso brasileiro, passa a ser construída à sombra da imagem do homem. No caso do nosso *corpus*, observamos a recorrência dos pronunciamentos de Dilma Rousseff usar a argumentação pelo exemplo para aliar a imagem da presidenta como sucessora de Lula. Por meio da frase "conviver durante todos estes anos com ele me deu a exata dimensão do governante justo e do líder apaixonado por seu país e por

sua gente", que enfatiza o lugar de essência, Dilma Rousseff lança e qualifica valores como "governante justo" e "líder apaixonado por seu país e por sua gente" sobre os quais parece tentar se aproximar e seguir. A hipótese pode ser confirmada com a sequência: "[...] saberei honrar este legado. Saberei consolidar e avançar sua obra". Ao final, o imaginário de proximidade é realçado pela figura de construção acerca do "bater à porta", estabelecendo a argumentação pela analogia: "baterei muito a sua porta e, tenho certeza e confiança, que a encontrarei sempre aberta".

Notamos que a estratégia discursiva de mobilizar as narrativas de si se apresenta da mesma forma nos primeiro e segundo pronunciamentos. Elas surgem na abertura e no encerramento dos discursos e, como veremos à frente, as duas aberturas são firmadas na figura da mulher e na discussão a respeito da equidade de gênero nos espaços institucionais de poder.

No segundo pronunciamento, apesar de o desenvolvimento do discurso não ter explorado nenhum momento biográfico, a parte da peroração é firmada na narrativa de vida.

55:57 - 57:45

Meus amigos e minhas amigas,

Já estive algumas vezes um pouco perto da morte e dessas situações saí uma pessoa melhor e mais forte. Sou ex-opositora de um regime de força que provocou em mim dor e me deixou cicatrizes, mas não tenho nenhum revanchismo. Mas este processo jamais destruiu em mim o sonho de viver num país democrático e a vontade de lutar e de construir este país cada vez melhor. Por isso, sempre me emociono ao dizer que eu sou uma **sobrevivente**. Também enfrentei doenças, mas, se me permitem, quero dizer mais: pertenço a uma geração vencedora. Uma geração que viu a possibilidade da democracia no horizonte e viu ela se realizar. Essas duas características, elas me aproximam do povo brasileiro — ele também é um sobrevivente e um vitorioso, que jamais abdica dos seus sonhos. Luta para realizá-los.

Deus colocou em meu peito um coração cheio de amor pela minha pátria. Antes de tudo, o que a música cantava, um coração valente, não é que a gente não tem medo de nada, a gente controla o medo. [...] (ROUSSEFF, 2015).

Como discutimos anteriormente, o vocativo, a partir da figura do amigo, parece indicar estratégia de proximidade com o auditório e aponta para o valor subjetivo do dizer seguinte. A imagem da morte é, mais uma vez, retomada projetando o *ethos* de enfrentamento e resistência. O histórico de vida de Dilma Rousseff nos permite deduzir que as situações de morte às quais ela se refere dizem respeito à ditadura e ao câncer. Em seguida, a enunciadora especifica a situação, utilizando a expressão regime de força, remetendo, assim, sem palavras diretas, à ditadura. Essa estratégia é comum nos três pronunciamentos para descrever o regime

de exceção. Como em um jogo metalinguístico, Dilma Rousseff parece lançar, nessas situações, expressões veladas para se remeter ao momento da história do Brasil que restringiu a liberdade de expressão. Ao criar esse cenário narrativo, como o de quem está compartilhando uma história, funda a dimensão argumentativa. Por meio do biográfico, a enunciadora transporta o auditório para momentos históricos do país dos quais ela participou, conferindo à narrativa o valor testemunhal.

A enunciadora conjuga, então, dois *ethé* discursivos, o de sobrevivente e o de vencedora, e "com eles" aproxima sua imagem à imagem que constrói dos brasileiros. Com dimensão altamente patêmica, a frase seguinte nos confirma essa associação: "essas duas características, elas me aproximam do povo brasileiro – ele também é um sobrevivente e um vitorioso, que jamais abdica dos seus sonhos. Luta para realizá-los".

No trecho posterior, Rousseff mobiliza o biográfico e o integra a um discurso afetivo e cristão com a frase "Deus colocou em meu peito um coração cheio de amor pela minha pátria". A palavra "coração" se repete na sequência associada ao adjetivo "valente", lembrando-nos o slogan e o jingle "Coração Valente" da campanha de 2014 pela presidência que reforça o imaginário de bravura e, mais uma vez, sustenta o ethos de resistência.

Com a sentença "[...] não é que a gente não tem medo de nada, a gente controla o medo", a enunciadora parece agregar ao *ethos* de resistência o *ethos* de humanidade. O controle do medo, por sua vez, retoma o *ethos* de enfrentamento. Podemos afirmar que a imagem de controle do medo nos remete à ditadura. Lembramos que na biografia sobre Dilma Rousseff (AMARAL, 2011), a expressão "controle" esteve bastante presente nos relatos sobre as sessões de tortura durante o regime militar e as tentativas de suportá-las.

No último pronunciamento, em virtude do processo de *impeachment*, o primeiro momento biográfico lançado pela enunciadora também retoma a ditadura.

01:20 - 01:48

É o segundo **golpe de estado** que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo (ROUSSEFF, 2016).

Dilma Rousseff mobiliza o imaginário e a memória do regime de exceção e, nesse instante, o discurso parece produzir um efeito de sentido que sinaliza a construção do ethos da vítima da ditadura. Observamos aqui, novamente, que a narrativa de si se mistura à história do Brasil, construindo o ethos de uma cidadã resistente e que luta pela democracia. Na sequência, por meio de descrições e da narrativa, a enunciadora caracteriza o impeachment, utilizando o índice "farsa jurídica" para qualificá-lo. Ao longo de todo o trecho, atentamo-nos para o recurso da dimensão patêmica por meio, principalmente, do uso de verbos fortes como "enfrentar", "atingir", "desfechar" e "derrubar", e de adjetivo e de substantivos simbólicos como "truculência", "repressão" e "tortura".

Como sabemos, integra o histórico de Dilma Rousseff o fato de ela ter sido a primeira mulher eleita para ocupar a presidência do Brasil. Dessa forma, observamos a ênfase na figura da mulher, em cada um dos três pronunciamentos, associada ao biográfico e também ao objetivo de promover e tentar gerar, no público feminino, de forma mais direcionada, o reconhecimento.

No terceiro pronunciamento, como analisamos acima, Rousseff resgata e impulsiona primeiramente a narrativa de vida do período da ditadura militar, como estratégia discursiva para caracterizar o *impeachment* como golpe, por meio da associação ao golpe de 64. Em movimento diferente ao empreendido nesse pronunciamento, vemos que os primeiro e segundo pronunciamentos lançam, já no exórdio, momentos biográficos calcados no gênero feminino e no lugar de representatividade no qual Dilma Rousseff busca se firmar. Alguns dados interessantes, coletados e divulgados durante a primeira campanha eleitoral de Dilma Rousseff como candidata à presidência, parecem embasar essa estratégia discursiva. Em 2009, pesquisas de opinião conduzidas pelo Partido dos Trabalhadores endossaram a relação entre o gênero feminino, política e democracia naquele momento. Na biografia de Dilma Rousseff, Amaral (2011) destaca alguns dados divulgados à época.

- Mulheres têm mais cuidado e carinho para governar (75% concordam com a afirmação);
- Mulheres são mais honestas que os homens (72%);
- Mulheres têm mais coragem que homens para combater a corrupção (65%);
- Mulher na presidência tem condições de comandar as Forças Armadas (63%);

• Mulheres têm mais jogo de cintura que homens nas negociações políticas (62%). (AMARAL, 2011, p. 215).

No primeiro pronunciamento, Rousseff, após associar e destacar o cargo presidencial como uma missão importante em sua trajetória de vida, aborda, por meio do resultado da eleição, a necessidade de equidade de gênero em cargos públicos brasileiros, relacionando-a como tese de adesão inicial.

03:16 - 04:36

Eu recebi hoje de milhões de brasileiros e de brasileiras a missão, talvez a missão **mais** importante de minha vida. E esse fato, para além de minha pessoa, é uma demonstração do avanço democrático do nosso país: porque pela primeira vez uma mulher presidirá o Brasil. Já registro, portanto, o meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras, para que este fato, até hoje inédito, se transforme num evento natural. E que ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis, nas entidades representativas de toda nossa sociedade.

A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é um princípio essencial da democracia. Eu gostaria muito que os pais e mães das meninas pudessem olhar hoje nos olhos delas, e dizer (*sic*): sim, a mulher pode! (ROUSSEFF, 2010).

Abreu (2009) explica que, quando o orador inicia um processo argumentativo, geralmente não se expõe imediatamente a tese principal. Antes disso, mobiliza-se outra tese no intuito de preparar e gerar adesão do auditório para a tese principal. Observamos que as teses iniciais do primeiro pronunciamento e do pronunciamento da reeleição estão centradas na temática de gênero.

Identificamos, pela mobilização de discursos a respeito do gênero feminino, o argumento relativo ao que Charaudeau (2006, p. 103) chama de *autoridade de si*. Dilma Rousseff caracteriza sua eleição, fundada na legitimidade do voto, como "demonstração do avanço democrático". Na sequência, a expressão "compromisso" mobiliza a ideia de *vontade de agir* (CHARAUDEAU, 2006). Tanto nesse primeiro pronunciamento quanto no de posse pela reeleição, observamos que a tônica da argumentação é direcionada à vontade de agir, já que se trata de discursos que reforçam compromissos — um mais direcionado aos brasileiros após o resultado que comprovava sua vitória e outro em momento solene direcionado ao Congresso Nacional.

Na frase "honrar as mulheres brasileiras, para que este fato, até hoje inédito, se transforme num evento natural", Dilma Rousseff apresenta o compromisso com as questões de gênero pelo lugar de ordem, citando-o primeiramente entre todos os outros compromissos destacados ao longo do pronunciamento. A frase parece mobilizar, também, o argumento pragmático, relacionando o compromisso com a tese de adesão inicial de primeira mulher eleita. Dessa maneira, observamos, ainda, a tentativa de mobilizar o auditório, por meio do apelo ao gênero, para a perspectiva de que um bom governo liderado por uma mulher viabilizará e estimulará igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Ao final do trecho, a frase "sim, a mulher pode" nos endereça à frase "Yes, we can do it!", usada no início dos anos 80 pelo movimento feminista. Observamos que o mesmo endereçamento e a mesma estratégia por meio do verbo "poder" são explorados no terceiro pronunciamento do nosso *corpus*.

09:14 - 09:48

Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem sempre que vocês **podem**. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência da República, a Presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces (fala pausada). Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada poderá nos fazer recuar. (ROUSSEFF, 2016).

Antes de olhar para o verbo "poder", precisamos considerar que o trecho acima enfatiza a narrativa de vida marcada pelo peso histórico da figura feminina na presidência. O *nós* da enunciação, nesse trecho, é direcionado às mulheres. Por meio da primeira pessoa do plural, visualizamos a presença da dimensão patêmica, aproximando a figura de Dilma das cidadãs brasileiras. Com a afirmação "nada poderá nos fazer recuar", a enunciadora projeta o valor de tenacidade combativa marcado em todo o pronunciamento.

Pelo verbo "poder", mencionado de forma enfática pela ex-presidenta, percebemos o imaginário do empoderamento⁶⁶. Consideramos importante lembrar que Dilma Rousseff, ao se endereçar às mulheres que a cobriram de flores e de carinho, retoma o ato organizado em

-

⁶⁶ Compreendemos o empoderamento a partir de um significado coletivo que encara as mulheres como sujeitos ativos de mudança. Como esclarece a pesquisadora Djamila Ribeiro (2017a), o empoderamento significa "ter consciência dos problemas que nos afligem e criar mecanismos para combatê-los. Quando uma mulher empodera a si, tem condições de empoderar a outras" (RIBEIRO, 2017a, *online*).

19 de abril de 2016 por cerca de 400 mulheres brasileiras. Em frente ao Palácio da Alvorada, elas entregaram flores a Dilma Rousseff como símbolo de solidariedade e manifestação de apoio à então presidenta, após a abertura do processo de *impeachment* ter sido autorizada pela Câmara dos Deputados. O ato foi replicado em estados brasileiros onde Dilma foi recebida durante o período de afastamento provisório do mandato da presidência.

No pronunciamento, o trecho representa o momento em que as mulheres brasileiras são conclamadas a responderem ativamente àquele momento. A enunciadora aproxima-se desse grupo, com quem busca criar uma imagem de altivez e projetar o valor da sororidade, cujo significado está ligado ao exercício feminino que estimula a solidariedade, a amizade e o apoio entre mulheres e que, consequentemente, busca combater o machismo e a misoginia, citados também pela enunciadora. A noção de *dever da memória* (CHARAUDEAU, 2006) é fortemente mobilizada. A enunciadora conclama a sociedade, em especial as mulheres, a não se esquecer daquele momento. Dilma Rousseff busca chamar a atenção para a necessidade de revisitar a condução do processo de *impeachment*, marcado por uma série de violências simbólicas, entre elas a de gênero, a fim de impedir que situações como essa se repitam.

Todas essas reflexões nos encaminham para a estratégia persuasiva que apela para o afeto. Em discursos políticos, vemos, com frequência, narrativas de vida sendo mobilizadas com o intuito de comover – uma entre as três⁶⁷ finalidades da persuasão, segundo Ferreira (2010). A comoção se constitui pelo lado emotivo do discurso, pela geração de identificação por meio da afetividade. A encenação discursiva se alicerça, nesse momento, em uma tentativa de direcionar as interlocutoras a "[...] encontrar algum eco em sua própria experiência" (CHARAUDEAU, 2006, p. 90), buscando, de alguma forma, suscitar identificação. Como pontua Charaudeau (2006),

o sujeito que fala deve saber escolher universos de crenças específicos, tematizá-los de determinada maneira e proceder à determinada encenação, tudo em função do modo como ele imagina seu interlocutor ou seu público e em função do efeito que espera produzir nele. (CHARAUDEAU, 2006, p. 90).

_

⁶⁷ Ferreira (2010), ao retomar a retórica clássica, sugere que a persuasão se liga a três ordens: ensinar, transmitindo noções intelectuais, comover, visando aos sentimentos, e agradar, buscando estimular o auditório.

Por fim, gostaríamos de pontuar o apelo ao gênero feminino presente no início do segundo pronunciamento.

15:48 - 17:06

Volto a esta Casa com a alma cheia de alegria, de responsabilidade, de esperança (enumeração pausada). Sinto alegria por ter vencido os desafios e honrado o nome da mulher brasileira. O nome de milhões de mulheres guerreiras, mulheres anônimas que voltam a ocupar, encarnadas na minha figura, o mais alto posto dessa nossa grande nação.

Encarno, também, outra alma coletiva que amplia ainda mais a minha responsabilidade e a minha esperança. O projeto de nação que é detentor do **mais** profundo e duradouro apoio popular da nossa história democrática. Esse projeto de nação triunfou e permanece devido aos grandes resultados que conseguiu até agora, e que porque também o povo entendeu que este é um projeto coletivo e de longo prazo. (ROUSSEFF, 2015).

Vemos que a mesma tese de adesão inicial do primeiro pronunciamento foi lançada aqui. Esse fragmento nos chama atenção para dois fatores. O primeiro deles diz respeito ao movimento que a enunciadora faz em torno da construção de sua figura representativa. O imaginário de representatividade pode ser percebido pelo trecho: "sinto alegria por ter vencido os desafios e honrado o nome da mulher brasileira. O nome de milhões de mulheres guerreiras, mulheres anônimas que voltam a ocupar, encarnadas na minha figura, o mais alto posto dessa nossa grande nação". Presenciamos, aqui, a ilustração de uma relação indissociável entre política e representação, ainda que a representação seja questionável do ponto de vista do alcance e da efetividade: todas as mulheres brasileiras se veem representadas?

O segundo ponto relaciona-se às evidências de que a tese de adesão inicial, além de se ser construída pela noção de representatividade do gênero feminino, move a reeleição para o sentido de um governo que foi aprovado pelos eleitores brasileiros. O trecho "esse projeto de nação triunfou e permanece devido aos grandes resultados que conseguiu até agora, e que porque também o povo entendeu que este é um projeto coletivo e de longo prazo" ilustra essa ideia e se aplica à explicação que Abreu (2009) fornece a respeito das teses de adesão inicial, que podem ser fundamentadas em fatos ou presunções.

As avaliações que empreendemos até aqui nos permitem ver as estratégias discursivas presentes em nosso *corpus*. Nessa seção, em específico, vemos que os momentos biográficos nos três pronunciamentos estão vinculados à memória da ditadura e ao gênero feminino que passa pela construção da imagem da mulher enquanto líder política. Os fios da vida particular

de Dilma Rousseff parecem, assim, estar a serviço da vida pública, inseridos e relacionados constantemente ao meio político.

Integrados a essa e a outras categorias de análise pelas quais passamos, observamos que os lugares argumentativos também se enquadram como estratégias presentes no discurso político. Comparados a grandes armazéns de argumentos (FERREIRA, 2010), esses lugares são empregados com o intuito de estabelecer acordos com o auditório. Como reforça Ferreira (2010, p. 69), "o objetivo é indicar premissas de ordem ampla e geral, usadas para assegurar a adesão a determinados valores e, assim, re-hierarquizar as crenças do auditório". Ao ajudar a conduzir os caminhos para o convencimento do auditório, esses lugares nos direcionam a enxergar a mobilização de valores e antivalores no discurso político. Na seção seguinte, daremos atenção à categoria de análise dos valores e antivalores presentes nos pronunciamentos.

4.6 Entre defesas e antagonismos

As posições a respeito de temas, por meio de defesas e acusações, criam condições argumentativas e preparam o auditório para a construção de *ethé* discursivos. No discurso político, principalmente, valores e antivalores integram a encenação narrativa. Em nosso *corpus*, identificamos diferentes apoios a partir dos quais eles são lançados. Para descrevê-los, consideramos pertinente pontuar algumas considerações feitas por Charaudeau (2006) e Piovezani (2009) acerca dessas estratégias.

Charaudeau (2006) destaca a encenação narrativa em que discursos políticos se firmam, remetendo a um cenário como nos contos populares e nas narrativas de aventura. Descreve-se e caracteriza-se a desordem social, busca-se uma explicação para a origem desse mal, encarnando-a em adversários, e apresenta-se a solução dos problemas personificada na imagem da figura política e do projeto de governo que ela representa.

No primeiro pronunciamento do nosso *corpus*, podemos perceber a associação dos valores sendo construída por assuntos ligados à economia. Pelo fato de Dilma Rousseff ser projetada como sucessora de Lula e pelos índices de aprovação do governo anterior, não observamos a

marcação de uma desordem social por uma origem interna. O fragmento abaixo evidencia isso.

10:35 - 12:26

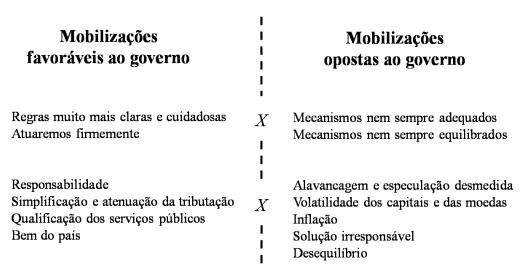
[...] é preciso reconhecer que teremos grandes responsabilidades num mundo que enfrenta ainda os desafios e os efeitos de uma crise financeira de grandes proporções e que se socorre de mecanismos nem sempre adequados, nem sempre equilibrados, para a retomada do crescimento. É preciso, no plano multilateral, estabelecer regras muito mais claras e mais cuidadosas para a retomada dos mercados de financiamento, limitando a alavancagem e a especulação desmedida, que aumentam a volatilidade dos capitais e das moedas. Atuaremos firmemente nos fóruns internacionais com esse objetivo. Cuidaremos de nossa economia com toda responsabilidade. O povo brasileiro não aceita mais a inflação como solução irresponsável (expressão pausada) para eventuais desequilíbrios. O povo brasileiro não aceita que governos gastem acima do que seja sustentável. Por isso, faremos todos os esforços pela melhoria da qualidade do gasto público, pela simplificação e atenuação da tributação e pela qualificação dos serviços públicos. Mas, mas recusamos as visões de ajustes que recaem sobre os programas sociais, serviços essenciais à população e os necessários investimentos para o bem do país. (ROUSSEFF, 2010).

Os desajustes recaem sobre o que a enunciadora chama de "desafios e os efeitos de uma crise financeira de grandes proporções", indicando para o cenário internacional. Ao apontar mecanismos que "nem sempre [são] adequados, nem sempre equilibrados, para a retomada do crescimento", a enunciadora parece se referir à inflação, ao gasto público e aos cortes dos programas sociais. Apesar de não caracterizar o cenário político nacional por um viés negativo, notamos aqui indicações de críticas por meio do trecho "é preciso, no plano multilateral, estabelecer regras muito mais claras e mais cuidadosas". A sentença se constrói, adiante, pelo argumento pragmático, descrevendo, por meio de um vínculo causal, a inflação e o gasto público. O final do fragmento, com a inserção do substantivo "ajustes", apresenta como antivalor a ação de corte das políticas sociais e, por meio dessa atitude, a enunciadora parece se referir às posturas de governos de oposição. Com a apresentação dos antivalores, Dilma Rousseff tenta se identificar como figura política responsável por trazer solução, como integrante da parte positiva de um sistema político e representativo.

Notamos que substantivos, verbos, advérbios e adjetivos axiológicos com uma carga positiva são mobilizados ao lado das propostas de governo de Dilma Rousseff, enquanto as estruturas com carga semântica negativa são enunciadas de forma distante do governo e fazendo referências implícitas à oposição. Desse modo, a argumentação é construída alicerçando-se

em pares antitéticos. No esquema a seguir, ilustramos a separação desses lados por meio de expressões presentes no trecho.

Esquema 6 – Valores e antivalores em disjunção



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Ao final do trecho, utilizando como anáfora a estrutura "o povo brasileiro não aceita mais [...]", a enunciadora busca aproximar seu discurso do cidadão brasileiro, retomando a voz de um terceiro – ao mesmo tempo em que procura falar por ele – e tentando construir a imagem de uma gestão que se preocupa com os interesses da população. Podemos perceber o mesmo sentido ao mencionar, mais à frente, as seguintes frases: "recusaremos o gasto efêmero que deixa para as futuras gerações apenas as dívidas e a desesperança. [...] Definitivamente, não alienaremos nossas riquezas para deixar ao nosso povo só as migalhas" (ROUSSEFF, 2010). No primeiro trecho, por meio do argumento do desperdício sinalizado pela expressão "gasto efêmero" e pelos substantivos axiológicos "dívidas" e "desesperança", a enunciadora se distancia da imagem de um governo sem respaldo e negligente com as pautas econômicas do país. No segundo trecho, notamos o impacto da afirmação por meio do verbo "alienar" e do substantivo "migalhas". A enunciadora parece retomar e denunciar ações de governos de oposição que são acusados de transferirem as riquezas do país – especialmente as naturais – por meio de explorações desmedidas em benefício exclusivo do capital. Antes de apresentar esses antivalores, a enunciadora já estabelece o contraponto, esclarecendo alguns planos de ação que representa.



00:00 - 00:35

Apresentaremos sempre com clareza nossos planos de ação governamental. Levaremos ao debate público as grandes questões nacionais. E trataremos sempre com transparência nossas metas, nossos resultados, nossas dificuldades (gestos chamando para si os pronomes da primeira pessoa do plural). Mas acima de tudo quero reafirmar nosso compromisso com a estabilidade da economia e das regras econômicas, dos **contratos firmados** e das **conquistas estabelecidas**. (ROUSSEFF, 2010).

Nesse fragmento, Dilma Rousseff ressalta, como valor, o debate público, a transparência, os resultados e as dificuldades. O lugar de ordem, que parece estruturar todo o discurso, destaca elementos hierarquizadores e socialmente relevantes, como a estabilidade e as regras econômicas. Todos esses indícios voltados para as abordagens relacionadas à economia nos conduzem também à formação acadêmica de Dilma Rousseff e acabam por tentar lançar o ethos de competência, de governante com estratégias de gestão definidas para conduzir o governo. Charaudeau (2006), nesse sentido, defende a necessidade de o político construir uma dupla identidade discursiva:

[...] uma que corresponda *ao* conceito político, enquanto lugar de constituição de um pensamento sobre a vida dos homens em sociedade; outra que corresponda à prática política, lugar das estratégias da gestão do poder: o primeiro constitui o que anteriormente chamamos de posicionamento ideológico do sujeito do discurso; a segunda constrói a posição do sujeito no processo comunicativo. Nessas condições, compreende-se que o que caracteriza essa identidade discursiva seja um *Eu-nós*, uma identidade do singular-coletivo. (CHARAUDEAU, 2006, p. 79-80, grifos do autor).

Com essa identidade do singular-coletivo, o enunciador político, por meio do discurso, busca ser o portador dos valores. Como acabamos de ver acima, em trechos do primeiro pronunciamento, ao mesmo tempo em que a voz do governante representa a voz de todos,

Charaudeau (2006) observa que o enunciador político assume o papel de porta-voz de um *Terceiro*, em nome de um suposto ideal social. Estabelece-se, assim, uma aliança entre três tipos de voz, a voz do *Terceiro*, a voz do *Eu*, a voz do *Tu-todos*. As três, juntas, formam o que o autor chama de corpo social abstrato, expresso pelo *Nós* que desempenha a função de guia.

No segundo pronunciamento do nosso *corpus*, vemos como a enunciadora se posiciona como portadora de valores, reforçando, a todo o momento, o ideal social. Atribuímos essa estratégia em função da situação comunicativa, em que Dilma Rousseff detalha, diante do Congresso Nacional, os compromissos de sua gestão.

18:45 - 19:31

Em nossos governos, cumprimos o compromisso fundamental de oferecer a uma população **enorme** de excluídos, de pessoas excluídas, os direitos básicos que devem ser assegurados a qualquer cidadão: o direito de trabalhar, de alimentar a sua família, de educar e acreditar em um futuro melhor para seus filhos (enumeração pausada). Isso que era **tanto** para uma população que tinha **tão pouco**, tornou-se **pouco** para uma população que conheceu, enfim, governos que respeitam e que a respeitam, e que realmente se esforçam para protegê-la. (ROUSSEFF, 2015).

A expressão "compromisso", no início do trecho, aproxima-se do ato solene do Compromisso Constitucional, que representa aquela situação de comunicação. Nesse momento, vemos o lugar de pessoa sendo associado à proteção aos cidadãos excluídos e postos à margem nas estruturas sociais do país. A enunciadora, assumindo a posição de portadora de valores, parece, assim, esclarecer o significado desse compromisso: "[...] oferecer a uma população enorme de excluídos, de pessoas excluídas, os direitos básicos que devem ser assegurados a qualquer cidadão [...]".

Em seguida, a enunciação pausada ao enumerar direitos e a ênfase às antíteses representadas pelos advérbios "tanto" e "tão pouco" nos conduzem à existência de pares antitéticos. Por eles, percebemos o posicionamento da enunciadora, que se coloca, mais uma vez, ao lado do que é positivo e como a figura que garante e viabiliza direitos. Na frase "isso era que era tanto para uma população que tinha tão pouco, tornou-se pouco para uma população que conheceu, enfim, governos que respeitam e que a respeitam, e que realmente se esforçam para protegêla", gostaríamos de chamar atenção para o adjunto adverbial de tempo "enfim". O advérbio, que aqui pode ser sinônimo de "finalmente", aplicado ao contexto de fala, fornece o sentido de que o Partido dos Trabalhadores, representado pelas expressões "em nossos governos", foi

o único que proporcionou respeito à população e proteção de direitos. O advérbio "realmente", mobilizado ao final da frase, reforça esse sentido.

Adiante, o recurso da antítese é novamente explorado com o trecho: "[...] ao invés de simplesmente garantir o **mínimo necessário**, como foi o caso ao longo da nossa história, temos, agora, que lutar para oferecer o **máximo possível**" (ROUSSEFF, 2015). Por meio da antítese, inclusive, busca-se endossar o argumento de que, nos governos anteriores, houve poucas garantias aos direitos da população.

Vemos, ainda, que o segundo pronunciamento é construído pela presença de sintagmas cristalizados, respondendo ao processo que Charaudeau (2006) chama de *essencialização*. O movimento apresenta uma ideia de forma inteiramente contida e reunida em uma concepção de naturalidade e essência. Na frase "faço questão, também, de renovar, nesta Casa, meu compromisso de defesa permanente e obstinada da Constituição, das leis, das liberdades individuais, dos direitos democráticos, da mais ampla liberdade de expressão e dos direitos humanos" (ROUSSEFF, 2015), vemos que expressões como "leis", "liberdade individuais" e "direitos" são empregadas de forma absoluta e acabam por ressaltar o contraste entre valores e antivalores. Essas análises nos conduzem à projeção do *ethos* de guardiã de direitos.

Mais adiante, vemos a essencialização calcada no desenvolvimento da economia.

28:45 - 29:32

[...] no novo mandato vamos criar, por meio de ação **firme e sóbria**, firme e sóbria na economia, um ambiente ainda mais favorável aos negócios, à atividade produtiva, ao investimento, à inovação, à competitividade e ao crescimento sustentável. Combateremos sem trégua a burocracia. Tudo isso voltado para o que é mais importante e mais prioritário: a manutenção do emprego e a valorização, **muito especialmente**, a valorização do salário mínimo, que continuaremos assegurando. Mais que ninguém sei que o Brasil precisa voltar a crescer. (ROUSSEFF, 2015).

A burocracia é posta como antivalor e como desestímulo à criação de ambientes favoráveis "aos negócios, às atividades produtivas, ao investimento, à inovação, à competitividade e ao crescimento sustentável". O advérbio de intensidade "mais" e os adjetivos "importante" e "prioritário" funcionam, aqui, como operadores argumentativos para abordar o emprego e a valorização do salário mínimo. É interessante notar que, apesar de todo o trecho mobilizar valores positivos que apontam para a estabilidade e o crescimento, com os verbos "precisa"

voltar a crescer" a enunciadora parece assumir a existência da estagnação econômica. Vemos, ainda, que esse discurso revela o motivo pelo qual a enunciadora frisa – tanto no segundo quanto no primeiro pronunciamento – as pautas relacionadas à economia:

30:06 - 30:37

Temos consciência que a ampliação e a sustentabilidade das políticas sociais exige (sic) equidade e correção permanente de distorções e eventuais excessos. Vamos, mais uma vez, derrotar a falsa tese que afirma existir um conflito entre a estabilidade econômica e o crescimento do investimento social, dos ganhos sociais e do investimento em infraestrutura. (ROUSSEFF, 2015).

O trecho nos mostra a existência de um interdiscurso que Dilma Rousseff chama de "falsa tese". Esse interdiscurso ao qual a enunciadora busca responder afirma divergências entre estabilidade econômica e investimento em políticas sociais. O verbo "derrotar" ilustra a dramaturgia política e a existência de forças antagônicas representadas pela linguagem.

Como discutimos no capítulo anterior, Charaudeau (2006) enxerga a mobilização de uma luta simbólica como estratégia própria do discurso político. Em abordagem semelhante, Piovezani (2009) observa que, a partir da mobilização social e da linguagem sobre saberes pressupostos e manifestos, sujeitos, instituições e movimentos sociais se organizam no que o autor chama de *taxionomias binárias e disjuntivas*. Isso significa afirmar que noções como legítimo e ilegítimo, verdadeiro e falso, moderno e arcaico, progressista e conservador são confrontadas e se estabelecem no discurso pela cisão entre bem e mal. "O complexo, o obtuso e até mesmo o ininteligível passam pelo crivo do saber e da experiência e, supostamente conhecidos, são postos no reflexo de um espelho." (PIOVEZANI, 2009, p. 133).

No segundo pronunciamento, encontramos a cisão entre bem e mal bastante marcada, no momento em que Dilma Rousseff se refere ao escândalo da Petrobras. A enunciadora deixa para o final a abordagem sobre a corrupção. Ao contrário do que vimos no primeiro pronunciamento, em que a peroração, com os agradecimentos, é apresentada como a parte mais importante e de maior ênfase do discurso, no pronunciamento da reeleição, ao deixar o assunto das denúncias da Petrobras por último, a enunciadora o mobiliza como ilustração da necessidade de combater o crime nas instituições públicas e busca dissociar a imagem de seu governo do escândalo.



50:36 – 52:33

Senhoras e Senhores,

Como fiz na minha diplomação, quero agora me referir a nossa Petrobras, uma empresa com 86 mil empregados **dedicados**, **honestos** e **sérios**, que teve, **lamentavelmente**, alguns servidores que não souberam honrá-la, sendo atingidos pelo combate à corrupção. A Petrobras já vinha passando por um vigoroso processo de aprimoramento de gestão. [...]

Temos muitos motivos para preservar e defender a Petrobras de predadores internos e de seus inimigos externos. Por isso, vamos apurar com rigor tudo de errado que foi feito e fortalecê-la cada vez mais. [...] (ROUSSEFF, 2015).

O vocativo "senhoras e senhores", como discutimos na seção 4.2.2, por marcar uma designação neutra, marca também a introdução de um assunto delicado a ser tratado e certo distanciamento. Adjetivos axiológicos como "dedicados", "honestos" e "sérios" para caracterizar o quadro de funcionários – e consequentemente, a empresa – são reforçados em contraste com a imagem de "alguns servidores" que não honraram a Petrobras. A cisão entre bem e mal é claramente construída aqui, associada à construção da imagem da empresa como vítima. Adiante, essa imagem é consolidada por meio das expressões "predadores internos" e "inimigos externos". Nesse momento, a argumentação da presidenta conecta a crise institucional a um cerco especulativo que tem como alvo as riquezas petrolíferas existentes no Brasil.

Como começamos a elucidar no capítulo anterior, o terceiro pronunciamento, entre os três, é o que mais mobiliza valores em oposição, endossando a cisão entre bem e mal. Vemos que a estratégia é utilizada pelas condições enunciativas ali presentes. Com a decisão do Senado Federal, Dilma Rousseff, depois de um ano e oito meses de exercício em seu segundo mandato, estava sendo destituída do cargo para o qual tinha sido eleita. O discurso representa o momento de resposta e de posicionamento da governante para toda a população brasileira. Além dos índices que já observamos, nos quais o processo de *impeachment* é caracterizado

como "golpe", "inequívoca eleição indireta" e "farsa jurídica", vemos, na situação comunicativa, que a fala de Dilma Rousseff se localiza a partir de três defesas: a soberania do voto popular, o lugar ocupado por ela como representante de mulheres brasileiras e a força jurídica e legal necessária para conduzir decisões políticas, de impacto coletivo. Nesse movimento, a enunciadora aponta antivalores e, concomitantemente, projeta sua imagem ao lado de valores reconhecidos como relevantes e positivos pelo regime democrático. O trecho, abaixo, ilustra essa estratégia:

03:12 - 04:24

Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido, ou os partidos aliados que me apoiam hoje. [...] O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua própria história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido. O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é **misógino**. O golpe é **homofóbico**. O golpe é **racista**. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência. (ROUSSEFF, 2016).

Nesse excerto, Rousseff enfatiza o golpe contra ela e o relaciona aos problemas enfrentados pelo Brasil. Menciona direitos individuais, ligando-os à ideia partilhada no imaginário coletivo que conecta direitos como trabalho, aposentadoria justa, moradia, educação e liberdade a valores positivos. Com isso, apresenta e sustenta a existência de lados opostos: o lado do golpe e o lado dos direitos dos cidadãos brasileiros. Portanto, ao posicionar-se do lado contrário ao golpe, a enunciadora, nesse momento, situa sua imagem junto aos direitos da população.

A enunciadora identifica traços de misoginia, homofobia e racismo e os associa à identidade coletiva brasileira. É interessante observar como a sequência dos direitos de alguns grupos que são colocados à margem socialmente foi apresentada: "direito dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres". Pela concepção do *lugar de fala* (RIBEIRO, 2017b), que estudamos no primeiro capítulo teórico desse trabalho, vemos aqui a tentativa da enunciadora de apresentar uma referenciação respeitosa aos grupos aos quais ela não pertence, negros, indígenas e LGBT, citando-os primeiro. Consequentemente, essa observação pode explicar o fato do grupo das mulheres ser mencionado por último. Essa mesma consciência acerca do *lugar de fala* parece ser responsável, ainda, por fazer com que os preconceitos relacionados às

questões de gênero – a misoginia e a homofobia – sejam mobilizados primeiro, aproximandoos da representação feminina dela. Ao destacar esses antivalores, a enunciadora parece projetar uma imagem de si de figura pública que respeita as diferenças, alinhando-se e aproximando-se do discurso dos grupos não dominantes.

Adiante, outro trecho do terceiro pronunciamento ilustra a sinalização que Charaudeau (2006) faz, a de que a vida política é marcada por "uma confrontação perpétua entre forças antagônicas" (p. 146).



05:39 - 06:24

A descrença e a mágoa que nos atingem em momentos como esse são **péssimas** conselheiras. Não desistam da luta. Ouçam bem (expressões pausadas): eles pensam que nos venceram, mas estão enganados. Sei que todos nós vamos lutar. Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer. Repito: haverá contra eles, haverá contra eles a mais determinada oposição que um governo golpista pode sofrer (frase pausada). (ROUSSEFF, 2016).

Por meio de pronomes pessoais, podemos observar o confronto estabelecido e a linha que separa "nós" e "eles". É interessante perceber, no início do fragmento, que a enunciadora assume o tom e a imagem de conselheira, buscando distanciamento para analisar a situação de crise ali estabelecida. Os indícios linguísticos que nos direcionam a essa imagem são o adjunto adverbial de tempo presente no trecho "momentos como esse" e os verbos no imperativo e direcionados à terceira pessoa do plural nas frases "não desistam da luta" e "ouçam bem". Contudo, o mesmo contexto enunciativo nos encaminha para a ideia de que a enunciadora também não desistirá da luta. A hipótese é confirmada, na sequência, com a sustentação do deslizamento enunciativo para a primeira pessoa do plural. Na frase "sei que todos vamos lutar", Dilma Rousseff usa a silepse de pessoa para se incluir na luta. Ao mesmo

tempo em que se coloca como enunciadora conselheira, situa-se como público para quem sua fala se destina. Presenciamos, desse modo, mais uma estratégia de captar apoio de seu auditório.

Acrescentamos a essas análises a leitura do *frame* do vídeo captado no momento em que a enunciadora repete a frase acerca do papel que assumirá como oposição ao governo. Ao citar o adjetivo "determinada" que qualifica a palavra "oposição", Dilma Rousseff busca enfatizar o trecho com o movimento da mão fechada com o dedo polegar pressionado para baixo.

A dramaturgia no discurso político ilustra a construção de uma encenação narrativa e assinala forças antagônicas que participam da produção de *ethé* discursivos. A partir dos trechos que analisamos na seção, podemos ilustrar que a mobilização dos valores e dos antivalores, nos três pronunciamentos, resulta na fundação dos seguintes *ethé*:

Valores e antivalores Encenação narrativa Lugurento pragnático Cisão entre bem e mal Antítese • Ethos de • Ethos de • Ethos de responsável conselheira \bullet *Ethos* de guardiã • Ethos de competência resistência 1º pronunciamento 2º pronunciamento 3º pronunciamento | A vitória | | Posse pela reeleição | O impeachment

Esquema 7 – Ethé produzidos a partir dos valores e antivalores

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

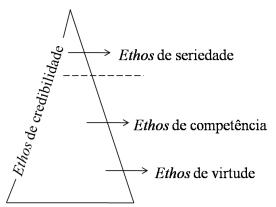
A seguir, apontaremos os ethé em comum que identificamos em nosso corpus.

4.7 Ethé discursivos localizados

A partir de todas as discussões propostas neste capítulo, observamos a construção e a apresentação de *ethé* discursivos de forma progressiva e complementar. Consideramos o *ethos* assegurado como ponto inicial dos três pronunciamentos. É ele que reforça a existência de um discurso autorizado e, por ele, chegamos à projeção de cinco *ethé* comuns ao nosso *corpus*: credibilidade, identificação, testemunha, resistência e solidariedade.

A associação oferecida por Charaudeau (2006) a respeito do *ethos* de credibilidade se aplica em nosso *corpus*. Em nossas análises, vemos que o *ethos* de credibilidade se constrói associado a outros três *ethé*: o de seriedade, o de competência e o de virtude. Vemos que o *ethos* de seriedade se revelou por índices visuais, envolvendo apresentação externa, semblantes e gestos. Paralelamente, percebemos em nossos pronunciamentos a conexão entre os *ethé* de competência e de virtude. Interpretamos o *ethos* de credibilidade e sua formação com os outros três *ethé* a partir de níveis de profundidade de representação, como elaboramos no esquema a seguir.

Esquema 8 – Formação do ethos de credibilidade



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Na ponta, localizamos o *ethos* de seriedade, em nosso *corpus*, por um patamar mais superficial, sendo identificado com mais facilidade. Identificamos, por sua vez, o *ethos* de

competência em um nível intermediário e enxergamos o *ethos* de virtude como o mais profundo a ser construído e identificado.

De acordo com Charaudeau (2006), o possuidor do *ethos* de competência deve mesclar saber e habilidade, isto é, demonstrar conhecimento a respeito da vida política e do funcionamento da máquina pública e, ao mesmo tempo, transmitir que se sabe agir de forma eficaz. "Acontece, às vezes, de ser o próprio político que evidencia em suas declarações as características de seu percurso para invocar esse *ethos* de 'competência': herança, estudos, funções exercidas, experiência adquirida." (CHARAUDEAU, 2006, p. 125). Vemos o *ethos* de competência bastante marcado nos dois primeiros pronunciamentos em virtude das situações de comunicação. Após o resultado das eleições, a enunciadora buscava, de forma bastante assertiva, atestar sua capacidade para o cargo.

O *ethos* de virtude, por sua vez, está associado ao exemplo da figura política como representante do povo. Valores como caráter, fidelidade e honestidade pessoal costumam ser evocados a fim de validar a imagem do sujeito político de virtudes. Em nosso *corpus*, verificamos que a enunciadora mobiliza o *ethos* de virtude por meio dos imaginários de compromisso e retidão. Para Charaudeau (2006),

o *ethos* de "virtude" é uma resposta a expectativas fantasiosas da instância cidadã, na medida em que esta, ao delegar um poder, procura fazer-se representar por um homem ou por uma mulher que seja modelo de retidão e de honradez, ao menos, em uma visão nobre da política. (CHARAUDEAU, 2006, p. 124).

A enunciadora mobiliza esses dois *ethé* como parte integrante de sua trajetória de vida e tenta mostrar, em seus pronunciamentos, valores e compromissos práticos, associando características relacionadas à competência técnica à noção de virtude e de vocação. Destacamos, a seguir, trecho do primeiro pronunciamento que nos permite perceber essa associação.



05:13 - 06:11

Nosso país precisa ainda melhorar a conduta e a qualidade da política. Quero empenhar-me, junto com todos os partidos, por uma reforma política que eleve os valores republicanos, avançando e fazendo avançar nossa jovem democracia. Ao mesmo tempo, afirmo com clareza que valorizarei a transparência na administração pública. Não haverá compromisso com o erro, o desvio e o malfeito (gesto de enumeração com os dedos). Serei rígida na defesa do interesse público em todos os níveis de meu governo. Os órgãos de controle e de fiscalização trabalharão com meu respaldo, sem jamais perseguir adversários ou proteger amigos (gesto com dedo indicador). (ROUSSEFF, 2010).

A enunciadora pontua a necessidade de melhora da conduta e da qualidade da política para, em seguida, posicionar-se como solução. Com o pronome possessivo na expressão "meu governo", chama para si a responsabilidade de defender o interesse público. Os atos de linguagem⁶⁸, associados à ideia de aviso e de alerta, também permeiam o fragmento por meio do gesto feito com o dedo indicador. Ao se sustentar, assim, nos imaginários de firmeza e retidão, Dilma Rousseff constrói os *ethé* de competência, por meio da visão política, e de virtude, por meio dos valores que evoca.

No segundo pronunciamento, o *ethos* de credibilidade é constantemente ressaltado, diante da crise institucional presente naquele momento. Durante a abordagem sobre a corrupção, a enunciadora se firma nos *ethé* de competência e de virtude

i8

⁶⁸ Lançamos mão do entendimento de Charaudeau (2005), para quem o ato de linguagem corresponde ao duplo processo de semiotização que pressupõe uma intencionalidade entre os sujeitos falantes. Para que o ato de linguagem se efetue, é preciso haver a identidade dos parceiros da situação comunicativa, objetivar uma influência e carregar uma proposição sobre o mundo. A análise de nosso *corpus* também poderia ser conduzida a partir da noção de atos de fala. Contudo, em virtude do nosso referencial teórico e metodológico, optamos por relacioná-la ao conceito de ato de linguagem.



48:09 - 48:48

O Brasil sabe que jamais compactuei com qualquer ilícito ou malfeito. Meu governo foi o que mais apoiou o combate à corrupção, por meio da criação de leis mais severas, pela ação incisiva e livre de amarras dos órgãos de controle interno, pela absoluta autonomia da Polícia Federal como instituição de Estado, e pela independência sempre respeitada diante do Ministério Público. Os governos e a Justiça estarão cumprindo os papéis que se espera deles: se punirem exemplarmente os corruptos e os corruptores. (ROUSSEFF, 2015).

Enquanto o *ethos* de competência é compartilhado com órgãos que representam a fiscalização e a justiça, o *ethos* de virtude se concentra e é fortalecido por um atributo pessoal, quando a enunciadora afirma "o Brasil sabe que jamais compactuei com qualquer ilícito ou malfeito".

Encontramos o *ethos* de identificação no *corpus* incorporado às abordagens sobre o gênero feminino. Quando a enunciadora, nos dois primeiros pronunciamentos, destaca sua posição por um lugar de pertença, em que todas as mulheres brasileiras poderiam se sentir representadas, e, no terceiro pronunciamento, denuncia o machismo e a misoginia como problemas estruturais do Brasil, é o *ethos* de identificação que está buscando construir. Vemos que esse *ethos* se edifica também por meio dos valores que são conectados à imagem de Dilma Rousseff.

Localizamos também o *ethos* de testemunha nos três pronunciamentos. Nas micronarrativas de vida e nos momentos biográficos evocados nos discursos, observamos a construção desse *ethos*. As vozes, as memórias e o valor ao histórico, característicos do *ethos* de testemunha, conferem humanidade e mobilizam a aproximação da enunciadora de seus interlocutores.

Próximo ao *ethos* de testemunha, enxergamos a mobilização do *ethos* de resistência. Essa proximidade pode ser explicada pela mobilização dos imaginários acerca do período da

ditadura militar, do qual Dilma Rousseff foi combatente. A criação do *ethos* de resistência se dá, além dos momentos biográficos, pelas posturas de firmeza e pela mobilização dos sentidos de coragem, controle do medo e de luta a favor dos direitos e valores democráticos do Brasil.

Encontramos, ainda, o *ethos* de solidariedade marcado em nosso *corpus*. Charaudeau (2006) defende que a solidariedade não pode ser considerada sinônimo de compaixão. O ponto que diferencia as duas está na busca pela igualdade. A solidariedade presume a necessidade de igualdade e reciprocidade. Já a compaixão "[...] caracteriza-se por um movimento assimétrico entre um indivíduo que sofre e outro que, apesar de não sofrer, está, no entanto, emocionado pelo sofrimento alheio" (CHARAUDEAU, 2006, p. 163).

Nos três pronunciamentos, observamos o *ethos* de solidariedade a partir do lugar de partilha de responsabilidades no que se refere às necessidades da população. Esse lugar é reafirmado pela pontuação de Charaudeau (2006, p. 163): "no domínio político, a figura da solidariedade se constrói em uma relação de reciprocidade entre atos e declarações". A respeito das condições do *ethos* de solidariedade, o autor pontua que

[...] é preciso uma *idéia* a ser defendida, um *grupo* que se identifique como portador dessa idéia, *circunstâncias* (sobretudo quando o grupo está ameaçado) que desencadeiem esse movimento identitário. Todo movimento de solidariedade passa por um processo de identificação de um grupo por meio de uma idéia, um valor. (CHARAUDEAU, 2006, p. 164, grifos do autor).

Entendemos, dessa forma, que o *ethos* de solidariedade se configura como ponto de aproximação e de diálogo com grupos da população. Os grupos associados a esse *ethos* geralmente são os que estão colocados à margem nas esferas sociais e de poder.

Na seção seguinte, apresentaremos *ethé* predominantes e característicos em cada um dos três pronunciamentos. Empreenderemos, ainda, algumas reflexões sobre a progressão construída, por meio da linguagem, a respeito da personagem política Dilma Rousseff.

4.8 Da ascensão à queda: os ethé da personagem Dilma Rousseff

Além dos *ethé* comuns localizados nos três pronunciamentos, encontramos também a mobilização de *ethé* próprios a cada uma das situações comunicativas. Contudo, antes de apresentá-los, entendemos ser necessário neste momento propor algumas reflexões a respeito do processo de reconhecimento a partir da linguagem. Nesse sentido, Butler (2017, p. 39) nos instiga com a seguinte problematização: se entendemos o reconhecimento como um processo mútuo, devemos abrir mão da ideia de que ele vem do "eu" e nos tornamos, assim, em posições e atos individuais, despossuídos da linguagem que oferecemos. Nas palavras da autora,

[...] submeto-me a uma norma de reconhecimento quando te ofereço reconhecimento, ou seja, o "eu" não oferece o reconhecimento por conta própria. Na verdade, parece que o "eu" está sujeito à norma no momento em que faz a oferta, de modo que se torna instrumento da ação daquela norma. Assim, o "eu" parece invariavelmente *usado* pela norma na medida em que tenta usá-la. (BUTLER, 2017, p. 39, grifo da autora).

Por esse raciocínio, observamos o funcionamento dos recursos linguísticos diretamente associado ao contexto social no qual a língua é empregada e aos valores partilhados coletivamente e situados no espaço-tempo. Pensamos, então, que esse funcionamento possa ser o ponto que nos direciona a enxergar, em nosso objeto de pesquisa, a projeção de *ethé* próprios a cada um dos momentos nos quais eles foram enunciados, como veremos em instantes.

Relacionado, ainda, ao processo do reconhecimento do "eu", Butler (2017) enfatiza que a narrativa de si, como parte desse processo, começa *in media res*, já que diversos acontecimentos se dão anteriores à narrativa. São eles que permitem ao sujeito e à sua história se fazerem possíveis na linguagem. Todas essas considerações levam a autora a afirmar que o relato de si é parcial – e, de certa forma, limitado –, assombrado por uma história definitiva que não é possível conceber. Na análise e nos questionamentos da filósofa,

[...] os esforços de reconstrução narrativa são sempre submetidos à revisão. Há algo em mim e de mim do qual não posso dar um relato. [...] Se descubro que, apesar de meus melhores esforços, ainda resta certa opacidade e que não posso relatar a mim mesma totalmente para o outro, seria isso um fracasso ético? Ou é um fracasso que

suscita outra disposição ética no lugar de uma noção plena e satisfatória da responsabilização narrativa? (BUTLER, 2017, p. 55-56).

Cientes dos limites constitutivos da narrativa, nosso esforço tenta alcançar as construções de sentido a partir do que está posto. Assim chegamos a alguns *ethé* em nosso *corpus*, em que a figura de Dilma Rousseff, nas três diferentes situações de comunicação, é edificada como personagem. Constatamos também que os três pronunciamentos representam, por uma linha cronológica, três momentos bastante expressivos nos quais os *ethé* participam discursivamente da construção desses momentos. São eles: a ascensão, a busca pela estabilidade e o declínio.

O primeiro pronunciamento que marca a vitória de Dilma Rousseff na corrida eleitoral pela presidência do Brasil projeta o *ethos* de vencedora. A enunciadora utiliza a vitória da eleição para se apresentar como a primeira mulher escolhida, pela soberania popular, para presidir o país e como representante do projeto político que venceu nas urnas. Vemos que esse *ethos* é conjugado ao *ethos* de comprometimento, por meio do qual a enunciadora reforça promessas.

O segundo pronunciamento, como vimos ao longo de nossas análises, faz parte da posse pela reeleição de Dilma Rousseff. A fim de fortalecer o imaginário de soberania, estremecida por acontecimentos que apontavam para uma crise política institucional, vemos o *ethos* de guardiã sendo marcado no pronunciamento. A imagem da enunciadora se constrói como fiadora e guardiã dos direitos da população. Paralelamente, o *ethos* de coragem, vinculado às dificuldades do período, é fabricado e passa a ser mobilizado de forma a integrar a identidade da então presidenta.

No terceiro pronunciamento, diante do *impeachment* e marcando a despedida de Dilma Rousseff do Palácio da Alvorada, identificamos o discurso agônico. Por uma via patêmica, as denúncias, a marcação das posturas de confronto e os apontamentos de antivalores são responsáveis por essa caracterização. Mari e Mendes (2007) nos lembram que

se a enunciação viabiliza a presença do homem em seu discurso sob a forma da (inter)subjetividade, essa emergência geradora de uma tensão enunciativa entre os interlocutores não pode desconsiderar uma dimensão patêmica que lhe é constitutiva, a qual não se manifesta de um modo absolutamente aleatório e

solipsista, mas, ao contrário, se estrutura discursivamente a partir de uma base sóciocognitiva. (MARI; MENDES, 2007, p. 157).

Nesse discurso agônico, observamos a prevalência do *ethos* combativo validado por alguns outros *ethé*: de seriedade e controle, de vítima, de resistência, de conselheira e de caráter. No pronunciamento, as marcas da primeira pessoa do singular indicam a tentativa de construir uma imagem de si associada à figura pública que assume um projeto democrático e que se posiciona ao lado dos valores da justiça.

Nesse momento considerado de declínio, conhecemos a estratégia discursiva que sustenta o *ethos* de figura pública honesta e comprometida com a máquina pública e que, em oposição, aborda o *impeachment* como "inequívoca eleição indireta" e "fraude". Verificamos também a mobilização de valores que integram o imaginário da democracia que os aproxima da construção da imagem de Dilma Rousseff. Ao se apresentar como participante das lutas históricas e políticas do Brasil, ativista dos direitos humanos e testemunha ocular de uma época marcada pela agressão à democracia, como foi o regime militar, a enunciadora se posiciona como figura pública a favor do Brasil e como defensora do bem coletivo. A ênfase à narrativa de si, nesse pronunciamento e nos outros dois, passa a ser indissociável da história do Brasil e da democracia brasileira.

5 EM FRENTE: OLHARES E CAMINHOS POSSÍVEIS

Eu não estou indo embora Vou ficar aqui E resistir ao fogo.

| Sojourner Truth |

Ao nos aproximarmos do encerramento desta dissertação, entendemos como o discurso

político é situado em lutas simbólicas a fim de conquistar o poder simbólico (BOURDIEU,

1989)⁶⁹. Questionamos como poderia ser quantificado e qualificado esse poder simbólico e

nos apoiamos na percepção de Lessa (2007, p. 92) para afirmar que esse poder se fabrica por

diversos meios, em uma sociedade atravessada por um "mercado de símbolos" e que

disponibiliza aos sujeitos várias formas de pertenças e identificações (LESSA, 2007).

As contribuições dos estudos de linguagens nos ajudam a compreender a vida social e as

dinâmicas de comunicação habitadas por esse mercado de símbolos. Em nossa pesquisa,

olhamos para o campo discursivo político permeado de signos que se circunscrevem a partir

de uma posição institucional, onde um agente, inserido nesse campo, enuncia um discurso

alicerçado em um habitus que, por sua vez, "[...] compreende um conjunto de saberes, uma

capacidade retórica, um domínio prático do funcionamento desse e uma submissão a esse

campo" (PIOVEZANI, 2009, p. 143, grifos do autor). Como vimos em nossas discussões

teóricas, esse panorama nos permite afirmar que a caracterização do discurso político está em

consonância com os regimes de governo. Em uma democracia representativa, como é o caso

do Brasil, por exemplo, espera-se que ao discurso estejam atrelados a abertura ao debate e à

tolerância e o acolhimento a valores plurais. Problematizamos, em nosso primeiro capítulo

teórico, a baixa representatividade de mulheres nos cargos políticos institucionais,

comprometendo o cenário da diversidade política. Vimos também como o apagamento da

mulher é reafirmado pela estruturação do discurso.

Em nosso segundo capítulo teórico, buscamos mapear as principais características do discurso

político. Pontuamos, brevemente, o trajeto histórico da Análise do Discurso na França e

observamos a relação basilar entre a disciplina e o discurso político. Estabelecemos, também,

⁶⁹ Bourdieu, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

182

diálogo com as contribuições da Retórica e da enunciação com o intuito de investigar a projeção dos *ethé* discursivos. Ressaltamos, aqui, como a projeção de imagens de si se estrutura e é validada por meio de diversas estratégias discursivas. Em nosso *corpus*, por exemplo, identificamos os *ethé* a partir das condições enunciativas, de imaginários sociodiscursivos, da projeção do auditório, de valores e antivalores, das partes do discurso retórico e de momentos biográficos estruturados no discurso. Como detalhamos em nossas análises, chegamos a cinco *ethé* comuns aos três pronunciamentos: credibilidade, identificação, testemunha, resistência e solidariedade.

Verificamos, ainda, nos três pronunciamentos, a marcação do princípio de enlaçamento da *instância política* para a *instância cidadã*. No regime de democracia representativa, ao mesmo tempo em que o discurso político se revela como uma das principais ferramentas em que o representante público se posiciona e presta contas ao povo, é também o meio de conquista de adesão e de legitimidade. A respeito desse caminho de grandes empreitadas enunciativas, Machado (2012a) nos lembra que

há de se pensar ainda que tal lugar se equilibra sempre entre o estável e o não estável. Há de se angariar a simpatia do público. O recurso à exposição de sentimentos ou da inserção em um discurso político de lembranças de uma outra vida, são, sim, estratégias de captação e sedução do leitor e dos eleitores: são estratégias que argumentam por meio da dramatização de fatos pessoais. (MACHADO, 2012a, p. 205).

Como mostramos no capítulo anterior, identificamos, também, a mobilização de *ethé* próprios a cada uma das situações comunicativas. Esses *ethé* parecem ter sido responsáveis por construir discursivamente o perfil da personagem política e os três momentos expressivos do governo de Dilma Rousseff: a ascensão, a quase derrota conjugada à busca pela estabilidade, a queda. No primeiro momento, com a primeira vitória das eleições, em 2010, localizamos o *ethos* de vencedora, que foi conjugado ao *ethos* de comprometimento. No segundo momento, com o discurso da reeleição, em 2015, encontramos o *ethos* de guardiã atrelado ao *ethos* de coragem. No terceiro momento, com a aprovação do *impeachment*, em 2016, localizamos o *ethos* combativo estruturado pelos *ethé* de seriedade e controle, de vítima, de resistência, de conselheira e de caráter.

Constatamos que os *ethé* discursivos, ao passo que delimitam abordagens, também nos abrem novas perspectivas. Nossas análises nos direcionam a outro eixo que também poderia ser estudado a partir do nosso *corpus*: a memória discursiva. Apesar da delimitação necessária que propusemos neste trabalho, nosso *corpus* e nossas análises nos apontam para a relação entre a linguagem e a memória. Entendemos que esta pesquisa poderia ser vista também pelas lentes da memória discursiva. Em um primeiro momento, enxergamos como qualquer narrativa — seja ela de vida, institucional, jornalística, científica, política — passa pela construção de uma memória. A nossa comunicação, como parte de sujeitos sociais e linguísticos que somos, necessariamente lança mão de referências para se constituir. Por esse pensamento, o valor da memória se circunscreve em reconstruções de sentido da vida social, política e histórica. Como pontua o sociólogo francês Maurice Halbwachs (2006), a memória está diretamente vinculada a relações que os indivíduos estabelecem com a sociedade e a existência de uma memória individual é perpassada pela representação coletiva.

Assim sendo, diante do contexto político, especificamente, ressaltamos o vínculo entre a língua e a memória. Para além das contribuições oferecidas por Charaudeau (2004), ao considerar a existência de três memórias, sendo a *memória dos discursos*, a *memória das situações de comunicação* e a *memória das formas de signos*⁷⁰, olhamos para o pensamento de Pierre Achard (2007). O sociolinguista francês considera que a estruturação do discurso é responsável por constituir a materialidade de uma memória social. E essa memória é sempre reconstruída na enunciação. É preciso levar em conta

[...] o fato de que um texto dado trabalha através de sua circulação social, o que supõe que sua estruturação é uma questão social, e que ela se diferencia seguindo uma diferenciação das memórias e uma diferenciação das produções de sentido a partir das restrições de uma forma única. (ACHARD, 2007, p. 17).

Por meio desse entendimento, reparamos dois movimentos da memória na construção dos discursos políticos. O primeiro é que a memória individual, enquanto lembrança, não

_

⁷⁰ De acordo com o autor, a memória dos discursos é responsável por construir os saberes de conhecimento e de crença, formando discursos que circulam como representações, bem como identidades coletivas. A memória das situações de comunicação abrange as condições psicossociais para que os parceiros da troca comunicativa se reconheçam e construam sentido para as mensagens. A essa memória o autor chama também de memória comunicacional. A memória das formas de signos, por sua vez, está vinculada a uma memória semiológica que possibilita que os indivíduos façam julgamentos de diversas ordens – estética, ética, pragmática – a partir das normas compartilhadas socialmente.

corresponde a uma representação fiel de um fato no passado, já que o tempo, os indivíduos e o espaço enunciativo se transformam. O segundo movimento se refere à relação entre a memória social e a inscrição na história.

No caso de nosso *corpus*, por exemplo, é evidente a tentativa de unir a história com a memória coletiva. Enxergamos os pronunciamentos de Dilma Rousseff como operadores de memória. Esses operadores contribuem para a criação de uma memória social, entrecruzada pela memória coletiva e pela história. Nesse sentido, entendemos como caminho possível e relevante para a pesquisa a inserção dos estudos sobre a memória.

Por fim, ao reconhecermos o esforço da memória e da língua na inscrição da história, gostaríamos de finalizar a escrita deste trabalho compartilhando algumas inquietações a respeito da democracia.

5.1 E a democracia?

Em tempos brutos, em que é ouvido quem fala mais alto, em que a expressão "bolha" não nos remete à volatilidade, mas a muros intransponíveis, cabe a nós o esforço do encontro, a emergência das vozes e a viabilidade das coexistências.

No período de qualificação deste trabalho, ouvimos que o nosso principal desafio seria enfrentar a barbárie posta no contexto político e, consequentemente, registrada na linguagem. O desafio se potencializa diante da existência de um debate público subserviente ao que o sociólogo brasileiro Jessé Souza (2009), no livro *Ralé brasileira: quem é e como vive*, chama de *economicismo hegemônico*, mascarando as estruturas dos nossos conflitos sociais. A forma como a sociedade brasileira enxerga seus problemas sociais e políticos passa por uma visão colonizada e economicista que reduz em números as realidades do Brasil. Vimos, por exemplo, como os pronunciamentos políticos de Dilma Rousseff enfatizaram as questões econômicas. Essas ordens, presentes, inclusive, na enunciação, revelam como um país se percebe. No Brasil, costumamos medir nossas riquezas por dimensões materiais, como o indicador do PIB. Souza (2009) alerta que "o economicismo é, na realidade, o subproduto de um tipo de liberalismo triunfalista hoje dominante em todo o planeta [...], o qual tende a

reduzir todos os problemas sociais e políticos à lógica de acumulação econômica". (SOUZA, 2009, p. 16).

Essa lógica serve a dois movimentos: o de encobrir a divisão de classes como motivo estruturante para os conflitos sociais existentes no Brasil e o da lógica falaciosa que associa o mercado como reino das virtudes e o Estado como o espaço da corrupção e dos privilégios. A respeito do último movimento, Souza (2009) aponta que

essa oposição simplista e absurda – que ignora a ambiguidade constitutiva de ambas as instituições – [...] é o que permite, no Brasil de hoje, que a eternização dos privilégios econômicos de alguns poucos seja "vendida" ao público como interesse de todos na luta contra uma corrupção pensada como "mal de origem" e supostamente apenas estatal (SOUZA, 2009, p. 16-17).

Nesse contexto, podemos identificar a existência de uma narrativa ao redor do *impeachment* de Dilma Rousseff que foi solidificada e validada por essa estrutura. Como em uma orquestra ensaiada, presenciamos a condução de um processo de investigação, cujas simetria e legitimidade técnica eram questionadas, e, paralelamente, figuras políticas se apresentavam como a encarnação do próprio valor econômico e moral, incentivando o clamor da sociedade por reconstruções consideradas necessárias em nome do "fim da corrupção". É importante lembrar que esses mesmos políticos, autores de uma retórica messiânica, eram investigados por corrupção.

A narrativa ao redor do *impeachment*, perceptível a começar pelo dia da votação na Câmara dos Deputados pela abertura do processo, evidenciou também a existência de um sistema de poder que construiu um conjunto de saberes, dispositivos, práticas que faz com que as mulheres sejam construídas, educadas e socializadas para ocupar o lugar natural da subalternidade. A cena do *impeachment* movido contra o governo de Dilma Rousseff se fortalecia por meio do discurso de que o espaço da política não era o espaço que deveria ser liderado por uma mulher. Atrelado a esse movimento, Teles (1999) constata que

[...] a necessidade da autonomia da mulher se explica pela própria história da condição da mulher – estando milenarmente à margem do processo de decisão, ela tem acatado as opiniões dos homens e se submetendo às suas vontades e decisões. Isso ocorre tanto na área privada como pública: família, Igreja, Estado, partidos políticos, sindicatos, etc. (TELES, 1999, p. 127).

Fato é que a criação desse cenário, em que é possível considerar um processo como sinônimo de manobra política e cuja narrativa evidenciou as inúmeras falhas presentes nos espaços de poder institucionais da democracia, preparou o terreno e culminou na ascensão da extrema direita. O filósofo brasileiro Ruy Fausto, em artigo publicado na revista *Piauí* em 2016, que resultou no livro *Caminhos da esquerda: elementos para uma reconstrução*, constata, assim como Boaventura de Sousa Santos (2016), a existência de uma "ofensiva ideológica e político-prática da direita, no Brasil e no mundo, para a qual a esquerda tem tido dificuldade de encontrar a resposta adequada" (FAUSTO, 2016, *online*). Ao olhar para o histórico do Partido dos Trabalhadores, o autor mostra a desmoralização da esquerda diante da política de alianças de classes associada ao uso da máquina do Estado beneficiando o partido e particulares ligados a ele, apesar dos resultados da política redistributiva. Fausto (2016) aponta, ainda, para o grave esquecimento de que a esquerda representa a ruptura com as formas de opressão do capitalismo.

Partidos, movimentos e regimes apodrecem. Eles mudam muito e podem se transformar no seu contrário, às vezes conservando antigas denominações. Se a esquerda não for capaz de distinguir bem os nomes das coisas, estamos perdidos, porque a história é em grande parte um jogo de esconde-esconde que mobiliza e emparelha esses dois elementos: os nomes, de um lado, e os processos históricos efetivos, no sentido do progresso ou da regressão – porque há regressões históricas, é bom não esquecer –, de outro. (FAUSTO, 2016, *online*).

Vemos como cada um desses pontos corroborou para que a direita e a extrema direita ganhassem espaço. Entre as regressões históricas, em nome de uma "nova política", as eleições de 2018 resultaram na velha política oligárquica a serviço de poucos e, consequentemente, mantendo desigualdades. O discurso de criminalização da própria política veio ainda para deslegitimar os serviços públicos em todas as instâncias, reforçando, assim, o mercado como senhor de tudo, e inverter a lógica da garantia de direitos e da democracia como governo do povo.

Além da necessária autocrítica, que não chegou a tempo, enxergamos que a possível resposta à barbárie deva passar por uma construção discursiva: o dever de verdade. Nesse sentido, Fausto (2016) problematiza:

Dir-se-á que a política não se resolve pela razão, mas pelas paixões. Claro que sem os afetos não pode haver ação política nem mobilização. Entretanto, é essencial que

o afeto surja sobre o pano de fundo de um discurso tão objetivo e comprometido com a verdade quanto possível. (FAUSTO, 2016, *online*).

Vemos que o caminho possível à reconstrução e ao fortalecimento democrático é atravessado, necessariamente, por uma aposta discursiva, sendo o seu primeiro critério o dever de verdade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. 13. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

ACHARD, P. et. al. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. São Paulo: Pontes Editores, 2007.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução de Cristina Baum. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Não paginado.

AMARAL, Ricardo Batista. **A vida quer é coragem**: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Tradução de Angela M. S. Corrêa et at. São Paulo: Contexto, 2018.

Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares.
Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. EID&A: Revista Eletrônica de
Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n.1, p. 129-144, jun./nov. 2011a.
Disponível em: http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/389 . Acesso em: 7
fev. 2019.

_____. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011b. p. 9-28.

_____. O lugar da argumentação na Análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. **Revista Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 9, p. 121-146, 2007.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico:** dilemas da subjetividade contemporânea. Trad. Paloma Vedal. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

ASSEMBLEIA de Minas Gerais. Feminismo: História, Mitos E Verdades Com Cláudia Mayorga. **YouTube**, 6 mar. 2018. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=gPCMaOBuxQ4&index=6&list=PLUCq_zFD6m5oaNQ BxoQ8m1OhC775QulLj>. Acesso em: 03 out. 2018.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 11-80.

AZEVEDO, Andrey Ricardo. Os presidenciáveis no Brasil em 2014: um estudo acerca de representações construídas por meio de fragmentos (auto) biográficos. 2015. Dissertação

(Mestrado em Estudos de Linguagens) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BARANOV, Tamára. A conquista do voto feminino, em 1932. Blog Luis Nassif Online. **Jornal GGN**, fev. 2014. Disponível em: https://jornalggn.com.br/noticia/a-conquista-do-voto-feminino-em-1932>. Acesso em: 27 set. 2018.

BARTHES, Roland. Escrever, verbo intransitivo? In: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. p. 13-25.

BENHABIB, Seyla. Models of public space: Hannah Arendt, the Liberal Tradition and Jürgen Habermas. In: BENHABIB, Seyla. **Situating the Self**: Gender, Community and Postmodernism in Contemporary Ethics. London: Psychology Press, 1992. p. 89-120.

BENVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995. p. 277-283.

_____. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral I**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995. p. 284-293.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BORGES, Rodolfo. Pesquisas de intenção de voto apontam um país polarizado. **El País**, São Paulo, out. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/15/politica/1413410120_155803.html. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 510, DE 20 DE MARÇO DE 1969. **Planalto**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0510.htm. Acesso em: 6 nov. 2018.

______. Tribunal Superior Eleitoral. **Relatório das Eleições 2002**. Brasília: TSE, 2003. Disponível em: http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-relarorio-resultado-eleicoes-2002>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Traduzido por Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia (Org.). **O trabalho da tradução**. Rio de

Janeiro: Contracapa, 2009. Disponível em: http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade- social-e-identidade.html>. Acesso em: 11 fev. 2019. _. Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux. In: Boyer H. (dir.) Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène. Paris: L'Harmattan, 2007. Linguagem e discurso: modos de organização. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010a. _____. Um modelo sócio-comunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização. In: STAFUZZA, Grenissa; PAULA, Luciane de (Orgs.). Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil. Edufu: Uberlândia, 2010b. _. Uma análise semiolingüística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.). Da língua ao discurso: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27. __. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato de (Orgs.). Gêneros: reflexões em Análise do Discurso. Belo UFMG. Horizonte: Editora 2004. Disponível em: http://www.patrick- charaudeau.com/Visadas-discursivas-generos.html>. Acesso em: 21 fev. 2019.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. Tradução de Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

DE MAN, Paul. Autobiografia como Des-figuração. Traduução de Joca Wolff. **Panfleto político-cultural Sopro**, n. 71, 2012. Disponível em: http://www.culturaebarbarie.org/sopro/outros/autobiografia.html#.XGRi5FVKjDd. Acesso em: 13 fev. 2019.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

EXCELENTÍSSIMOS. Direção: Douglas Duarte. Brasil: Vitrine Filmes, 2018. 1 DVD (152 min).

FAUSTO, Ruy. Reconstruir a esquerda. **Revista Piauí**, São Paulo, out. 2016. Disponível em: < https://piaui.folha.uol.com.br/materia/reconstruir-a-esquerda/>. Acesso em: 03 mar. 2019.

FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão**: princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2010.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. **Social Text**, n. 25/26, p. 56-80. 1990.

GUIMARÃES, Maira. **Os efeitos de narrativa de vida em escritas feministas**: uma perspectiva racial e de classes. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) — Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 210p. 2019.

GUIMARÃES, L. A cor como informação: a construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2000.

G1. **Dilma tem 38%, Aécio, 23%, e Campos, 9%, diz pesquisa Ibope**. Brasília, ago. 2014. Disponível em: http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/08/dilma-tem-38-aecio-23-e-campos-9-diz-pesquisa-ibope.html. Acesso em: 12 abr. 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Vol. II. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

LESSA, Cláudio Humberto. Gestão das paixões políticas em discursos sobre a esquerda: identidade, valores e imaginários. In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emília (orgs.). **As emoções no discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 89-102.

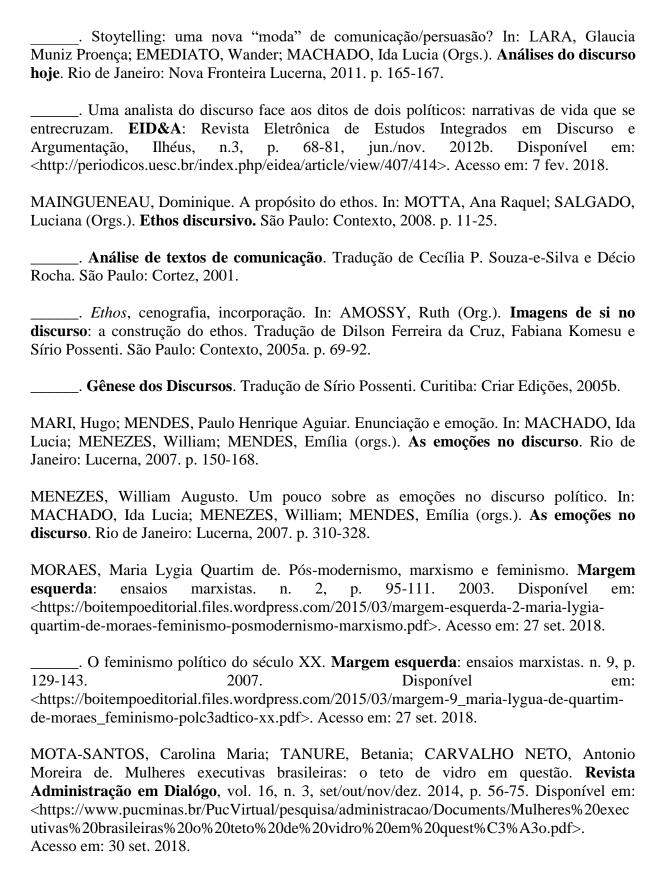
_____. Marcação e destituição de identidade político-discursiva em ensaios de intelectuais de esquerda: valores, imaginários e a projeção de auto e hetero-imagens. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) — Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 254p. 2009.

LYSARDO-DIAS, Dylia. Narrativas de moradores de rua nas mídias sociais. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n. 3, p. 989-1013, 2016.

MACHADO, Ida Lucia. A 'narrativa de si' e a ironia: um estudo de caso à Luz da Análise do Discurso. **Cadernos Discursivos**, v. 1, n. 1, p. 01-16, ago./dez. 2013. Disponível em: https://cadis_letras.catalao.ufg.br/up/595/o/Ida_L%C3%BAcia_Machado.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

	A narr	ativa de vida c	omo materialida	ade discursiva	a. Revista da ABI	RALIN, v.	14, n.
2,	p.	95-108,	jul./dez.	2015.	Disponível	em:	<
http:	//revistas.u	fpr.br/abralin/a	rticle/view/425	57/25814>. A	cesso em: 8 fev. 2	018.	

_____. Algumas reflexões sobre elementos de base e estratégias da Análise do Discurso. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 20, n. 1, p. 187-207, jan./jun. 2012a. Disponível em: http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2578/2530. Acesso em: 22 jan. 2019.



MOREIRA, Matheus; DIAS, Tatiane. O que é 'lugar de fala' e como ele é aplicado no debate público. **Nexo Jornal**, 16 jan. 2017. Disponível em: < https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/15/O-que-%C3%A9-%E2%80%98lugar-de-fala%E2%80%99-e-como-ele-%C3%A9-aplicado-no-debate-p%C3%BAblico >. Acesso em: 01 out. 2018.

O PROCESSO. Direção: Maria Augusta Ramos. Brasil: Vitrine Filmes, 2018. 1 DVD (140 min).

PARADELLA, Rodrigo. Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens. **Agência IBGE Notícias**, mar. 2019. Disponível em: < https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens>. Acesso em: 8 mar. 2019.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PENA, Felipe. **Crônicas do Golpe**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria E. G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PINHEIRO, Daniela. A afilhada rebelde. **Revista Piauí**, São Paulo, out. 2014. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-afilhada-rebelde/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz**: dispositivos de fala pública e produção de verdade no discurso político. São Paulo: Unesp, 2009.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIBEIRO, Djamila. O que é o empoderamento feminino? **CartaCapital**, São Paulo, 25 set. 2017a. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/revista/971/o-que-e-o-empoderamento-feminino. Acesso em: 23 fev. 2018.

_____. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017b.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **As confissões (2 vol.)**. Tradução de Rachel de Queiroz. 2. ed. São Paulo: Atena Editora, 1959.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Colaboradores André Grillo (et al.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

STAUFFER, Leilane Tolentino. Pelas trajetórias políticas da vida: a representação de Dilma Rousseff no perfil As armas e os varões. In: V Encontro Sudeste da História da Mídia – Alcar, 2018, Belo Horizonte, MG, Anais. Disponível em: . Acesso em: 04 out. 2018.

TEIXEIRA, Marlene. O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem. **Revista Desenredo**. Passo Fundo, v. 8, n. 1, p. 71-83, jan./jun. 2012. Disponível em: http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/2639. Acesso em: 11 jan. 2019.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TV BOITEMPO. A atualidade de Mary Wollstonecraft, pioneira do feminismo. **YouTube**, 6 abr. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9gYdMRzfjYI. Acesso em: 26 set. 2018.

VAZ, Daniela Verzola. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 22, n. 3, p. 765-790, dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ecos/v22n3/07.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução de Ivania Pocinho Motta. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ANEXOS

ANEXO A - Inaugurando caminhos: Dilma Rousseff até o Planalto

Propomos, aqui, um breve resgate biográfico de Dilma Rousseff até chegar ao Planalto. Partilhamos da compreensão de Lysardo-Dias (2016), para quem o processo de interpretação de informações biográficas revisita e projeta fatos do passado e do presente. Tomamos como base perfis jornalísticos divulgados em veículos da imprensa brasileira, *sites* oficiais do governo e a biografia escrita sobre Dilma Rousseff. Nesses discursos, ao olharmos para os relatos de vida da mulher cujo protagonismo chamou atenção para a baixa representatividade feminina na política, sendo, por diversas vezes, a primeira mulher a ocupar cargos públicos no governo brasileiro, tentamos também identificar *ethé* associados à história discursiva de Dilma Rousseff. Vemos como esses *ethé* se repetiram nos pronunciamentos políticos do nosso *corpus*.

O nome Dilma Vana Rousseff, que ocupa a 36ª posição na lista dos presidentes da República Federativa do Brasil, marca a primeira vez que uma mulher chega à presidência do Brasil. O sobrenome Rousseff, que indica a descendência búlgara, veio do pai Pétar Russév – no Brasil, Pedro Rousseff –, que deixou a Bulgária em 1929. Foi para França, depois para Buenos Aires e, no fim da Segunda Guerra Mundial, estabeleceu-se no Brasil. Em uma viagem a Uberlândia, no Triângulo Mineiro, conheceu Dilma Jane, com quem se casou. Viveram em Belo Horizonte e tiveram três filhos: Igor, Dilma Vana e Zana Lívia. Dilma, filha do meio, nasceu em 14 de dezembro de 1947.

Ainda no período escolar, a jovem Dilma Rousseff já fazia parte de movimentos de formação e conscientização política. Decidiu, quando chegou ao ensino médio, à época científico, participar do processo seletivo para estudar no Colégio Estadual, conhecido como Estadual Central, em Belo Horizonte. Ali se concentrava o movimento estudantil secundarista, a formação de quadros da esquerda. Na biografia de Rousseff, intitulada *A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff*, Ricardo Batista Amaral (2011) caracteriza o Colégio Estadual Central como a porta para todas as descobertas:

[...] música, literatura, cinema, política, paixão. Dilma chegou ali em março de 1964, apenas duas semanas antes do golpe militar. Ainda ecoavam no pátio canções engajadas de Vinicius de Moraes e Carlos Lyra, inspiradores dos universitários Edu Lobo e Chico Buarque. Ainda sopravam ali os ventos do Cinema Novo de Nelson Pereira dos Santos e Glauber Rocha, do teatro de Oduvaldo Vianna Filho e Dias Gomes, da poesia de João Cabral e Geir Campos. O Centro Popular de Cultura, o CPC da UNE, ainda era a esquina onde todos se encontravam. (AMARAL, 2011, p. 35).

A formação política de Dilma Rousseff incluiu autores como Marx, Lenin e Althusser. Notamos, por esses resgates, a relevância dada à formação cultural e política da jovem Dilma. As narrativas buscam mostrar como, desde cedo, a vida de Dilma já era marcada e associada às reflexões políticas e ao meio ativista. Sua juventude integrou o cenário de força da militância política e das marcas indeléveis da tortura. Como resgata Amaral (2011), "morrer numa emboscada, no pau de arara ou num tiroteio passou a ser um destino cada vez mais provável para qualquer militante de esquerda" (p. 66). Em 16 de janeiro de 1970, depois de ter se tornado dirigente da VAR-Palmares, Dilma foi pega pelo regime militar. Colocada em uma cela de mulheres da Operação Bandeirante (Oban), enfrentou por 22 dias o terror da tortura. Além de encarar o frio, a fome, a nudez e a espera para apanhar, Dilma sobreviveu às sessões de tortura que incluíam palmatória, pau de arara e choques.

Três equipes de interrogatório se revezavam no DOI-Codi da rua Tutóia. Dilma caiu no turno do capitão Benoni de Arruda Albernaz, citado 15 vezes como torturador no levantamento de processos em auditorias militares que deu base ao livro *Brasil: nunca mais*. A equipe do capitão Albernaz era a mais temida pelos presos da Tutóia. (AMARAL, 2011, p. 72, grifo do autor).

Associamos a descrição desse período à projeção do *ethos* de resistência. Dilma foi transferida para o DOPS de São Paulo e ficou isolada na pior cela para os detentos, conhecida como Fundão. Depois de dois meses, foi para o presídio Tiradentes, onde a encaminharam para a cela das presas políticas nomeada como Torre das Donzelas.

Pela arquitetura, pelo isolamento no patamar superior e pela condição feminina de sua população, tornou-se a Torre das Donzelas (a capacidade de ironizar a própria desgraça ajuda a manter a mente sã na cadeia, ensinam prisioneiros de todos os tempos) (AMARAL, 2011, p. 77).

No cárcere, Dilma seguiu com a tarefa de contribuir para a formação crítica das pessoas. Organizou entre as colegas do presídio cursos de Economia e defendia que o estudo era uma tarefa revolucionária. Vemos também, diante dessas informações, o reforço ao imaginário sociodiscursivo da figura política comprometida com a formação da consciência política de seus colegas.

Dilma Rousseff foi indiciada e julgada com base em três artigos do decreto-lei 510/69, que relacionava os crimes contra a segurança nacional:

Art. 23 – Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva. Pena: Reclusão de 2 a 4 anos.

Art. 36 – Constituir, filiar-se manter organização de tipo militar, de qualquer forma ou natureza, armada ou não, com ou sem fardamento, com finalidade combativa. Pena: Reclusão, de 1 a 3 anos para os cabeças, reduzida de metade para os demais. Art. 39 – Constituem propaganda subversiva: [...] II – o aliciamento de pessoas nos locais de trabalho ou ensino; [...] Pena: Detenção, de 6 meses a 2 anos. (BRASIL, 1969).

Pelo artigo 36, Dilma foi condenada a um ano de prisão, de acordo com o Inquérito Policial Militar (IPM) de Juiz de Fora, além de um ano e um mês no IPM do Rio de Janeiro. Em São Paulo, obteve a pena máxima, quatro anos. O juiz auditor da época a caracterizou como "papisa da subversão" e "uma das molas mestras e um dos cérebros dos esquemas revolucionários postos em prática pelas esquerdas radicais". Vemos, aqui, a ênfase a um ato de discurso específico, o inquérito policial, a fim de ressaltar a visão do poder e da segurança pública sobre Dilma Rousseff, lançando um *ethos* de cidadã subversiva que representa perigo para a segurança nacional. Em novembro de 1972, os processos foram reavaliados pelo Superior Tribunal Militar (STM) e a pena caiu para dois anos e um mês. Dilma Rousseff já estava presa há dois anos e dez meses e, então, foi liberada do cárcere, nove meses a mais do que a pena imposta pelo STM. Quando deixou a Torre das Donzelas, Dilma tinha 25 anos. Entre as privações impostas pela pena, Dilma Rousseff teve a cassação de seus direitos políticos por dez anos, não podendo se candidatar a cargos públicos. Ao sair da prisão, estabeleceu-se em Porto Alegre junto ao seu segundo companheiro, Carlos Franklin Paixão Araújo. Aos 28 anos, foi mãe de Paula Rousseff de Araújo. Em liberdade, seguia fazendo política.

Dilma Rousseff formou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Iniciou o curso na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mas perdeu os dois anos por ter sido jubilada pela condenação por subversão, como

determinava o Decreto-lei 477 da ditadura. Começou o mestrado e o doutorado em Ciências Econômicas na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mas não concluiu ambos por assumir funções de governo.

Para além do histórico e das imagens projetadas de militante e resistente à ditadura, Dilma Rousseff integra em sua biografia o movimento pela anistia (1975-1979) e a reorganização dos partidos políticos. Seu percurso político se alicerçou à tradição trabalhista, participando da fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola e, anos depois, integrou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT). Antes de chegar ao mais alto cargo do Planalto, foi secretária da Fazenda de Porto Alegre (1986-1988), presidenta da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (1991-1993), secretária de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul (1993-1995 e 1999-2002), ministra de Minas e Energia (2003-2005) e chefe da Casal Civil (2005-2010). Em todas as funções, a pioneira do sexo feminino.

No Partido dos Trabalhadores, o destaque público de Dilma se consolidou a partir de 27 de outubro de 2002. Nessa data, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito por 52.793.364 de brasileiros, representando 61,27% dos votos na disputa do segundo turno com o candidato José Serra, que obteve 33.370.739 votos (BRASIL, 2003). Depois de 22 anos da criação do Partido dos Trabalhadores, Lula se tornava o primeiro operário e sindicalista a chegar à presidência da República. Dilma Rousseff integrou a equipe de transição e foi nomeada ministra de Minas e Energia. O cenário era um dos mais desafiadores da Esplanada pós-*crise do apagão* (2001-2002): repartição esvaziada, 230 obras paralisadas e 33 concessões de usinas geradoras e linhas de transmissão prestes a entrarem em colapso por ausência de regras e administração. A necessidade de planejamento e de infraestrutura no setor se reafirmava pelos mais de dez milhões de brasileiros sem acesso à luz, estatal ou privatizada. O ministério desenvolveu, depois da tentativa do programa *Luz no Campo*, do governo de Fernando Henrique Cardoso, o programa *Luz para Todos*. Criado pelo decreto 4873/2003, o programa dirigido por Dilma Rousseff promoveu o acesso à energia elétrica a moradores das áreas rurais brasileiras e ajudou a alavancar a reeleição de Lula em 2006.

Ainda no primeiro mandato do governo Lula, Dilma Rousseff tornou-se chefe da Casa Civil. A mudança de cargo se deu em junho de 2005, depois das denúncias de envolvimento de José Dirceu, então ministro da Casa Civil, com o escândalo do *Mensalão*. Entre as necessidades daquele momento de gerir a crise política já instaurada, Dilma Rousseff carregava a missão de ajudar a sustentar o Planalto "[...] para manter os programas sociais funcionando e desatar o grande nó dos investimentos em infraestrutura que não saíam do papel" (AMARAL, 2011, p. 144). A figura da ministra se destacou pelo entendimento de execução orçamentária, exigindo a apresentação de números do governo. O biógrafo Amaral (2011) reforça o imaginário e a postura de firmeza da ministra, ao afirmar que ela "[...] era dura nas cobranças ao chefe da Receita, Jorge Rachid, e ao secretário do Tesouro, Joaquim Levy" (p. 152). A fama de firmeza da chefe da Casa Civil era cultivada à época pelo próprio presidente Lula, que mantinha relação de confiança política com Dilma Rousseff. Foi durante sua gestão como chefe da Casa Civil, em 2009, que Dilma descobriu e enfrentou um câncer linfático. Sua postura de firmeza à época repercutia pela decisão de não se afastar de suas funções públicas, após o procedimento cirúrgico para retirar o linfoma e durante as sessões de quimioterapia.

Em 20 de fevereiro de 2010, Dilma Rousseff foi indicada como candidata à presidência da República pelo PT. O anúncio foi feito no IV Congresso do Partido dos Trabalhadores em Brasília. Aquela era também a primeira vez, em 30 anos, que o nome de Lula não representaria o PT na corrida presidencial.

Foi eleita em 2010, aos 62 anos de vida, "[...] a primeira representante da geração que se formou no combate à ditadura a conquistar o poder em eleições livres" (AMARAL, 2011, p. 303). Dilma Vana Rousseff recebeu 55.752.529 votos, equivalente a 56,05% dos votos válidos. O resultado corresponde a 12.041.141 votos a mais do que o adversário José Serra, segundo lugar com 43,95% dos votos válidos.

Com trajetória política marcada pela resistência e pela oposição à ditadura, pela luta a favor da democracia e pela reinvenção dos governos populares, a primeira mulher a presidir o maior país da América Latina recebia a missão de governar a sétima economia do mundo em 2011, cujo Produto Interno Bruto (PIB) havia crescido 7,5% em 2010, maior taxa de crescimento registrada desde 1985.

Anexo B – Pronunciamento de Dilma Rousseff em 31/10/2010, após anúncio de sua vitória no segundo turno da eleição presidencial do Brasil

Primeiro eu queria agradecer aos que estão aqui presentes nesta noite. Pra mim é uma noite, vocês imaginam, completamente especial. Mas eu queria me dirigir a todos os brasileiros e as brasileiras, os meus amigos e as minhas amigas de todo o Brasil.

É uma imensa alegria estar aqui. Eu recebi hoje de milhões de brasileiros e de brasileiras a missão, talvez a missão mais importante de minha vida. E esse fato, para além de minha pessoa, é uma demonstração do avanço democrático do nosso país: porque pela primeira vez uma mulher presidirá o Brasil. Já registro, portanto, o meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras, para que este fato, até hoje inédito, se transforme num evento natural. E que ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis, nas entidades representativas de toda nossa sociedade.

A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é um princípio essencial da democracia. Eu gostaria muito que os pais e mães das meninas pudessem olhar hoje nos olhos delas, e dizer (*sic*): sim, a mulher pode!

A minha alegria é ainda maior pelo fato de que a presença de uma mulher na presidência da República se dá pelo caminho sagrado do voto, da decisão democrática do eleitor, do exercício mais elevado da cidadania. Por isso, registro aqui outro compromisso com meu país:

- Valorizar a democracia em toda sua dimensão, desde o direito de opinião e expressão até os direitos essenciais, básicos, da alimentação, do emprego e da renda, da moradia digna e da paz social.
- Eu vou zelar pela mais ampla e irrestrita liberdade de imprensa.
- Vou zelar pela mais ampla liberdade religiosa e de culto.
- Vou zelar pela observação criteriosa e permanente dos direitos humanos tão claramente consagrados na nossa própria constituição.
- Zelarei, enfim, pela nossa Constituição, dever maior da presidência da República.

Nessa longa jornada que me trouxe aqui, pude falar e visitar todas as nossas regiões. O que mais me deu confiança e esperança, ao mesmo tempo, foi a capacidade imensa do nosso povo, de agarrar uma oportunidade, por menor que seja, mais singela que seja, e com ela construir um mundo melhor para si e para sua família. É simplesmente incrível a capacidade de criar e empreender do nosso povo. Por isso, reforço aqui meu compromisso fundamental, que eu mantive e reiterei ao longo dessa campanha: a erradicação da miséria e a criação de oportunidades para todos os brasileiros e para todas as brasileiras.

Ressalto, entretanto, que esta ambiciosa meta não será realizada apenas pela vontade do governo. Ela é importante, mas essa meta é um chamado à nação, aos empresários, aos trabalhadores, às igrejas, às entidades civis, às universidades, à imprensa, aos governadores, aos prefeitos e a todas as pessoas de bem do nosso país. Não podemos descansar enquanto houver brasileiros com fome, enquanto houver famílias morando nas ruas, enquanto crianças pobres estiverem abandonadas à sua própria sorte, e enquanto reinar o crack e as cracolândias. A erradicação da miséria nos próximos anos é, assim, uma meta que assumo, mas para a qual peço humildemente o apoio de todos que possam ajudar o país no trabalho de superar esse abismo que ainda nos separa de ser uma nação desenvolvida.

O Brasil é uma terra generosa e sempre devolverá em dobro cada semente que for plantada com mão amorosa e olhar para o futuro. Minha convicção de assumir a meta de erradicar a miséria vem, não de uma certeza teórica, mas da experiência viva do nosso governo, o governo do presidente Lula, no qual uma imensa mobilidade social se realizou, tornando hoje possível um sonho que sempre pareceu impossível.

Reconheço, eu e meu vice, Michel Temer, hoje eleito, reconhecemos que teremos um duro trabalho para qualificar o nosso desenvolvimento econômico. Essa nova era de prosperidade criada pela genialidade do nosso presidente e pela força do povo brasileiro e de nossos empreendedores e trabalhadores encontra seu momento de maior potencial numa época em que a economia das grandes nações se encontra abalada.

No curto prazo, não contaremos com a pujança das economias desenvolvidas para impulsionar nosso crescimento. Por isso, se tornam ainda mais importantes nossas próprias políticas, nosso próprio mercado, nossa própria poupança e nossas próprias decisões econômicas.

Eu estou longe de dizer, com isso, que pretendamos fechar o país ao mundo. Muito ao contrário, continuaremos propugnando pela ampla abertura das relações comerciais e pelo fim do protecionismo dos países ricos, que impede as nações pobres de realizar plenamente suas vocações, propugnando contra a guerra cambial que ocorre hoje no mundo.

Mas é preciso reconhecer que teremos grandes responsabilidades num mundo que enfrenta ainda os desafios e os efeitos de uma crise financeira de grandes proporções e que se socorre de mecanismos nem sempre adequados, nem sempre equilibrados, para a retomada do crescimento.

É preciso, no plano multilateral, estabelecer regras muito mais claras e mais cuidadosas para a retomada dos mercados de financiamento, limitando a alavancagem e a especulação desmedida, que aumentam a volatilidade dos capitais e das moedas. Atuaremos firmemente nos fóruns internacionais com esse objetivo. Cuidaremos de nossa economia com toda responsabilidade. O povo brasileiro não aceita mais a inflação como solução irresponsável para eventuais desequilíbrios. O povo brasileiro não aceita que governos gastem acima do que seja sustentável. Por isso, faremos todos os esforços pela melhoria da qualidade do gasto público, pela simplificação e atenuação da tributação e pela qualificação dos serviços públicos. Mas, mas recusamos as visões de ajustes que recaem sobre os programas sociais, serviços essenciais à população e os necessários investimentos para o bem do país.

Sim, vamos buscar o desenvolvimento de longo prazo, a taxas elevadas, social e ambientalmente sustentáveis. Para isso zelaremos pela nossa poupança pública. Zelaremos pela meritocracia no funcionalismo e pela excelência do serviço público.

Zelaremos pelo aperfeiçoamento de todos os mecanismos que liberem a capacidade empreendedora de nosso empresariado e de nosso povo. Valorizarei o Micro Empreendedor Individual, para formalizar milhões de negócios individuais ou familiares, ampliarei os limites do Supersimples e construirei modernos mecanismos de aperfeiçoamento econômico, como fez nosso governo, o governo do presidente Lula, na construção civil, no setor elétrico, na lei de recuperação de empresas, entre vários outros. As agências reguladoras terão todo respaldo para atuar com determinação e autonomia, voltadas para a promoção da inovação, da saudável concorrência e da efetividade do controle dos setores regulados. Apresentaremos sempre com clareza nossos planos de ação governamental. Levaremos ao debate público as grandes questões nacionais. E trataremos sempre com transparência nossas metas, nossos resultados, nossas dificuldades.

Mas acima de tudo quero reafirmar nosso compromisso com a estabilidade da economia e das regras econômicas, dos contratos firmados e das conquistas estabelecidas. Trataremos os recursos provenientes de nossas riquezas naturais sempre com pensamento de longo prazo. Por isso trabalharei no Congresso pela aprovação do Fundo Social do Pré-Sal, do Marco Regulatório do Modelo de Partilha do Pré-sal. Por meio deles, iremos realizar muitos de nossos objetivos sociais.

Recusaremos o gasto efêmero que deixa para as futuras gerações apenas as dívidas e a desesperança. O Fundo Social do Pré-Sal é mecanismo de poupança de longo prazo, para apoiar as atuais e futuras gerações. Ele é o mais importante fruto do novo modelo que propusemos, o modelo de partilha, para a exploração do pré-sal, que reserva à Nação e ao povo deste país a parcela mais importante dessas riquezas. Definitivamente, não alienaremos nossas riquezas para deixar ao nosso povo só as migalhas.

Me comprometi nesta campanha com a qualificação também da Educação e dos Serviços de Saúde. Me comprometi com a melhoria da segurança pública. Com o combate às drogas que infelicitam nossas famílias e comprometem nossas crianças e nossos jovens. Reafirmo aqui esses compromissos. Nomearei ministros e equipes de primeira qualidade

para realizar esses objetivos. Mas acompanharei também pessoalmente estas áreas capitais para o desenvolvimento do país.

A visão moderna do desenvolvimento econômico é aquela que valoriza o trabalhador e sua família, o cidadão e sua comunidade, oferecendo acesso à educação e saúde de qualidade. É aquela que convive com o meio ambiente sem agredi-lo e sem criar passivos maiores que as conquistas do próprio desenvolvimento.

Não pretendo me estender aqui, neste primeiro pronunciamento ao país, mas quero registrar que todos os compromissos que assumi, vou perseguir de forma dedicada e carinhosa. Disse na campanha que os mais necessitados, as crianças, os jovens, as pessoas com deficiência, o trabalhador desempregado, o idoso teriam toda minha atenção. Reafirmo aqui este compromisso.

Eu e o Michel Temer fomos eleitos com uma coligação de dez partidos e com apoio de lideranças de vários outros partidos. Vou com eles construir um governo onde a capacidade profissional, a liderança e a disposição de servir ao país será o critério fundamental. Vou valorizar os quadros profissionais da administração pública, independente de filiação partidária.

Dirijo-me também aos partidos de oposição e aos setores da sociedade que não estiveram conosco nesta caminhada. Estendo minha mão a eles. De minha parte não haverá discriminação, privilégios ou compadrio. A partir da minha posse serei presidenta de todos os brasileiros e brasileiras, respeitando as diferenças de opinião, de crença e de orientação política.

Nosso país precisa ainda melhorar a conduta e a qualidade da política. Quero empenharme, junto com todos os partidos, por uma reforma política que eleve os valores republicanos, avançando e fazendo avançar nossa jovem democracia. Ao mesmo tempo, afirmo com clareza que valorizarei a transparência na administração pública. Não haverá compromisso com o erro, o desvio e o malfeito. Serei rígida na defesa do interesse

público em todos os níveis de meu governo. Os órgãos de controle e de fiscalização trabalharão com meu respaldo, sem jamais perseguir adversários ou proteger amigos.

Deixei para o final os meus agradecimentos, pois quero destacá-los, quero dar a eles muita ênfase. Primeiro, o meu agradecimento ao povo brasileiro que me dedicou seu apoio. Serei eternamente grata pela oportunidade única de servir ao meu país no seu mais alto posto. Prometo devolver em dobro todo o carinho recebido, em todos os lugares, em todas as regiões que passei. Nenhuma região do meu país ficará para trás ou será menosprezada ou considerada de segunda categoria.

Mas agradeço respeitosamente também a todos aqueles que votaram no primeiro e no segundo turno em outros candidatos ou candidatas. Eles também fizeram valer a festa da democracia e a eles também meus agradecimentos.

Agradeço as lideranças partidárias, que inclusive, muitas delas estão aqui hoje, que me apoiaram e comandaram esta jornada, meus assessores, minhas equipes de trabalho e todos os que dedicaram meses inteiros a esse árduo trabalho. Agradeço a imprensa brasileira e estrangeira que aqui atua e cada um de seus profissionais pela cobertura do processo eleitoral.

Não nego a vocês que, por vezes, algumas das coisas difundidas me deixaram triste. Mas quem, como eu, lutou pela democracia e pelo direito de livre opinião arriscando a vida; quem, como eu e tantos outros que não estão mais entre nós, dedicamos toda nossa juventude ao direito de expressão, nós somos naturalmente amantes da liberdade. Disse e repito que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. As críticas do jornalismo livre ajudam ao país e são essenciais aos governos democráticos, apontando erros e trazendo o necessário contraditório.

Agradeço muito especialmente e com emoção ao presidente Lula. Ter a honra de seu apoio, ter o privilégio de sua convivência, ter aprendido com sua imensa sabedoria, são coisas que se guarda para a vida toda. Conviver durante todos estes anos com ele me deu

a exata dimensão do governante justo e do líder apaixonado por seu país e por sua gente. A alegria que eu sinto hoje pela minha vitória se mistura com a emoção de sua despedida.

Sei que um líder como Lula nunca estará longe de seu povo e de cada um de nós. Baterei muito a sua porta e, tenho certeza e confiança, que a encontrarei sempre aberta. Sei que a distância de um cargo nada significa para um homem de tamanha grandeza e generosidade. A tarefa de sucedê-lo é difícil e desafiadora. Mas saberei honrar este legado. Saberei consolidar e avançar sua obra. Aprendi com ele que quando se governa pensando no interesse público e nos mais necessitados uma imensa força brota do povo e nos ajuda a governar. Uma força que leva o país para frente e ajuda a vencer os maiores desafios.

Passada a eleição agora, nós sabemos, é hora de trabalho. Passado o debate de projetos agora é hora de união. União pela educação, união pelo desenvolvimento, união pelo país. Junto comigo foram eleitos novos governadores, novos senadores, novos deputados federais. Ao parabenizá-los, e a todos os deputados estaduais também eleitos no primeiro turno, convido a todos, independentemente de cor partidária, para uma ação determinada, e para uma ação efetiva, para uma ação enérgica em prol do futuro de nosso país. Sempre com a convicção de que a Nação Brasileira será exatamente do tamanho, será exatamente com a grandeza daquilo que, juntos, nós todos fizermos por ela.

Um abraço a cada um, meus amigos e minhas amigas.

Anexo C — Pronunciamento de Dilma Rousseff em 01/01/2015, durante os atos de posse no Congresso Nacional em virtude de sua reeleição

Senhoras e Senhores,

Senhor presidente do Senado Federal, Renan Calheiros,

Senhor vice-presidente da República, Michel Temer,

Senhor presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves,

Senhoras e senhores Chefes de Estado, Chefes de Governo, Vice-chefes de Estado e Vice-chefes de governo que me honram com suas presenças aqui hoje.

Senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski,

Senhoras e senhores chefes das missões estrangeiras e embaixadores acreditados junto ao meu governo,

Senhoras e senhores ministros de Estado,

Senhoras e senhores governadores,

Senhoras e senhores senadores,

Senhoras e senhores deputados federais,

Senhoras e senhores representantes da imprensa,

Meus queridos brasileiros e brasileiras.

Volto a esta Casa com a alma cheia de alegria, de responsabilidade, de esperança. Sinto alegria por ter vencido os desafios e honrado o nome da mulher brasileira. O nome de milhões de mulheres guerreiras, mulheres anônimas que voltam a ocupar, encarnadas na minha figura, o mais alto posto dessa nossa grande nação.

Encarno, também, outra alma coletiva que amplia ainda mais a minha responsabilidade e a minha esperança. O projeto de nação que é detentor do mais profundo e duradouro apoio popular da nossa história democrática. Esse projeto de nação triunfou e permanece devido aos grandes resultados que conseguiu até agora, e que porque também o povo entendeu que este é um projeto coletivo e de longo prazo. Este projeto pertence ao povo brasileiro e, mais do que nunca, é para o povo brasileiro e com o povo brasileiro que vamos governar.

A partir do extraordinário trabalho iniciado pelo governo do presidente Lula, continuado por nós, temos hoje a primeira geração de brasileiros que não vivenciou a tragédia da fome. Resgatamos 36 milhões da extrema pobreza e 22 milhões apenas em meu primeiro governo. Nunca tantos brasileiros ascenderam às classes médias. Nunca tantos brasileiros conquistaram tantos empregos com carteira assinada. Nunca o salário mínimo e os demais salários se valorizaram por tanto tempo e com tanto vigor. Nunca tantos brasileiros se tornaram donos de suas próprias casas. Nunca tantos brasileiros tiveram acesso ao ensino técnico e à universidade. Nunca o Brasil viveu um período tão longo sem crises institucionais. Nunca as instituições foram tão fortalecidas e respeitadas e nunca se apurou e puniu com tanta transparência a corrupção.

Em nossos governos, cumprimos o compromisso fundamental de oferecer a uma população enorme de excluídos, de pessoas excluídas, os direitos básicos que devem ser assegurados a qualquer cidadão: o direito de trabalhar, de alimentar a sua família, de educar e acreditar em um futuro melhor para seus filhos. Isso que era tanto para uma população que tinha tão pouco, tornou-se pouco para uma população que conheceu, enfim, governos que respeitam e que a respeitam, e que realmente se esforçam para protegê-la.

A população quis que ficássemos porque viu o resultado do nosso trabalho, compreendeu as limitações que o tempo nos impôs e concluiu que podemos fazer muito mais. O recado que o povo brasileiro nos mandou não foi só de reconhecimento e de confiança, foi também um recado de quem quer mais e melhor.

Por isso, a palavra mais repetida na campanha foi mudança e o tema mais invocado foi reforma. Por isso, eu repito hoje, nessa solenidade de posse, perante as senhoras e os senhores: fui reconduzida à Presidência para continuar as grandes mudanças do país e não trairei este chamado. O povo brasileiro quer mudanças, quer avançar e quer mais. É isso que também eu quero. É isso que vou fazer, com destemor, mas com humildade, contando com o apoio desta Casa e com a força do povo brasileiro.

Este ato de posse é, antes de tudo, uma cerimônia de reafirmação e ampliação de compromissos. É a inauguração de uma nova etapa nesse processo histórico de mudanças

sociais do Brasil. Faço questão, também, de renovar, nesta Casa, meu compromisso de defesa permanente e obstinada da Constituição, das leis, das liberdades individuais, dos direitos democráticos, da mais ampla liberdade de expressão e dos direitos humanos.

Queridos brasileiros e brasileiras,

Em meu primeiro mandato, o Brasil alcançou um feito histórico: superamos a extrema pobreza. Mas, como eu disse – e sei que é a convicção e a expectativa de todos os brasileiros –, o fim da miséria é apenas um começo. Agora é a hora de prosseguir com o nosso projeto de novos objetivos. É hora de melhorar o que está bom, corrigir o que é preciso e fazer o que o povo espera de nós.

Sim, neste momento, ao invés de simplesmente garantir o mínimo necessário, como foi o caso ao longo da nossa história, temos, agora, que lutar para oferecer o máximo possível. Vamos precisar, governo e sociedade, de paciência, coragem, persistência, equilíbrio e humildade para vencer os obstáculos. E venceremos esses obstáculos.

O povo brasileiro quer democratizar, cada vez mais, a renda, o conhecimento e o poder. O povo brasileiro quer educação, saúde, e segurança de mais qualidade. O povo brasileiro quer ainda mais transparência e mais combate a todos os tipos de crimes, especialmente a corrupção e quer ainda que o braço forte da justiça alcance a todos de forma igualitária. Eu não tenho medo de encarar estes desafios, até porque sei que não vou enfrentá-los sozinha, não vou enfrentar esta luta sozinha. Sei que conto com o apoio dos senhores e das senhoras parlamentares, legítimos representantes do povo neste Congresso Nacional. Sei que conto com o apoio do meu querido vice-presidente Michel Temer, parceiro de todas as horas. Sei que conto com o esforço dos homens e mulheres do Judiciário. Sei que conto com o forte apoio da minha base aliada, de cada liderança partidária de nossa base e com os ministros e as ministras que estarão, a partir de hoje, trabalhando ao meu lado pelo Brasil. Sei que conto com o apoio de cada militante do meu partido, o PT, e da militância de cada partido da base aliada, representados aqui pelo mais destacado militante e maior líder popular da nossa história, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sei que conto com o apoio dos movimentos sociais e dos sindicatos; e sei o quanto estou disposta a mobilizar todo o povo brasileiro nesse esforço para uma nova arrancada do nosso querido Brasil.

Assim como provamos que é possível crescer e distribuir renda, vamos provar que se pode fazer ajustes na economia sem revogar direitos conquistados ou trair compromissos sociais assumidos. Vamos provar que depois de fazermos políticas sociais que surpreenderam o mundo, é possível corrigir eventuais distorções e torná-las ainda melhores.

É inadiável, também, implantarmos práticas políticas mais modernas, éticas e, por isso, mesmo mais saudáveis. É isso que torna urgente e necessária a reforma política. Uma reforma profunda que é responsabilidade constitucional desta Casa, mas que deve mobilizar toda a sociedade na busca de novos métodos e novos caminhos para nossa vida democrática. Reforma política que estimule o povo brasileiro a retomar seu gosto e sua admiração pela política.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Neste momento solene de posse é importante que eu detalhe algumas ações e atitudes concretas que vão nortear nosso segundo mandato. As mudanças que o país espera para os próximos quatro anos dependem muito da estabilidade e da credibilidade da economia. Isso, para nós todos, não é novidade. Sempre orientei minhas ações pela convicção sobre o valor da estabilidade econômica, da centralidade do controle da inflação e do imperativo da disciplina fiscal, e a necessidade de conquistar e merecer a confiança dos trabalhadores e dos empresários.

Mesmo em meio a um ambiente internacional de extrema instabilidade e incerteza econômica, o respeito a esses fundamentos econômicos nos permitiu colher resultados positivos. Em todos os anos do meu primeiro mandato, a inflação permaneceu abaixo do teto da meta e assim vai continuar.

Na economia, temos com o que nos preocupar, mas também temos o que comemorar. O Brasil é hoje a 7ª economia do mundo, o 2º maior produtor e exportador agrícola, o 3º maior exportador de minérios, o 5º país que mais atrai investimentos estrangeiros, o 7º país em acúmulo de reservas cambiais e o 3º maior usuário de internet. Além disso, é importante notar que a dívida líquida do setor público é hoje menor do que no início do meu mandato. As

reservas internacionais estão em patamar histórico, na casa dos US\$ 370 bilhões. Os investimentos estrangeiros diretos atingiram, nos últimos anos, volumes recordes. Mais importante: a taxa de desemprego está nos menores patamares já vivenciados na história de nosso país. Geramos 5 milhões e 800 mil empregos formais em um período em que o mundo submergia no desemprego. Porém queremos avançar ainda mais e precisamos fazer mais e melhor!

Por isso, no novo mandato vamos criar, por meio de ação firme e sóbria, firme e sóbria na economia, um ambiente ainda mais favorável aos negócios, à atividade produtiva, ao investimento, à inovação, à competitividade e ao crescimento sustentável. Combateremos sem trégua a burocracia. Tudo isso voltado para o que é mais importante e mais prioritário: a manutenção do emprego e a valorização, muito especialmente, a valorização do salário mínimo, que continuaremos assegurando.

Mais que ninguém sei que o Brasil precisa voltar a crescer. Os primeiros passos desta caminhada passam por um ajuste nas contas públicas, um aumento na poupança interna, a ampliação do investimento e a elevação da produtividade da economia. Faremos isso com o menor sacrifício possível para a população, em especial para os mais necessitados. Reafirmo meu profundo compromisso com a manutenção de todos os direitos trabalhistas e previdenciários.

Temos consciência que a ampliação e a sustentabilidade das políticas sociais exige (sic) equidade e correção permanente de distorções e eventuais excessos. Vamos, mais uma vez, derrotar a falsa tese que afirma existir um conflito entre a estabilidade econômica e o crescimento do investimento social, dos ganhos sociais e do investimento em infraestrutura.

Ao falar dos desafios da nossa economia, faço questão de deixar uma palavra aos milhões de micro e pequenos empreendedores do Brasil. Em meu primeiro mandato, aprimoramos e universalizamos o Simples e ampliamos a oferta de crédito para os pequenos empreendedores. Quero, neste novo mandato, avançar ainda mais. Pretendo encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei criando um mecanismo de transição entre as categorias do Simples e os demais regimes tributários. Vamos acabar com o abismo tributário que faz os pequenos

negócios terem medo de crescer. E sabemos que, se o pequeno negócio não cresce, o país também não cresce. Nos dedicaremos, ainda, a ampliar a competitividade do nosso país e de nossas empresas.

Daremos prioridade ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, estimulando e fortalecendo as parcerias entre o setor produtivo e nossos centros de pesquisa e universidades.

Um Brasil mais competitivo está nascendo também, a partir dos maciços investimentos em infraestrutura, energia e logística. Desde 2007, foram duas edições do Programa de Aceleração do Crescimento – o PAC-1 e o PAC-2 –, que totalizaram cerca de R\$ 1 trilhão e 600 bilhões em investimentos em milhares de kms de rodovias, ferrovias; em obras nos portos, nos terminais hidroviários e nos aeroportos. Em expansão da geração e da rede de transmissão de energia. Em obras de saneamento e ligações de energia do Luz para Todos. Com o Programa de Investimentos em Logística, demos um passo adiante, construímos parcerias com o setor privado, implementando um novo modelo de concessões que acelerou a expansão e permitiu um salto de qualidade de nossa logística. Asseguramos concessões de aeroportos e de milhares de km de rodovia e a autorização para terminais privados nos portos.

Agora, vamos lançar o 3º PAC, o 3º Programa de Aceleração do Crescimento e o segundo Programa de Investimento em Logística. Assim, a partir de 2015 iniciaremos a implantação de uma nova carteira de investimento em logística, energia, infraestrutura social e urbana, combinando investimento público e, sobretudo, parcerias privadas. Vamos aprimorar os modelos de regulação do mercado, garantir que o mercado privado de crédito de longo prazo, por exemplo, se expanda. Garantir também que haja sustentação para os projetos de financiamento de grande vulto.

Reafirmo ainda meu compromisso de apoiar estados e municípios na tão desejada expansão da infraestrutura de transporte coletivo em nossas cidades. Está em andamento na realidade uma carteira de R\$ 143 bilhões em obras de mobilidade urbana por todo o Brasil.

Assinalo que, neste novo mandato, daremos especial atenção à infraestrutura que vai nos conduzir ao Brasil do futuro: a rede de internet em banda larga. Em 2014, em um esforço conjunto com este Congresso Nacional, demos ao Brasil uma das legislações mais modernas do mundo na área da internet, o Marco Civil da Internet. Reitero aqui meu compromisso de, nos próximos quatro anos, promover a universalização do acesso a um serviço de internet em banda larga barato, rápido e seguro.

Quero reafirmar ainda o compromisso de continuar reduzindo os desequilíbrios regionais, impulsionando políticas transversais e projetos estruturantes, especialmente no Nordeste e na região da Amazônia. Foi decisivo mitigar o impacto dessa prolongada seca no semiárido nordestino, mas mais importante será a conclusão da nova e transformadora infraestrutura de recursos hídricos perenizando mais de 1.000 km de rios, combinada com o importante investimento social em mais de um milhão de cisternas.

Senhoras e Senhores,

Gostaria, agora, de anunciar o novo lema do meu governo. Ele é simples, é direto e é mobilizador. Reflete com clareza qual será a nossa grande prioridade e sinaliza para qual setor deve convergir o esforço de todas as áreas do governo. Nosso lema será: Brasil, Pátria educadora! Trata-se de lema com duplo significado. Ao bradarmos "Brasil, Pátria educadora", estamos dizendo que a educação será a prioridade das prioridades, mas também que devemos buscar, em todas as ações do governo, um sentido formador, uma prática cidadã, um compromisso de ética e um sentimento republicano. Só a educação liberta um povo e lhe abre as portas de um futuro próspero. Democratizar o conhecimento significa universalizar o acesso a um ensino de qualidade em todos os níveis – da creche à pós-graduação; Significa também levar a todos os segmentos da população – dos mais marginalizados, aos negros, às mulheres e a todos os brasileiros a educação de qualidade.

Ao longo deste novo mandato, a educação começará a receber volumes mais expressivos de recursos oriundos dos royalties do petróleo e do fundo social do pré-sal. Assim, à nossa determinação política se somarão mais recursos e mais investimentos. Vamos continuar expandindo o acesso às creches e pré-escolas garantindo para todos, o cumprimento da meta de universalizar, até 2016, o acesso de todas as crianças de 4 e 5 anos à pré-escola. Daremos

sequência à implantação da alfabetização na idade certa e da educação em tempo integral. Condição para que a nossa ênfase no ensino médio seja efetiva porque através dela buscaremos, em parceria com os estados, efetivar mudanças curriculares e aprimorar a formação dos professores. Sabemos que essa é uma área frágil no nosso sistema educacional. O Pronatec oferecerá, até 2018, 12 milhões de vagas para que nossos jovens, trabalhadores e trabalhadoras tenham mais oportunidades de conquistar melhores empregos e possam contribuir ainda mais para o aumento da competitividade da economia brasileira. Darei especial atenção ao Pronatec Jovem Aprendiz, que permitirá às micro e pequenas empresas contratarem um jovem para atuar em seu estabelecimento.

Vamos continuar apoiando nossas universidades e estimulando sua aproximação com os setores mais dinâmicos da nossa economia e da nossa sociedade. O Ciência Sem Fronteiras vai continuar garantindo bolsas de estudo nas melhores universidades do mundo para 100 mil jovens brasileiros.

Queridas e queridos brasileiros e brasileiras,

O Brasil vai continuar como o país líder, no mundo, em políticas sociais transformadoras. Aos beneficiários do Bolsa Família continuaremos assegurando o acesso às políticas sociais e a novas oportunidades de renda. Destaque será dado à formação profissional dos beneficiários adultos e à educação das crianças e dos jovens.

Com a terceira fase do Minha Casa, Minha Vida contrataremos mais 3 milhões de novas moradias, que se somam aos 2 milhões de moradias entregues até 2014 e às 1 milhão e 750 mil moradias que estão em construção e que serão entregues nesse segundo mandato.

Na saúde, reafirmo nosso compromisso de fortalecer o SUS. Sem dúvida, a marca mais forte do meu governo, no primeiro mandato, foi a implantação do Mais Médicos, que levou o atendimento básico de saúde a mais de 50 milhões de brasileiros, nas áreas mais vulneráveis do nosso país. Persistiremos, ampliando as vagas em graduação e em residência médica, para que cada vez mais jovens brasileiros possam se tornar médicos e assegurar atendimento ao povo brasileiro. Neste segundo mandato, vou implantar o Mais Especialidades para garantir o

acesso resolutivo e em tempo oportuno aos pacientes que necessitem de consulta com especialista, exames e os respectivos procedimentos.

Assumo, com todas as brasileiras e brasileiros, o compromisso de redobrar nossos esforços para mudar o quadro da segurança pública em nosso país. Instalaremos Centros de Comando e Controle em todas as capitais, ampliando a capacidade de ação de nossas polícias e a integração dos órgãos de inteligência e das forças de segurança pública. Reforçaremos as ações e a nossa presença nas fronteiras para o combate ao tráfico de drogas e de armas com o Programa Estratégico de Fronteiras, realizado em parceria entre as Forças Armadas e as polícias federais, entre o Ministério de Defesa e o Ministério da Justiça.

Vou, sobretudo, propor ao Congresso Nacional alterar a Constituição Federal, para tratar a segurança pública como atividade comum de todos os entes federados, permitindo à União estabelecer diretrizes e normas gerais válidas para todo o território nacional, para induzir políticas uniformes no país e disseminar a adoção de boas práticas na área policial.

Senhoras e senhores,

Investimos muito e em todo o país sem abdicar, um só momento, do nosso compromisso com a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade ambiental do nosso desenvolvimento. Um dado explicita este compromisso: alcançamos, nos quatro anos de meu primeiro mandato, as quatro menores taxas de desmatamento da Amazônia. Nos últimos 4 anos, o Congresso Nacional aprovou um novo Código Florestal e implementamos o Cadastro Ambiental Rural, o CAR. Vamos aprofundar a modernização de nossa legislação ambiental e, já a partir deste ano, nos engajaremos fortemente nas negociações climáticas internacionais para que nossos interesses sejam contemplados no processo de estabelecimento dos parâmetros globais de redução de emissões.

Nossa inserção soberana na política internacional continuará sendo marcada pela defesa da democracia, pelo princípio de não intervenção e respeito à soberania das nações, pela solução negociada dos conflitos, pela defesa dos Direitos Humanos, e pelo combate à pobreza e às desigualdades, pela preservação do meio ambiente e pelo multilateralismo. Insistiremos na

luta pela reforma dos principais organismos multilaterais, cuja governança hoje não reflete a atual correlação de forças global.

Manteremos a prioridade à América do Sul, América Latina e Caribe, que se traduzirá no empenho em fortalecer o Mercosul, a Unasul e a Comunidade dos Países da América Latina e do Caribe (Celac), sem discriminação de ordem ideológica. Agradeço, inclusive, a presença de meus queridos colegas e governantes da América Latina aqui presentes. Da mesma forma será dada ênfase a nossas relações com a África, com os países asiáticos e com o mundo árabe.

Com os Brics, nossos parceiros estratégicos globais – China, Índia, Rússia e África do Sul –, avançaremos no comércio, na parceria científica e tecnológica, nas ações diplomáticas e na implementação do Banco de Desenvolvimento dos Brics e na implementação também do acordo contingente de reservas.

É de grande relevância aprimorarmos nosso relacionamento com os Estados Unidos, por sua importância econômica, política, científica e tecnológica, sem falar no volume de nosso comércio bilateral. O mesmo é válido para nossas relações com a União Européia e com o Japão, com os quais temos laços fecundos.

Em 2016, os olhos do mundo estarão mais uma vez voltados para o Brasil, com a realização das Olimpíadas. Temos certeza que mais uma vez, como aconteceu na Copa, vamos mostrar a capacidade de organização do Brasil e, agora, numa das mais belas cidades do mundo, o nosso Rio de Janeiro.

Amigos e amigas,

Tudo que estamos dizendo, tudo que estamos propondo converge para um grande objetivo: ampliar e fortalecer a democracia, democratizando verdadeiramente o poder. Democratizar o poder significa lutar pela reforma política, ouvir com atenção a sociedade e os movimentos sociais e buscar a opinião do povo para reforçar a legitimidade das ações do Executivo. Democratizar o poder significa combater energicamente a corrupção. A corrupção rouba o

poder legítimo do povo. A corrupção ofende e humilha os trabalhadores, os empresários e os brasileiros honestos e de bem. A corrupção deve ser extirpada.

O Brasil sabe que jamais compactuei com qualquer ilícito ou malfeito. Meu governo foi o que mais apoiou o combate à corrupção, por meio da criação de leis mais severas, pela ação incisiva e livre de amarras dos órgãos de controle interno, pela absoluta autonomia da Polícia Federal como instituição de Estado, e pela independência sempre respeitada diante do Ministério Público. Os governos e a Justiça estarão cumprindo os papéis que se espera deles: se punirem exemplarmente os corruptos e os corruptores.

A luta que vimos empreendendo contra a corrupção e, principalmente, contra a impunidade, ganhará ainda mais força com o pacote de medidas que me comprometi durante a campanha, e me comprometo a submeter à apreciação do Congresso Nacional ainda nesse primeiro semestre. São cinco medidas: transformar em crime e punir com rigor os agentes públicos que enriquecem sem justificativa ou não demonstrem a origem dos seus ganhos; modificar a legislação eleitoral para transformar em crime a prática de caixa 2; criar uma nova espécie de ação judicial que permita o confisco dos bens adquiridos de forma ilícita ou sem comprovação; alterar a legislação para agilizar o julgamento de processos envolvendo o desvio de recursos públicos; e criar uma nova estrutura, a partir de negociação com o Poder Judiciário que dê maior agilidade e eficiência às investigações e processos movidos contra aqueles que têm foro privilegiado.

Em sua essência, essas medidas têm o objetivo de garantir processos e julgamentos mais rápidos e punições mais duras, mas jamais poderão agredir o amplo direito de defesa e o contraditório; jamais poderão significar a condenação prévia sem defesa de inocentes. Estou propondo um grande pacto nacional contra a corrupção, que envolve todas as esferas de governo e todos os núcleos de poder, tanto no ambiente público como no ambiente privado.

Senhoras e Senhores,

Como fiz na minha diplomação, quero agora me referir a nossa Petrobras, uma empresa com 86 mil empregados dedicados, honestos e sérios, que teve, lamentavelmente, alguns servidores que não souberam honrá-la, sendo atingidos pelo combate à corrupção. A

Petrobras já vinha passando por um vigoroso processo de aprimoramento de gestão. A realidade atual só faz reforçar nossa determinação de implantar, na Petrobras, a mais eficiente e rigorosa estrutura de governança e controle que uma empresa já teve no Brasil. A Petrobras é capaz disso e capaz de muito mais. Ela se tornou a maior empresa do mundo em capacitação técnica para a prospecção de petróleo em águas profundas. Daí resultou a maior descoberta de petróleo deste início de século – as jazidas do pré-sal –, cuja exploração, que já é realidade, vai tornar o Brasil um dos maiores produtores de petróleo do planeta.

Temos muitos motivos para preservar e defender a Petrobras de predadores internos e de seus inimigos externos. Por isso, vamos apurar com rigor tudo de errado que foi feito e fortalecê-la cada vez mais. Vamos, principalmente, criar mecanismos que evitem que fatos como estes possam voltar a ocorrer. O saudável empenho da Justiça, de investigar e punir, deve também nos permitir reconhecer que a Petrobras é a empresa mais estratégica para o Brasil e a que mais contrata e investe no país.

Temos, assim, que saber apurar e saber punir, sem enfraquecer a Petrobras, nem diminuir a sua importância para o presente e para o futuro. Não podemos permitir que a Petrobras seja alvo de um cerco especulativo de interesses contrariados com a adoção do regime de partilha e da política de conteúdo nacional, partilha e política de conteúdo nacional que asseguraram ao nosso povo o controle sobre nossas riquezas petrolíferas. A Petrobras é maior do que quaisquer crises e, por isso, tem capacidade de superá-las e delas sair mais forte.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

O Brasil não será sempre um país em desenvolvimento. Seu destino é ser um país desenvolvido e justo, e é esse destino que estamos construindo e buscando cada vez mais, com o esforço de todos, construir. Uma nação em que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades: de estudar, trabalhar, viver em condições dignas na cidade ou no campo. Um país que respeita e preserva o meio ambiente e onde todas as pessoas podem ter os mesmos direitos: à liberdade de informação e de opinião, à cultura, ao consumo, à dignidade, à igualdade independentemente de raça, credo, gênero ou sexualidade.

Dedicarei obstinadamente todos os meus esforços para levar o Brasil a iniciar um novo ciclo histórico de mudanças, de oportunidades e de prosperidade, alicerçado no fortalecimento de uma política econômica estável, sólida, intolerante com a inflação, e que nos leve a retomar uma fase de crescimento robusto e sustentável, com mais qualidade nos serviços públicos. Assumo aqui um compromisso com o Brasil que produz e com o Brasil que trabalha.

Reafirmo também o meu respeito e a minha confiança no Poder Judiciário, no Congresso Nacional, nos partidos e nos representantes do povo brasileiro. Reafirmo minha fé na política, na política que transforma para melhor a vida do povo. Peço aos senhores e às senhoras parlamentares que juntemos as mãos em favor do Brasil, porque a maioria das mudanças que o povo exige tem que nascer aqui, na grande casa do povo.

Meus amigos e minhas amigas,

Já estive algumas vezes um pouco perto da morte e dessas situações saí uma pessoa melhor e mais forte. Sou ex-opositora de um regime de força que provocou em mim dor e me deixou cicatrizes, mas não tenho nenhum revanchismo. Mas este processo jamais destruiu em mim o sonho de viver num país democrático e a vontade de lutar e de construir este país cada vez melhor. Por isso, sempre me emociono ao dizer que eu sou uma sobrevivente. Também enfrentei doenças, mas, se me permitem, quero dizer mais: pertenço a uma geração vencedora. Uma geração que viu a possibilidade da democracia no horizonte e viu ela se realizar. Essas duas características, elas me aproximam do povo brasileiro – ele também é um sobrevivente e um vitorioso, que jamais abdica dos seus sonhos. Luta para realizá-los.

Deus colocou em meu peito um coração cheio de amor pela minha pátria. Antes de tudo, o que a música cantava, um coração valente, não é que a gente não tem medo de nada, a gente controla o medo. Um coração que dispara no peito com a energia do amor, do sonho e, sobretudo, com a possibilidade de construir um Brasil desenvolvido. Eu não tenho medo de proclamar para vocês: nós vamos vencer todas as dificuldades, porque temos a chave para vencê-las, vencer todas as dificuldades. Esta chave pode ser resumida num verso, e esse verso tem, de uma certa forma, sabor de uma oração, que diz o seguinte:

"O impossível se faz já; só os milagres ficam para depois".

Muito obrigada. Viva o Brasil e viva o povo brasileiro!

Anexo D – Pronunciamento de Dilma Rousseff em 31/08/2016, após decisão do Senado Federal em pôr fim ao seu segundo mandato por meio da aprovação do processo de impeachment

Eu queria cumprimentar o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, cumprimento todas as senadoras e os senadores, as deputadas e os deputados, os presidentes de partido, as lideranças dos movimentos sociais. As Mulheres e os homens de meu País.

Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo *impeachment* escolheram rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar.

Com a aprovação do meu afastamento definitivo, políticos que buscam desesperadamente escapar do braço da Justiça tomarão o poder unidos aos derrotados nas últimas quatro eleições. Não ascendem ao governo pelo voto direto, como eu e Lula fizemos em 2002, 2006, 2010 e 2014. Apropriam-se do poder por meio de um golpe de Estado.

É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando eu era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo. É uma inequívoca eleição indireta, em que 61 senadores substituem a vontade expressa de 54,5 milhões de votos. É uma fraude, contra a qual ainda vamos recorrer em todas as instâncias possíveis.

Causa espanto que a maior ação contra a corrupção da nossa história, propiciada por ações desenvolvidas e leis aprovadas e sancionadas a partir de 2003 e aprofundadas em meu governo, leve justamente ao poder um grupo de corruptos investigados. O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa

facciosa. Vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e de retrocesso social.

Acabam de derrubar a primeira mulher eleita presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este *impeachment*. Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido, ou os partidos aliados que me apoiam hoje. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática.

O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua própria história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido. O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência.

Peço às brasileiras e aos brasileiros que me ouçam. Falo aos mais de 54,5 milhões de votos em pessoas que assumiram e consubstanciam esses votos, que os depositaram nas urnas me aprovando pela segunda vez para a presidência da República Federativa do Brasil. Falo aos 110 milhões que participaram dessas eleições, que saíram de suas casas e que foram colocar o seu desejo, o seu interesse e aquilo que aspiram para o Brasil dentro da urna indevassável.

Falo principalmente aos brasileiros que, durante meu governo, superaram a miséria, realizaram o sonho da casa própria, começaram a receber atendimento médico, entraram na universidade e deixaram de ser invisíveis aos olhos da Nação, passando a ter direitos que sempre lhes foram negados.

A descrença e a mágoa que nos atingem em momentos como esse são péssimas conselheiras. Não desistam da luta. Ouçam bem: eles pensam que nos venceram, mas estão enganados. Sei que todos nós vamos lutar. Haverá contra eles a mais firme,

incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer. Repito: haverá contra eles, haverá contra eles a mais determinada oposição que um governo golpista pode sofrer.

Quando o presidente Lula foi eleito pela primeira vez, em 2003, chegamos ao governo cantando juntos que ninguém devia ter medo de ser feliz, que ninguém devia ter medo de ter esperança, porque muitas vezes nós lutando conseguíamos conquistar essa esperança e transformá-la em realidade. Por mais de 13 anos, realizamos com sucesso um projeto que promoveu a maior inclusão social e redução de desigualdades da história de nosso país. Esta história não acaba assim. Estou certa que a interrupção deste processo pelo golpe de estado não é definitiva. Não voltaremos apenas para satisfazer nossos desejos ou nossa vaidade. Nós voltaremos. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano.

Espero que saibamos nos unir em defesa de causas comuns a todos os progressistas, independentemente de filiação partidária ou posição política. Proponho que lutemos, todos juntos, contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia.

Saio da Presidência como entrei: sem ter incorrido em qualquer ato ilícito; sem ter traído qualquer de meus compromissos; com dignidade e carregando no peito o mesmo amor e admiração pelas brasileiras e brasileiros e a mesma vontade de continuar lutando pelo Brasil. Eu vivi a minha verdade. Dei o melhor de minha capacidade. Não fugi de minhas responsabilidades. Me emocionei com o sofrimento humano, me comovi na luta contra a miséria e a fome e combati a desigualdade. Travei bons combates. Perdi alguns, venci muitos e, neste momento, me inspiro em Darcy Ribeiro para dizer: não gostaria, mais uma vez, não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A história será implacável com eles, como já foi em décadas passadas.

Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem sempre que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência da República, a Presidência do Brasil, o

machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada poderá nos fazer recuar.

Neste momento, não direi adeus a vocês. Tenho certeza de que posso dizer "até daqui a pouco". Ou eu ou outros assumirão este processo. Eu, a partir de agora, lutarei incansavelmente para continuar a construir um Brasil melhor. E tenho certeza que outras e outros assumirão, no futuro, um papel que está baseado na eleição direta, na escolha direta dos governantes pelo povo.

Encerro compartilhando com vocês um belíssimo alento do poeta russo Maiakovski:

"Não estamos alegres, é certo,

Mas também por que razão haveríamos de ficar tristes?

O mar da história é agitado

As ameaças e as guerras, haveremos de atravessá-las,

Rompê-las ao meio,

Cortando-as como uma quilha corta."

Um carinhoso abraço a todo povo brasileiro, às mulheres e aos homens do meu país, e um abraço especial a todos homens e mulheres que compartilham comigo a crença na democracia e o sonho da justiça. Da justiça em todas as suas dimensões. Muito obrigada!